

Duarte Nuno da Silva Vieira Chaves

Os Terceiros e os seus “santos de vestir”

*Os últimos guardiões do património franciscano na
cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores*



Universidade dos Açores

Ponta Delgada

2012

Duarte Nuno da Silva Vieira Chaves

OS TERCEIROS E OS SEUS “SANTOS DE VESTIR”

*Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da
Ribeira Grande, S. Miguel, Açores*

Dissertação apresentada à Universidade dos
Açores para a obtenção do grau de mestre em
Património Museologia e Desenvolvimento

Orientadora:

Professora Doutora Susana Goulart Costa

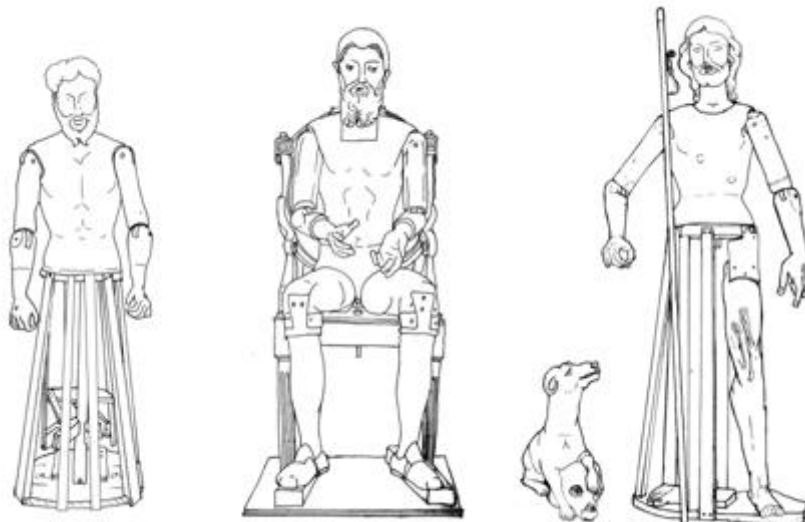
Universidade dos Açores

Ponta Delgada

2012



OS TERCEIROS E OS SEUS “SANTOS DE VESTIR”
Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da
Ribeira Grande, S. Miguel, Açores



Folha de rosto:

Convento de Nossa Senhora de Guadalupe da cidade da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores.

Imagens de vestir da Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, autoria dos desenhos de Raquel Pinto, 2012.

À memória dos meus pais

“Na impossibilidade de abrir as portas dos claustros a todos quantos a ele acorriam de todas as partes, atraídos por ele, desejosos de formarem-se na sua escola, Francisco fundou uma verdadeira terceira ordem, a dos Terceiros. O que nunca fundador algum de Religião jamais imaginara – tornar-se a vida conventual praticável a todos – Francisco foi o primeiro que tal concebeu e realizou com grande sucesso”

P.^e Bartolomeu Ribeiro, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses*, 1952.

Os Terceiros e os seus “santos de vestir”: os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores.

Resumo: A presente dissertação é o resultado de uma investigação dedicada ao fenómeno de inserção e declínio do movimento secular franciscano, “Ordem Terceira de S. Francisco”, na atual cidade da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, Arquipélago dos Açores. O trabalho tem como objetivo abranger as diversas componentes da vida desta comunidade religiosa, bem como o registo do seu legado patrimonial, abarcando uma cronologia de cerca de 350 anos. Como herança da Ordem Terceira, chega aos dias de hoje a realização anual da procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, que teve o seu início em 1664, e que cumpre no ano de 2013 um importante marco da sua história, com a integração da sua coleção de escultura processional no acervo do *Museu Vivo do Franciscanismo*, unidade museológica que se situará nesta localidade açoriana, inserida na antiga igreja conventual de invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe.

Abstract: This dissertation is the result of an investigation devoted to the phenomenon of insertion and decline of secular Franciscan movement, "Third Order of St. Francisco "in the current city of Ribeira Grande, island of St. Miguel, Azores. The work aims to address the various components of the religious life of this community, and the recording of their legacy assets, including a chronology of about 350 years. As a legacy of the Third Order, reaches today the annual procession of the Third of Ribeira Grande, which had its beginnings in 1664, and meets in 2013 an important milestone in its history, the integration of its processional sculptures in the collection of the Franciscan Living Museum, unit that will be situated in this locality, inside the old convent church of Our Lady of Guadalupe.

Palavras-chave: Franciscanos; Terceiros; herança; património cultural, tradição.

Keywords: Franciscans; Third; heritage, cultural heritage, tradition.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	12
Agradecimentos	13
0. Introdução	15
0.1. O contexto	15
0.2. Estrutura da tese	17
0.3. Motivação do trabalho	18

I – PARTE

A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DA PENITÊNCIA NAS ILHAS DOS AÇORES

1. A Ordem Terceira inserida da orgânica Franciscana	21
2. A implantação dos franciscanos no povoamento açoriano	28
3. Os Irmãos da Penitência nos Açores	37
3.1. A sua inserção e distribuição geográfica	37
3.2. A comunidade dos Terceiros e a hierarquia franciscana	43
3.3. Do período Liberal ao século XXI	47

II – PARTE

O PATRIMÓNIO DA OFM NO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE, S. MIGUEL, AÇORES

1. O concelho da Ribeira Grande e a fundação do Convento Franciscano	54
1.1. Enquadramento físico	54
1.2. Contextualização histórica e ocupação humana	55
2. A Igreja e Convento de N.^a Sra. de Guadalupe	64
2.1. Nota histórica sobre a construção da igreja e espaço conventual	64
2.2. A morfologia do frontispício e o espaço interior	69
2.3. Os retábulos e respetiva escultura	74

III – PARTE

DO NASCIMENTO AO DECLÍNIO DOS TERCEIROS NA RIBEIRA GRANDE

1. Fixação e apogeu dos Irmãos da Penitência nos sécs. XVII a XVIII	93
1.1. A imagem do “Senhor Atado à Coluna” e Capela dos Terceiros	93
1.2. A orgânica administrativa e a inserção social dos Terceiros (1749-1833)	104
1.3. Cargos e competências dos Irmãos	109
2. Do Liberalismo à extinção no século XX	112
2.1. O afastamento da OFM (1832)	112
2.2. As novas subordinações dos Terceiros e a relação com a SCMRG	116
2.3. O património dos Terceiros na transição dos sécs. XIX e XX	125
2.4. A estrutura demográfica no concelho e o declínio da fraternidade no séc. XX ..	131

IV – PARTE

A PROCISSÃO DOS TERCEIROS

1. Os franciscanos e as procissões quaresmais em S. Miguel	138
2. A Ribeira Grande, um dos últimos baluartes das tradições franciscanas	145
2.1. As tradições que caíram e desuso	145
3. A Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande	149
3.1. A responsabilidade organizativa dos irmãos da penitência	149
3.2. A imaginária processional utilizada no cortejo de penitência	152
3.3. Plano de classificação do acervo processional	157
3.4. O percurso social das imagens de vestir	169
4. Programa iconográfico da Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande	177
4.1. Santo Cristo dos Terceiros	179
4.2. S. Francisco Prostrado nas Silvas	180
4.3. Conjunto da Cúria	181
4.4. Conjunto Escultórico Senhor do Monte	182
4.5. Conjunto Escultórico Senhor dos Passos	183
4.6. S. Francisco	184

4.7. S. Roque	185
4.8. S. Ivo	186
4.9. St. ^a Margarida de Cortona	187
4.10. Rainha St. ^a Isabel de Portugal	188
5. O cortejo processional nos séculos XX e XXI	189
5.1. A procissão e a Zona Histórica da Ribeira Grande	189
5.2. O presente e o futuro – novos paradigmas	193
CONCLUSÃO	198
I. FONTES	206
a. Fontes Manuscritas	206
b. Fontes Impressas e Periódicos	210
c. Fontes Narrativas	211
d. Sítios da Internet/fontes digitais	212
e. Fontes Oraís	213
f. Estudos	214
g. Filmografia	214
II. BIBLIOGRAFIA	215
III. ÍNDICES	228
a. Índices de Figuras	228
b. Índices de Quadros	232
c. Índices de Tabelas	233
IV. APÊNDICE	234

Lista de abreviaturas

AMRG – Arquivo Municipal da Ribeira Grande

ASCMRG – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

BPARPDL – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

ISF – Igreja de S. Francisco (sigla atribuída no inventário digital da Igreja de N^a Sra. de Guadalupe)

MMRG – Museu Municipal da Ribeira Grande

O.S.C – Ordem de Santa Clara

OFM – Ordem dos Frades Menores

OFMCAP – Ordem dos Frades Menores Capuchinhos

OFMCONV – Ordem dos Frades Menores Conventuais

OFS – Ordem Franciscana Secular

OTR – Ordem Terceira Regular

SCMRG – Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

UAç – Universidade dos Açores

Agradecimentos

Queremos aproveitar esta oportunidade para expressar o nosso agradecimento pelo apoio e amizade de todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o resultado final da dissertação agora apresentada.

As nossas primeiras palavras de reconhecimento são dirigidas à Professora Doutora Susana Goulart Costa, nossa orientadora, que desde o primeiro momento acreditou neste projeto e nos incentivou à realização desta dissertação, contribuindo com o seu incentivo, orientação e amizade para o resultado final.

Não podemos esquecer o trabalho realizado ao longo dos seminários do primeiro ano curricular do mestrado em Património Museologia e Desenvolvimento, e todos os seus docentes, pelos excelentes conteúdos apresentados ao longo deste curso.

O nosso sincero agradecimento ao Dr. João Paulo Constância, que para além a sua inegável qualidade profissional, desde o primeiro momento se mostrou sempre disponível para partilhar os seus conhecimentos em prol deste trabalho.

Agradecemos ainda aos nossos amigos e colegas, Inês Ribeiro, Montse Ciges, Nuno Martins, Raquel Pinto e Wellington Nascimento, pela ajuda, contributo e rigor na elaboração dos desenhos das imagens de vestir, pela composição cartográfica e grafismo dos mapas apresentados e pelo levantamento fotográfico da procissão dos Terceiros. Um reconhecimento ainda para outros dois colegas, o António Silveira e a Tânia Sardinha, que em 2009 contribuíram para a recolha de um conjunto de fontes ligadas a esta temática. Não posso deixar em claro, o notável trabalho desempenhado pelo senhor Gilberto Ferreira, bem como pela sua equipa de trabalho, no restauro do acervo da Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe.

Ao P.^e Henrique Rema, por nos ter recebido no verão de 2011, tendo contribuído com o seu conhecimento para um aclarar das temáticas ligadas à OFM, ao P.^e Mário Jorge, pelo acolhimento prestado na Fraternidade de Angra do Heroísmo, aquando da nossa passagem pela Terceira, ao P.^e António Silveira, pelo acesso aos documentos do Museu de Arte Sacra das Velas. Aproveitamos ainda para expressar o nosso agradecimento pelo contributo do P.^e Edmundo Pacheco, último comissário da Ordem Terceira da Ribeira Grande

Em termos institucionais devemos referir o apoio dispensado pelas seguintes entidades: Núcleo da Universidade dos Açores do Centro de História de Além-Mar, entidade com a qual mantemos um vínculo laboral e que desde sempre nos concedeu todas

as condições na qualidade de trabalhador estudante, para desenvolver o nosso trabalho académico.

À Câmara Municipal da Ribeira Grande, na pessoa do seu presidente Dr. Ricardo Silva, por ter confiado no nosso trabalho e nas nossas capacidades, que tiveram como resultado a participação no projeto do futuro Museu Vivo do Franciscanismo. Gostaria ainda de individualizar o trabalho da Dra. Ana Cristina Moscatel, responsável pelo AMRG, pela disponibilidade e amizade demonstrada aquando da consulta deste arquivo.

À Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, na pessoa do provedor o Sr. Cabral de Melo, por nos ter aberto as portas da Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe e muito especialmente por ter mantido vivo o espírito dos “Terceiros” ao longo dos últimos 60 anos, sem o qual este trabalho nunca se teria realizado.

À paróquia de N.^a Sr.^a da Conceição, que nos últimos 20 anos assegurou a Procissão dos Terceiros, e de forma particular a todos os que têm dado o seu contributo para a realização desta manifestação religiosa. Não podemos esquecer a contribuição dos paroquianos; Belmira Viveiros e Eduarda Almeida e Armindo Rocha e Rui Barbosa.

Finalmente um obrigado muito especial para a Felismina na revisão final do trabalho e para a Inês e Filipa, pelo sua paciência e apoio incondicional, condições essenciais para levar a bom porto este projeto.

0. INTRODUÇÃO

0.1. O Contexto

A presente dissertação é o resultado de uma investigação dedicada ao fenómeno de inserção e declínio do movimento secular franciscano, “Ordem Terceira de S. Francisco”, na atual cidade da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, Arquipélago dos Açores. O trabalho tem como objetivo abranger as diversas componentes da vida desta comunidade religiosa, bem como o registo do seu legado patrimonial, abarcando uma cronologia de cerca de 350 anos. Como herança da Ordem Terceira chega aos dias de hoje a realização anual da Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, que teve o seu início em meados do século XVII, e que cumpre no ano de 2013 um importante marco da sua história, com a integração da respetiva coleção de escultura processional no acervo do futuro *Museu Vivo do Franciscanismo*, unidade museológica que se situará nesta localidade açoriana, inserida na antiga igreja conventual de invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe.

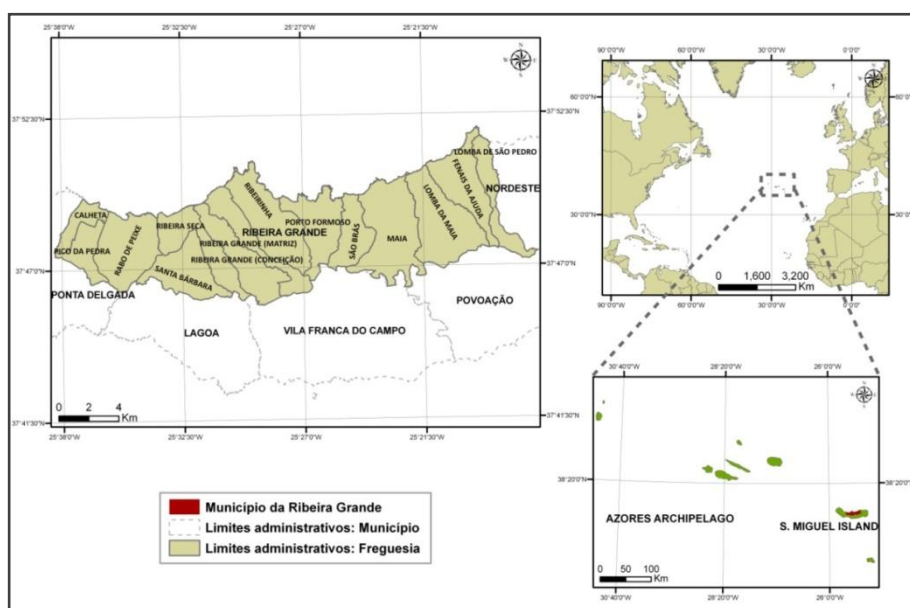


Fig. 1 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande com a inserção ao nível Arquipélago e Atlântico.

Produção cartográfica de Nuno Martins, 2011.

Em termos geográficos, o trabalho de investigação parte de uma recolha de fontes ao nível do Arquipélago dos Açores, centrando-se num estudo de caso, “ a cidade da Ribeira Grande”, sede de município com o mesmo nome, que se encontra localizada na costa norte da Ilha de São Miguel.

Falar da atividade dos leigos franciscanos na cidade da Ribeira Grande, na atualidade, é também reconhecer um importante elemento do património cultural, nas vertentes material e imaterial, desta região micalense. A herança da Ordem de S. Francisco encontra-se, no entanto, disseminada pela quase totalidade das restantes ilhas que compõem o arquipélago, já que estes religiosos mendicantes, divididos pelos seus dois ramos regulares e pela sua componente secular, mantiveram um relevante papel a diversos níveis nesta região insular, desde o início do povoamento até ao advento do liberalismo.

Ao longo da nossa exposição centraremos a investigação na atividade do ramo secular franciscano, uma estrutura composta por leigos, de carácter misto no que toca ao género. O enquadramento desta organização religiosa ficou conhecido no mundo católico como a Venerável Ordem Terceira da Penitência, ou ainda como os “Irmãos da Penitência”. Estes homens e mulheres centraram a sua ação na evangelização e fixação das populações aos ideais franciscanos, numa lógica de solidariedade social, tendo servido como suporte de assistência e apoio às populações mais carenciadas do arquipélago. Fruto do ressurgimento do movimento de seculares franciscanos no século XVII, vamos encontrar uma forte adesão da população açoriana a este fervor religioso de cariz mendicante, tendo sido patente em diversas localidades do arquipélago, nomeadamente nas cidades de Angra e Ponta Delgada¹. O mesmo aconteceria na então vila da Ribeira Grande, que já contava com a presença dos ramos regulares franciscanos desde meados do século XVI: em 1555 as clarissas fundaram o Mosteiro de Jesus, tendo como objetivo acolher jovens que desejassem servir a Deus em clausura², e na primeira década da centúria seguinte os frades menores edificaram o Convento de N^a Sr.^a de Guadalupe. É precisamente a partir desta casa religiosa que nos chega a primeira notícia sobre a existência de Irmãos Terceiros nesta localidade, quando em 1664, e segundo as *Crónicas da Província de S. João Evangelista* de Fr. Agostinho de Monte Alverne³, é descrita a intenção dos Irmãos da Penitência em adquirir uma imagem de “Cristo Atado à Coluna”.

A partir destes desenvolvimentos, os irmãos penitentes criaram estrutura organizacional, partilhada por vários extratos sociais da população local, bem como por uma amplitude etária bem variada, que durante mais de dois séculos marcaram uma presença ininterrupta nesta localidade insular. Em finais do século XIX, a sua implantação demográfica ainda se fazia sentir na quase totalidade das freguesias do concelho, em

¹ Vd. Chaves, 2012: 6.

² Cf. Lalandá, 1995: 111-125.

³ Vd. Monte Alverne, 1994.

especial a sua componente feminina. Na centúria seguinte ocorreram desenvolvimentos decisivos, que culminaram com grandes alterações dentro da sua estrutura orgânica e acabaram por levar ao desaparecimento desta Irmandade.

Apesar da extinção dos Terceiros, na atual sociedade da Ribeira Grande ainda subsiste a memória de algumas tradições implementadas pelos penitentes de S. Francisco, em especial aquelas que se encontram associadas à execução das manifestações sagradas, de onde se destacam as celebrações da Semana Santa e algumas festividades em honra dos Santos Franciscanos, onde se inclui a Procissão dos Terceiros, que se realiza de forma permanente no primeiro domingo da Quaresma. No seguimento dessa herança cultural, chega aos nossos dias um conjunto de esculturas processionais, constituído maioritariamente por imagens de vestir que subsistem no acervo da Procissão dos Terceiros há várias gerações de ribeira-grandenses, agora num contexto sociocultural diferente daquele que as viu proliferar nos séculos XVIII e XIX. As imagens processionais, “santos de vestir” permanecem os mesmos de outrora, mas agora um pouco mais consumidos pela erosão dos séculos, continuando no entanto a percorrer as ruas desta cidade açoriana, embora hoje associadas a novos paradigmas, já distantes dos propósitos primitivos da família mendicante.

0.2. Estrutura da Tese

A elaboração deste estudo levou-nos a organizar o mesmo, em termos metodológicos, de acordo com as ocorrências que encontrámos ao longo da nossa investigação. O facto de o tema carecer de estudos de fundo a nível da generalidade do arquipélago, fez-nos sentir a necessidade de efetuar uma contextualização do movimento franciscano ao nível das restantes ilhas açorianas, de forma a estabelecer um paralelo com a visão descrita na Ribeira Grande. Desta forma dividimos esta dissertação em quatro partes, complementadas com uma introdução e uma conclusão, bem como por um pêndice documental que serve de informação adicional ao corpo do trabalho.

Na primeira parte do trabalho serão abordados os conceitos genéricos relacionados com a contextualização histórica da Ordem de S. Francisco, sendo efetuada a ligação à realidade açoriana, nomeadamente os desenvolvimentos que estiveram na base do estabelecimento dos frades menores nos Açores, bem como a sua responsabilidade na fundação das fraternidades da Ordem Terceira no arquipélago.

Na segunda parte debruçar-nos-emos sobre o enquadramento físico e a ocupação humana no concelho da Ribeira Grande, desde as primeiras fontes no século XVI e a correspondente ligação com os movimentos de religiosos regulares ainda durante centúria e no século XVII, que levaram à edificação do Convento de N^a Sr.^a de Guadalupe e respetiva igreja anexa nas primeiras décadas de mil e seiscentos.

Na terceira parte desta dissertação apresentaremos o estudo efetuado junto da comunidade de seculares franciscanos da então vila da Ribeira Grande, descrevendo a evolução desta organização durante o seu período de existência, materializando um conjunto de conceitos ligados à sua estrutura administrativa e social. É ainda descrita a sua importância como guardiões da herança patrimonial franciscana nesta região, após a implantação dos ideais liberais.

Como epílogo do trabalho, descreveremos um dos últimos legados dos Irmãos da Penitência, “a Procissão dos Terceiros”, que continua a ser recriada ano após ano nesta localidade, tendo como ex-libris as suas imagens processionais associadas a um conjunto de rituais, designadamente a mestria utilizada na preparação das imagens de vestir. Paralelamente, será efetuado um plano classificativo para esta coleção de escultura que abrange imagens dos séculos XVII a XIX.

0.3. Motivação do trabalho

A primeira abordagem que fizemos ao objeto desta dissertação aconteceu em 2008, aquando da realização da nossa licenciatura em Património Cultural, da Universidade dos Açores, pela mão do Dr. João Paulo Constância, docente da disciplina de Métodos de Inventariação e Classificação Patrimonial. Tivemos nessa altura a oportunidade de conhecer as imagens de vestir da Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, surgindo desde logo, o interesse pelo estudo do esquema construtivo das mesmas. A investigação ligada ao movimento de leigos franciscanos numa perspetiva de legado patrimonial, tornou-se para nós um objetivo, ampliado pelo facto de ser um campo de enorme potencial de estudo, pois constatámos não existirem nesta área estudos de fundo ao nível de dissertações de mestrado ou doutoramento, potenciando assim o carácter inovador desta dissertação.

Numa segunda etapa do nosso percurso académico, mais concretamente no decorrer dos seminários do mestrado em Património Museologia e Desenvolvimento da mesma

universidade, desfrutámos da oportunidade de desenvolver um conjunto de trabalhos que visavam a fixação da Ordem de S. Francisco no concelho da Ribeira Grande, e a consequente herança patrimonial que subsistiu até aos nossos dias. Os trabalhos de pesquisa realizados tornaram-se cada vez mais aliciantes, pelo que concluímos possuir um conjunto de informações que interligadas poderiam servir para apresentar uma dissertação de mestrado, pelo que foi apresentado um plano de trabalho à nossa atual orientadora, a Prof.^a Doutora Susana Goulart Costa, que desde logo nos incentivou a avançar para o trabalho final de curso.

Ao longo deste percurso tivemos a oportunidade de contactar com um conjunto de fontes variadas, que incluíram a análise documental realizada em ambiente de Arquivo, o contato direto com os atores sociais nos seus contextos culturais, através de uma observação participante, passando ainda pela recolha e inventariação de elementos integrantes do objeto estudado, sendo estes elementos complementados pela leitura de uma bibliografia específica do tema em estudo.

I – PARTE

A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DA PENITÊNCIA NAS ILHAS DOS AÇORES

1. A ORDEM TERCEIRA INSERIDA NA ORGÂNICA FRANCISCANA⁴

Na origem da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, vulgarmente conhecida como Ordem dos Irmãos da Penitência, esteve o fenómeno de vida consagrada promovida por S. Francisco de Assis (1182-1226) e S. Domingos de Gusmão (±1221)⁵, nos alvares do século XIII, os quais foram responsáveis por uma nova modalidade de vida religiosa, mais de acordo com as necessidades do seu tempo⁶. Esta nova ideologia vai adicionar à orgânica das ordens monásticas, que estavam mais centradas na contemplação, oração e estudo, uma nova componente de evangelização, mais interventiva no espectro social, com um cariz de vida itinerante em que a pobreza é tida como exemplo e a pregação um veículo para a difusão da sua mensagem, em especial nas cidades que entretanto emergiam um pouco por toda a Europa.

Até então o monaquismo era a forma de vida religiosa por excelência. Segundo José Matoso⁷ este não só se constituiu como único na igreja por várias centenas de anos, como permaneceu até aos dias de hoje como um modelo de referência na maior parte das religiões cristãs e não cristãs⁸. Este tipo de organização religiosa adaptada à vivência cristã havia proliferado desde o século IV, recorrendo a uma diversidade de textos normativos (*regula mixta*), para assim criarem um conjunto de Regras que serviam não só de princípios espirituais, mas também como soluções práticas e normativas para os problemas

⁴ Algumas reflexões da primeira parte desta dissertação, foram publicadas na última edição Boletim Cultural da Horta, consulte-se a bibliografia.

⁵ São Domingos de Gusmão foi responsável pela fundação da Ordem dos Frades Dominicanos, ou Ordem dos Pregadores, sendo contemporâneo de São Francisco e da Ordem dos Frades Menores, e compartilha com este um estilo mais evangélico, simples e austero, mas comparativamente aos franciscanos, vão impor uma maior tónica na pregação da mensagem de Jesus Cristo, como forma de conversão ao cristianismo. A difusão da sua mensagem assentava na oração fundada no estudo da teologia, motivo pelo qual houve a necessidade de enviar os jovens frades para as universidades onde poderiam completar e enriquecer os seus conhecimentos teológicos. Sobre a temática dominicana consultar, Nunes, 2006: 73-75.

⁶ Idem ibidem.

⁷ Matoso, 2006: 37-39.

⁸ A vida monástica encontra-se ligada a uma forma de estar ascética, seja ela individual ou coletiva, que teve como base histórica os modelos orientais de comunidades como o Egipto, a Síria e a Palestina. Como características dominantes são de destacar a separação do «mundo», a abstinência sexual, a organização de exercícios religiosos e práticas ascéticas. Estes são hábitos seguidos tanto por eremitas como por cenobitas, sendo que os primeiros por norma levam uma vida solitária sem se submeterem a nenhum preceito, enquanto os últimos, vivendo normalmente em reclusão nos mosteiros, criam uma regra e um sistema hierárquico que dependendo da comunidade em causa, estabelece normas que vão desde a obrigatoriedade de obediência a um líder, passando pela renúncia à posse de bens, períodos de iniciação (noviciado) e compromisso de permanência (profissão), até instrumentos jurídicos que implementavam penalizações para as infrações cometidas. Para um maior aprofundamento sobre esta questão consulte-se Matoso, 2006: 37-39.

surgidos, em especial junto da vida comunitária⁹. No entanto este comportamento religioso viria a ser fortemente influenciado pela Regra de S. Bento, devido ao seu carácter simples e moderado, alicerçado nos princípios de pobreza, castidade, obediência, oração e trabalho “*Ora et labora*”, mas também num ideal de vida contemplativa e de um certo afastamento do mundo através de uma existência comunitária¹⁰.

Em termos práticos, estas comunidades organizadas em mosteiros vão tornar-se unidades economicamente autossuficientes e autónomas, convertendo-se, em muitos casos, em autênticos portentos económicos, possuidoras de vastas porções de terras, vivendo um claro distanciamento do mundo secular¹¹. As Ordens Religiosas Monásticas acabam por ser fortemente influenciadas e apadrinhadas pelos interesses de uma sociedade feudal, em que a Igreja tem um papel económico, político e cultural de extrema importância, sendo bem latente a importância de Bispos, Cónegos e Abades, tornados autênticos senhores feudais¹².

Mas uma Europa movida por convulsões económicas e sociais, acaba por se questionar, em meados do século XII sobre o caminho e descrédito em que esta sociedade eclesiástica corrompida se apresentava. Será no entanto só na centúria seguinte, através do movimento mendicante, composto por leigos e clérigos que se opunham a este conceito de vida instituído até então, que vamos encontrar as primeiras ações de contestação. Esta nova facção entretanto formada propunha uma existência consagrada à pobreza, penitência e pregação urbana. Esta era uma viragem total, não só nos princípios de evangelização, mas também no que toca à orgânica económica que movia as casas religiosas até à data, pois estas Ordens emergentes não tinham património próprio: propriedades imóveis, pensões, rendas ou rendimentos fixos, e o seu sustento resultava apenas do trabalho e da mendicidade¹³.

⁹ Cf. Fontes, 2006: 51- 57.

¹⁰ São Bento de Nursia (480-543) recolheu e sintetizou as várias tradições monásticas existentes até à data; o texto sistematizado e muito claro dava orientações espirituais e diretrizes práticas para viver em comunidade, o ideal de vida contemplativa e de afastamento do mundo específico da vocação monástica. Tornou-se um documento fundamental no monaquismo do Ocidente e foi adotada por muitas ordens que se fundaram posteriormente. Progressivamente a observância da regra beneditina foi-se difundindo, e ao longo do século VIII já se começava a falar de uma vida monástica *sub regula S. Benedicti* ou *secundum regulam S. Benedicti*. Para um maior aprofundamento sobre o desenvolvimento da Regra de São Bento consultar, *Ordens Religiosas em Portugal*, 2006: 41-44.

¹¹ Cf. Matoso, 1997: 156. Estas comunidades religiosas tornam-se poderosos instrumentos de senhorialização, não dispunham de armas, mas conheciam a escrita e podiam, com a sua ajuda, acumular bens de geração para geração e registar sem falhas a lembrança de foros a pagar. Não se esqueciam de guardar os títulos de propriedade e quando era preciso exibiam-nos perante os tribunais, que assim lhes davam quase sempre razão.

¹² Cf. Ribeiro, 1952: 8-11.

¹³ Cf. Araújo, 2006: 251-252.

Este modelo alternativo, proposto pelos já citados Francisco de Assis e Domingos de Gusmão, coloca a tónica sobre a dimensão pastoral e apostólica de pendor urbano, no qual os homens comuns passam a ter um papel fundamental, acentuada pelos textos normativos redigidos por S. Francisco, onde a vida evangélica é levada até às últimas consequências, destacando-se a componente laical e de fraternidade entre clérigos e leigos no interior da família mendicante¹⁴. É fundamental percebermos que este elemento de pluralidade social, ou carácter “não” elitista, levou a que na família mendicante não existissem conventos para nobres, ricos ou pobres, como existia nos mosteiros de monges. Esta questão leva-nos a uma dicotomia entre o conceito de mosteiro e convento, enquanto no primeiro encontramos um espaço fechado, não só em termos arquitetónicos, mas essencialmente no que toca ao contacto com o mundo leigo, no caso conventual existe uma forte ligação com o exterior, através dos movimentos de fiéis leigos que desejavam viver de forma mais exigente a sua vocação cristã (Ordem Terceira). Como iremos constatar ao longo desta dissertação, os Terceiros vão partilhar o espaço religioso com a Primeira Ordem fundada por São Francisco de Assis, a Ordem dos Frades Menores (OFM), através da inclusão de capelas ou naves laterais nas igrejas conventuais, dedicadas a este movimento secular¹⁵.

Ordem Primeira – O início deste percurso dá-se quando Francisco Bernardone, filho de uma família de comerciantes, resolve renunciar aos privilégios do mundo para servir o ideal da pobreza. A ele se juntaram onze jovens (1208), iniciando um retiro junto de uma capela dedicada a N.^a Sr.^a da Porciúncula, nos arredores de Assis. Este grupo apresentava o nome de *Viri Paenitentiales* de Assis, exortando à penitência e simultaneamente despojando-se de todos os bens materiais, vivendo apenas de esmolas ou

¹⁴ Cf. Fontes, 2006:55.

¹⁵ Esta distinção entre convento e mosteiro apresenta vários entendimentos entre os historiadores, no entanto vamos seguir a tese defendida por Frei Ivo Muller, doutorado em Direito Canónico e membro da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Para este investigador a diferença entre Convento e Mosteiro encontra-se relacionada com o facto de os membros das Ordens Mendicantes (frades) se reunirem temporariamente para a vida fraterna em comum (oração, partilha dos trabalhos internos e externos, momentos de recreação), vivendo pois de forma diferenciada dos monges, já que os mendicantes utilizam o espaço conventual de forma passageira, ou seja, o convento serve como uma plataforma de apoio, uma vez que a missão dos frades é itinerante. Já os membros das ordens monásticas (monges/as) vivem quase de forma absoluta dentro de um mosteiro (clausura). No convento existem frades (freis) não ordenados (irmãos) e frades ordenados (sacerdotes). Cada um segue a vocação a um chamamento, seja para os ministérios não ordenados, seja para os ministérios ordenados. No mosteiro encontramos a mesma configuração, relacionada ao sacramento da ordem ou não, ou seja, existem monges irmãos e monges sacerdotes. O Guardião é o superior do Convento. O Abade, ou Abadessa é o superior/a do Mosteiro. Cf. <http://www.reflexoesfranciscanas.com.br/2010/10/qual-diferenca-entre-convento-e.html>

dávias da população¹⁶. Nesta mesma altura escreve uma *Formula Vitae*, redigindo um conjunto de normas para uma vida comunitária, e adota a designação de Frades Menores (1209)¹⁷ para nomear o grupo que o acompanha¹⁸. Em 16 de Abril de 1209 a Ordem dos Frades Menores começou a existir oficialmente, com a aprovação oral da Regra pelo Papa Inocêncio III¹⁹. Só em 1217, após o rápido crescimento da Ordem, foi sentida a necessidade de redigir um novo texto, que seria o definitivo, a dita Regra *Bulada*, no fundo a única e verdadeira Regra da Ordem dos Frades Menores, redigida por S. Francisco de Assis, com a colaboração dos juristas da Ordem e dos canonistas da Cúria Pontifícia, que se mantém até hoje e se conserva como o documento inspirador básico da Ordem Franciscana. Esta Regra foi aprovada em 29 de Novembro de 1223, pelo Papa Honório III²⁰.

Em 1517 Leão X decreta a divisão da Ordem Franciscana em duas: a dos Frades Menores da Regular Observância e a dos Frades Menores Conventuais²¹. No entanto, no longo percurso histórico da Primeira Ordem, esta veio a diversificar-se em outros ramos ou Obediências, mas utilizando em qualquer dos casos uma matriz organizativa idêntica²². Desde fins do século XIX, e por influência e decisão do Papa Leão XIII, as diversas divisões da Ordem ficaram reduzidas aos três ramos principais: Ordem dos Frades Menores Observantes (OFM), conhecidos simplesmente por Franciscanos, e com regra simplificada pelo Papa Leão XIII a partir das reformas de 1368 e 1897; Frades Menores Conventuais (OFMCONV), 1209; Frades Menores Capuchinhos (OFMCAP), 1528²³.

¹⁶ As “Ordens Mendicantes” estão ligadas ao fenómeno de despojamento de bens materiais. Outras ordens religiosas adotaram esta filosofia, das quais podemos destacar: os Dominicanos; Agostinhos e Carmelitas.

¹⁷ O tratamento entre franciscanos é feito utilizando a palavra frade, proveniente do latim *frater*, que quer dizer irmão.

¹⁸ Cf. Araújo, 2006: 252-255.

¹⁹ Os princípios gerais pelos quais se rege a OFM baseiam-se no cumprimento de três pressupostos: os votos de pobreza, castidade e obediência.

²⁰ Cf. <http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

²¹ Cf. Moreira, 2000: 273-280.

²² S. Francisco criou à sua imagem, uma organização administrativa para a OFM, com um cariz de carácter social e democrático (para os padrões da época). O mundo franciscano ficou dividido em províncias, compostas por vários conventos, podendo estes subdividir-se em grupos com autonomia própria, as custódias (como aliás aconteceu nos Açores por duas ocasiões). Em termos de hierarquia, a Ordem encontra-se dividida em ministro geral, ministro provincial, custódio, dependente do anterior, e por fim o guardião, responsável máximo por cada convento. Todos estes cargos são elegíveis pelos outros frades, sendo a sua jurisdição de carácter temporário.

²³ O Capuchinhos é o ramo mais recente, fundado em 1528, quando alguns Frades Menores quiseram viver uma vida mais estrita de oração e de pobreza, para estarem mais perto das intenções originais de São Francisco. Graças ao apoio da Corte Pontifícia, o novo ramo obteve bem depressa o reconhecimento e cresceu rapidamente, primeiro em Itália e depois, após 1574, em toda a Europa. Sobre os Capuchinhos, consultar: Rema, 2009: 38-40.

Ordem Segunda – Paralelamente ao nascimento da primeira ordem, surge a segunda componente da família Franciscana, a Ordem de Santa Clara (OSC), também denominada como Segunda Ordem Franciscana. Francisco e Clara tornam-se, assim, um importante pilar deste inovador modelo de vida consagrada. Clara e as primeiras companheiras instalam-se em S. Damião, por volta do ano de 1212²⁴. As Clarissas, como são chamadas, vão adotar uma forma de vida mais condizente com o estilo monástico, isto não impede que Clara chegue a escrever a sua própria Regra, que obtém aprovação do Papa Inocêncio IV em 9 de Agosto de 1253, praticamente nas vésperas da sua morte²⁵.

Ordem Terceira Secular (OFS) – A ligação aos leigos no seio das Ordens Religiosas, não é algo que possa ser apontado como original à organização de São Francisco de Assis, mas a forma como estes se encontram inseridos, e acabam por se organizar dentro da orgânica franciscana, numa lógica de divisão da Ordem em três estados, com uma interligação entre regulares e seculares, essa sim é verdadeiramente singular²⁶.

Junto dos mosteiros cistercienses e beneditinos já existia um conjunto de criados domésticos, que prestavam assistência espiritual de forma livre, mas sem estarem sujeitos a uma organização definida por um conjunto de regras reconhecidas pelas autoridades pontificas²⁷. No caso franciscano, a Ordem dos Penitentes, como era referenciada nessa data, acaba por ser formada por um leque alargado de elementos da sociedade, de todas as condições sociais, sejam eles homens ou mulheres, solteiros ou casados, novos ou velhos, que não tendo um lugar na estrutura da igreja, quer por imposição desta ou por opção própria, desejavam viver as leis de Deus sob a filosofia de S. Francisco, mas não ficando obrigados aos votos de obediência, celibato e clausura²⁸. Este conceito de modo de vida é um reflexo dos movimentos de homens livres, que na época proliferavam um pouco por toda a Europa, tendo como aspiração uma participação socioeconómica ativa, e organizando-se em movimentos cooperativos conhecidos como *fraternitates* artesanais²⁹. Este modelo organizativo gerado do conceito filosófico de fraternidade, enquanto ideal de

²⁴ Cf. Araújo, 2006: 83.

²⁵ Cf. <http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

²⁶ Para um melhor desenvolvimento sobre a contextualização histórica dos Terceiros na Europa e em Portugal, consultar a obra de referência: P^o Bartolomeu Ribeiro, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história*, Braga, Tip. Missões Franciscanas, 1952. Ver também P^o Henrique Pinto Rema “A OFS/TOF, *Dos primórdios à atualidade Franciscana* 7 (s/d).

²⁷ Cf. Ribeiro, 1956: 20-22.

²⁸ Cf. Araújo, 2006:257.

²⁹ Cf. Silva, 2005:183-191.

liberdade e igualdade, é transposto para o fenómeno de vida religiosa, em que homens e mulheres de todas as idades e extratos sociais vivem de forma itinerante e em fraternidade a sua vocação cristã, não ficando obrigados aos votos de obediência, celibato e clausura³⁰.

A organização destes fiéis em fraternidades de irmãos da penitência na família franciscana, foi potenciada desde o primeiro momento pelo próprio São Francisco de Assis, sendo estes enquadrados numa estrutura singular, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Coube a responsabilidade de um enquadramento legal no seio da igreja, ao Papa Honório III em 1221, com a aprovação da primeira Regra por viva voz – *vivae vocis oráculo*, tendo esta vigorado por 68 anos, conhecida pelo título de *Memoriale Propositi Fratrum et Sororum de Penitentia in Domibus Propriis Existentium*. Posteriormente viria a sofrer ampliações e modificações, por diversos Sumos Pontífices, vindo a culminar na Regra de Paulo VI, promulgada em 24 de Junho de 1978, na qual foi mudada a designação para Ordem Franciscana Secular (OFS)³¹.

Os Terceiros passam a ser equiparados ao clero, obtendo privilégios similares a estes, recusando, inclusive, vassalagem e isenções militares, situação que provocará conflitos acesos com a Lei Feudal. São, no entanto, protegidos por vários pontífices. A existência dos Terceiros fica ainda condicionada à aprovação dos gerais e provinciais da Primeira Ordem, sendo a sua admissão seletiva e obrigada aos rituais de noviciado e profissão³².

A propagação dos Irmãos e Irmãs da Penitência por toda a Europa acaba por ser da responsabilidade dos Frades Menores, que nas suas missões vão promover uma certa coabitação nas igrejas conventuais, impulsionada pela própria necessidade de inserção nos meios urbanos em crescimento, tornando-se uma forma de veicular os seus ideais. A sua implantação em Portugal segundo o P^e. Bartolomeu Ribeiro, remonta à passagem de S. Francisco pelo norte de Portugal e do apostolado que fez da Irmandade da Penitência³³. A sua difusão irá estar ligada à proliferação das mais antigas comunidades franciscanas, que surgiram entre 1217 e 1286, em Lisboa, Alenquer, Guimarães, Coimbra, Porto, Leiria, Covilhã, Bragança, Lamego, Évora, Estremoz, Santarém e Beja.

³⁰ O termo e conceito de “fraternidade” continua atual, e é expresso logo no primeiro artigo da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, quando se afirma que “(...) todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de **fraternidade**”. Cf. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Artigo. 1. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

³¹ Cf. Ribeiro, 1952: 20-28.

³² Cf. Boschi, 1986: 17-19.

³³ Ob. Cit.

A Ordem Terceira de S. Francisco será responsável em Portugal, pela criação de uma estrutura de assistência e providência social aos mais desfavorecidos, sendo disso exemplo a criação de albergarias, hospitais e asilos, sempre em associação com a atividade conventual dos frades menores.

Terceira Ordem Regular (TOR) – Surge num contexto de uma avidez de vida evangélica por parte de algumas fraternidades Terceiras, em especial no Norte da Europa, com epicentro em Utrequena, Holanda, à qual se seguiram outras na Bélgica (1413), em Colónia (1427) e depois em Espanha (1442). Neste seguimento de acontecimentos vamos encontrar alguns irmãos da Ordem Terceira Secular que começam a levar um estilo de vida muito semelhante à dos frades da Primeira Ordem, vivendo em comunidades masculinas (Recoletos) e femininas (Recolhimentos), acabando por formar outro ramo na família franciscana, a Terceira Ordem Regular ou em latim, *Tertius Ordo Regularis* (TOR)³⁴. Esta Ordem, cujos irmãos viriam a ficar conhecidos como frades borras, seria introduzida em Portugal no ano de 1443 por religiosos da Galiza, vindo a ter sede em Lisboa, no convento de N.^a Sr.^a de Jesus³⁵.

A confirmação desta Ordem chega a 20 de Janeiro de 1521, com o Papa Leão X (1475-1521), que aprova a primeira Regra escrita especialmente para a Terceira Ordem Regular, o que faz com que estas congregações masculinas e femininas de vida regular franciscana deixem de estar obrigadas à observância da Ordem Terceira de São Francisco³⁶. Apesar de uma existência algo conturbada até ao século XIX, o ramo feminino da Terceira Ordem Regular irá na centúria seguinte conhecer um novo ímpeto com a criação de diversas ramificações, nomeadamente em Portugal.

³⁴ Cf. Araújo, 2006: 257.

³⁵ Cf. Oliveira, 2001: 158-159.

³⁶ Cf. <http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

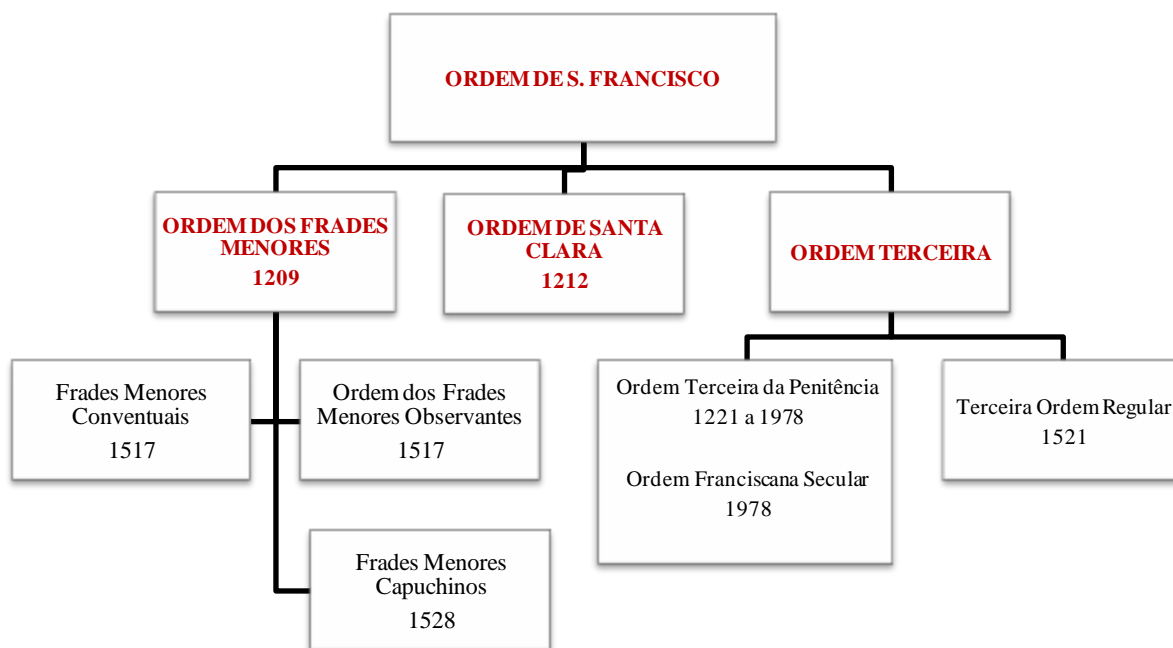


Fig. 02 - Organograma da família franciscana

2. A IMPLANTAÇÃO DOS FRANCISCANOS NO POVOAMENTO AÇORIANO

O povoamento do arquipélago dos Açores ficou dependente, na sua vertente espiritual e temporal, da Ordem de Cristo, coube no entanto à Ordem dos Frades Menores desempenhar um importante papel no seguimento da política de povoamento neste território insular, tendo uma tarefa indispensável no apoio espiritual aos primeiros habitantes, na assistência aos mais carenciados, e ainda mais tarde, na criação de um sistema de ensino, que durante alguns séculos seria a única possibilidade de instrução para a maioria das populações, sendo que a sua espiritualidade viria a ser responsável pela criação das Ordens Terceiras, tão importantes para o apoio aos mais desfavorecidos³⁷.

A sua implantação no arquipélago açoriano dá-se no seguimento da construção do ermitério no Funchal, e segundo informações que nos chegam de Fr. Manuel da Esperança, a Primeira Ordem franciscana marca a sua presença nos Açores, desembarcando na ilha de Santa Maria, presumivelmente no ano de 1446, não se estabelecendo de imediato uma comunidade com carácter de permanência, muito devido ao facto de ter enfrentado sérias dificuldades para se impor num território inóspito e pouco povoado.

³⁷ Cf. Costa, 2008: 420.

“Destes e de outros que de Portugal vieram, se ajuntaram nesta ilha e fizeram um limitado oratório, formando comunidade de prelado, com os seus súbditos; como não tivessem licença da Santa Sé Apostólica, conhecendo esta falta, recorreram ao Papa Nicolau quinto, que lha concedeu a 28 de Abril de 1450 (...) mas, em breve, esta planta se secou, por ser pequena, fraca nos edifícios e os moradores da Ilha, além de poucos, pobres, sem posses para os sustentar; e assim foi perecendo às mãos de sua grande miséria”³⁸.

Por volta de 1452 é criado outro ermitério em Angra, constituindo o primeiro grupo de casas religiosas insulares, denominado *Vigairaria das Ilhas* a partir de 1476³⁹. Nos noventa e quatro anos seguintes os franciscanos açorianos estiveram sujeitos aos frades Claustrais. Em 1517 os conventos açorianos ganham relativa autonomia com a separação dos seus congéneres madeirenses, formando uma *Vigairaria* autónoma, sob a obediência da Província dos Claustrais, fazendo parte da Custódia de Entre Douro e Minho. Com a reforma da Claustra em Observância, os conventos deste arquipélago passam a fazer parte da Custódia do Porto⁴⁰. Aquando da extinção desta custódia em 1583, a sua dependência é transferida para a Província de S. João Evangelista dos Algarves⁴¹. Devido às crescentes aspirações insulares, em 1594 formam a Custódia dos Açores subordinada à Província dos Algarves⁴². Mas as pretensões da comunidade conventual açoriana não se ficaram por aqui, e na década de 1630 iniciam-se movimentações no sentido de uma independência administrativa ainda mais vincada com a tentativa da criação de uma Província no arquipélago.

“Sendo em 1620 nove os conventos, com reconhecidas possibilidades de se governarem com dependência imediata do ministro Geral, tentaram por mais de uma vez a sua organização em província própria, mas encontraram má vontade nos superiores continentais”⁴³.

³⁸ Cf. Monte Alverne, 1960, I: 89-90.

³⁹ Cf. Ribeiro, 1949: 34-35.

⁴⁰ Por solicitação do cardeal D. Henrique, os conventuais foram suprimidos e integrados na Província Observante de Portugal, por Breve do Papa S. Pio V de 30 de Outubro de 1567. Vd. Moreira, 2000: 273-280.

⁴¹ Cf. Ribeiro, 1949: 35.

⁴² Até ao ano de 1525, foram erigidos mais três conventos: N.ª Sr.ª do Rosário (Horta), N.ª Sr.ª da Conceição (Ponta Delgada) e N.ª Sr.ª do Rosário (Vila Franca do Campo).

⁴³ Cf. Ribeiro, 1949: 35.

Para efetivação destas aspirações muito contribuíram os ventos de mudança que sopravam do reino devido à restauração, já que parte dos franciscanos dos Açores eram acérrimos defensores da casa de Bragança.

“E assim foi porque no primeiro de Dezembro, ultimo mez do anno de 40, permitido que os Portuguezes, com morte de Miguel de Vasconcellos, homem que tyrannicamente o opprimia, levantassem a uoz d El rey nosso Senhor Dom João 4º, que Deus guarde Duque que era da mui illustre e Real Caza de Bragança, e tanto podemos presumir e crer que foi dado Rey pollo Ceo (...)”⁴⁴.

Terá sido um ano após a restauração, em 1641, realizado o primeiro Capítulo Provincial da recém-criada Província de São João Evangelista dos Açores, no convento de N.^a Sr.^a da Conceição em Ponta Delgada, sendo a sua sede no Convento Angrense⁴⁵. Será de realçar em todo este processo o papel desempenhado pelos irmãos de sangue florentinos, Fr. Mateus da Conceição, frade de grande renome no seio da família franciscana, e Fr. Diogo das Chagas, que ficaria conhecido como importante cronista açoriano responsável pela obra *“Espelho Cristalino em Jardim de Várias Cores”*, relevante fonte da história açoriana⁴⁶. Fr. Diogo das Chagas veio também a ocupar um importante papel na orgânica da Província de São João Evangelista, onde aliás foi eleito vigário provincial no 2º Capítulo⁴⁷.

“Levando Deus para si o padre provincial no convento de Ponta Delgada, no princípio do mês de Dezembro de 1646, logo no mesmo convento o muito reverendo mestre Fr. Mateus da Conceição, como padre mais digno, convocou o definitório e nele foi eleito vigário provincial o reverendo padre Fr. Diogo das Chagas, em 21 do dito mês acima”⁴⁸.

⁴⁴ Fr. Diogo das Chagas que na sua obra *O Espelho Cristalino em Jardins de Várias Flores*, vem a demonstrar a sua simpatia por D. João IV. Vd. Chagas, 2007: 50 54.

⁴⁵ Cf. Costa, 2008: 420.

⁴⁶ Vd. Chagas, 2007.

⁴⁷ Cf. Rema, 1996: 283-284.

⁴⁸ Cf. Monte Alverne, 1960, I: 49.

Fig. 03 - MAPA DO ARQUIPÉLAGO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS
CONVENTOS/DATA DE EDIFICAÇÃO

Fig. 04 - MAPA DO ARQUIPÉLAGO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS
CONVENTOS/DATA DE EDIFICAÇÃO

Fig. 05 - MAPA DO ARQUIPÉLAGO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS
CONVENTOS/DATA DE EDIFICAÇÃO

Na primeira década do século XVIII a população conventual de São Miguel e Santa Maria inicia um processo de independência em relação à Província de São João Evangelista. Em 1715 as suas pretensões são satisfeitas com a criação da Custódia da Santíssima Conceição de N.^a Sr.^a da Regular Observância, dependente hierarquicamente do Ministro Geral da Ordem, e constituída por sete conventos⁴⁹.

Apesar do predomínio dos Frades Observantes na cúpula administrativa, quer da Província de São João Evangelista, quer na Custódia da Santíssima Conceição de N.^a Sr.^a da Regular Observância, o certo é que os outros dois ramos Regulares mantiveram uma presença efetiva na quase totalidade do arquipélago.

No que toca à presença da Ordem Segunda, esta vai distribuir-se por S. Miguel, Terceira, Faial e S. Jorge. A presença das Clarissas nos Açores será marcada por várias singularidades, quer devido à sua dependência repartida entre a Diocese de Angra e o superior Provincial⁵⁰, quer ainda pelos conflitos originados pela inflexível organização económica a que as Clarissas estavam obrigadas, alicerçada numa lógica de dotes e rendas.

A vida religiosa era uma alternativa inserida num sentido de coesão familiar, que pretendia manter o mesmo estatuto social para as jovens que não reuniam os dotes necessários para o casamento. Dentro deste estado social será ainda de realçar a relação entre o mosteiro e o seu padroeiro, que para além da sua função de patrono é também dotador, já que o espaço funciona em muitos casos para albergar a descendência dos seus fundadores⁵¹. Esta situação veio a criar conflitos de interesse relacionados com as motivações que muitas das noviças apresentavam, colocando em causa, em muitos dos casos, os votos de pobreza, obediência e castidade. São vários os relatos de contendas e escândalos que obrigaram a intervenção da diocese⁵².

Em relação à Terceira Ordem Regular (TOR), e embora falte um estudo de fundo que possibilite aprofundar a presença deste ramo regular da família franciscana nas ilhas açorianas, e atendendo a que não é propósito deste trabalho investigar essa temática, será no entanto de registar que os Terceiros Regulares não tiveram uma implantação tão consistente comparativamente às duas primeiras Ordens, no período que medeia o

⁴⁹ Cf. Ribeiro, 1949: 37.

⁵⁰ Os Mosteiros de Clarissas eram de uma forma geral autónomos da jurisdição episcopal, estando ligados de forma indireta à Santa Sé, através da *Província Observante*, embora se tenham formado algumas comunidades com dependência direta do bispo diocesano. No caso açoriano, das dezassete casas religiosas, dez estiveram sobre a dependência da Diocese de Angra. Vd. Ribeiro, 1946: 79-81.

⁵¹ Cf. Lalanda, 1988: 461-465.

⁵² Cf. Enes, 1999: 338-339.

estabelecimento dos franciscanos no arquipélago e até ao início do século XX. Inicialmente a sua presença é marcada por três conventos de recoletos: St.º António dos Capuchos, em Angra, N.ª Sr.ª da Conceição, também conhecido por Convento de St.º António, na Lagoa, e Convento de S. Sebastião do Nordeste, Nordeste⁵³. Estas congregações vão ficar, entretanto, sob a dependência e alçada direta do provincial da OFM.

“Tendo o padre provincial Fr. Mateus da Conceição fundados dois conventos de recoletos na ilha de São Miguel, como lhe faltava um para honorífico da província, intentou fundá-lo em esta ilha, em a cidade de Angra”⁵⁴.

No campo feminino também não foi prolífera a disseminação de Terceiras Regulares no mesmo período. O cronista Fr. Apolinário da Conceição aponta, entre outros, para a existência de três recolhimentos de Terceiras Manteladas⁵⁵ que viviam com disciplina claustral: os recolhimentos de St.ª Maria Madalena, St.º António das Capuchas e o de N.ª Sr.ª da Conceição, todos na ilha de Santa Maria⁵⁶.

Só em pleno século XX é que as congregações femininas da Terceira Ordem Regular vão ganhar um novo folego, mais precisamente em 15 de Julho de 1929, com a chegada do primeiro grupo de Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, que vão durante esta centúria distribuir-se por diversas instituições de assistência social, por diversas ilhas do arquipélago⁵⁷.

⁵³ Apesar da independência hierárquica que a Terceira Ordem Regular tinha desde a criação da sua regra, aprovada pelo Papa Leão X em 20 de Janeiro de 1521, os conventos recoletos açorianos obedecem aos superiores da Província de São João Evangelista, maioritariamente composta pelo ramo Observante da OFM.

⁵⁴ Cf. Alverne, 1988: 33.

⁵⁵ Segundo Elisabete de Jesus, os recolhimentos encontram-se ligados à prática de caridade, potenciada pelos novos ideais reformadores pós-tridentinos, sendo que estes poderiam ser apadrinhados por vários extratos da sociedade, incluindo-se particulares, prelados diocesanos, misericórdias e as ordens terceiras seculares. Nesta perspectiva, a entrada de mulheres na Ordem Franciscana constitui-se em várias opções, para além da Ordem de Santa Clara, integrando-se estas em recolhimentos de Terceiras Regulares designadas por “recoletas” e as Terceiras Seculares chamadas de “manteladas”. Vd. Jesus, 2005: 135-154. Ainda a propósito da descrição destas irmãs terceiras Fr. Manuel da Esperança descreve desta forma o seu hábito: *hábitos e mantos de sayal com toucas na forma de Manteletas da dita orde e também de chapeos quando sahem fora de casa (...)*. Cf. Esperança, 1656: 806.

⁵⁶ Cf. Ribeiro, 1946:81.

⁵⁷ Ao longo do século XX outras congregações Franciscanas vão marcar presença nos Açores, entre as quais: Franciscanas da Imaculada, Franciscanas Missionárias de N.ª Sr.ª e Congregação de N.ª Sr.ª das Vitórias. Para um maior aprofundamento sobre a presença do ramo feminino da TOR, consultar o artigo do P.º

Podemos concluir que na globalidade da família franciscana, dividida pelas três Ordens, e tendo como ponto de análise aquela que terá sido a época de maior implantação social nas ilhas açorianas, ou seja a primeira metade do século XVIII, vamos encontrar um efetivo de dezoito conventos masculinos e quinze mosteiros femininos, para além de um conjunto significativo de recolhimentos em oito das nove ilhas, sendo que a ilha do Corvo é a exceção na implantação territorial desta Ordem Mendicante. Foi no entanto, de todas as Ordens religiosas que passaram por esta região insular, aquela que conseguiu cobrir a maior parte do território.

A sua presença será de extrema importância na inserção comunitária dos ideais cristãos, quer pelo facto de possibilitarem que os leigos fizessem parte do mundo conventual, através das Ordens Terceiras, quer ainda pela participação no enquadramento religioso das populações insulares, já que eram os únicos que exerciam ofício de «cura de almas» através da pregação e da confissão, em colaboração com o clero secular⁵⁸. Desta sua participação junto das populações resulta a profunda religiosidade do povo açoriano, da qual ressalta a crença no poder do Espírito Santo. O culto em honra do Divino mantém-se ainda hoje como um elemento de primordial importância no património cultural desta região⁵⁹. O seu contributo na área do ensino oficial e gratuito foi de primordial importância até à extinção das Ordens Religiosas em 1834, com a criação de aulas de gramática, latim e teologia, na Horta, Vila da Praia, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande e Lagoa⁶⁰. Paralelamente, e em conjunto com as fraternidades de Irmãos da Penitência, foram ainda responsáveis pela celebração das festividades da Semana Santa, através do culto pascal da Paixão, Morte, Sepultura e Ressurreição do Senhor.

Henrique Pinto Rema, “A Ordem Franciscana nos Açores (no passado e presente), in *Itinerarium*, Franciscanos de Portugal, Braga, 1996.

⁵⁸ Embora esta não tenha sido uma situação pacífica, já que parte do prelado acusava os regulares de impreparação para o desempenho destas funções, esta tese viria a contribuir como argumento dos Provinciais para assim aumentar a população conventual. Cf. Enes, 1999: 328-329.

⁵⁹ Cf. Meneses, 2011: 264-265.

⁶⁰ Francisco Carreiro da Costa no seu artigo publicado na Revista Insulana sobre a Igreja e Convento dos Franciscanos na Lagoa, descreve da seguinte forma a importância dos franciscanos na dinâmica do ensino preparatório: “Foi este Convento uma meritória casa de estudos preparatórios para os frades e também para os seculares. Estes últimos pagavam, por ano, meio moio de trigo, um quarto de milho, e um carro de lenha de ramada. Tinham duas aulas diárias, de manhã e à tarde e jantavam com os frades. Ensinava-se, aqui, português, latim, filosofia, retórica, música e canto gregoriano.” Cf. Costa, 1965: 54.

2. OS IRMÃOS DA PENITÊNCIA NOS AÇORES

3.1. A sua inserção e distribuição geográfica

A inexistência de fontes para alguns dos concelhos açorianos, não nos permitem apontar com exatidão a fundação de algumas Fraternidades da Venerável Ordem Terceira. No entanto será de realçar o importante contributo de diversas monografias realizadas por proeminentes investigadores, que antes de nós já se haviam debruçado sobre esta temática, efetuando relevantes levantamentos de fontes. De entre os vários queremos destacar três nomes: Rodrigo Rodrigues, Bartolomeu Ribeiro e Henrique Rema.

Rodrigo Rodrigues, investigador açoriano, transcreveu a obra de Fr. Agostinho de Monte Alverne *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*⁶¹, manuscrito que nos dá importantes informações sobre os primeiros duzentos anos de implantação franciscana nos Açores e nos fornece um conjunto de dados relevantes, pois este cronista foi um alto membro da hierarquia da OTS de Ponta Delgada, no final do século XVII.

Na segunda metade do século XX dois destacados investigadores, e membros da OFM, levaram a efeito um levantamento de dados junto dos arquivos das OTS de algumas das ilhas deste arquipélago. Este registo teria o seu primeiro momento pela mão do P.^e Bartolomeu Ribeiro, que em 1952 publica em livro as suas investigações *Os Terceiros Franciscanos Portugueses*, no qual efetua uma recolha de fontes a nível nacional sobre os Terceiros Franciscanos Portugueses⁶², e que o leva em 1946/7 a percorrer seis das nove ilhas do arquipélago, compilando um conjunto de informações e dados de alguns arquivos destas irmandades. Em 1996, o P.^e Henrique Rema, no seguimento da investigação anterior, efetua uma atualização dos dados existentes para a década em questão⁶³.

Serão necessários cerca de cento e oitenta anos de implantação franciscana nos Açores, para que possamos assistir à fundação das primeiras Fraternidades da Venerável Ordem Terceira de São Francisco neste arquipélago. A criação destas irmandades é contemporânea do movimento de restauração das Ordens Terceiras Seculares⁶⁴, que

⁶¹ Cf. Alverne, 1960.

⁶² Cf. Ribeiro, 1952.

⁶³ Cf. Rema, 1996.

⁶⁴ As Ordens Terceiras haviam vivido em todo o século XV, e a quase totalidade do XVI, um certo período de decadência, muito motivado pelo carácter de imunidade que se criou à volta destas irmandades. Entre estas regalias encontravam-se a isenção do exercício militar e encargos públicos, sacramentos pelos superiores franciscanos e sepultura obrigatória nos claustros franciscanos. Com a revogação de privilégios e

tiveram o seu ponto fulcral no primeiro Capítulo Geral, celebrado em Toledo no ano de 1606, e que teriam a sua correspondência em Portugal em 1615, na cidade de Lisboa, pela mão de Fr. Inácio Garcia, franciscano da Província de Mallorca, tendo este movimento chegado ao Porto pelo ano de 1633⁶⁵.

Se analisarmos os levantamentos feitos em 1946 e 1952, pelo P^e. Bartolomeu Ribeiro⁶⁶, junto de vários arquivos franciscanos em Portugal continental e insular, podemos afirmar que os Terceiros açorianos estiveram no reatamento desta ordem secular no Portugal seiscentista. A inserção da Ordem Terceira Secular nos Açores esteve ligada à iniciativa evangelizadora da OFM, como aliás aconteceu no restante território português da época. Na sua generalidade este fenómeno achou-se alicerçado, na grande maioria das ilhas, numa filosofia de socialização do espaço conventual, embora o caso da ilha Terceira seja algo peculiar porque assistimos a uma proliferação de fraternidades em espaço paroquial, ainda que patrocinado pelos frades franciscanos. Esta pode ser uma das razões que estão na origem da longevidade das fraternidades nesta ilha, sendo que uma grande maioria destas ainda se mantinha ativa em meados do século XX, chegando algumas à atualidade⁶⁷.

No que toca à implantação das primeiras fraternidades Terceiras, podemos dividi-la em três momentos distintos. A primeira fase decorre desde o primeiro quartel do século XVII até final da mesma centúria, e nela vamos assistir à tomada de hábito dos primeiros irmãos, nas ilhas de São Miguel e Terceira, sendo que as fontes apontam em primeiro lugar para Ponta Delgada (1624)⁶⁸, seguindo-se Angra (1625)⁶⁹. Neste mesmo sentido, ainda no decurso da primeira metade deste século, e tendo em atenção a importância que teria à altura Vila Franca do Campo no contexto micaelense, será natural que se desencadeie o

isenções, promulgada pelo Papa Leão X, em 1516, vamos assistir à demanda de uma grande maioria de professores, que haviam ingressado em vista de privilégios e benefícios. Vd. Ribeiro, 1952.

⁶⁵ Cf. Rego, 2005: 11-133.

⁶⁶ Cf. Ribeiro, 1946, 38-80.

⁶⁷ A criação de fraternidades adjacentes às paróquias, no período pré liberal, parece-nos ter sido um fenómeno isolado que terá acontecido especialmente na Terceira e em S. Miguel, embora neste último caso de forma mais esporádica, e só a partir de 1832, fruto da debanda de alguns frades que vão ocupar o lugar de sacerdotes em algumas paróquias. No entanto será interessante analisar o caso terceirense, das dezassete irmandades só quatro se encontravam ligadas ao espaço conventual, não será de estranhar o facto de terem sido edificadas menos casas religiosas nesta ilha do que em São Miguel, o que terá levado à necessidade de uma maior implantação territorial ao nível paroquial. Prova dessa vitalidade, é o facto de em 1952, e segundo o levantamento de Bartolomeu Ribeiro, dez por cento da população rural ter tomado o hábito Terceiro.

⁶⁸ Cf. Monte Alverne, 1960, I: 31.

⁶⁹ Cf. Ribeiro, 1952: 346.

processo de criação de uma fraternidade nesta localidade, sensivelmente ao mesmo tempo que as duas anteriores⁷⁰.

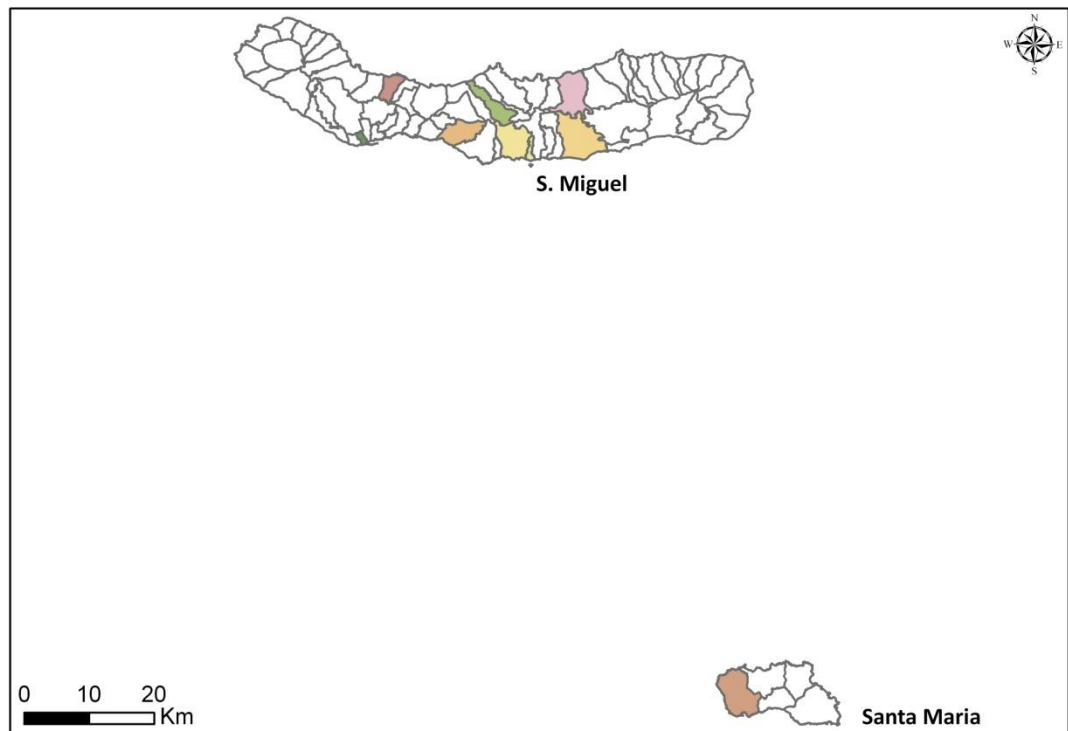
Até à década de 1680 esta corrente de fundação de fraternidades viria a despontar na ilha do Faial, com a OTS do Senhor dos Passos da Horta (1650); em S. Miguel, na vila da Ribeira Grande, com a OTS associada ao Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe (1664)⁷¹ e na vila da Lagoa, com a OTS de Santo António, década de 1680; na ilha de São Jorge com duas fraternidades, nas vilas do Topo (1674) e Velas, (1688), e finalmente na Praia da Vitória, ilha Terceira (1679).

A segunda vaga de implantação dos Irmãos da Penitência no arquipélago dá-se no decorrer da segunda metade do século XVIII, em São Miguel e na Terceira, de forma mais particular nesta última, fruto de uma política de difusão de fraternidades junto das paróquias, facto que leva à criação de mais sete irmandades.

A última fase de fundações terciárias acontece já na primeira metade do século XX, com o surgimento de uma nova vaga evangelizadora agora, e na maioria dos casos, sem a influência direta da Diocese de Angra.

⁷⁰ Em relação a Vila Franca do Campo não existem registos para esta época, mas parece-nos plausível atribuir a sua fundação na primeira metade do século XVII, já que como podemos constatar através da obra de Agostinho de Monte Alverne, o Conde de Vila Franca tomou o hábito de Irmão Terceiro em Ponta Delgada, no ano de 1624, situação que terá sido potenciadora para que em poucos anos os Irmãos da Penitência se tenham instalado nesta localidade. O P.^o Bartolomeu Ribeiro afirma o seguinte sobre esta fraternidade: *“É a mais fervorosa das fraternidades micaelenses e a que tem conservado o essencial da disciplina própria dos Terceiros Seculares, com reunião mensal, sufrágios pelos irmãos defuntos, eleição trienal do Discretório; e os seus 46 irmãos e 112 irmãs todos tinham bom nome cristão, quando visitamos em Dezembro de 1946. Tomaram hábito, no final da missão, 12 homens e 126 senhoras, somando o total de 59 irmãos e de 249 irmãs.”* Cit., Ribeiro, 1952:360.

⁷¹ Esta fraternidade será objeto de estudo ao longo deste trabalho.



Fraternidades da Venerável Ordem da Terceira de São Francisco, Grupo Oriental, Arquipélago dos Açores

Ordem dos Terceiros	
	Ausência de Fraternidades
	O. T. da Maia
	O. T. da Ribeira Grande
	O. T. da Vila da Lagoa
	O. T. de Ponta Delgada
	O. T. de Água de Alto
	O.T. da Vila do Porto
	O.T. de Fenais da Luz
	O.T. de Ponta Garça
	O.T. de Vila Franca do Campo

Unidade Geográfica

Freguesia

Fontes

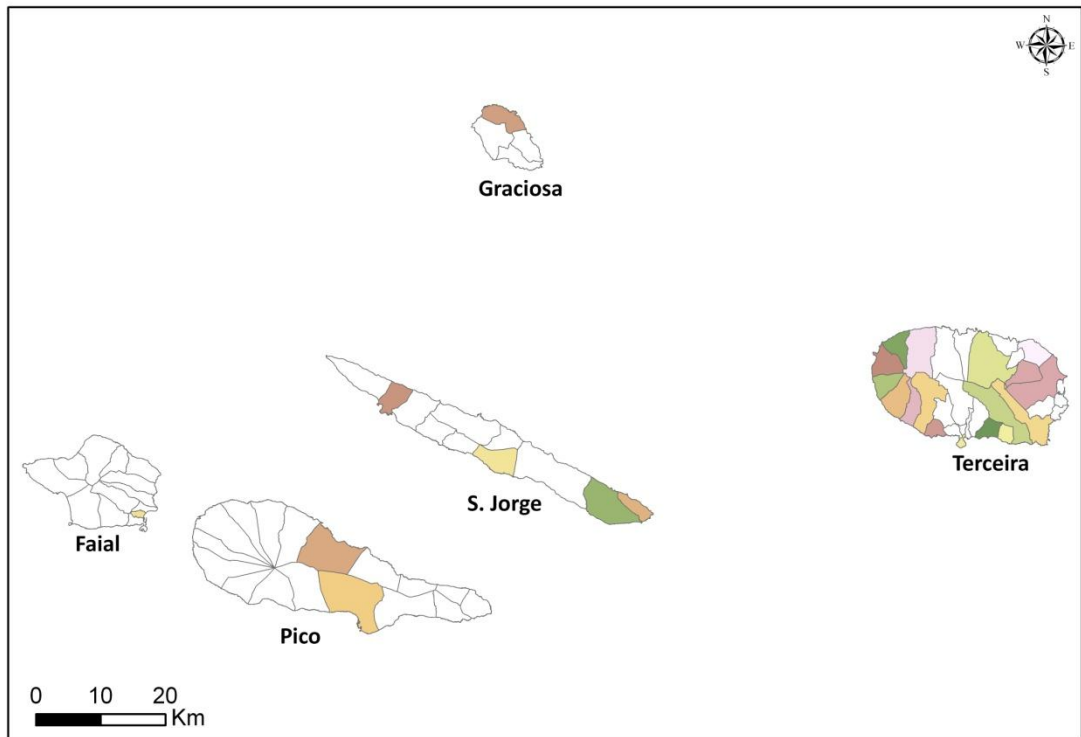
Base geográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2009.0), Instituto Geográfico Português

Base documental: Ribeiro, Bartolomeu. 1952. Os Terceiros Franciscanos: Sete séculos da sua história. Tip. Missões Franciscanas, Braga: 345-371.

Rema, Henrique. 1996. “A ordem Franciscana nos Açores: no passado e no presente”, in Itinerarium, nº 156. Editorial Franciscana, Braga: 510-538.























Fig. 06 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Oriental.

Produção cartográfica, Nuno Martins, 2011.



Fraternidades da Venerável Ordem da Terceira de São Francisco, Grupo Central, Arquipélago dos Açores

Ordem dos Terceiros

	Ausência de Fraternidades		O. T. de Serreta
	O. T. da Calheta		O. T. de São Bartolomeu de Regatos
	O. T. da Nossa Senhora das Mercês da Feteira		O. T. de São Francisco
	O. T. da Ribeirinha		O. T. de São Francisco de Angra
	O. T. da Senhora da Conceição		O. T. de São Roque dos Altares
	O. T. das Lajes do Pico		O. T. de São Sebastião
	O. T. das Velas		O. T. de Vila Nova
	O. T. de Agualva		O. T. do Raminho
	O. T. de Cinco Ribeiras		O. T. do Senhor dos Passos da Horta
	O. T. de Doze Ribeiras		O.T. de Santo Antão do Topo
	O. T. de S. Mateus		O.T. de São Diogo do Topo
	O. T. de Santa Bárbara		O.T. do Cais do Pico
	O. T. de Santa Cruz da Graciosa		

Unidade Geográfica

 Freguesia

Fontes

Base geográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2009.0), Instituto Geográfico Português

Base documental: Ribeiro, Bartolomeu. 1952. Os Terceiros Franciscanos: Sete séculos da sua história.

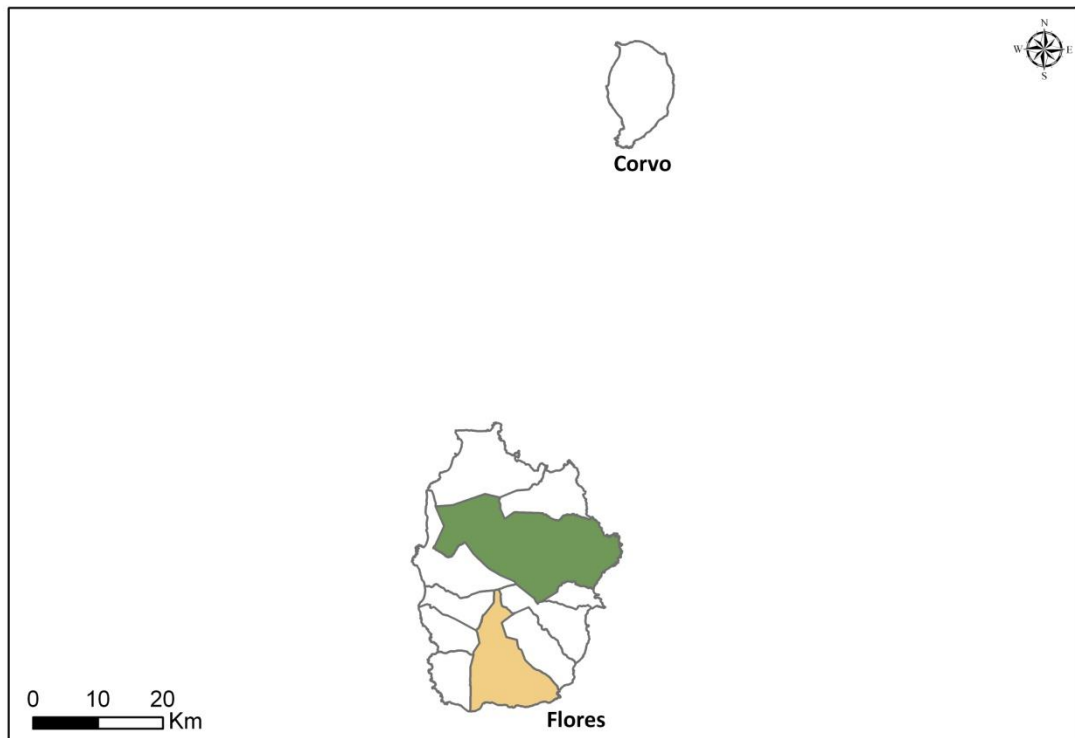
Tip. Missões Franciscanas, Braga: 345-371.

Rema, Henrique. 1996. “A ordem Franciscana nos Açores: no passado e no presente”, in Itinerarium, nº 156.

Editorial Franciscana, Braga: 510-538.

Fig. 07 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Central.

Produção cartográfica, Nuno Martins, 2011.



Fraternidades da Venerável Ordem da Terceira de São Francisco, Grupo Ocidental, Arquipélago dos Açores

- Ordem dos Terceiros**
- Ausência de Fraternidades
 - O. T. das Lajes
 - O. T. de Santa Cruz

Unidade Geográfica

- Freguesia

Fontes

Base geográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2009.0), Instituto Geográfico Português

Base documental: Ribeiro, Bartolomeu. 1952. Os Terceiros Franciscanos: Sete séculos da sua história. Tip. Missões Franciscanas, Braga: 345-371.

Rema, Henrique. 1996. “A ordem Franciscana nos Açores: no passado e no presente”, in Itinerarium, nº 156. Editorial Franciscana, Braga: 510-538.

Fig. 08 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Ocidental.

Produção cartográfica, Nuno Martins, 2011.

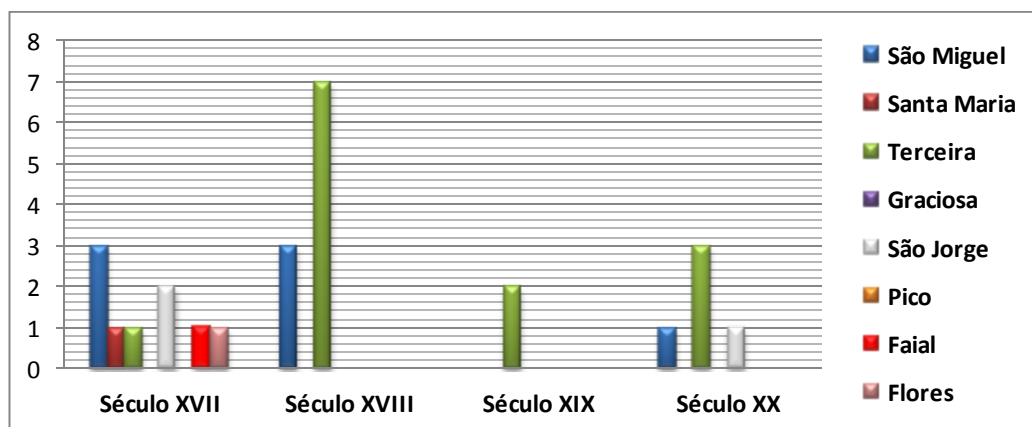


Fig. 09 - Gráfico com a fundação de Fraternidades no Arquipélago dos Açores.

3.2. A comunidade de Terceiros e a hierarquia franciscana

A adesão dos diversos extratos da população açoriana, no final do primeiro quartel do século XVII, ao fervor religioso motivado pelo ressurgimento dos movimentos leigos seculares franciscanos, é bem patente em diversas localidades deste arquipélago, nomeadamente nas cidades de Angra e Ponta Delgada, que como já referido anteriormente registam referências de Fraternidades organizadas, com Discretório eleito para os anos de 1624 e 1625⁷². No livro em que consta o Princípio da Ordem Terceira em Ponta Delgada, transcrito por Rodrigo Rodrigues, e referenciado na “*Breve notícia sobre Fr. Agostinho de Monte Alverne e o seu manuscrito*”⁷³, podemos ter uma noção sobre a adesão das mais variadas condições e origens sociais da população a este fenómeno de associação de cariz religioso.

“ (...) contava como irmãos o Conde de Vila Franca, D. Manuel da Câmara, Manuel Fernandes, alfaiate, o licenciado Marcos Lopes Henriques, o padre Francisco de Araújo, vigário de Santo António, e vinte e cinco mulheres de diferente condição social, (...) os quais tomaram imediatamente o hábito a exemplo do irmão João Soares de Sousa, fidalgo da casa dos capitães da Ilha

⁷² Cf. Ribeiro, 1952:346.

⁷³ Cf. Monte Alverne, 1960, I: 23.

de Santa Maria, que, tendo professado em a mesma ilha, se veio a morar em esta cidade desde o ano de 1614 até ao de 1624”⁷⁴.

Esta pluralidade social será uma constante ao longo do século XVII, como demonstra uma outra lista desta mesma irmandade, copiada por este investigador micaelense para o ano de 1679.

“Ai se encontra juntamente com o Governador João da Costa Pereira e o Morgado António do Rego, por exemplo, os nomes de André Machado, cirurgião, João da Costa, mestre de meninos, padre Francisco da Costa, mestre de capela, Luís Pereira, boticário, e ainda os de profissões mais modestas, como António camelo, sapateiro, António Machado, vendeiro, António da Costa, alfaiate, Domingos Martins, ourives, Manuel Pereira, oleiro, Sebastião de Sá, barbeiro, entre outros”⁷⁵.

A multiplicidade de elementos das comunidades locais nas Fraternidades de Terceiros serviu como fator igualitário à boa maneira franciscana, tornando-se como um catalisador para a aproximação social entre clero regular e secular. Exemplo disso será o facto do cura da Matriz de Santa Cruz, P.^o André de Teve, ter solicitado, em 1690, ser sepultado na Igreja do Convento Franciscano da Lagoa, alegando as suas boas relações com a Ordem Terceira do Convento de St.^o António⁷⁶. Na mesma altura os Terceiros da vila da Horta concediam sepulturas na Capela da Sr.^a da Piedade⁷⁷, o que atesta o importante papel dos irmãos penitentes no cerimonial do enterro.

Numa época em que o movimento pós-tridentino se empenhava na prática da catequização, as comemorações religiosas, entre as quais as procissões e festas populares, tiveram um papel importante no despertar da fé cristã. À Venerável Ordem Terceira competia a organização das procissões quaresmais, das quais se viriam a destacar a Procissão dos Passos e a Procissão da Penitência, sendo esta última comumente chamada de Procissão dos Terceiros. Estas manifestações processionais serviam não só para

⁷⁴ Cf. Monte Alverne, 1960, vol I: 23.

⁷⁵ Idem ibidem.

⁷⁶ Cf. Costa, 2007:52-53.

⁷⁷ Cf. Ribeiro, 1949:65.

enaltecer o sentimento coletivo, mas também como elemento de congregação dos irmãos penitentes e demonstração da pujança das irmandades no espectro social da época.

A singularidade desta organização de leigos ficaria ainda marcada pelo papel interventivo das mulheres na administração da estrutura executiva dos Terceiros, sendo estas elegíveis para ocupar lugares de destaque, num sistema dirigido por homens, mas que potenciava uma divisão de género no que toca às tarefas a executar dentro da Fraternidade⁷⁸. Competia às irmãs Terceiras a orientação das noviças e a preparação das imagens de vestir, bem como a ornamentação dos andores que compunham o quadro processional das manifestações quaresmais. Todo o processo de participação feminina dentro da Ordem Terceira era supervisionado e representado por uma irmã designada por ministra, cargo que aliás tinha correspondência na componente masculina da Ordem.

Mas não era só numa lógica evangelizadora e de fixação das populações aos ideais franciscanos que, durante as centúrias de Seiscentos e Setecentos, se encontravam inseridas as Ordens Terceiras. Seriam também um importante suporte de assistência e apoio social às populações mais carenciadas do arquipélago, caso da Ordem dos Terceiros do Convento de St.º António na vila da Lagoa, que prestava apoio alimentar e medicamentoso a todas as freguesias deste concelho, bem como auxílio aos viajantes que passavam por esta vila. Prova disso é o facto de em 1770 os irmãos desta Fraternidade demonstrarem o seu desagrado pelas carências económicas que a mesma enfrentava, o que não permitia um eficaz apoio aos mais desfavorecidos⁷⁹.

Os Terceiros Seculares açorianos mantiveram, desde o primeiro momento, um vínculo aos superiores da Primeira Ordem, não só em termos espirituais, mas também jurídicos e administrativos, vindo esta ligação apenas a ser extinta no período Liberal com o fim das casas religiosas masculinas. A dependência ao ramo regular dos Observantes, encontrava-se regimentada através da Constituição *Paterna Sedis Apostolicae Providentia*, de 10 de dezembro de 1725, regulamento que incumbia ao Comissário da Ordem a representação da hierarquia franciscana. Este lugar era preenchido por um frade que, dependendo da importância da Fraternidade em questão, seria também ele um clérigo com maior ou menor peso dentro da Província. Ao comissário eram delegadas as funções de administrar e instituir aos Irmãos os sacramentos da Igreja, bem como doutrinar estes nos princípios da Regra. Paralelamente era da sua competência convocar e presidir à Junta dos

⁷⁸ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira da Ribeira Grande*, “Livro de Actas da Ordem Terceira de S. Francisco, 1740-1836.”

⁷⁹ Cf. Costa, 2011:34-35.

Discretos, órgão colegial composto por clérigos e leigos, que elegia o ministro, vice-ministro e restantes cargos executivos da OTS. Para além destas competências o comissário fazia o elo de ligação entre a Ordem e a comunidade local, nomeadamente com os cargos políticos de maior relevância, designadamente o Capitão do Donatário.

Para ilustrar a importância que os regulares da Ordem Primeira franciscana tiveram na orgânica secular, vejamos o que nos diz o autor das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, também ele um ilustre membro da OTS. A atribuição dos votos aos comissários dos Terceiros era feita no Capítulo Provincial, como podemos constatar das deliberações do 4º Capítulo realizado, muito possivelmente, em 1658⁸⁰.

“Neste capítulo se deu voto aos padres comissários dos Terceiros em Angra, o primeiro o padre Fr. Salvador da Trindade, confessor, e se aceitou a patente do Cardeal Protector para não estarem dois irmãos na mesa da Definição”⁸¹.

Os comissários da OTS tiveram um representante com assento e direito a voto nas reuniões do Capítulo durante quarenta anos, mas em 1681, no 12º Capítulo, realizado no Convento de Angra, perderam essa faculdade pelas alterações introduzidas nos estatutos gerais de 1679 e promulgados pelo Papa Inocêncio XI⁸².

O peso e a importância que os regulares demonstravam, através da participação em cada uma das fraternidades, são atestados pelas nomeações para os cargos de comissário. No final do século XVII, Fr. Manuel de S. Luís, leitor de Teologia e futuro provincial, cede o seu lugar ao reverendo P.º Fr. Agostinho de Monte Alverne, que foi investido no cargo de comissário da OTS de Ponta Delgada em 5 de Junho de 1699, cargo que ocuparia já com a idade de 70 anos e até 1702⁸³. À época este seria um importante membro dentro da comunidade franciscana de S. Miguel, como atestam as declarações de Fr. Manuel da Glória, o Comissário Visitador.

⁸⁰ Na “Notícia Quinta” relatada por Fr. Agostinho de Monte Alverne, não é referida a data da realização do 4º Capítulo, mas se atendermos às referências feitas ao longo da descrição desta reunião, encontramos várias datas apresentadas como importantes entre o 4º e 5º capítulo, sendo a de 8 de Julho de 1658 a mais antiga.

⁸¹ Cf. Monte Alverne, 1960, I: 51.

⁸² Idem: 64.

⁸³ Consta no Arquivo da Ordem Terceira de Ponta Delgada, p. 26. Documento transcrito por Rodrigo Rodrigues. Vd. Alverne, 1960: 32-33.

“ (...) da prudência, zelo e religião com sua assistência e doutrina irá em grande crescimento a irmandade e caridade(...)”⁸⁴.

Na qualidade de mais alto representante desta Irmandade participa, a 11 de Junho de 1699, em Ponta Delgada, juntamente com o ministro desta Ordem e a abadessa D. Doroteia, esta em representação das freiras do Convento da Esperança, num ato de permuta escrito entre as Clarissas e os Terceiros desta localidade, onde é dado à Irmandade Terceira o terreno onde haviam fundado um hospital, em troca de dois alquebres de terra ao Maranhão desta cidade.

*“ (...) o chão e o sítio em que haviam fundado um hospital que estava já feito, para nele se recolherem os irmãos terceiros pobres e entevados, com a sua cerca, na forma que hoje está situado, por elas serem senhoras da dita terra no campo de S. Francisco, junto ao convento deles e delas, ditas religiosas, com promessas deles, ditos terceiros, darem dois alqueires de terra pela que largaram para o dito hospital”.*⁸⁵

3.3. Do período liberal ao séc. XXI

Com maior ou menor participação das comunidades locais, as Ordens Terceiras da Penitência mantiveram, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um papel de extrema importância na aproximação aos ideais cristãos, e ainda como garante de um certo estado social, que seria também um porto de abrigo para os extratos da população açoriana mais desfavorecidos. Após duzentos anos de implantação insular, a sua influência no universo franciscano açoriano era bem latente, pois as irmandades que se encontravam adjacentes aos conventos possuíam pelo menos uma capela ou nave lateral fundada nas igrejas conventuais ou até, em alguns casos, nos próprios templos paroquiais, onde pelo menos um altar era pertença da Ordem dos Penitentes.

O fulgor destas irmandades foi irremediavelmente afetado pelas lutas entre liberais e absolutistas, que levariam à guerra civil de 1832-1834. Foi durante a Regência da Terceira, aquando da passagem de D. Pedro IV pelos Açores, que viria a ser aplicado o

⁸⁴ Idem Ibidem.

⁸⁵ Cf. Notas de Rodrigo Rodrigues, *Livro de Tombo da Ordem Terceira* de 1699, p. 8.

Decreto-Lei de 17 de Maio de 1832, da responsabilidade de Mouzinho da Silveira, e que acabaria por estender-se ao restante território continental sob domínio liberal. Este Decreto originou, num primeiro momento, a extinção de vários conventos e mosteiros açorianos, integrando os seus edifícios e bens na Fazenda Nacional e, num segundo momento, estes acontecimentos originaram em 1834, a extinção das Ordens Regulares de todo o território português, sendo que dos 18 conventos masculinos franciscanos nos Açores, só sobreviveram os de Angra, Horta e Ponta Delgada.⁸⁶

A legislação entretanto promulgada seria omissa no que toca às Ordens Seculares, situação que possibilitou, numa fase inicial, que muitas das fraternidades ficassem a seu cargo, junto com as igrejas conventuais, pois como já vimos possuíam nestes templos capelas anexas, sendo disso exemplo as igrejas dos antigos Conventos de N.^a Sr.^a da Vitória, em Santa Maria, N.^a Sr.^a da Guia e N.^a Sr.^a da Conceição, na Terceira, ou no caso de S. Miguel, os Conventos de N.^a Sr.^a do Rosário⁸⁷ e St.^o António, entre outros⁸⁸. Todos estes templos mantiveram, durante alguns anos, Fraternidades em funcionamento, só que ao contrário de algumas congéneres continentais, as Ordens Terceiras açorianas, apesar de na generalidade terem um papel incisivo no que toca à assistência social, não tinham a seu cargo, de um modo geral, a administração de hospitais, asilos, ou outras organizações que prestassem auxílio no terreno, este tipo de atividades de cariz solidário e hospitalar sempre se manteve no arquipélago sob a alçada das misericórdias. As Fraternidades Terceiras desenvolviam algumas ações de cariz social, conjuntamente com as atividades espirituais e festividades da Semana Santa, como aliás iremos constatar com o caso de estudo da Ribeira Grande⁸⁹.

⁸⁶ O Estado viria a apropriar-se não só das casas religiosas, mas também do património pessoal com que alguns frades haviam entrado na Ordem. Nos dois anos seguintes à Lei de Mouzinho da Silveira, outras leis saíram, a nível nacional, que levaram a uma gradual extinção dos conventos: com o Decreto de 24 de Julho de 1833 suprimem-se todos os mosteiros e conventos abandonados ou que tivessem recebido religiosos absolutistas; com o Decreto de 5 de Agosto de 1833 proíbe-se a entrada de noviços e a emissão de votos religiosos; com o Decreto de 9 de Agosto de 1833 suprimem-se os conventos com menos de 12 religiosos, extinguem-se os superiores maiores de todas as corporações regulares, delibera-se que o superior local será eleito pelas próprias comunidades e subordinam-se as casas religiosas aos bispos diocesanos. Por fim, com o Decreto de 28 de Maio de 1834, publicado no dia 30 de Maio, extinguem-se todas as casas das Ordens Regulares masculinas em Portugal e no Ultramar. Vd. Oliveira, 2001:245-246.

⁸⁷ Cf. Ribeiro, 1949:38-39.

⁸⁸ Cf. Costa, 1965:57-59.

⁸⁹ Se estabelecermos um termo de comparação entre a Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Ribeira Grande e a de Jesus, em Lisboa, podemos constatar que esta última se mantém ativa até aos dias de hoje, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que para além do Hospital de Jesus, é proprietária e suporte jurídico, respetivamente do Lar de S. Francisco e do Externato de St.^o António. A Fraternidade da Ordem Terceira de S. Francisco, de Jesus, elegeu a sua primeira Mesa Definitória a 15 de Abril de 1633 (sendo contemporânea das primeiras fraternidades açorianas). Manteve a sua vida e atividade

No início de mil e novecentos já são evidentes os primeiros sinais de alguma deserção das comunidades de irmãos da penitência, embora a este fenómeno passem de certa forma incólumes as fraternidades terceirenses de cariz paroquial. A propósito deste desinteresse, em 1890 o pároco da vila das Velas, em São Jorge, tenta restabelecer a Ordem Terceira nesta localidade, reeditando, inclusive, os estatutos da Venerável Ordem Terceira da vila das Velas, só que se depara com o desinteresse generalizado dos locais.

“Arranjei estes Estatutos para restaurar a antiga Ordem Terceira de São Francisco, extinta há muitos anos, mas o terreno onde eu trabalhava era muito sáfaro não podendo com isso coisa alguma.”⁹⁰

O séc. XX veio marcar algumas investidas ao património dos Terceiros, de que é exemplo a já citada “Cerca” em Ponta Delgada, adquirida às Clarissas no comissariado de Agostinho de Monte Alverne, e que na década de 1910 é posta em praça pelo governo da época. Esta situação vem confirmar que à data não existiam vestígios da utilização do espaço para os fins inicialmente previstos havia 260 anos, ou seja um hospital para recolher os Irmãos Terceiros.

“No ano de 1906 o Governo pôs em praça os foros e Cerca. Estava no poder o Governo Progressista, e, o abaixo-assinado juntamente com alguns irmãos, desta Ordem, pediram ao chefe do Partido Progressista nesta ilha, Exmo. Senhor José Maria Raposos d’Amaral para o Senhor Ministro José Luciano de Castro retirar da Praça a Cerca, alegando que a Fraternidade, segundo os seus estatutos, precisava da Cerca para construir o seu Hospício no que foram atendidos.”⁹¹

Com o advento da República, que vem a promulgar diversas leis, é retirado o carácter religioso às fraternidades, e com a Lei de Separação da Igreja do Estado, de 21 de

normais ao longo dos séculos XVIII e XIX, apenas com uma possível interrupção entre os anos de 1820 e 1844, já que não há referência escrita relativamente a esse lapso de tempo. Cf. <http://www.hospitaldejesus.pt/pt/pagina/4/a-instituicao/>

⁹⁰ Anotação que consta num manuscrito de 1890, existente no Museu de Arte Sacra das Velas, *Estatutos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco instituída na igreja do extinto Convento dos Franciscanos da vila das Velas, ilha de São Jorge, diocese de Angra*. Documento cedido para consulta pelo P.º António Silveira.

⁹¹ Cf. Ávila, 1957.

Abril de 1911, proíbe-se qualquer tipo de ligação entre as Ordens Terceiras Seculares e as Ordens Regulares. Com a República, as Ordens Terceiras passam a ter apenas funções de cariz social, não passando de meras irmandades ou corporações de assistência ou beneficência social.

Artigo 25º

“As corporações actualmente existentes, ou novamente constituídas, não podem em caso algum tomar o carácter nem a forma de qualquer ordem, congregação ou casa religiosa regular, nem subordinar-se, coordenar-se ou relacionar-se, directa ou indirectamente, com algum instituto dessa natureza, onde quer que exista sob pena de lhes serem, ipso facto, aplicáveis, bem como aos seus membros e bens, as disposições dos decretos com força de lei de 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910.”⁹²

Com o passar dos anos o campo de ação para estas instituições seculares acaba por se tornar cada vez mais reduzido, como aliás é demonstrado com a dificuldade da fraternidade de Ponta Delgada em fazer cumprir as suas funções no que toca à solidariedade social, situação que fica ainda mais vincada, quando em meados do século XX, e a propósito da dita “Cerca”, é feita uma permuta de terrenos, que possibilita as pretensões da fraternidade em manter a propriedade, mas a construção do hospício, essa é que à data ainda não havia sido edificado.

“Em 1941 a Junta Geral queria que a Fraternidade entregasse a Cerca para construir o Dispensário Anti-Tuberculoso, mas não conseguiram nada. Fez-se uma permuta duns metros de terreno, dando a junta Geral outros para ficar a Cerca com servidão para a Avenida, ficando com mais valor pois rende actualmente a quantia de 2.520\$00.”⁹³

O panorama descrito pelo P^c. Bartolomeu Ribeiro, quando no final da década de 1940 percorreu o arquipélago, é algo díspar, já que como temos referido, as fraternidades das paróquias rurais da ilha Terceira mantinham-se na sua grande maioria com um grande fulgor evangélico, sendo que das vinte e duas paróquias rurais, dezasseis tinham

⁹² Cf. *Lei de Separação da Igreja e do Estado*, Art. 25 – 1911.

⁹³ Cf. Ávila, 1957.

fraternidades franciscanas. O mesmo não acontece com as suas congéneres citadinas, como o caso da OTS de Angra, que em 1946 é descrita com pouco mais de quarenta irmãos, para uma população de treze mil habitantes⁹⁴.

O quadro apresentado nas restantes ilhas não foi mais animador. Se em Santa Maria apenas restavam menos de trinta irmãos, em São Miguel algumas fraternidades mantinham-se ativas, mas sem um grande dinamismo no que toca ao aparecimento de noviços, sendo que a OTS de Ponta Delgada, uma das maiores e mais tradicionais dos Açores, apresentava-se sem Direção, e com um pequeno número de irmãos que mantiveram a Procissão dos Terceiros até à década de 1960. As restantes ilhas ocidentais não apresentavam números dignos de registo, com algumas exceções nas ilhas do Faial e São Jorge⁹⁵. Em termos gerais, a realidade Açoriana em meados do século XX apresentava um total de 4.784 Irmãos Terceiros, sendo que 3.083 residiam em paróquias da ilha Terceira, para uma população residente no arquipélago de 287.791 habitantes⁹⁶.

Em 1996 o P^o. Henrique Rema efetua um novo levantamento, verificando-se que das quinze irmandades contabilizadas para a época em causa, doze encontravam-se na ilha Terceira, e das restantes três, duas já praticamente não estavam ativas (Ponta Delgada e Ribeira Grande)⁹⁷.

Dezasseis anos volvidos, em plena alvorada de uma nova centúria, a situação das fraternidades açorianas mantém-se praticamente inalterável (Fig. 09). Em termos organizativos desde 2004 que os Terceiros Seculares contam no arquipélago com o apoio espiritual da OFM, passando a dispor de uma casa religiosa em Angra do Heroísmo (Convento de Angra), o que possibilita um auxílio religioso à comunidade secular de S. Francisco, bem como um enquadramento na hierarquia desta Ordem religiosa. Como resultado da presença do ramo regular, os Açores passaram a ter o envolvimento de um irmão da Primeira Ordem como Assistente Regional. O restante esquema organizativo dos Terceiros açorianos na atualidade completa-se com os conselhos das fraternidades locais, que são votados em Capítulo por três anos, na presença do órgão hierarquicamente superior, o Conselho Regional, presidido pelo Ministro Regional, que por sua vez representa os seculares do arquipélago nos Capítulos eletivos nacionais, bem como em

⁹⁴ Cf. Ribeiro, 1953:346.

⁹⁵ Cf. Idem, 1953:346.

⁹⁶ Idem, 1953: 344-370.

⁹⁷ Cf. Rema, 1996:532-534.

todas as reuniões de interesse para a Ordem, para além da responsabilidade de manter vivo o espírito de fraternidade entre a família franciscana⁹⁸.

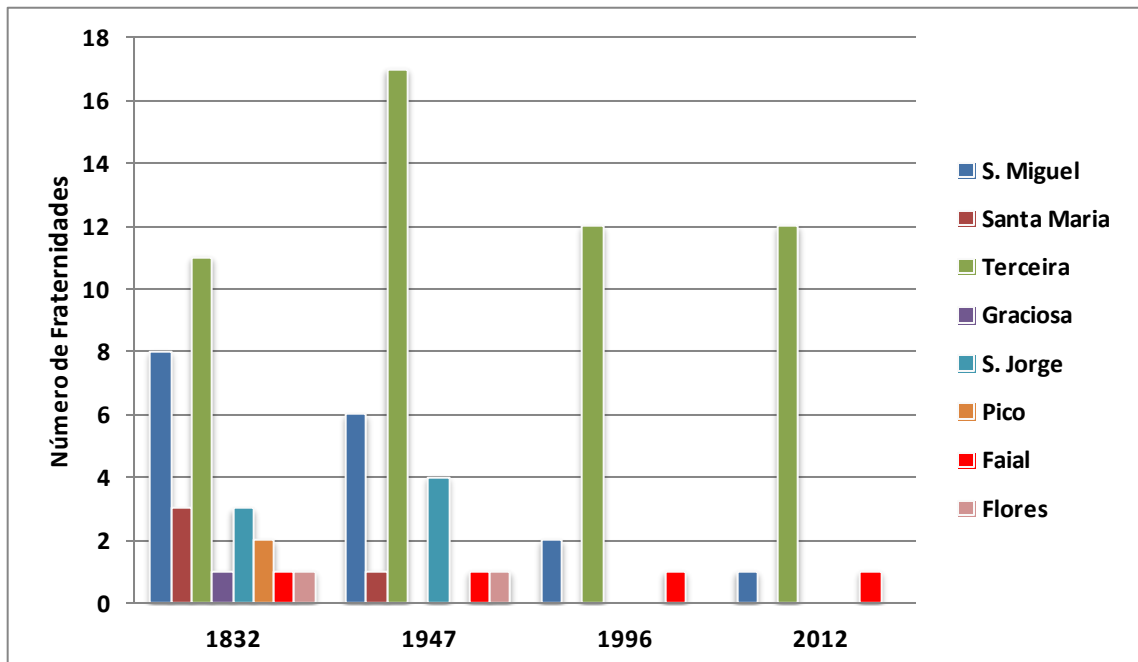


Fig. 10 - Gráfico com Fraternidades em atividade nos séculos XIX a XXI. Fontes: Levantamentos efetuados pelo P^o Bartolomeu Ribeiro e P^o Henrique Rema, e pelo autor do presente trabalho, aquando de uma visita que efetuou ao Conselho Regional da Ordem Secular de S. Francisco de Angra do Heroísmo em outubro de 2011.

⁹⁸ Cf. Ordem Franciscana Secular de Portugal, *Conselho Regional dos Açores apresentação sumária*, 2010.

II – PARTE

O PATRIMÓNIO DA ORDEM DOS FRADES MENORES NO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

S. Miguel/Açores

1. O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO FRANCISCANO

1.1. Enquadramento físico

O concelho da Ribeira Grande, que viu nascer nos alvares do século XVII o convento franciscano de invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe (Fig.8), é um município que se encontra localizado na costa norte da ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores, contando, na atualidade, com uma área de 180,15 km² para uma população de 32.048 habitantes⁹⁹, subdivididos por 14 freguesias. O município faz fronteira natural com o Oceano Atlântico (a norte) e é limitado pelos concelhos do Nordeste (a leste), Povoação (a sueste), Vila Franca do Campo e Lagoa (a sul), e Ponta Delgada (a sudoeste e a oeste)¹⁰⁰.

O relevo do concelho é dominado pela dicotomia existente entre a vasta planície que serve de zona habitacional e económica, e estende-se para sul até ao maciço vulcânico da Serra de Água de Pau, em cuja caldeira se situa a Lagoa do Fogo. As suas elevações principais são o Pico da Barrosa (947m) e o Monte Escuro (890m). É neste último que a Ribeira Grande tem a sua nascente, sendo a linha de água com maior caudal do concelho. Ainda no que toca aos recursos hídricos, será de salientar que este concelho ocupa o segundo lugar ao nível do arquipélago em termos de reservas de água, fruto da Lagoa do Fogo, com um volume de 18 milhões de metros cúbicos¹⁰¹. Paralelamente, esta lagoa implantada numa cratera vulcânica contribui ainda como uma das imagens de marca na projeção turística do arquipélago, e do concelho em particular.

O clima desta região micalense é como em todo o arquipélago, ameno e temperado marítimo. A localização do concelho na costa norte da ilha proporciona-lhe um clima mais seco e por vezes mais fresco que o da costa sul. A temperatura média anual situa-se nos 17°C, sendo o mês de fevereiro o mais frio [13,6°C] e o de agosto o mais quente [21,8°C]¹⁰².

⁹⁹ Cf. INE, resultados preliminares do Censo de 2011.

¹⁰⁰ Cf. *Ribeira Grande*, 2004: 2.

¹⁰¹ Cf. *Plano Regional da Água*, 2001: 85.

¹⁰² Para um melhor aprofundamento sobre a morfologia física de S. Miguel, Vd. Ferreira, 2008: 22-

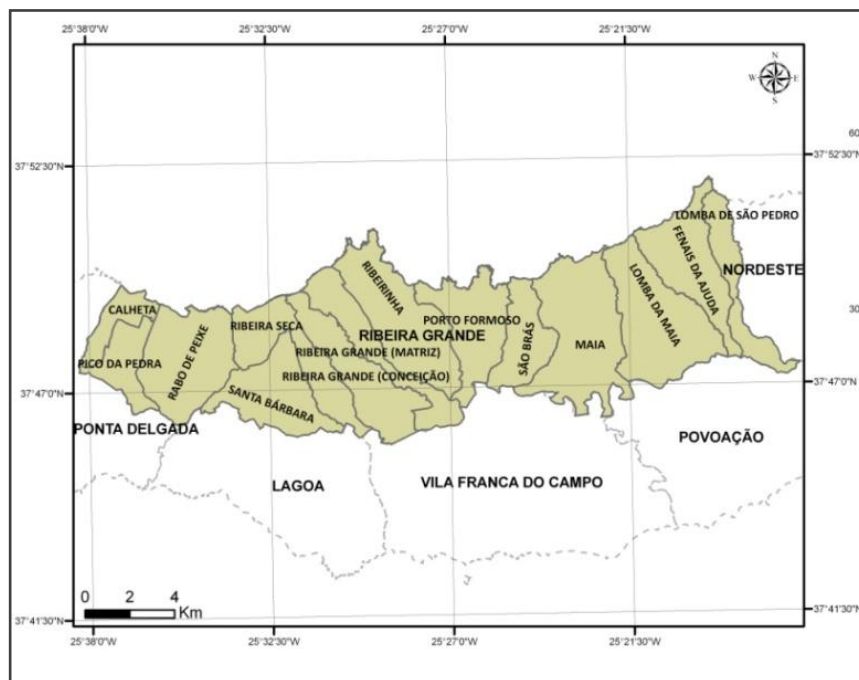


Fig. 11 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande. Produção cartográfica de Nuno Martins, 2011.

1.2. Contextualização histórica e ocupação humana

A Ribeira Grande foi fundada em meados do século XV, fruto de um primeiro núcleo de habitantes, que induzidos pela fértil planície e por uma privilegiada situação hidrográfica, acabam por se instalar a nascente da ribeira que viria a dar o nome a esta povoação, mais precisamente no local onde hoje se situa a Ermida de Santo André¹⁰³.

“(...) margem direita da foz da ribeira que lhe deu o nome...sufragânea de Vila Franca, onde mais eram os casebres de “pau-a-pique”, cobertos de colmo, onde se abrigavam os pobres, do que as casas de pedra e telha onde habitavam já à volta do largo de Santo André, alguns homens mais abastados ou mais nobres.”¹⁰⁴

Os primeiros anos desta povoação são de difícil descrição devido à escassez de fontes para o final do século XV e o início do século XVI, no entanto não terá sido difícil ao Capitão do Donatário Rui Gonçalves da Câmara, responsável pelo povoamento da ilha

¹⁰³ Cf. *Ribeira Grande*, 2007: 4-8.

¹⁰⁴ Cf. Frutuoso, II, 1997:103.

de S. Miguel, angariar candidatos para povoar estas terras férteis¹⁰⁵, como aliás descreveu o cronista Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*¹⁰⁶.

“ *A vila da Ribeira Grande, nobre como os seus moradores, ricos em suas terras, bem assombrada com seus campos e fértil com seus frutos*”.¹⁰⁷

No início do séc. XVI já encontramos um conjunto de elementos de condição social elevada, proprietários de terras e gado, como podemos auferir do contrato de 17 de Abril de 1508¹⁰⁸, que legitima Antão Rodrigues da Câmara, bastardo de Rui Gonçalves da Câmara, capitão da ilha de São Miguel¹⁰⁹. Um crescimento digno de registo logo no começo da centúria de quinhentos levou os mais ilustres da povoação a apresentar requerimento a D. Manuel para que fizesse desta localidade vila. Em 4 de Agosto de 1507 é assinado pelo Rei o documento que desanexou juridicamente o “lugar da Ribeira Grande” a Vila Franca do Campo. Foi um Lopo de Arês, à data habitante em Lisboa e que regressou a São Miguel em Março de 1508, quem trouxe o diploma régio¹¹⁰. A concessão desta carta de foral insere-se no contexto nacional das décadas de 1450 a 1520, caracterizado, entre outros aspetos, pelo interesse régio em incentivar o desenvolvimento populacional e económico de Portugal e pela necessidade de atualizar e uniformizar pagamentos municipais, originando os conhecidos “forais novos” manuelinos¹¹¹.

Prova de que esta localidade começa a ganhar um dinamismo considerável neste século, são as notícias do embrião do que viria a ser a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, já que em 1522 é consumada uma escritura de doação de um terreno, feita por Nuno Vaz e sua esposa Maria Gonçalves, à Casa do Senhor Espírito Santo, para a construção de uma capela que se estaria a edificar, com invocação ao Espírito Santo.

¹⁰⁵ Cf. Rodrigues, s/d: 11.

¹⁰⁶ Gaspar Frutuoso (1522-1591) autor de *As Saudades da Terra*, obra dividida em seis volumes, viveu 69 anos repartidos pela juventude atribulada na península ibérica (1558-1560-1565), à procura de um saber que então não existia nas ilhas e que só poderia ser alcançado em Salamanca, Coimbra ou Évora, e pela atividade eclesíastica na freguesia da Ribeira Grande (1569-1591). Em Salamanca adquiriu, em 1558, o bacharelato em Artes e Teologia, enquanto em Portugal, no período de 1560 a 1565, recebeu o título de doutor, provavelmente em Évora. A parte mais conhecida da sua vida resume-se aos últimos 26 anos em que exerceu o magistério sacerdotal na Ribeira Grande. Nesse período dedicou-se com devoção à vida paroquial e à prática de caridade, dentro e fora da ilha Vd.

¹⁰⁷ Cf. Frutuoso, II, 1997:103.

¹⁰⁸ Cf. *Arquivo dos Açores*, 1981, V: 100-102.

¹⁰⁹ Cf. Rodrigues, 2007: 11.

¹¹⁰ *Idem*: 12.

¹¹¹ Cf. Lalande, 2007: 113.

Apoiado nesta tese, e segundo Lia Nunes¹¹², está o facto de existirem documentos camarários que atestam a existência de uma Confraria do Espírito Santo para a data em questão. Seria só no ano de 1592, e segundo Agostinho de Monte Alverne¹¹³, que ocorreria a eleição dos primeiros mesários pela Câmara Municipal, sendo a 28 de Fevereiro de 1593 que são concedidos por alvará régio, os mesmos privilégios e concessões que a Misericórdia de Lisboa gozava, desde o ano de 1498¹¹⁴.

Esta dinâmica de crescimento era correspondida em termos demográficos já que para 1515 vamos encontrar um total de 200 “fogos”¹¹⁵, número que irá aumentar em 1576, segundo Gaspar Frutuoso, para 794 “fogos” na vila e 224 no lugar de Rabo de Peixe, perfazendo 1018 fogos para 3.534 almas. Na estatística Eclesiástica de 1591, da responsabilidade dos vigários da ilha, o número de “fogos” era de 1218, e dois anos mais tarde o número cresce para 1237, para uma população a rondar os cinco mil habitantes¹¹⁶, situação que vem demonstrar a enorme vitalidade demográfica deste jovem concelho.

A situação geográfica da Ribeira Grande, longe dos principais centros económicos da região levou, a uma preocupação acrescida no que toca às vias de comunicação com os restantes concelhos. Vamos encontrar ligações terrestres ao longo da costa norte em direção ao sul, e ainda um conjunto de ligações marítimas para as outras localidades de S. Miguel, bem como para fora desta, apesar da escassez de boas enseadas na costa norte. É ainda no início do primeiro século de urbanização que é construída uma ponte de pedra junto à praça da vila, descrita até final do século XVI como uma ponte com um arco de doze côvados de largo, com a largura interior de vinte e dois palmos e “*o arco da melhor cantaria que se achasse no termo da vila, e bem lavrada*”¹¹⁷. Em relação ao início do crescimento da malha urbana chega-nos o exemplo da janela manuelina, que no entanto devido à falta de fontes não nos permite efetuar uma correta contextualização no que toca a uma etapa inicial do desenvolvimento urbano desta localidade. Segundo José Manuel Fernandes a cidade da Ribeira Grande tem um desenvolvimento singular num contexto de urbanização dos arquipélagos dos Açores e Madeira, já que se posiciona ao longo da costa

¹¹² Cf. Nunes, 2008: 13.

¹¹³ Cf. Monte Alverne, 1994, II: 306-310.

¹¹⁴ Sobre a História da SCMRG, consulte-se a San Bento, 1997, e ainda Nunes, 2012.

¹¹⁵ Cf. Lalande, 2007: 114.

¹¹⁶ Cf. Rodrigues, 2007: 12-13.

¹¹⁷ Cf. Frutuoso, II; 1981: 104.

norte da ilha de São Miguel, ao contrário dos outros núcleos urbanos insulares que irão privilegiar as costas meridionais¹¹⁸.

O princípio do povoamento terá tido uma estrutura primeva de carácter proto urbano, com uma implantação linear ao longo e paralela ao leito da ribeira (sentido sudoeste - noroeste). A atual estrutura de malha irradiante, existente a nascente daquela linha de água, teria correspondido ao primeiro núcleo da povoação. Os primeiros arruamentos dessa mesma malha estariam, como ainda estão, orientados no sentido sul - norte¹¹⁹.

Será interessante fixar que o crescimento urbanístico da vila foi devidamente administrado pelas entidades concelhias, sendo demonstrado pelas primeiras vereações que nos dão conta da existência de um arruador, que tinha como responsabilidade desenhar o chão e as ruas. É disso prova as vereações de 1555, que nos dão a existência de um conjunto de arruamentos bem definidos: Rua de João do Outeiro, Rua da Conceição, Rua de Lourenço Gonçalves, Rua da Bica, Rua do Espírito Santo, Rua de Francisco Gonçalves Cheira-Dinheiro, Rua das Pedras e Rua do Rosário¹²⁰. Grande parte desta malha urbana chega até nós, já que muitas destas designações toponímicas chegam inalteradas aos nossos dias¹²¹.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII desenvolve-se a estrutura urbana reticulada do lado ocidental da ribeira, inicialmente através do núcleo da Conceição na qual podemos constatar um conjunto de edificações coevas. Como consequência deste desenvolvimento podemos afirmar que a maioria da estrutura viária atual do núcleo central da Ribeira Grande vai desenvolver-se ao longo de um cordão axial, tendo como pontos extremos a antiga igreja conventual de invocação a “N.^a Sr.^a de Guadalupe” e a saída a nascente (eixo das ruas de S. Francisco, da Conceição e D. Carlos I), conhecida como Rua Direita¹²².

¹¹⁸ Cf. Fernandes, 2007: 19.

¹¹⁹ Idem Ibidem.

¹²⁰ Cf. Pereira 2006: 88-170.

¹²¹ Cf. Moura, 2000: 96-110.

¹²² Cf. Fernandes, 2007: 24.



Fig. 12 – Praça Hintze Ribeiro, a Câmara Municipal em fundo, algures na década de 1950.

Fonte: Museu Municipal da Ribeira Grande.

A praça central e municipal (Fig.12) articula com o Largo Dr. Gaspar Frutuoso, sendo estes dois espaços pontos de partida para novos arruamentos, no sentido sul – norte, paralelos entre si, e que originam a malha irradiante atrás mencionada, dando origem a um conjunto de arruamentos onde se encontram muitos dos mais antigos e característicos edifícios seiscentistas¹²³.

Os séculos XVII e XVIII assistiram a um surto de edificação de quintas e de novas ermidas associadas a casa nobres já existentes. Será ainda referente a este período que vamos encontrar um conjunto de edifícios com características arquitetónicas muito peculiares e que seriam classificados pelo investigador açoriano Luís Bernardo Leite de Ataíde como “*Estilo Micaelense*”, fruto de uma corrente artística particular da ilha de S. Miguel e da qual encontramos vários exemplares na cidade da Ribeira Grande¹²⁴. Ainda segundo o mesmo autor, a atividade arquitetónica desenvolvida nesta vila no século XVII dá-lhe a denominação de “*A Vila Seiscentista de São Miguel*”, englobada numa dinâmica regional¹²⁵. Esta “modalidade arquitetónica” para além de utilizar elementos específicos da arquitetura praticada no restante território português da época caracteriza-se, no caso açoriano e ribeirão-grandense, por um conjunto de particularidades, entre as quais, a

¹²³ Cf. Fernandes, 2007: 24.

¹²⁴ Cf. Ataíde, IV, 1976: 52-57.

¹²⁵ Idem: 57.

utilização do «óculo de escada», ou «ó de escada», que teria como finalidade específica a iluminação das escadas e respetivos patamares¹²⁶, e ainda pelo aproveitamento da pedra vulcânica negra que realça a utilização de cantarias salientes sobre paredes com um fundo caiado. O “estilo micaelense” encontra-se ainda ligado a uma necessidade de criação de estruturas arquitetónicas capazes de se inserir em propósitos antissísmicos¹²⁷.

No século XIX a evolução viária é concluída com a construção da “Ponte dos Arcos” sobre a ribeira e com a edificação, a poente desta, do mercado neoclássico. Será ainda nesta centúria, e no princípio da seguinte, que vão estar ligados a uma certa estabilização da malha urbana, que viria a sofrer algumas alterações na atualidade, devido a um conjunto de soluções que passam pela reabilitação da faixa costeira da cidade, e que tem como prevalência uma aposta nas zonas pedonais.

Em termos religiosos e como já afirmado anteriormente, este sempre foi um concelho de grande pendor religioso, não só devido à grande devoção das suas gentes, mas também devido à forte implantação do clero secular e regular. O ano de 1507 marca a construção da Igreja Matriz de N.^a Sra. Da Estrela¹²⁸. Seria ainda neste século, mais precisamente em 1555, que o segundo ramo franciscano viria a fundar o Mosteiro de Jesus, tendo como objetivo acolher jovens que desejassem servir a Deus em clausura¹²⁹. O século XVII viu nascer o convento e igreja de frades franciscanos com invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe, com a primeira missa rezada em 1612, e do qual falaremos com maior pormenor ao logo deste trabalho. Será ainda no final deste século que iremos assistir às movimentações para o aparecimento da Paróquia de N.^a Sr.^a da Conceição, que foi certificada pelo rei D. Pedro II, em 15 de janeiro de 1703, tendo confirmado o primeiro vigário em 19 de outubro de 1705¹³⁰. Este desenvolvimento da influência religiosa está estritamente ligado ao crescimento demográfico e urbano que a Ribeira Grande conhece nos primeiros anos de oitocentos, motivando uma nova dinâmica, como atesta a criação do

¹²⁶ Francisco Carreiro da Costa descreve desta forma a utilização do “Ó” de escadas: “No Continente podemos encontrar, a par e passo, muitas casas dotadas com esses óculos, tanto no rés-do-chão como sobre as janelas do andar nobre. Nunca, porém, como a variedade e o preciosismo que se verificam em S. Miguel, à custa do basalto negro da ilha, podendo por isso arriscar-se que aqui se verificou, quanto a tal pormenor, uma autêntica floração.” Vd. Costa, 1991, vol 2: 775.

¹²⁷ Cf. AA VV, 2002: 158-163.

¹²⁸ Cf. Rodrigues, 2007: 11.

¹²⁹ Cf. Lalanda, 1995: 111-125.

¹³⁰ Cf. Moura, 2009: 42.

Curato, sufragâneo a São Pedro, Ribeira Seca, que foi criado na Lomba de Santa Bárbara pelo alvará de 10 de abril de 1736¹³¹.

Com o decorrer dos séculos a Ribeira Grande cresceu, tendo diversas fontes de rendimento, sempre alicerçadas e dependentes da abundância dos seus campos férteis. A produção agrícola apresentou, pois, uma grande importância, desde o trigo produzido nos primeiros anos, passando pela tecelagem do linho e lã, que veio trazer um notável desenvolvimento económico à região. O linho desde cedo se cultivou em S. Miguel, tendo o seu interesse aumentado nos séculos XVII e XVIII devido às suas potencialidades manufatureiras e comerciais, em especial no que toca às exportações para o Brasil. Para isso terá contribuído a fábrica de panos que existiu na Ribeira Grande, fundada por volta de 1717 pelo Capitão do Donatário D. José Rodrigo da Câmara. Esta indústria teve o contributo de técnicos vindos do Ruão, que desempenharam um papel fundamental na formação das gentes locais¹³². Atestando a preponderância do setor manufatureiro, temos um conjunto de profissões que pontificam neste concelho, caso dos tecelões e fiadeiras, carpinteiros, tanoeiros, correeiros, calafates, serralheiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, barbeiros, ourives, padeiras e marchantes, entre outros¹³³. Com a decadência dos linhos vamos assistir à importância da cultura da laranja, que viria a marcar uma época importante em S. Miguel. Outras atividades teriam a sua importância ao longo do século XIX, como a pecuária, os lacticínios, a vinha, a cerâmica e as culturas do tabaco, beterraba sacarina, batata, chicória e chá. Na segunda metade deste século e após o aprofundamento da “economia da laranja” e com a aposta em novas culturas, nomeadamente em plantas industriais, o município da Ribeira Grande assistiu a um surto industrial que marcou a história do concelho¹³⁴.

Os últimos dois séculos foram importantes no que toca à sua demografia, e embora não existam estudos com suporte estatístico que o confirmem, é provável que no geral o ritmo de crescimento da Ribeira Grande tenha sido superior ao das demais vilas micaelenses. Em 1864 o concelho, abrangendo a vila e os lugares da Ribeirinha, anexo a N.^a Sr.^a da Estrela (Matriz), Ribeira Seca, Rabo de Peixe, Pico da Pedra, Porto Formoso, Maia e Fenais da Vera Cruz ou da Ajuda, tinha 24.321 habitantes¹³⁵. O século XX marca a afirmação deste concelho ao nível da sua dinâmica socioeconómica, que viria a culminar

¹³¹ Cf. Rodrigues, 2007: 14.

¹³² Cf. Machado, 2007: 138.

¹³³ Idem: 139.

¹³⁴ Cf. Rodrigues, 2007: 17.

¹³⁵ Idem *ibidem*.

com a elevação da Ribeira Grande a cidade, a 29 de junho de 1981, e a de Rabo de Peixe a vila, a 25 de abril de 2004. O município ocupa na atualidade uma área de 179,5 Km², sendo domiciliado por 28.462 habitantes, distribuídos por catorze freguesias, tendo como sede de concelho a cidade com o mesmo nome e que conta atualmente com cerca de 5300 habitantes¹³⁶.

Uma das características que podemos encontrar nesta cidade nos dias de hoje, é a aposta na sua forte riqueza patrimonial e cultural, nomeadamente ao nível da preservação das tradições identitárias da Ribeira Grande, e ainda a conservação, difusão e reconversão da arquitetura civil e religiosa. Não será de esquecer, pois, o vasto acervo de património móvel que a grande maioria destes imóveis comporta no seu interior. Como resultado desta preocupação com as questões culturais, encontramos uma rede museológica bem alicerçada, que tem no Museu Municipal da Ribeira Grande o seu polo aglutinador, no qual se congregam seis núcleos: Solar de São Vicente Ferreira (Sede), Casa da Freira do Arcano, Moinhos de Água, Emigração Açoriana, Reservas e Arquitetura Antiga. Esta unidade museológica da Ribeira Grande encontra-se integrada na Rede Portuguesa de Museus (RPM), após um longo processo de apreciação por parte do Instituto dos Museus e Conservação (IMC) e pela Secção de Museus e Conservação do Conselho Nacional de Cultura. O Museu Municipal da Ribeira Grande é o único museu municipal dos Açores a integrar a RPM, fazendo parte de um grupo de 137 entidades nacionais¹³⁷.

¹³⁶ Cf. *Censos de 2001*.

¹³⁷ Cf. http://www.cm-ribeiragrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2020

Freguesia	Área	Número de habitantes	Densidade
Calhetas	4.70 Km ²	780	166.0/Km ²
Conceição	12.74 Km ²	1797	141.1/Km ²
Fenais da Ajuda	14.33 Km ²	1269	88.6/Km ²
Lomba da Maia	20.47 Km ²	1174	57.4/km ²
Lomba de São Pedro	6.99 Km ²	309	44.2/km ²
Maia	21.97 Km ²	1901	86.5/km ²
Matriz	10.82 Km ²	3552	328.3/km ²
Pico da Pedra	6.56 Km ²	2426	369.8/km ²
Porto Formoso	11.46 Km ²	1267	110.6/Km ²
Rabo de Peixe	16.98 Km ²	7407	436.2/Km ²
Ribeirinha	17.75 Km ²	2124	119.7/Km ²
Santa Bárbara	12.73 Km ²	1271	99.8/Km ²
São Brás	9.49 Km ²	635	66.9/Km ²
Ribeira Seca	12.51 Km ²	2550	203.8/Km ²

Quadro 1 – Quadro com os dados quantitativos do Concelho da Ribeira Grande, referentes aos Censos de 2001¹³⁸. Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001*. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes

¹³⁸ Optamos por apresentar os dados estatísticos de 2001, visto na data em que foi realizado este trabalho, ainda só estarem disponíveis os resultados provisórios dos Censos de 2011.

2. A IGREJA E CONVENTO DE N.^a Sr.^a DE GUADALUPE

2.1. Nota histórica sobre a construção da igreja e espaço conventual

Ao falarmos na Venerável Ordem Terceira da Penitência da Ribeira Grande não nos podemos dissociar da importância que os frades menores tiveram neste concelho. O edifício que acolheu o convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe (atual Centro de Saúde da Ribeira Grande) e a igreja adjacente com a mesma invocação, são um exemplo singular do património administrado pela OFM durante mais de dois séculos, e que nos dias de hoje representa um marco na preservação da identidade franciscana neste arquipélago. A manutenção dos ideais mendicantes no concelho da Ribeira Grande foi, como temos visto, muito potenciada pela atividade dos Irmãos da Penitência, em especial logo após o abandono da Primeira Ordem deste concelho, motivada pelas imposições da nova ordem Liberal, em 1832.

Recuando no tempo, e analisando em termos históricos o que as fontes nos mostram, concluímos que o começo do século XVI marca um ponto de afirmação e consolidação no desenvolvimento da vila da Ribeira Grande, embora não nos possamos esquecer de que em meados deste século a vila seria seriamente condicionada no seu desenvolvimento urbano e socioeconómico por diversos fatores, que vão influenciar a mesma de forma negativa. Para além da já citada singular implantação a norte, que provocou dificuldades iniciais ao nível de vias de comunicação, outras causas vão dominar a segunda metade desta centúria. Um conjunto de catástrofes naturais vai assolar a ilha de S. Miguel em 1563, entre as quais os tremores de terra e erupções nas áreas do Pico do Sapateiro e no Pico das Berlengas, junto da Lagoa do Fogo¹³⁹. Ainda no mesmo ano a Ribeira Grande é assolada por chuvas que fizeram transbordar o caudal da ribeira, provocando cheias que terão como resultado uma enorme devastação no centro da vila¹⁴⁰. Estes cataclismos, para além de terem influído de forma negativa os planos económicos e urbanísticos desta localidade, terão também funcionado como um catalisador para a propagação da fé cristã.

Será numa perspetiva de valorização dos valores espirituais, em detrimento dos aspetos materiais da vida, que Gonçalo Álvares Batateiro, simples hortelão, e a sua mulher, Inês Pires, proprietários de uma horta, resolvem edificar uma ermida de invocação a N.^a

¹³⁹ Cf. Frutuoso, 1987, III: 27-76.

¹⁴⁰ Idem Ibidem.

Sr.^a de Guadalupe¹⁴¹. Para tal fizeram a doação de parte da horta, conseguindo para isso licença do Bispo de Angra, D. Manuel de Gouveia em 13 de setembro de 1591, sendo que ficou acordado a oferta “ (...) *de meio alqueire de terra para a fundação da dita ermida, com cinco alqueires de terra, acima de S. Sebastião, para fábrica da dita ermida, e estando já feita, lhe acrescentaram mais mil reis para a fábrica da dita ermida, que todo eram três mil reis sobre a mesma terra.*” O modesto templo serviria para o culto da vizinhança, tendo missa nos domingos e dias santificados.

Em poucos anos e por vontade da viúva de Gonçalo Álvares Batateiro, entretanto falecido, e do próprio povo da Ribeira Grande, surge a intenção de erigir um convento franciscano. Esta ordem religiosa já possuía na Ribeira Grande, desde o final do século XV, o hospício de confessores e dos capelães do Mosteiro de Jesus de freiras de Santa Clara¹⁴². Em 29 de Maio de 1906, essa pretensão é concedida por Carta de Patente dada pelo P.^e Geral Fr. Arcângelo de Massana, na qual declarava que todos os inferiores que se demonstrassem opostos à fundação do dito convento ocorreriam em excomunhão, e seriam considerados como desobedientes formais¹⁴³. Em 4 de julho do mesmo ano o povo da Ribeira Grande tendo a patente do Superior Geral da OFM, solicita ao Bispo D. Jerónimo Teixeira autorização para a fundação do dito convento. Rapidamente a petição sofre deferimento por parte da Diocese de Angra, sendo apontadas as Ermidas de N.^a Sr.^a da Conceição, de S. Sebastião e a de N.^a Sr.^a de Guadalupe, como possíveis locais dos quais os frades franciscanos deveriam escolher uma para fundarem o seu convento.

¹⁴¹ O culto a N.^a Sr.^a de Guadalupe, atribuído à Padroeira da cidade do México (1531), é dos mais difundidos no mundo católico da atualidade, no entanto, no caso açoriano, esta invocação está relacionada com a devoção à Virgem de Cáceres. Este culto originário da Península Ibérica, remonta mais propriamente ao período Visigótico, entre as invasões bárbaras (séc. V) e a invasão muçulmana (séc. VIII). A imagem mais antiga de N.^a Sr.^a de Guadalupe encontra-se no convento do mesmo nome em Cáceres, Espanha, trata-se de uma escultura em madeira de cedro com 59 centímetros de altura, 4 quilos de peso, que os especialistas atribuem ao século XII. Tal devoção acaba por aparecer, em Portugal, desde o século XV, com igrejas em sua invocação, como por exemplo, a Capela Raposeira, em Sagres (Algarve). Vd. Parente, 2005. A devoção à Virgem de Guadalupe nos Açores leva-nos à segunda metade do século XVI, por iniciativa de um fidalgo de nome Jorge Camelo da Costa Colubreiro, que custeou a construção de uma capela situada nas Feteiras e que atualmente tem a invocação a Santa Luzia. Para além desta, temos um conjunto de outros templos devotos da Virgem de Guadalupe, a saber: a igreja da vila da Ribeira Grande do século XVII (objeto do nosso estudo), e ainda na ilha de São Miguel, mais dois outros sítios com invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe: uma capela privada da família de Pedro Júlio da Câmara Leite, na Rua do Marquês da Praia e Monforte (datada dos fins do século XVII) e o altar lateral do Mosteiro de Santo André de Ponta Delgada. Nas restantes ilhas do arquipélago dos Açores encontramos mais quatro locais de culto e invocação a esta N.^a Sr.^a, em 4 ilhas do grupo central: uma igreja paroquial de Aqualva, na Terceira (datada do século XVIII); uma igreja paroquial na freguesia do Guadalupe, na Graciosa (datada do século XVIII); uma ermida na Prainha do Norte, no Pico (datada do século XVIII); e uma ermida no lugar dos Terreiros, da freguesia das Manadas, em São Jorge (datada do século XIX). Vd. Costa, 1970: 209-211

¹⁴² Cf. Ribeiro, 1949: 46-47.

¹⁴³ Cf. Monte Alverne, 1994, II: 313.

A confirmação da pretensão da OFM seria retificada em sessão da Câmara, de 3 de novembro de 1606, na qual se reuniu o clero e a nobreza local, participando os juízes Paulo Gago da Câmara e Pêro de Braga Moniz, os vereadores Nuno Bicudo Manuel da Rocha, o procurador do concelho Paulo da Costa e ainda o padre comissário custodial Fr. João de Lisboa, o vigário da Matriz, o licenciado Manuel de Brito e os padres definidores e outros graves religiosos. Face à doação que Inês Pires fez da ermida e restante terra da horta onde estava a ermida, bem como de mil cruzados, os franciscanos acabaram por escolher esta ermida para a dita fundação, e nela se instalou a pequena comunidade de frades franciscanos que existia na Ribeira Grande, com o seu padre confessor Fr. Manuel de São Martinho, no próprio dia em que se realizou a sessão camarária, em pequenas cabanas de palha anexas à ermida de N.^a Sr.^a de Guadalupe, vivendo nestas condições até ao fim das obras de construção da igreja e convento que só viriam a começar no ano de 1612¹⁴⁴. No entanto ainda seriam necessários mais alguns formalismos no seio da família franciscana para que se desse o início das obras. Em 2 de junho de 1607, no Capítulo provincial dos Algarves, em reunião realizada no convento de Enxobregas, converte em Vigairaria o oratório da Ribeira Grande, tendo sido eleito Fr. Domingos da Conceição o seu primeiro vigário¹⁴⁵. Dois anos mais tarde, a 5 de outubro, o padre custódio Fr. Manuel de Coimbra congregou os padres definidores Fr. Vasco Garcia, Fr. Manuel do Corpo Santo, Fr. Francisco de Pão Pedro, Fr. Simão da Conceição e os padres Fr. Manuel Chagas, Fr. Domingos da Conceição e Fr. Rodrigo de São Miguel Carrasco, para decidir sobre o local ideal para a fundação do convento da Ribeira Grande. Foi decidido por unanimidade que o sítio do morgado de D. António da Costa, acima da Conceição, seria o indicado de modo a cumprir-se o desejo de Gonçalo Alvares Batateiro e sua esposa Inês Pires, que tudo tinham doado para a realização desse convento¹⁴⁶. No dia 30 de abril de 1612 é colocada pelos habitantes da Ribeira Grande, a primeira pedra do que viria a ser o Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, e em 20 de maio de 1612 é definitivamente confirmada a construção do mesmo no 7.^o Custódio dos Açores.

¹⁴⁴ Cf. Monte Alverne, 1994, II: 313.

¹⁴⁵ Idem: 35.

¹⁴⁶ Idem: 36.

“Com este decreto dos padres, em 30 de Abril do ano acima, se anteciparam clero e povo, em uma segunda-feira de Pascoela, em que se rezava dos Prazeres de N.^a Sr.^a, e botaram a primeira pedra no edifício deste convento, com muita solenidade, de sermão e missa cantada, onde o conde D. Manuel da Câmara, segundo no nome, levando a pedra fundamental em os braços, a botou no alicerce da capela maior e deu logo cem cruzados para se dar princípios às obras.”¹⁴⁷

A Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe viria a ser inaugurada com missa cantada no dia 10 de fevereiro de 1613, tendo como vigário in-capite o P.^e Fr. Gaspar da Conceição. No dia seguinte celebraram-se as exéquias funerárias e transladação dos ossos dos dois fundadores, às costas dos religiosos, para a sepultura que ainda hoje se encontra localizada acima dos degraus do altar-mor, ficando debaixo do tabernáculo, onde o sacerdote celebra a missa, sendo rezadas três missas por ano em memória destes fundadores: Natal, Páscoa e Espírito Santo.

A propósito desta cripta, tivemos a oportunidade durante a elaboração da nossa dissertação, participar nos trabalhos de levantamento das ossadas existentes neste local, realizados pela Professora Doutora Eugénia Cunha, docente e investigadora da Universidade de Coimbra. Ao longo de cerca de dois séculos, diversos corpos foram sepultados nesta cova, que ocupa um lugar privilegiado defronte ao altar-mor, o que nos permite dizer que deveriam ser pessoas importantes da Ribeira Grande ou particularmente ligadas ao Convento, não sendo possível atestar que entre os indivíduos aqui enterrados se encontrem Gonçalo Alvares Batateiro e sua esposa Inês Pires¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Cf. Monte Alverne, 1994, II, 314.

¹⁴⁸ Foram localizadas três urnas com restos ósseos desarticulados e muito fragmentados, resultado não só da forma como foi efetuado o levantamento dos corpos das sepulturas originais, como da elevada humidade que caracteriza o clima das ilhas dos Açores. Assim, as urnas foram um local de deposição secundária das ossadas, pois o processo de decomposição dos corpos terá decorrido noutra lugar e posteriormente transferidos para as atuais urnas.

Nos restos dos esqueletos sepultados, identificaram-se cerca de 9 indivíduos, sendo 7 provavelmente adultos e 2 não adultos. Numa das urnas, por exemplo, a qual permitiu realizar um estudo mais completo, identificaram-se 4 indivíduos, um dos quais correspondente a uma criança com cerca de 3 anos de idade. Os outros 3 correspondem a adultos, um com cerca de 60 anos, de estatura mediana e corpo robusto, reflexo da idade ou de um esforço físico acentuado que teria levado ao longo da sua vida, apresentando ainda sinais de osteoartrose, os outros dois seriam um homem adulto, ao qual pertence o crânio em exposição, e que terá morrido novo, com menos de 40 anos de idade, ainda com a maioria da dentição, e uma mulher, aproximadamente com 1,62 de altura. Cf. Cunha, 2012.



Fig.13



Fig. 14

Fig. 13 e 14 – Ao longo de cerca de dois séculos diversos corpos foram sepultados nesta cova que ocupa um lugar privilegiado defronte ao altar-mor. Fotografia de Duarte Nuno Chaves.



Fig. 15 – Vista aérea da cidade da Ribeira Grande, com a inserção do convento franciscano.

Fonte: *Arquitetura Popular dos Açores*, página 97.

As obras prolongaram-se, segundo Agostinho de Monte Alverne, por mais de uma década, ficando estas concluídas em 1626, ano em que a Vigairaria foi tornada guardiania pelo capítulo do 12º Custódio, de 22 de julho de 1626, celebrado em Angra, e presidido pelo P^o Custódio Fr. Jerónimo da Anunciação, tendo como primeiro guardião do convento o Fr. Francisco de Jesus¹⁴⁹. Até ao final do século XVII, o espaço circundante foi sendo ampliado, fruto de várias doações, disso é exemplo a dádiva efetuada em 29 de abril de

¹⁴⁹ Cf. Monte Alverne, I: 37.

1617, por Duarte Pires Furtado e sua esposa Paulina Tavares, seu genro e filha, de três alqueires de terra, nos quais entrava o laranjal. Em 1662 ainda se achava o espaço da cerca exíguo para as pretensões dos religiosos e população local, e Doroteia Furtado, viúva de Pedro de Braga Moniz fez, em 9 de novembro de 1662, doação de dois alqueires de terra contígua para crescer a cerca do convento¹⁵⁰. Na primeira metade do século XVIII o convento albergava um efetivo de trinta religiosos da OFM, ocupando o terceiro lugar na hierarquia da Custódia da Santíssima Conceição de N.^a Sr.^a da Regular Observância¹⁵¹. A atividade desta casa religiosa veio a abranger diversos campos, desde a criação de aulas de gramática, latim e teologia, passando pelo apoio espiritual das populações¹⁵².

2.2. A morfologia do frontispício e espaço interior

Do espaço arquitetónico original, e no que toca ao esquema construtivo do primitivo convento, ainda podemos encontrar o claustro com um desenho em planta quadrada composto por dois pisos. O piso térreo e as galerias são delimitados por quatro arcos de volta perfeita, assentes em pilares quadrados de pedra vulcânica. O mesmo tipo de pedra é usado para o guarnecimento das doze janelas que compõem o segundo andar e que correspondem às antigas celas dos frades. É ainda de destacar o pátio central enquadrado por um pequeno lago. O atual edifício apresenta as já mencionadas transformações decorrentes do seu tempo de vida e de mudança de funções, em especial no que toca à mudança de proprietário em 1839, levando à ampliação e respetiva transformação do espaço em unidade hospitalar, situação que se viria a manter até à atualidade¹⁵³.

¹⁵⁰ Cf. Monte Alverne, II: 315.

¹⁵¹ Cf. *Arquivo dos Açores*, 1878, N° I: 217.

¹⁵² Cf. Chagas, Frei Diogo das Chagas, no seu *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, faz a referência à existência do convento franciscano, mas já acabado. “O outro Convento de frades nossos que, a petição do povo feita a 4 de Julho do ano de 1607 mandou fundar o Padre Frei João de Lisboa sendo Comissário nestas ilhas, fica ao entrar da Vila quando se vem da cidade a mão direita, fez-se com esmolas do povo, e agências dos guardiães e já hoje está acabado e muito formoso e autorizado convento e neste capítulo próximo que se celebrou em 17 de Setembro de 1645 foi assinado no livro da ordem por casa noviciado.”

¹⁵³ Em anexo as Plantas do edifício.



Fig. 16 – Claustro do antigo convento. **Fonte:** Museu Municipal da Ribeira Grande.

A antiga Ermida de N^a Sr.^a de Guadalupe foi demolida com a construção da atual igreja conventual, embora tenham sido reaproveitados alguns elementos arquitetónicos deste espaço para a construção do novo templo, ou ainda para guarnecer outras casas de cariz religioso, como aliás refere Fr. Agostinho de Monte Alverne.

“O tecto da ermida de N.^a Sr.^a levou o morgado Pedro da Ponte raposo para cobrir a ermida da Saúde, da sua quinta, que hoje existe; teve homens que inteiro o levaram, indo um em cima com bandeira e tambor”¹⁵⁴.

A zona do atual do cruzeiro da igreja corresponde, muito provavelmente, à antiga ermida, sendo que a área das selas e respetivo claustro se encontra posicionada no terreno da horta de Gonçalo Álvares Batateiro e Inês Pires. Como teremos oportunidade de constatar ao longo deste trabalho, a igreja e o respetivo espaço conventual viriam a sofrer modificações arquitetónicas nos quatro séculos da sua existência, motivadas pela sua utilização e reutilização, mas também pelos fenómenos sísmicos que assolaram a região, e que levaram a alterações arquitetónicas. É muito provável que no final da centúria de seiscentos o templo tenha conhecido uma ampliação, motivada pela inclusão da nave

¹⁵⁴Cf. Monte Alverne, II: 315.

lateral na propriedade da Ordem Terceira¹⁵⁵, que foi aliás responsável até aos nossos dias por manter vivo uma parte do espírito franciscano no concelho da Ribeira Grande¹⁵⁶.



Fig. 17 – Frontispício da igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe. **Fonte:** Museu Municipal da Ribeira Grande.

Em termos morfológicos, ao analisarmos a conceção do frontispício da igreja (Fig.17), encontramos uma simbiose harmoniosa entre uma gramática barroca e uma

¹⁵⁵ Na terceira parte desta dissertação, vamo-nos debruçar em pormenor sobre a temática da nave dos Terceiros.

¹⁵⁶ A presença franciscana secular no Arquipélago dos Açores lega-nos, em pleno século XXI, um conjunto de imóveis que fazem parte integrante do património cultural desta região, e que devido à extinção das Ordens Religiosas masculinas, em 1834, e o correlativo processo de nacionalização do seu património, debilitaram não só os bens móveis conventuais, como transfiguraram o respetivo património edificado, que foi sendo alvo de reutilizações diversas pelas tutelas seculares. No caso concreto dos dezoito conventos masculinos, fundados ao longo da Idade Moderna, foram adaptados a serviços públicos de diversa índole ao longo dos séculos XIX e XX. Na ilha Terceira, o Convento de Angra constitui o atual museu desta cidade, mas os Conventos de St.º António dos Capuchos (Angra) e de N.ª Sr.ª da Conceição (Praia) estão ambos em ruínas. Em S. Miguel, o Convento de S. Francisco de Ponta Delgada pertence à Santa Casa da Misericórdia desta cidade, enquanto a respetiva Igreja alberga a paróquia de S. José; o Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe (Ribeira Grande) é pertença da misericórdia local, albergando desde o século XIX, uma unidade de Serviços de Saúde, enquanto a igreja com a mesma evocação e objeto do presente trabalho, é administrada pela Câmara Municipal, estando a sofrer obras de restauro para albergar um futuro museu dedicado à temática franciscana; o de Vila Franca do Campo é atualmente uma Pousada turística, o de Lagoa foi transformado em Biblioteca Municipal no ano de 2011; os do Nordeste e Fenais foram desmantelados. Em Santa Maria, o imóvel conventual está ocupado por instalações da Câmara Municipal de Vila do Porto. No Faial, o Convento de N.ª Sr.ª do Rosário é atualmente um Centro de Idosos e o de St.º António desapareceu. No Pico, o Convento das Lajes é atualmente a sede do poder municipal e o de S. Roque foi reocupado em 2009, funcionando como Pousada de Juventude. Em S. Jorge, o Convento das Velas acolhe o Centro de Saúde desta vila e o do Topo faz parte da estrutura arquitetónica da Escola Básica Integrada. Na Graciosa, o convento foi demolido em meados do século XX, restando apenas a torre sineira da igreja. Finalmente, o Convento das Flores é espaço integrante do Museu desta ilha Cf. Chaves; Costa, 2011: 5-6.

organização linear maneirista, como aliás acontece com outros templos da época em todo o arquipélago, muito em especial nos de origem franciscana¹⁵⁷.

Utilizando a habitual pedra negra vulcânica, na sua conceção original, em contraponto com as paredes brancas, deparamo-nos com um edifício construído em alvenaria de pedra rebocada e caiada, com exceção dos socos, dos cunhais, das faixas, das pilastras, dos pilares, dos arcos, das cornijas, da balaustrada, dos pináculos, das molduras, que são em cantaria à vista. O frontal apresenta uma configuração tripartida, tanto em termos verticais como horizontais, sendo a fachada aberta ao nível inferior por três arcos de volta inteira, que dão acesso ao nártex, encontrando-se o corpo do edifício a um nível elevado em relação à rua, sendo o seu acesso feito através de uma escadaria. Conforme mencionado, o frontal e respetivos andares da igreja, estão estabelecidos em três níveis, sendo a sua segmentação feita através de um jogo de pilastras toscanas, cornijas e uma cimalha intermédia saliente. Sobre cada arco, e num segundo nível do frontispício, rasgam-se três janelas, ladeadas por pilastras, que se prolongam até às cornijas inferiores e superiores. O terceiro nível corresponde a um “frontão”. O módulo central do “frontão” tem um pano retangular, com um óculo circular ao centro, encimado por uma cornija onde assentam duas volutas que elevam uma cruz e delimitam um segundo “frontão”. No tímpano do “frontão” pequeno, há uma moldura decorativa, que enquadra o símbolo dos franciscanos¹⁵⁸.

A secção direita da fachada dá acesso à nave lateral, espaço outrora propriedade da Venerável Ordem Terceira, correspondendo como já destacámos, muito provavelmente à época construtiva mais tardia deste templo, final do século XVII. No seguimento da divisão do frontispício encontramos a secção central da igreja, que dá passagem à nave principal, administrada pela Ordem Primeira. Quanto ao segmento esquerdo da fachada, pertence à antiga portaria do convento, com passagem direta para o claustro, sendo que a

¹⁵⁷ A construção deste templo encontra-se numa época de charneira entre a tradicional arquitetura maneirista, ou estilo “chão”, que pontificou em S. Miguel durante a centúria de seiscentos, e as novas estruturas de influência barroca do primeiro terço de setecentos. Sobre esta temática Nestor de Sousa, no seu artigo “Arquitectura Barroca nos Açores”, faz alusão ao facto dos Açores terem vivido durante o século XVII a sua experiência maneirista, à qual viria a suceder um conjunto de experiências arquitetónicas de volumetria barroca, no decurso da primeira metade do séc. XVIII, sendo disso exemplo, entre outras, a reconstrução da Igreja Paroquial de S. Pedro em Ponta Delgada, no ano de 1733. No entanto e citando este investigador, “(...) estas novas experiências, mantêm uma certa rigidez linear que presa à justaposição planimétrica e a volumes em extremo simplificados, variando nas proporções e nos esquemas compositivos dos frontispícios, representam expressões austeras de resistência à organização espacial e estrutural da inovação barroca de que, todavia, acolhem alguns valores secundários e ornamentais de tradição local.” O espírito que esteve subjacente às construções franciscanas foi adepto desta filosofia arquitetónica. Cf. Sousa, 1991: 464-466.

¹⁵⁸ Cf. *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2007: 158-159.

este espaço corresponde um átrio, que na atualidade dá acesso ao Centro de Saúde da Ribeira Grande, encontrando-se o mesmo fracionado por uma parede que delimita esta área do restante nártex. Este conjunto (acesso direto ao claustro/convento), correspondente ao corpo da torre, é uma situação vulgar em algumas igrejas franciscanas, mas dá a ideia errada ao observador de estar na presença de uma igreja de três naves, pois esta secção (esquerda) não faz parte do restante corpo do edifício, servindo de entrada para o espaço conventual¹⁵⁹.

No que toca à torre sineira, apresenta uma planta quadrada, ostentando uma aparência robusta, com duas sineiras rodeadas por parapeito, na qual constatamos a inclusão de quatro pináculos, miniaturas de um hipotético coruchéu, nos respetivos ângulos do parapeito.

No interior do templo é de salientar o facto de duas naves serem distintas em largura e comprimento (Figs.18 a 21). A entrada da igreja é protegida pelo nártex, sendo que a este se contrapõe o coro alto, prolongando-se o mesmo sobre o primeiro tramo, facto que obriga a que o primeiro arco de separação das naves seja mais baixo que os restantes¹⁶⁰. Será de referir que não existe ligação no interior da igreja ao coro alto, sendo o seu acesso feito pela zona do claustro, mais precisamente pela sessão esquerda do frontispício (torre sineira)¹⁶¹.

¹⁵⁹ Vamos encontrar esta particularidade arquitetónica em outros conventos da região, caso do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição na Vila das Velas. Embora este edifício obedeça ao mesmo princípio, neste caso temos a presença de apenas de uma nave com duas entradas, sendo que a terceira secção corresponde ao claustro, atual entrada do Centro de Saúde de Velas.

¹⁶⁰ *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2007: 159.

¹⁶¹ Sobre este assunto ir-nos-emos debruçar quando falarmos da Capela dos Terceiros.



Fig. 18



Fig. 19



Fig. 20



Fig. 21

Figs. 18, 20 – Imagens do interior da igreja na década de 1950. **Figs. 19, 21** - Imagens do interior da igreja na atualidade (2012), durante os trabalhos de restauro que o templo sofreu. No interior é de salientar o facto das duas nave serem distintas em largura e comprimento. **Fonte:** Museu Municipal da Ribeira Grande e Duarte Nuno Chaves (2012).

2.3. Os retábulos e respetiva escultura

Da disposição original do espaço no interior da igreja sabemos que seria algo diferente do que hoje podemos observar, pois o autor das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores* dá-nos algumas pistas no que diz respeito à sua composição e distribuição retabular. Já no que toca ao conhecimento sobre a origem, criação e cronologia da maioria das esculturas que compõem os retábulos desta igreja, a informação é escassa, sendo que a sua notícia provém de algumas fontes manuscritas, como sejam um conjunto de inventários que abrangem o período de 1870 a 1977, mas que apenas confirmam a existência dessa imaginária nesse período contemporâneo, não fornecendo pois, provas para épocas anteriores, nomeadamente no séc. XVII. Algumas das informações que dispomos são aquelas em que Monte Alverne menciona a existência de

dádivas feitas por parte de beneméritos ilustres, ou ofertas feitas por outras congregações da família franciscana.

Quanto ao grau de sofisticação da imaginária apresentada, varia tanto quanto ao material ou às dimensões das esculturas. A madeira é o material predominante, existindo algumas obras em terracota. Além da policromia, as esculturas em madeira revelam o emprego de outras técnicas elaboradas no tratamento de superfícies, como a encarnação e o douramento e estofamento, utilizado na representação das vestes.

Na secção principal da igreja, que corresponde à nave central, podemos observar um conjunto de retábulos em talha dourada, enaltecidos pela capela-mor, com um altar de invocação a *N.ª Sr.ª de Guadalupe* do século XIX em estilo rococó, e ainda quatro altares colaterais do século XVIII, com as seguintes invocações: *St.ª Ana*; *St.º António*; *N.ª Sr.ª da Piedade*, e o altar das *Onze mil Virgens*, estes últimos de origem barroca¹⁶². Será no entanto de notar que para além do altar-mor, Monte Alverne apenas descreve a existência de mais dois altares colaterais, que ainda hoje permanecem com as já mencionadas invocações a *St.º António* e às *Onze Mil Virgens*, mas que atualmente apresentam uma outra disposição nas laterais da igreja (Fig.22).

Na conceção original deste edifício não é mencionada a existência de uma nave lateral como nos dias de hoje conhecemos, e que sabemos ter sido utilizada pela comunidade de Terceiros da Ribeira Grande. A existência desta secção da igreja só é referida pelo cronista e por alguns documentos da Venerável Ordem Terceira a partir da década de 1670.

¹⁶² Quanto à secção lateral da igreja e respetiva documentação, na qual se insere a Capela dos Terceiros, na terceira parte desta dissertação ir-nos-emos debruçar sobre esta temática.



Fig. 22 – O conjunto dos cinco altares da nave principal durante a fase de restauro que a igreja sofreu ao abrigo do Projeto *Museu Vivo do Franciscanismo*. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Altar de N.ª Sr.ª de Guadalupe – estrutura de feição rococó de finais do séc. XIX, ou eventualmente da primeira década da centúria seguinte. O altar apresenta um retábulo em talha dourada denunciando elementos neoclássicos, caso de uma certa aparência marmoreada. Este espaço de culto encontra-se inserido numa capela flanqueada por um cadeiral de espaldar alto, composto por 12 bancadas, com braços comuns que dividem os assentos, sendo este conjunto dividido em 2 unidades, que ladeiam reciprocamente a já mencionada cripta posicionada na dianteira do altar-mor, e que alberga um conjunto de três urnas funerárias, ligadas à tradição cristã do enterramento *Ad sanctus* (junto dos Santos).

No que concerne à estrutura retabular, podemos concluir que a mesma é constituída por base, corpo e coroa, encontrando-se numa posição elevada em relação ao chão da capela, existindo uma escadaria que faz acesso à mesa do altar e às duas entradas laterais do retábulo, que fazem, por sua vez, ligação direta com o consistório. O retábulo é dividido em três panos, sendo o pano central enaltecido pelo seu sacrário, que se encontra encimado por uma cruz e sobre o qual se abre um nicho que incorpora e eleva o trono, ampliado pelo grupo escultórico representando imagem da padroeira, *N.ª Sr.ª de*

*Guadalupe*¹⁶³. O coroaamento do retábulo é composto por um frontão envolto em ornatos vegetalistas, acima do qual se encontra, na sua extremidade superior, o tradicional “*Tau*”, símbolo franciscano que também se acha encrostado no frontão da igreja¹⁶⁴. A capela é emoldurada por um arco triunfal, que une toda uma estrutura circunscrita numa arcada côncava de volta perfeita, com uma divisão que a liga à estrutura de pés-direitos. O corpo do retábulo possui cores claras em tons de pastel, com douramentos, onde podemos visualizar um conjunto de linhas curvas contornadas por motivos vegetalistas, sendo no entanto de mencionar uma certa leveza na própria decoração. Encontramos ainda nos panos laterais, duas consolas que se encontram ladeadas por quatro colunas de fuste liso sobre as quais achamos um par de esculturas de vulto pleno do séc. XVIII e de autor desconhecido, com a representação iconográfica de S. Francisco e S. Pedro de Alcântara, respetivamente¹⁶⁵. No que toca à autoria e data de fabrico do retábulo, somos levados a concluir, devido ao seu programa estilístico, que este não será o original que Agostinho de Monte Alverne mencionava nas suas crónicas (início do séc. XVII).

“ (...) e só a imagem da bendita Senhora está no altar-maior, que fabricou frei Domingos de Santiago, natural da própria vila ”¹⁶⁶.

O atual painel data muito possivelmente da última década de mil e oitocentos, sendo essa aliás a tese defendida pelo investigador açoriano Luís Bernardo Leite de Ataíde, que atribui a responsabilidade da obra a um entalhador de nome José Francisco¹⁶⁷.

¹⁶³ São vários os inventários, que desde o ano de 1840, fazem referência à composição da capela-mor. No que toca às esculturas retabulares é de destacar as seguintes: uma N.^a Sr.^a de Guadalupe e seu Menino com duas coroas de prata; um St.^o Lenho de Prata; uma imagem de S. Francisco e uma imagem de S. Pedro de Alcântara com os seus resplendores de prata. São ainda referências neste altar as seguintes peças: uma banquetta de castiçais de madeira e prata; seis vasos de porcelana para flores; um jogo de sacras; frontal; três mochos e uma credencia, e finalmente dois cadeirados. Cf. *Livro de inventário dos objectos pertencentes ao culto e a cargo do capelão*, ASCMRG, 1910.

¹⁶⁴ Este símbolo é apropriado por S. Francisco de Assis, mas as suas origens remontam à época dos faraós. A própria Bíblia faz a seguinte alusão; “Passa pela cidade, por Jerusalém, e marca com um *Tau* a fronte dos homens que gemem e choram por todas as práticas abomináveis que se cometeram”, Ezequiel 9, 1-7. O Tau é a mais antiga grafia em forma de cruz.

¹⁶⁵ S. Francisco – Dimensões (Alt. x Larg. x Prof.): 124 cm x 60 cm x 47 cm. São Pedro de Alcântara – Dimensões (Alt. x Larg. x Prof.): 125 cm x 65 x 40 cm.

¹⁶⁶ Cf. Monte Alverne, II: 316.

¹⁶⁷ Não sabemos se efetivamente terá sido este o mestre responsável pelo trabalho, no entanto será de referir que o retábulo em questão tem grandes parecenças com um outro, também do início do século XIX, que se encontra na igreja de N.^a Sr.^a da Conceição na vila das Capelas, concelho de Ponta Delgada.

“Naquela vila existia também, na mesma época, um entalhador José Francisco Pereira que no ano de 1813 conservou o retábulo do altar de Jesus da Matriz, encontrando referências a um outro artista, chamado José Francisco, que não sabemos se é ou não a mesma pessoa. Foi entalhador muito considerado que, segundo informações recolhidas, consta ter feito a capela-mor da igreja dos frades daquela vila (...)”¹⁶⁸.

Quanto à imagem representando N.^a Sr.^a de Guadalupe, que se encontra no trono, também de autor desconhecido, é uma escultura de vulto pleno policromada, representando um conjunto de 5 figuras: Nossa Senhora, Menino Jesus e 3 Anjos, datada muito possivelmente do final do séc. XVIII, ou eventualmente da centúria seguinte, atendendo à sua gramática escultória¹⁶⁹.



Fig. 23– Capela-mor e respetivo retábulo.
Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.



Fig. 24 - Escultura representando N.^a Sr.^a de Guadalupe. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

¹⁶⁸ Cf. Ataíde, 1973, II: 76.

¹⁶⁹ Dimensões (Alt. x Larg. x Prof.): Virgem; 170 cm x 80 cm x 70 cm. Menino; 58cm x 30 cm x 25 cm.

Aquando da realização desta dissertação, a referida escultura encontrava-se em mau estado de conservação, como aliás a fotografia (Fig. 24) documenta, muito devido às péssimas condições de armazenamento em que a mesma se encontrava. Ao longo da obra é possível observar zonas de separação entre blocos, assim como pequenos conjuntos em falta. Na mão esquerda da Virgem não se encontra o indicador e parte do dedo médio. Na representação iconográfica do Menino Jesus, são visíveis separações entre blocos, dedos indicadores e médio da mão direita em falta, assim como todos os dedos da mão esquerda à exceção do polegar. No pé esquerdo, a zona dos dedos encontra-se separada num bloco. Sobre a obra, e no chão, são visíveis inúmeros fragmentos de policromia, alguns com dimensões consideráveis. Este estado da policromia impossibilita qualquer tipo de manuseamento da obra sem uma fixação prévia. No lado direito da obra, aliado às condições ambientais, é visível um ataque de fungos com uma tonalidade branca¹⁷⁰.

Altar de St.º António – Este é um dos mais carismáticos espaços retabulares da igreja dedicada à Virgem de Guadalupe. Associado à tradicional representação iconográfica de St.º António de Lisboa ou de Pádua e a todo o imaginário popular ao qual este Santo se encontra conotado. É o maior Santo Português e, um dos maiores entre os franciscanos, depois de S. Francisco de Assis. Nascido em Lisboa, veio a revelar-se um grande teólogo e pregador, sendo considerado Doutor da Igreja.

O cronista Fr. Agostinho Monte Alverne, alude na sua obra, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores*, que quando da construção da atual igreja no século XVII, foram reaproveitados alguns painéis do retábulo do altar-mor da primitiva ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe, do século XVI, a das colaterais da atual igreja conventual.

O referido altar, implanta-se num conjunto de quatro estruturas retabulares incluídas no chamado ciclo artístico do *Barroco Nacional*, que guarnecem as laterais da secção principal desta igreja¹⁷¹.

¹⁷⁰ Cf. O levantamento efetuado em 2009, e transcrito no relatório de estágio da licenciatura em Património Cultural do estagiário Duarte Nuno Chaves, sob a orientação do Dr. João Paulo Constância.

¹⁷¹ A componente decorativa dos retábulos da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, adota a regra estética usada, de uma forma geral, pelo decorativismo interior do barroco açoriano. Para Nestor de Sousa, o “barroco açoriano” não produziu igrejas todas em talha dourada, com retábulos apresentando complexas execuções escultóricas. Cf. Sousa, 1991: 467. Ainda sobre esta temática e centrando-nos na cronologia da presença do barroco nos retábulos no arquipélago, adotamos a tese defendida pelo investigador Pedro Dias, que classifica e baliza o período barroco nos Açores em três períodos distintos, compreendendo as épocas que abrangem os reinados de D. Pedro II a D. Maria I. “Do ponto de vista estilístico os retábulos açorianos apresentam as mesmas características formais do continente, podendo assim dividir-se, fundamentalmente, em três grupos, um do primeiro barroco que vigorou em tempo do reinado de D. Pedro II e no início de D. João V,



Fig. 25



Fig. 26

Figs. 25 e 26– Altar de invocação a Santo António a e correspondente representação iconográfica do Santo, que se encontra no respetivo retábulo. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Este é um dos mais carismáticos altares desta igreja por duas particularidades de cariz imaterial e material: a primeira singularidade que nos chama à atenção está associada à tradicional representação iconográfica de St.º António de Lisboa e a todo o imaginário popular ao qual este Santo se encontra conotado. O outro pormenor que distingue este espaço de culto está ligado com o já mencionado facto, de na fase inicial da construção deste templo ter sido reaproveitado o retábulo do altar-mor da primitiva ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe, do século XVI, tendo sido feita a colocação deste painel numa das colaterais da atual igreja conventual¹⁷².

Altar de N.ª Sr.ª da Piedade – retábulo com uma gramática construtiva muito semelhante à estrutura anteriormente descrita, em especial no que toca à sua moldura envolvente em tons vegetalistas dourados, e que é terminada pela antepara que separa toda a construção retabular da sanca. No entanto será de destacar alguns pormenores particulares, um emolduramento composto por duas arquivoltas lisas que adorna um

tradicionalmente apelidado de estilo nacional, um segundo que ocupou quase todo o tempo do rei Magnânimo, com uma muito maior complexidade de formas e frontões hipertroçados e de desenho muito variado, com colunas salomónicas ou já de fuste lisos ou cobertas por finas talha s; e um terceiro em que abundam os elementos decorativos concheados e em que aparecem as madeiras memorizadas, feitas sobretudo na segunda metade do século e que, no tempo de D. Maria I, começaram a incorporar alguns elementos de cariz neoclássico.” Cf. Dias, 1999: 289-291.

¹⁷² Cf. Monte Alverne, 1994: 313-316.

conjunto de elementos de conceção mais elaborada, em especial ao nível da zona do coroamento, apresentando duas figurações de anjos, grinaldas e ainda motivos vegetalistas, ornados por volutas, sendo que estes elementos se encontram a ladear a figuração de um trono.



Fig. 27 – Retábulo de invocação a N.ª Sr.ª da Piedade. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Durante as obras de restauro que a igreja sofreu de 2007 a 2012, foi encontrado no verso do atual retábulo (Fig. 29), um primitivo painel. Ou seja, para a construção da presente estrutura oitocentista, foram empregues, muito possivelmente, madeiras reaproveitadas de uma outra estrutura coeva da primitiva ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe, originária do séc. XVI, ou casualmente pertencente a outro espaço religioso. Esta situação reforça a tese alicerçada na informação avançada por Agostinho de Monte Alverne, que confirmava a reutilização do retábulo principal da antiga ermida.



Fig. 28



Fig. 29

Figs. 28, 29 – Na retaguarda da atual estrutura retabular do altar de invocação a N.ª Sr.ª da Piedade, encontram-se restos de um outro painel, aparentemente anterior a este. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.



Fig. 30 – Retaguarda do atual retábulo. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Após análise sumária desta estrutura e tendo como intenção apenas o registo dos factos constatados, pois não dispomos de ferramentas e meios que nos permitam aprofundar e formular uma teorização mais concludente, ficamos com a convicção de que o retábulo veio sofrendo intervenções de restauro ao longo dos três últimos séculos, embora a nosso ver a sua construção ou reconstrução, tal e qual como conhecemos hoje, date muito possivelmente do início do séc. XVIII, período aliás que coincide com a sua gramática escultória. Para reforçar esta hipótese, e aproveitando o facto de o retábulo se encontrar desarmado devido às obras de restauro que a igreja sofreu, efetuámos um levantamento dos materiais empregues em todo o painel, tendo concluído que foram

aplicadas pelo menos duas camadas de tinta, uma em tom de pastel que esconde uma segunda camada em tons de azul (Fig. 32). Como pontos de fixação e reforço da estrutura, encontramos pelo menos três tipos de materiais correspondentes a três períodos distintos, um primeiro usando cavilhas de fixação em madeira, em tudo similares a muitas outras do séc. XVII, e numa fase posterior deparamo-nos com a utilização de ferragens na fixação das madeiras que constituem o retábulo, os tradicionais cravos que mais não são do que um prego cortado manualmente com o corpo piramidal e grande “cabeça de rosa”¹⁷³, ou ainda os pregos recortados à máquina empregues a partir do final do século XIX, mas que contaram uma enorme difusão na centúria seguinte e que são usados no nosso dia-a-dia. (Fig. 33)¹⁷⁴.



Fig. 31



Fig. 32

Fig. 31 – Cavilhas de fixação em madeira e ferragens utilizadas como pontos de fixação do retábulo.

Fig. 32 – Pannel onde foram aplicadas pelo menos duas camadas de tinta, uma primeira em tom de pastel, que esconde uma segunda camada, em tons de azul. Fotografias de Duarte Nuno Chaves, 2011.

No que toca à escultura que consagra este altar (Figs. 33 e 34), estamos na presença de um grupo escultórico agregado, do século XVIII e de autor desconhecido¹⁷⁵, denominado de *N.ª Sr.ª da Piedade*, ou *Pietà* (ISF. 011), como também é conhecida a

¹⁷³ Nestes pregos apenas a cabeça e a ponta é que se encontravam forjadas, sendo o seu uso comum entre o séc. XVII e a primeira metade do séc. XIX.

¹⁷⁴ A utilização das ferragens nos retábulos pode dar uma indicação sobre a idade dos mesmos, ou de eventuais restauros que estes tenham sofrido ao longo dos anos. Embora os pregos se encontrem referenciados desde os primórdios da humanidade, a sua aplicação em grandes quantidades e utilizando moldes que possibilitam a sua forma recortada, apenas data dos finais do séc. XVI, data coeva com a construção da ermida primitiva. Estes pregos eram no entanto caros de produzir, sendo usados com alguma exiguidade. Para um melhor aprofundamento sobre o uso dos pregos e parafusos na madeira, Vd. Jonathan Taylor, *Nails and Wood Screws*, disponível em <http://www.buildingconservation.com/articles/nails/nails.htm>

¹⁷⁵ Cf. Brasil, 2011: 12-13.

representação do luto da Mãe de Cristo pela crucificação do seu filho. Esta figuração é constituída por duas esculturas de vulto, situadas sobre a mesma plataforma de planta hexagonal. A figuração iconográfica contida pelas duas imagens em madeira policromada e dourada caracteriza respetivamente: *Nossa Senhora* sentada e *Jesus Cristo* deitado no seu regaço, com o corpo contraído e a *Virgem* de olhar atormentado pela dor materna, que se encontra a segurar a cabeça do filho com a sua mão esquerda, enquanto a sua mão direita segura o braço direito de Cristo morto¹⁷⁶.

Quando em 2007 se deram início às obras de restauro desta igreja, o estado da obra era o seguinte: encontravam-se as peças separadas e em vias de destacamento, estando separados da obra a ponta do dedo polegar da mão direita do Cristo, assim como o bloco que corresponde a parte da cabeça, eram visíveis junto da obra outros elementos separados, que correspondem a partes do vestuário. Em vias de separação encontravam-se todos os diferentes blocos que constituem a obra. A policromia achava-se em mau estado de conservação, apresentando zonas de desgaste, zonas lacunares e em levantamento e muita sujidade superficial e aderente¹⁷⁷.



Fig. 33



Fig. 34

Figs. 33, 34 – Imagem representando N.ª Sr.ª da Piedade ou Pietà. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Altar das Onze Mil Virgens – O espaço em questão vem confirmar que esta igreja conventual era um interface de confrarias e irmandades, já que tivemos a oportunidade de constatar que o presente altar em 1791 era propriedade da “Confraria das Onze Mil

¹⁷⁶ Dimensões (Alt. x Larg. X Prof.) – 109 cm x 102 cm x 62 cm.

¹⁷⁷ Cf. Brasil, 2011: 12-13.

Virgens”, deixando em aberto a existência de outras organizações de cariz religioso neste templo¹⁷⁸.

Em termos de importância no contexto da própria igreja, a conceção estilística deste espaço é um tanto idêntica à dos outros três retábulos colaterais, com as devidas ressalvas que o individualizam. O seu principal ponto de interesse será o facto de albergar um conjunto de esculturas de vulto pleno, de inegável interesse histórico e patrimonial, que individualizam este espaço¹⁷⁹.

A temática religiosa relativa ao *Martírio de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens* é ilustrada neste retábulo através de uma enigmática pintura sobre tela versando o tema em questão (Fig. 36)¹⁸⁰. Este quadro envolve na nossa opinião algum mistério, não pelo facto de em seu redor evoluir algum episódio histórico, que as fontes consultadas apontem como relevante para a narrativa desta igreja, ou porque a sua autoria se encontre comprovada por autor de créditos firmados, mas porque o painel é uma réplica da criação do pintor da geração protobarroca portuguesa, Martim Conrado¹⁸¹, cuja pintura original se encontra atualmente no Museu de Arte Sacra do Funchal, datada de 1653, tendo sido encomendada para a capela desta invocação, na Igreja do Colégio de São João Evangelista desta cidade insular, instituída então pelo capitão e mercador Simão Nunes Machado.

¹⁷⁸ Cf. BPARPDL, *Inventário dos Conventos suprimidos*: Convento de S. Francisco da Ribeira Grande, inventário dos bens suprimidos, maço 5.

¹⁷⁹ Segundo os últimos inventários são estas algumas das peças existentes no Altar das *Onze Mil Virgens*: uma imagem de Cristo pregado na cruz, com resplendor em prata; 1 imagem vestida de N.^a Sr.^a da Conceição com uma coroa em prata; 1 imagem de St.^a Úrsula e respetivo resplendor em prata; 1 imagem de N.^a Sr.^a da Boa Hora; 1 bancada de 4 castiçais em madeira; 4 velas automáticas; 1 lâmpada de metal niquelado; 4 vasos de louça pintados a azul; 3 guarda-pó de altar em cor azul, vermelho e roxo; 1 toalha de altar com renda; 1 toalha de altar com renda (usada); 1 toalha de banco; 1 arco de cetim em cor roxa; 1 guarda-pó em plástico. *Misericórdia da vila da Ribeira Grande – 1900* (ASCMRG).

¹⁸⁰ Dimensões (Alt. x Larg.) – 160 cm x 99,5 cm. Pano único com tecelagem em tafetá, apertada e regular, com uma densidade de 12 fios de trama por 13 fios de teia.

¹⁸¹ Sobre o pintor Martim Conrado ver: Serrão, 1992; Idem, 2000: 417-418; Idem, “Martim Conrado”, in José Fernandes Pereira (dir.), 1989: 131; Rodrigues, 2007:10-49, Idem, 2010. 6-7.



Fig. 35



Fig. 36

Figs. 35, 36 – Altar de invocação a St.^a Úrsula e respetiva tela. Fotografia de Duarte Chaves, 2011.

Não nos vamos alongar em considerações quanto à autoria e importância estilística da cópia que se encontra na Ribeira Grande, até porque possíveis comparações com a obra original, propriedade do museu madeirense, merece um estudo aprofundado. No entanto, e numa perspetiva temporal, ligada à filosofia que muito possivelmente esteve na origem da construção dos altares desta igreja, queremos destacar os valores fundamentais que o quadro representa, ligados ao sentido devocional e afetivo que esta pintura, e restante escultura inclusa no retábulo, tem inserido numa temática seiscentista, apegada às imagens sagradas e ao seu carácter de utilidade, de acordo com as normas que o Concílio de Trento instituiu na época em questão.

Para além da pintura referida, e ainda com uma ligação a esta temática, encontramos um busto relicário em madeira dourada e policromada, intitulada de *St.^a Úrsula* (Figs. 37, 38), originário do século XVII e de autor desconhecido¹⁸². Esta peça sim com um forte vínculo à narração de Fr. Agostinho de Monte Alverne e aos primeiros anos da fundação do convento. É uma das mais antigas esculturas de vulto deste templo que chega até aos nossos dias. Atendendo à descrição do cronista franciscano, podemos afirmar que a mesma é originária da fundação da igreja ou eventualmente das primeiras décadas da instituição do convento¹⁸³.

¹⁸² Dimensões (Alt. 55cm x Larg. 42cm x Prof. 24cm).

¹⁸³ A influência do culto dos mártires é algo que desde a Idade Média esteve presente nos altares-mores, ou eventualmente nos altares laterais, onde alguns retábulos com nichos especiais proporcionaram o

“ (...) o altar das Onze Mil Virgens, em que está uma relíquia delas em um meio corpo, que deu o Conde D. Manuel, o segundo, tem doze alqueires e meio de trigo, com pensão e missa cantada em dia da Transfiguração.”¹⁸⁴

Este exemplar de escultura seiscentista, representando um busto de St.^a Úrsula, filha dos reis da Cornúbia, figura glorificada pela família franciscana que se tornaria mártir após ter sido degolada juntamente com outras doze acompanhantes, por Átila, rei dos hunos, em 21 de outubro de 383¹⁸⁵. A imagem encontra-se entalhada com uma túnica pintada na cor verde, alternada com motivos dourados. Ao nível da cabeça, deparamo-nos com a representação do cabelo entalhado, apanhado em rolo, tendo sobreposto a figuração de um véu. O braço esquerdo encontra-se encostado ao dorso, segurando um livro, que devido ao desgaste da peça não nos permite identificar a cor, embora se notem realces a dourado. Quanto ao braço direito encontra-se dobrado num ângulo de 70°, estando a mão meia aberta. A cintura encontra-se representada com um cordão retratado na cor preta, com relevos em dourado. O relicário está na frente do busto, em forma circular, em jeito de medalhão oval emoldurado, com enrolamentos, que no seu interior relembra a aparência de um cofre, no qual era posta a relíquia da santa, sendo esta vedada por uma tampa de vidro a fim de proteger o conteúdo. O busto está assente sobre um plinto de base octogonal.

gosto pelas imagens relicários e, sobretudo, os bustos relicários. Encontramos em várias igrejas portuguesas, e em particular em algumas açorianas, este tipo de escultura, inclusive colocadas em armários envidraçados, preparados para receber um grande número de relicários, sendo a Capela das Relíquias da Sé de Évora um bom exemplo dessa utilização. Sobre a utilização de relicários ver: http://www.inventarioevora.com.pt/acessibilidade/roteiro_t5_06.html.

¹⁸⁴ Cf. Monte Alverne, 1994, vol. II: 316.

¹⁸⁵ A devoção a St.^a Úrsula encontra-se ligada à Ordem Terceira franciscana através da terciária italiana Ângela de Mérici (St.^a Ângela), que foi responsável pela fundação de uma congregação de religiosas chamada de *Companhia de Santa Úrsula*, que se destinava à formação cristã de jovens Irmãs Terceiras. Atualmente as Irmãs Ursulinas estão enquadradas na família da Terceira Ordem Regular Franciscana (TOR). Para uma melhor contextualização histórica sobre St.^a Úrsula, Vd. Attwater, 2000: 394.



Fig. 37



Fig. 38

Figs. 37, 38 – Busto relicário de St.^a Úrsula. Fotografia de António Silveira, 2009.

Em termos de conservação esta escultura é um dos poucos exemplos deste acervo que se encontra em excelente estado de conservação, registando apenas uma mutilação do dedo indicador da mão direita. São ainda visíveis zonas de desgaste da folha metálica até ao estrato de bolus; zonas lacunares de diferentes dimensões até ao suporte e preparação; pequenas áreas em destacamento; sujidade aderente e superficial¹⁸⁶. Centrando-nos neste espaço da igreja dedicado à invocação de *St.^a Úrsula e as Onze Mil Virgens*, encontramos um crucifixo da primeira metade do século XVII¹⁸⁷, que paralelamente com o que acontece com a obra anterior, também é mencionado por Monte Alverne como tendo sido uma das primeiras esculturas oferecidas aquando da fundação da igreja. Ao analisarmos o que nos diz o cronista franciscano, facilmente concluímos que o mencionado crucifixo não se encontrava originalmente neste retábulo, mas sim no “coro alto”, sendo a sua fixação ao painel das *Onze Mil Virgens* uma missão recente, já que o mesmo se achava fixo através de dois parafusos “camarões”, que inclusive danificaram a tela em questão. Esta escultura chega à Ribeira Grande em meados do século XVII, numa altura em que muito possivelmente ainda decorriam obras de acabamento da igreja, pois como vimos anteriormente esta só ficaria concluída na segunda metade desta centúria.

¹⁸⁶ Cf. Brasil, 2011: 24-25.

¹⁸⁷ Dimensões (Alt. x Larg. x Prof.) – Cristo – 91 cm x 85 cm x 19 cm. Cruz – 200 cm x 91,5 cm.

“O padre Fr. Simão de Santa Catarina, sendo provincial, mandando levantar o arco da capela do mosteiro da Esperança da cidade para as religiosas do coro verem nela a obra que tinham feito, como no arco tivessem um crucifixo, que no arco novo já não servia por grande, lho pediu para o coro desta casa e dando-lhe de esmola, o mandou vir para S. Pedro da Ribeira Seca, donde, em dia da cruz, de Maio de 1650, o foram buscar com grande solenidade, procissão e de todo o povo, trazendo o vigário da dita igreja, o padre João Gonçalves Senra, que lhe deixou oito canadas de azeite para se alumiar de noite, e com missa cantada e sermão, que o padre custódio Fr. João da Cruz fez, se pôs no coro, onde hoje está consolando os que o vêm.”¹⁸⁸



Fig. 39

Devido à erosão dos séculos e descuido dos homens, a obra apresenta algumas falhas estruturais, encontrando-se em falta as pontas dos dedos indicadores, a ponta do dedo médio da mão direita e o polegar do pé direito. Em vias de destacamento encontram-se alguns dedos dos pés e os braços da figura. Em falta encontra-se, ainda, o resplendor da obra¹⁸⁹.



Fig. 40



Fig. 41



Fig. 42

Figs. 39, 40, 41, 42 – Crucifixo do século XVII. Fotografia de António Silveira e Duarte Nuno Chaves, 2009, 2011.

¹⁸⁸ Cf. Monte Alverne, 1994, II: 315.

¹⁸⁹ Cf. Brasil, 2011: 26-27.

Altar de St.^a Ana – Este é o primeiro altar do lado do Evangelho, e foi um dos retábulos em que tivemos maior dificuldade em conseguir descortinar a localização das esculturas que nele se encontravam no período anterior ao encerramento da igreja. Segundo os inventários consultados, nos dois nichos que fazem parte deste altar encontramos as imagens de *S. Joaquim* e *S. José*¹⁹⁰. Todas as imagens possuem resplendores de prata.

Partindo para uma análise estrutural, devemos destacar que estamos na presença de um retábulo pintado com a presença de alguns elementos em talha dourada, estando a zona do coroamento emoldurada por uma arquivolta que adorna um brasão, convergindo o arco através da cornija em duas colunas salomónicas, obedecendo os respetivos fustes a uma ornamentação essencialmente vegetalista, estando estas colunas encimadas por capitéis compósitos. No que toca ao corpo da estrutura, esta é composta por três panos, em dois níveis, sendo a sua demarcação feita por quatro pilastras em cascata que emolduram os dois nichos que se encontram nas laterais da estrutura. A figuração iconográfica que compõe o retábulo é constituída por

A imagem que serve de invocação a este espaço é uma escultura de vulto pleno, em madeira dourada e policromada, do século XVIII, denominada de *St.^a Ana* (Figs. 43-45), invocando o primeiro episódio da vida de Maria, sendo a sua representação iconográfica realizada com a sua filha Maria ao colo¹⁹¹. É uma obra de autor desconhecido, como aliás acontece com a totalidade do acervo desta igreja.

Uma das principais particularidades com que nos deparámos neste altar foi a dificuldade em descortinar o paradeiro de algumas das suas esculturas retabulares, bem como o estado de degradação em que se encontrava a única escultura sinalizada, *St.^a Ana*.

¹⁹⁰ Esculturas não inventariadas à data da elaboração deste trabalho.

¹⁹¹ Dimensões (Alt. x Larg. x Prof.) – 106 cm x 44 cm x 34 cm.



Fig. 43



Fig. 44



Fig. 45

Figs. 43, 44, 45 – O retábulo de St.^a Ana e o estado de degradação em que se encontrava a obra em 2009.
Fotografia de António Silveira, 2009.

III – Parte

DO NASCIMENTO AO DECLÍNIO DOS TERCEIROS NA VILA DA RIBEIRA GRANDE

1. FIXAÇÃO E APOGEU DOS IRMÃOS DA PENITÊNCIA NOS SÉCULOS XVII A XVIII

1.1. A imagem do “Senhor Atado à Coluna” e a Capela dos Terceiros

Em meados do século XVII a vila da Ribeira Grande (5.842 habitantes), juntamente com a cidade de Ponta Delgada (9.152 habitantes), eram os únicos núcleos populacionais urbanos de S. Miguel que apresentavam um volume demográfico à escala europeia. Ao nível do reino português a Ribeira Grande ombreava, em termos de fogos, com Viana do Castelo, Guimarães, Ovar, Lamego, Viseu, Leiria, entre outros¹⁹². Esta situação privilegiada no que toca à sua implantação demográfica à escala micaelense, leva-nos a questionar sobre a data de implantação e estabelecimento dos Irmãos da Penitência na vila da Ribeira Grande, englobado no movimento edificador de fraternidades de terceiros no decorrer do século XVII, nas ilhas açorianas. Somos levados a crer que a fundação da Ordem Terceira da Penitência nesta localidade tenha ocorrido durante o período que medeia as décadas de 1630 a 1650, embora com a devida ressalva de que na elaboração desta dissertação não descortinámos nenhum documento que confirme a data exata desta instituição. A nossa argumentação sobre estes acontecimentos encontra-se alicerçada nos factos disponíveis, e que nos levam para um contraponto com o que se passou no resto da ilha. Como já tivemos a oportunidade de transmitir no primeiro capítulo deste trabalho, assistimos à primeira tomada de hábito de Terceiros no arquipélago decorria o ano de 1624¹⁹³, mais precisamente na cidade de Ponta Delgada. Confrontando este facto com a conclusão parcial das obras de construção do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe da vila da Ribeira Grande, em 1626¹⁹⁴, somos levados a concluir que nesta data o movimento leigo franciscano rapidamente se propagou um pouco por todo o concelho, tendo existido outra fraternidade, a Venerável Ordem Terceira do Lugar da Maia, ligada à paróquia do Divino Espírito Santo e adjacente ao Convento Franciscano desta localidade¹⁹⁵.

A primeira notícia dos Terceiros na vila da Ribeira Grande é proporcionada pelo texto de Monte Alverne para o ano de 1664, no qual é exposto o intuito dos irmãos da Penitência adquirirem uma imagem de “Cristo Atado à Coluna” ou “Senhor dos

¹⁹² Cf. Rodrigues, 2012:183-185.

¹⁹³ Cf. Monte Alverne, I, 1960: 31.

¹⁹⁴ Cf. Idem, II, 1994: 314.

¹⁹⁵ Cf. *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Lugar da Maia*, aberto a 10 de Março de 1821. A Ordem Terceira da Penitência da Maia leva-nos a um termo de comparação com o caso da ilha Terceira, em que assistimos a uma proliferação de fraternidades em espaço paroquial, ainda que patrocinado pelos frades franciscanos, mas estando em oposição com a generalidade do resto do arquipélago, em que as fraternidades se impuseram em espaço conventual.

Terceiros”, como também é conhecida em São Miguel a imagem que é a padroeira da grande maioria das fraternidades micaelenses, e que participa nas Procissões da Penitência.

“Os Terceiros desta vila tiraram uns moios de trigo de esmola que mandando-os para o Reino, para lhes vir um Cristo atado à Coluna para a sua procissão, lhos tomaram os inimigos no mar; tiraram outra vez suas esmolos nesta vila, com que mandaram vir uma, das mais devotas imagens que deste mistério há, a qual em 8 de Junho de 1664, em domingo da Trindade, veio aportar em uma caravela nova, em sua primeira viagem, mestre Miguel Gomes Falcato, defronte do moinho do porto com 24 dias de viagens, cossada de temporal, o que sabendo o padre comissário Frei António de São José que então, era dos Terceiros, o que não pude fazer, por ser já tarde e ventar muito para desembarcar, o que no dia seguinte fez, acompanhado dos capitães Rodrigo da Câmara, Manuel Bicudo, Rui Tavares e o padre Francisco Nunes, e tanto que esteve em terra o caixão do Santo Cristo, logo o vento se vendou ao norte e a caravela se fez à vela para o porto da cidade, onde ancorou terça-feira, desembarcando o senhor no Porto de Santa Iria. Foi posto o caixão do Santo Cristo na matriz de N.ª Sr.ª da Estrela, sendo o vigário dela, o licenciado Manuel Alvares Cabral, onde esteve até à quinta-feira, dia de Corpus Christi e na tarde deste dia foi o padre guardião Frei António de Santa Maria, com comunidade e acompanhado do reverendo Colégio, o trouxeram em procissão, seguido por todo o povo, para este convento, no qual pregou o padre mestre João Madeira, da Companhia de Jesus (...). Veio esta prenda sem preço, sem carta nem conhecimento e assim o entregaram os homens da caravela (...)”¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Cf. Monte Alverne, 1994, II: 316.



Fig. 46 – *Senhor Atado à Coluna*, Imagem padroeira dos Terceiros da Ribeira Grande. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Esta informação amplifica a noção de que os Irmãos da Penitência não se encontravam plenamente estabelecidos na Ribeira Grande em meados do séc. XVII, não só pelo facto de não possuírem à data a imagem padroeira das fraternidades micaelenses, entretanto adquirida, mas também porque não desfrutavam de uma “casa” para albergar os seus pertences. Esta necessidade é manifestada pelos Irmãos dois anos após a chegada do “Senhor dos Terceiros”.

“Fervendo logo os Terceiros para lhe fazerem casa, como as posses eram poucas, animou a um Gaspar Gonçalves do Couto para que lha fizessem à sua custa, no ano de 1666, que, ainda que ao depois os Terceiros lhe pagaram o que gastou na igreja, lhe ficou livre capela para seu jazigo e da mulher e herdeiros, com fábrica perpétua e capelas e ainda com uma esmola para cera, para os três dias do Túmulo estar o senhor com ela”¹⁹⁷.

O comentário prestado por Monte Alverne leva-nos a concluir que os Terceiros, nesta data passam a ter a sua sede administrativa no interior da igreja conventual de N.^a Sr.^a de Guadalupe. Volvidos dois anos após este relato, mais precisamente em fevereiro de 1668, era efetuada novamente uma menção ao referido benemérito, já que os Irmãos da

¹⁹⁷ Cf. Monte Alverne, II: 37.

Penitência continuavam sem ter um local totalmente definido para guardar as suas alfaias religiosas. Esta pretensão era realçada pelo facto de existir à data uma grande adesão popular da comunidade ribeira-grandense ao movimento secular de S. Francisco.

“(...) estava fundada a Irmandade da Venerável Ordem Terceira do Patriarca e Senhor São Francisco com grande fervor, em o qual Convento tratarão os ditos Irmãos Terceiros de fazer um Oratório para as coisas pertences ao “Culto Divino da dita Ordem e porque a dita Casa ficava imperfeita se obrigava o dito Gaspar Gonçalves do Couto a fazer nela uma Capela com toda a decência e ornato devido(...)”¹⁹⁸

Tendo em atenção estes testemunhos, e propondo-se como ponto de comparação o caso da Ribeira Grande, é de crer que de uma forma geral as fraternidades de penitentes, apesar da dependência à OFM em termos administrativos e espirituais, não usufruíam de contributos monetários por parte dos religiosos franciscanos para financiar as suas atividades, apesar da autonomia financeira em relação a estes. Prova disto é o facto das capelas anexas às igrejas conventuais resultarem da contribuição de irmãos benfeitores e mais abastados dentro da sociedade local, que em troca do apoio concedido à Ordem dos Penitentes recebiam indulgências para si e para os seus descendentes. Podemos ainda concluir que as indulgências concedidas aos Irmãos prendem-se com uma das linhas de atuação das Ordens Terceiras, ou seja, o cerimonial do enterro, que abrangia a concessão de sepulturas e a instituição de capelas e de legados pios.

A questão da “boa morte”, como define Elisabete Jesus¹⁹⁹, encontra-se centrada num momento de sociabilização por parte dos Terceiros, que para além dos exercícios ligados à evangelização e à assistência social, encontram nos benefícios concedidos em vida ou depois da morte, uma garantia de reconhecimento social e bem-estar divina na absolvição na hora da morte²⁰⁰, em troca da prometida vida eterna na companhia do

¹⁹⁸ Cf. AMRG, Fundo da Ordem Terceira, *Cópia de Público Instrumento de Doação* de 15-02-1668.

¹⁹⁹ Vd. Jesus, 2005: 149-150.

²⁰⁰ A questão do sepultamento foi um ponto de honra na maioria das fraternidades terciárias, pois só os indivíduos que se filiassem numa irmandade tinham a garantia de possuir uma sepultura nos terrenos das fraternidades dos irmãos penitentes, em alguns casos, e como constatamos na Ribeira Grande, a própria igreja conventual albergou algumas destas sepulturas. Esse costume perdurou até ao século XIX, altura em que por ordem régia foram suprimidos os cemitérios dentro das igrejas. Vd. Boschi, 1968:150-151.

“Criador”²⁰¹. Competia ao Irmão Vigário do Culto Divino representar a Ordem e acompanhar cada Irmão falecido, assistindo às suas exéquias até que este ficasse sepultado²⁰².

Esta lógica de benefícios levantou, muito possivelmente, alguns condicionamentos dentro das fraternidades, como foi o caso da Ribeira Grande, que só veria a sua situação ficar plenamente concluída em 1689, mais de quarenta anos após a sua provável fundação, quando por testamento de 21 de Janeiro do mesmo ano Guiomar de Benevides, viúva de Miguel Lopes de Medeiros, cumpriria a vontade de seu falecido esposo mandando construir a capela do Senhor Santo Cristo dos Terceiros²⁰³. A fazer fé neste testamento, a edificação da Capela dos Terceiros, conhecida nos dias de hoje como local de culto dos Irmãos da Penitência (nave lateral da igreja), deve ter tido o início da sua construção nos finais do século XVII, o que faz presumir que esta nave da igreja corresponde ao período mais recente da construção deste edifício.

A Venerável Ordem Terceira do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe na Ribeira Grande passa a partir desta data a conhecer um espaço definido como local de culto para os seus irmãos penitentes. No entanto será de notar que para além do testamento de Miguel Lopes de Medeiros, não descortinámos durante esta investigação nenhum outro documento que confirme a posse legal desta capela por parte dos Terceiros, o que nos leva a supor que a mesma sempre se manteve propriedade dos Frades Observantes, embora com direito a serventia por parte dos Irmãos Penitentes²⁰⁴.

Muitas outras fraternidades insulares dispuseram de capelas exteriores adossadas às fachadas laterais das igrejas conventuais ou contidas na própria estrutura do edifício principal, embora neste último caso existisse por norma uma delimitação arquitetónica que as tornava independentes. A entrada destas capelas era feita pelo exterior da edificação, apesar de existir uma passagem interna que fazia a ligação ao próprio corpo da igreja.

Sabemos hoje que estas capelas em muitos casos foram propriedade exclusiva das

²⁰¹ É aliás nesta perspetiva que a sociedade seiscentista micaelense, sem distinção de classes, apresenta uma preocupação com o uso de hábitos funerários no sepultamento dos defuntos, em especial o hábito Franciscano. Segundo Susana Costa (Costa, 2007: 403-407), a utilização desta vestidura servia ainda para criar uma diferenciação social, já que existiam dois tipos de hábitos, o de “saial”, usado pela elite local e o de “picote” por elementos de condição inferior. É disso exemplo o testamento de Madalena Fernandes, mãe da venerável Margarida de Chaves.

²⁰² Cf. São Francisco, 1684:268-270.

²⁰³ Cf. BPARPDL, *Testamento n.º 2591 dos Resíduos*.

²⁰⁴ Essa tese é reforçada com o facto de após a expulsão das ordens regulares do arquipélago, a Capela dos Terceiros não ter sido entregue aos irmãos penitentes, mas sobre este tema debruçar-nos-emos noutra capítulo desta dissertação.

próprias fraternidades, chegando algumas delas até ao século XX como património dos Terceiros²⁰⁵. Esta circunstância leva-nos a refletir sobre a relação existente entre a Primeira e Terceira Ordem Franciscana, e a sua coabitação dentro das igrejas conventuais. Se como vimos, existiu essa demarcação arquitetónica em alguns templos açorianos, no caso da igreja franciscana da Ribeira Grande essa coabitação foi real, já que não existe delimitação entre as duas naves da igreja, apesar da administração destes dois espaços do edifício ter sido de responsabilidade autónoma das duas Ordens, a nave central administrada pela Ordem dos Frades Menores e a capela lateral pela Ordem Terceira da Penitência²⁰⁶.

Em termos estruturais, no caso específico desta igreja, e analisando a nave lateral que serviu de espaço exclusivo da fraternidade terciária desta localidade, podemos definir este espaço como possuindo uma planta retangular, embora mais estreita e curta do que a da nave principal, sendo estas duas áreas delimitadas por três arcos de volta perfeita, que servem de ponto de comunicação entre o corpo principal e secundário da igreja. Ao fundo o espaço é preenchido por dois retábulos de um barroco tardio, uma é a invocação ao “Senhor dos Terceiros”, representação iconográfica da flagelação de Nosso Senhor atado à coluna, e a outra é “N.ª Sr.ª da Soledade”, sendo ambas as estruturas retabulares em talha dourada pintada, onde predomina a cor creme²⁰⁷.

²⁰⁵ São vários os exemplos de capelas de Terceiros anexas às igrejas Franciscanas no Arquipélago dos Açores, dos quais podemos destacar quatro casos, dois em S. Miguel e os restantes em St.ª Maria e S. Jorge. Igreja de S. José em Ponta Delgada e respetiva Capela dos Irmãos da Penitência adossada ao templo principal; Igreja conventual de St.º António na vila da Lagoa, com capela anexa, mas atualmente extinta (Vd. Costa, 1965. 52); Capela dos Terceiros da Igreja de N.ª Sr.ª da Vitória no Convento da Vila do Porto, em Santa Maria, e ainda a Capela dos Terceiros da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, do convento com a mesma invocação, na vila das Velas em S. Jorge (Vd. Avellar, 1902 259-260). Efetuando um ponto de comparação com o que aconteceu em Portugal Continental, podemos constatar a existência de algumas igrejas construídas de raiz para a Venerável Ordem Terceira da Penitência, neste caso fruto do poder económico que estas fraternidades dispuseram durante os séculos XVII e XVIII, de que é exemplo a Ordem Terceira no Bispado do Porto, que no início do século XIX dispunha de mais de oito mil Irmãos Terceiros professos, tendo assim capacidade e possibilidade e de erigir um templo dedicado à Ordem. Com origem numa primitiva capela construída em 1646, que deu origem a um templo de estilo neoclássico em 1792, por António Pinto de Miranda (arquiteto da Relação do Porto e riscador de retábulos) e sob a direção do italiano Luigi Chiari, foi benzida em 19 de Maio de 1805. Podemos ainda encontrar outras igrejas da Ordem Terceira na Chamusca, Elvas, Faro e Lisboa.

²⁰⁶ Não chegaram aos nossos dias os inventários da Primeira Ordem de S. Francisco na cidade da Ribeira Grande, mas em contrapartida a Ordem Terceira apresenta vários inventários para o período que abrange o século XIX e a primeira metade da centúria seguinte.

²⁰⁷ Cf. *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 2007: 158-160.



Fig. 47 – Nave lateral pertença da Ordem Terceira. Arquivo da SCMRG.

Altar dos Terceiros – aquando da realização desta investigação a nave lateral da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe encontrava-se em obras de restauro, situação que criou alguma dificuldade quanto ao levantamento dos altares ali existentes. No entanto podemos mencionar que para além das características estilísticas deste retábulo se enquadrarem na mesma gramática dos restantes quatro altares colaterais da nave central, destaca-se o facto do mesmo se encontrar inserido numa capela que ao nível da sua cobertura possui um teto em abóbada de madeira com pinturas de motivos vegetais, sendo o único espaço da igreja que apresenta o teto pintado, pois com as obras realizadas ao longo dos últimos anos o forro original do teto da capela-mor foi substituído, não tornando possível registar se na sua figuração original também este seria pintado com alguma representação iconográfica, o mesmo não sendo possível através de fotografias antigas ou outras fontes²⁰⁸.

²⁰⁸ A última substituição do teto da capela-mor deu-se no ano 2007, fruto das obras de restauro desta igreja e inserido num protocolo estabelecido entre a SCMRG e a DRAC, no qual foi remodelada a cobertura da referida capela.



Fig. 48 – Altar dos Terceiros (esquerda) e o nicho do altar de N.ª Sr.ª da Soledade, que se encontrava completamente desmontado aquando da realização deste trabalho. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Outro motivo de interesse da Capela dos Terceiros, para além do mencionado teto e das duas esculturas de vulto pleno do séc. XVIII, representando respetivamente S.ª Maria Madalena (ISF. 002)²⁰⁹ e S. João Evangelista (ISF. 001)²¹⁰, é a referida temática iconográfica representando Cristo ligado ao segundo mistério do “Rosário”, na qual contemplamos a flagelação de Jesus Cristo atado à coluna, que serve aliás de invocação ao respetivo altar.

Esta é uma escultura de vulto pleno do século XVII²¹¹, em madeira policromada, assente num plinto com 4 lados distintos. A imagem está representada despida, apenas com a figuração de um cendal na zona do baixo-ventre, possuindo várias pregas onduladas. Por todo o corpo da escultura estão pintadas várias figurações de feridas com repintes representando o escorrimento do sangue. A perna direita está ligeiramente fletida em relação à esquerda, os braços estão sobrepostos na zona dos pulsos e a face apresenta um semblante carregado, estando os olhos centrados no chão. A imagem é apresentada com uma corda dourada à volta do pescoço, entrelaçando os pulsos e seguindo para a coluna onde está amarrado. A coluna é de madeira pintada de cor verde, possuindo uma base circular com grande altura, estrangulando antes de chegar ao topo. É ainda de mencionar a

²⁰⁹ Dimensões: (Alt. x Larg. x Prof.) – 83 cm x 38 cm x 28 cm.

²¹⁰ Dimensões: (Alt. x Larg. x Prof.) – 85 cm x 50 cm x 26 cm.

²¹¹ Dimensões: (Alt. x Larg. x Prof.) – 182 cm x 45 cm x 32 cm.

existência de um resplendor em prata com vários raios, cujo centro está cravado com uma cruz possuindo várias pedras de cor de âmbar. Nos braços da cruz encontramos oito círculos de menor diâmetro, também com várias pedras da mesma cor²¹².



Fig. 49 – A imagem do Senhor dos Terceiros. Fotografia Duarte Nuno Chaves, 2011.

Altar de N.^a Sr.^a das Dores – A principal referência deste altar (Fig. 50) em escultura é uma imagem de roca policromada do século XVIII (ISF. 193). Escultura elaborada com encarnação, abrangendo a cabeça, mãos, pés e braços, que por sua vez são articulados e divididos em dois conjuntos de articulações, uma ao nível do ombro e a outra no antebraço. Os olhos são de vidro e os cabelos naturais, assentando a imagem numa estrutura de madeira forrada com tela monocromada. O assunto representado nesta escultura está ligado com a temática de N.^a Sr.^a das Dores ou da Soledade, como também é conhecida.

É de realçar o conjunto de têxteis com que a imagem se apresenta, vestida com um manto de cor branca, bordado a dourado a toda a volta do rebordo e no seu interior tem cozido um lenço branco com renda no rebordo e que lhe cobre a cabeça.

A imagem tem sobreposto três conjuntos de vestes, sendo o primeiro (que se encontra junto à escultura) em linho, e os dois restantes (veste intermédia e exterior) em

²¹² Cf. *Inventário digital da Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe*, 2009.

cetim. As mangas dos dois primeiros conjuntos apresentam os punhos em renda. O terceiro conjunto é uma túnica de cor branca, com dois frisos simétricos na parte inferior, bordados a dourado, formando uma espécie de grelha com o próprio tecido. Nas mangas e gola encontramos apenas um friso com o mesmo motivo. Esta túnica está envolta na cintura por uma fita branca, formando um lenço duplo no centro da parte da frente da imagem, estendendo-se com as suas pontas até ao friso da parte inferior da túnica. Ao longo desta fita encontramos cosidos motivos vegetais e florais dourados, terminando esta nas suas extremidades com 2 conjuntos de estrelas que formam uma pirâmide, e que acaba com fios dourados entrelaçados, cosidos no rebordo da fita. O nó do laço duplo possui um conjunto de decorações em estrela igual aos do fim da fita²¹³.



Fig. 50 – Imagem de vestir representando N.ª Sr.ª das Dores.
Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2010.

²¹³ Cf. Inventário digital da Igreja de N.ª. Sr.ª de Guadalupe, 2009.

PLANTA

Fig. 51

1.2. A orgânica administrativa e a inserção social dos Terceiros (1749-1833)

A orgânica administrativa e executiva da Ordem Terceira, da então vila da Ribeira Grande, encontrou-se indubitavelmente ligada a um conjunto de valores fundamentais, que a individualizaram como movimento associativo de cariz religioso. Não esquecendo o seu caráter evangelizador dentro da estrutura franciscana, é de destacar, por um lado o importante papel que os Terceiros desempenharam ao nível da assistência e apoio social às populações mais carenciadas do concelho²¹⁴, e por outro a pluralidade social que caracterizava a sua estrutura, aberta na base a diversos grupos sociais.

A fonte manuscrita mais antiga que comprova a existência de uma fraternidade, com Discretório organizado na vila da Ribeira Grande, data de 12 de Janeiro de 1749, através do *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do convento de N^a Sra. De Guadalupe*, aberto na data acima mencionada, pelo Secretário capitão Manuel de Soaza, por ordem do Comissário e irmão frei António das Onze Mil Virgens²¹⁵. Este livro abrange um período de oitenta e quatro anos, coincidindo o seu auto de encerramento precisamente com os ventos liberais e respetivo abandono dos frades franciscanos em 1833, preenchendo o documento um total de noventa e três atas.

Não chegaram aos nossos dias os estatutos em vigor datados dos séculos XVII e XVIII desta fraternidade, mas deveriam estar em consonância com os Estatutos Gerais do Reino, ordenados pelo Fr. Luís de S. Francisco e aprovados pelo Reverendo Padre Geral da Ordem Fr. Francisco de Bonomia em 1675 e depois reformulados²¹⁶. Esses mesmos regulamentos definiam as competências da Junta e dos respetivos oficiais.

“As juntas em Meza desta Vossa Ordem se dirigem a conferir e propor os negocios da mesma Ordem para seu augmento, e conservação. (...) Sempre no principio das Juntas, se invocará o Espirito Santo, e se dirão as oraçoes que para esse efeito, e também para o fim das Juntas se porão no Capitulo

²¹⁴ As preocupações com as questões de apoio social foram transversais a todas as fraternidades terceiras, como demonstram alguns documentos de outras irmandades de concelhos limítrofes, sendo disso exemplo a fraternidade do Convento de Santo António da Lagoa, que prestava auxílio a todas as freguesias do concelho, oferecendo medicamentos e comida aos mais necessitados: *“Em 1770, os mesários queixavam-se das fragilidades das suas receitas, que impediram o eficaz apoio aos mais necessitados, estando dependentes da esmola de poucos benfeitores”*. Cit. Costa, 2007:53.

²¹⁵ Cf. AMRG, *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do convento de N^a Sra. De Guadalupe*, 1749.

²¹⁶ Cf. *Estatutos, Cerimónias, Privilégios e Progressos da Sagrada Ordem Terceira da Penitência*, 1684.

*seguinte. A esta Meza pertence despachar as petições para receber Noviços, e fazer suas profissões: pertence-lhe determinar castigo que se hade dar aos Irmãos que tiverem pecado, e expulsar da Ordem os incorregíveis.”*²¹⁷

A eleição da Junta dos Discretos na vila da Ribeira Grande era efetuada anualmente²¹⁸, preferencialmente na primeira quinzena do mês de janeiro, podendo no entanto surgir algumas exceções, nomeadamente quando o ato eleitoral nesta fraternidade ribeira-grandense²¹⁹ era feito no final do ano de exercício (dezembro), coincidindo com a ocasião da visitação.

A eleição e composição dos cargos administrativos eram mistas, embora com divisão de género quanto às tarefas a executar dentro da fraternidade. Aos homens estavam reservados os lugares administrativos e executivos, e ainda um acompanhamento de proximidade com a comunidade local. No que toca à participação feminina, esta acaba por ter um papel interventivo dentro da fraternidade, quer no apoio aos doentes e mais desfavorecidos, preenchendo o cargo de enfermeira, quer passando ainda pela orientação das noviças. Outro ponto em que as irmãs penitentes se destacaram foi na preparação das imagens de vestir que compunham as várias manifestações quaresmais e sobre as quais nos debruçaremos no próximo capítulo.

Se a participação da comunidade na ordem secular potenciava uma aparente democratização e igualdade social, que envolvia aliás o espírito deste tipo de movimento associativo religioso, a inclusão na Junta dos Discretos encontrava-se associada a um conjunto restrito de elementos da comunidade ribeira-grandense²²⁰. Essa participação foi certamente uma forma de aquisição de prestígio e *status* social por parte de determinados grupos, que assim viram melhorar a sua posição na hierarquia social desta vila

²¹⁷ Cf. Maria Santíssima, 1787:73.

²¹⁸ À Junta dos Discretos competia dirigir, conferir e propor os negócios da fraternidade, admitir os novos pretendentes a noviciado e fazer suas profissões, demitir e castigar os Irmãos que tivessem pecado e expulsar da Ordem os incorregíveis. Cf. *Estatutos, Cerimónias, Privilégios, e Progressos da Sagrada Ordem Terceira da Penitência*, 1684: pp. 577

²¹⁹ Cf. AMRG, *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do convento de N^a Sra. De Guadalupe*, 1749.

²²⁰ Os próprios Estatutos da Ordem Terceira redigidos por Fr. Luís de S. Francisco para o ano de 1684, mencionam essa seleção: “*Porque seria grandíssima confusão receber os votos de todos os irmãos para esta Eleição: Mandamos, que não tenhaõ voto nella, senão somente os irmãos Officiaes, que assistem nas luntas particulares, como asima fica dito. E além disto teráõ tambem voto o Ministro, que no anno passado acabou, o qual se chama immediato, & o Ministro, que tiver sido mais antigo, & o que tiver sido Ministro tres vezes, & sò estes sobreditos irmãos teráõ voto nesta Eleição: & o Padre Commissario aqui tem somente voto decisivo, no caso em que empatarem os votos; porque de outra maneira nam vota (...)*” Cf. *Estatutos, Cerimónias, Privilégios, e Progressos da Sagrada Ordem Terceira da Penitência*, 1684: pp. 576.

micaelense²²¹. Entre os irmãos elegíveis para os cargos administrativos encontramos uma elite local, constituída por elementos da terra, tenentes e muito especialmente pelo oficialato da milícia, que ocupava e repartia sistematicamente os cargos de ministro, vice-ministro e secretário. Esta repartição da cúpula administrativa da irmandade potenciava ainda uma rede de ligações familiares, em particular de promoção dos cônjuges, que culminava em muitos discretórios com a designação para lugar de ministra das próprias mulheres destes oficiais milicianos, preservando assim a coesão do grupo familiar. “ (...) *para ministra, a N. Irmã Teresa Josefa, mulher do capitão Miguel Rego*”²²². A participação feminina era aliás tutelada pelo próprio Padre Comissário, que possuía autoridade para efetuar uma triagem junto das principais “senhoras” da comunidade.

*“Para Irmã Ministra costuma-se eleger huma das mais principaes Senhoras da terra, com duas substitutas que juntamente com a Ministra só por um anno tem esta ocupação. Estas mesmas com a Mestra de Noviças e mais alguma que parecer ao Comissário serão as Discretas.”*²²³

Podemos ainda concluir deste documento que os irmãos penitentes ocupavam uma “casa de despacho” no próprio Convento de S. Francisco desta localidade, o que demonstra uma forte ligação aos frades da Primeira Ordem, facto comprovado por uma participação efetiva dos regulares franciscanos, pois dos vinte e seis membros que constituíam a Junta dos Discretos desta fraternidade²²⁴, oito eram religiosos da OFM. Aos Frades Menores competia a orientação e acompanhamento espiritual, mas também um lugar de destaque na orgânica administrativa, que culminava com a nomeação por parte da hierarquia

²²¹ Será interessante citar a caracterização que Caio César Boshi faz dos leigos franciscanos e a sua relação com o poder: “*Como se sabe, a profissão nas ordens terceiras era sinónimo de status e privilégios das classes dominantes. Ser admitido numa ordem terceira significava pertencer à elite social (...) Ser aceite numa delas demonstrava prestígio e a obtenção de reconhecimento público de êxito pessoal e, assim, ser reconhecido socialmente; ter acesso a toda a sorte de facilidades e benefícios (...)*”. Cf. Boschi, 1986.161-162.

²²² Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira*, “Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe”, 1749, eleição do ano de 1765. Ainda sobre a importância das elites no espectro social açoriano no Antigo Regime e segundo José Damião Rodrigues: as patentes militares eram nas vilas de S. Miguel e restante arquipélago, um importante meio de promoção social. Esta distinção social possibilitava uma maior visibilidade de uma governança, que nos seus patamares inferiores podia abrir-se a gente de origem plebeia e de parcos recursos e que assim tinha a possibilidade de participar nos órgãos administrativos ao nível municipal e nas organizações de cariz social e religioso, como era o caso das misericórdias e irmandades. Vd. Rodrigues, 2012: 181-202.

²²³ Cf. Maria Santíssima, 1787: 55-56.

²²⁴ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Atas da Ordem Terceira da Penitência (1749-1833), realizada em 12 de janeiro de 1749.

franciscana de um representante legal da Ordem, ocupando este a função de comissário, como aliás podemos verificar através da leitura da ata de 1749.

Acta da Eleição

“Esta elleyçam dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira da Penitência feita neste convento de N. Seráfico Pe S. Francisco desta vila da Ribeira Grande na Casa da dita Ordem presidindo em ela por Comissário o M. R. Pe Pregador António das Onze Mil Virgens, Ministro o Rdo Pe Cura Luiz Ferreyra Gomes, Secretário o capitão Manuel de Soaza Monte, e os mays Irmãos abaixo assinados:

Esta a elleyçam do Ministro, secretário e mais Irmãos da mesa da Venerável Ordem Terceira da Penitência feyta em doze de Janeiro de mil e setecentos e quarenta e nove, presidindo a ela pelo Comissário o N. R. Pe Pregador Fr. António das Onze Mil Virgens, Ministro o N. Irmão o R. Pe Cura Luiz Ferreyra Gomes, Secretário o capitão Manuel de Soaza Monte, e dos mays irmãos abaixo assinados. Foram elleytos para ministro o N. Irmão Amaro Cordeiro e este teve quatro votos, o N. Irmão Manuel Dias Tavares e este teve tres votos o N. Irmão o capitão Lopo Tavares Homem e este teve cinco votos, o qual ficou eleito por Ministro.

E assim ficou feita a ellyçam do N. dito Irmão capitão Lopo Tavares Homem e continuando com a mais eleyçam foram eleytos os seguintes

Em Definidores Eclesiásticos

O N. Irmão o R. Pe Bartolomeu Vieira Pacheco

O N. Irmão o R. Pe Manuel de S. Payo Pacheco

O N. Irmão R. Pe Salvador Dias Moreyra

Em Definidores Seculares

O N. Irmão Francisco Carvalho de Macedo

O N. Irmão Pedro Ramalho

O N. Irmão o alferes José de Sousa

Em Secretário

O N. Irmão R. Pe beneficiado Mathias (sic) Souza

Em Sindico

O N. Irmão o tenente Inácio Cardoso de S. Payo

Vigário do Culto Divino

O N. Irmão o R. Pe Manuel Jacome

Em Mestre de Noviços

O N. Irmão o R. Pe Cura Francisco Xavier

Em Zeladores

O N. Irmão o R. Pe António de Sousa Pacheco

O N. Irmão o R. Pe José Francisco

Em Vice Ministro

Os N. Irmão o capitam Manuel de Sousa Monte

Em Enfermeiro

O N. Irmão Manuel Botelho Antero

Em Ministra

A N. Irmã Margarida Bicuda de Mendonça

Em Mestra de Noviças

A N. Irmã Joana Bautista Muniz

Em Avisador

O N. Irmão Manuel Ferreira

O N. Irmão Domingos de Finos

Foros

O N. irmão António de Payva Alfayate

O N. Irmão Manuel de Sousa Reys

Villa

O N. Irmão André Rodrigues Malheta

O N. Irmão Manuel Cordeyro çapateyro

Ribeira Secca

O N. Irmão Lourenço Arruda

O N. Irmão António Lopez Barrozo

E assim feyta a eleyçam em virtude do Espírito Santo, a todos junto, a cada um per si se manda em virtude desta obediência aceytem os nossos officios para que na ocupação deles mostrando em tudo obediência, e amor, mereçam como verdadeiros filhos de N. P S. Francisco, a bênção deste com o qual terem certa a fruiçam da glória.

Ámen”

1.3. Cargos e competências dos Irmãos

A estrutura orgânica das fraternidades da Ordem Terceira foi objeto de constante regulamentação por parte da hierarquia franciscana, com a consequente aprovação da Santa Sé. As funções e cargos no interior de cada uma destas organizações obedeciam a uma norma hierárquica, que como já tivemos a oportunidade de constatar abrange inclusive figuras femininas.

Ao analisarmos as atas das diversas reuniões da fraternidade da Ribeira Grande, verificámos que esta, em relação aos cargos e competências atribuídas às diversas figuras da Junta dos Discretos, não difere das normas em vigor para a época, nomeadamente as “*bulas Paterno Sedis*” dos anos de 1686 de Inocêncio XI, e de 1725 de Bento XIII²²⁵.

²²⁵ Chegamos a esta conclusão após leitura de vários compêndios e livros de cerimónias da Ordem Terceira dos Séculos, XVII, XVIII e XIX, existentes na BPARPDL. Vd. MARIA SANTÍSSIMA, Manuel de (Fr.). 1787.

Tabela 1 – Cargos e funções da Ordem Terceira segundo “*bula Paterno Sedis*” do ano de 1725 do Papa Bento XIII.

Padre Comissário da Ordem – examinar, inquirir e reconhecer os livros da Ordem; ser o último guardião dos bens da Ordem, bem como fiscalizar a entrega das esmolas aos pobres; saber se os Oficiais da Mesa cumpriam com as suas obrigações; conferir o maior zelo e vigilância no bem espiritual dos Irmãos Terceiros, exortando-os eficazmente como solícito pastor a suas ovelhas, a que se confessam e comungam frequentemente; ordenar práticas aos Noviços, explicando-lhes a Regra e Estatutos; presidir a todas as Mesas da Ordem, e propor os negócios a ela pertencentes; reprender e penitenciar a todos os irmãos da sua Ordem, e tirando-lhe o hábito, com expulsão da Ordem; examinar os encargos da Ordem e fazer que se cumpram, e empossar os Mesários eleitos no Discretório.

Irmão Ministro – ser responsável pelo selo e livro da Ordem; fiscalizar sobre todos os Ofícios da Ordem, sabendo e examinando os Oficiais, de forma a estes cumprirem com as suas obrigações e se alguma coisa digna de correção, para que possa ser avisado o Padre Comissário ou em última instância o Padre Guardião; evitar as desordens ou culpas que se achem dignas de castigo; assistir a todas as Mesas; instruir por si, ou por outro os Noviços da Ordem; organizar as festas e funções da Ordem e visitar os Irmãos enfermos, bem como determinar o valor das esmolas.

Vice-Ministro – adjuvante do Ministro, e em caso da ausência deste, substituí-lo nas suas funções.

Irmão Secretário – ser pessoa inteligente, ter a seu cargo os pertences da Ordem, tais como, livros, escrituras, papéis, chaves dos arquivos e cofres da Ordem, efetuar os assentos dos que entram ou professam na Ordem, avisar os Irmãos Noviços para que estejam dispostos no dia que tiverem concluído o seu Noviciado, ajudar o Padre Comissário a fazer a sua profissão e escrever e ler as atas da Junta dos Discretos.

Irmão Síndico – tem em seu poder todo o dinheiro da Ordem e pertence-lhe fazer aplicar as cobranças e dar conta na Mesa do que houver, antes de se entrar na votação.

Padres Definidores Eclesiásticos/Irmãos Definidores Seculares – assistir às Mesas e Juntas da Ordem e coadjuvar os outros mesários no desempenho de seus cargos.

Vigário do Culto Divino – é o responsável por tudo quanto pertence ao culto divino, que deve tratar com o maior asseio, limpeza e cuidado, assistir a todas as Mesas, Enterros, Vias Sacras e todos os mais atos e funções da Ordem; assistir a todas as entradas e profissões; organizar os Irmãos nas procissões e enterros, segundo a antiguidade e a dignidade e pedir a cal aos herdeiros dos defuntos.

Padre Mestre de Noviços – preparar os noviços para a Profissão.

Irmãos Zeladores – são responsáveis por efetuar todas as cobranças, dar os avisos para os enterros dos Irmãos e avisá-los para que rezem por sua alma; saber das necessidades dos Irmãos e dar parte ao Padre Comissário e Mesa a fim de serem socorridos com alguma esmola da Ordem segundo a sua possibilidade. Não têm obrigação de assistir às Mesas.

Irmãos e Irmãs Enfermeiros – visitar os Irmãos enfermos e com palavras santas e discretas lhes aconselhe e disponham bem o seu coração com Deus; avisar o Ministro para que socorra com esmolas os enfermos pobres; e morrendo algum o faça saber aos demais irmãos para que lhe assistam ao enterro e rezem o que se dispõe a Regra.

Irmã Ministra – sendo uma das principais senhoras da comunidade local, terá a seu cargo a orientação e preparação das imagens de vestir, que compunham as várias manifestações quaresmais; juntamente com as Irmãs enfermeiras terá o cuidado de assistir às Irmãs enfermas, será responsável por supervisionar a receção de hábitos e a profissão das

Noviças e conjunto com a Mestre de Noviças.

Mestre de Noviças – assistirá à receção dos hábitos e profissão das Noviças e em seu ano de noviciado lhes ensinará a doutrina e princípios da Regra e o modo de rezar o Ofício Divino da Ordem, bem como moderação nos trajas.

2. DO LIBERALISMO AO SÉCULO XX

2.1. O afastamento da Ordem dos Frades Menores (1832)

Apesar do elevado número de frades menores e clarissas que integravam a população conventual açoriana²²⁶, o início da centúria oitocentista apresentava já uma acentuada decadência da vida consagrada, potenciada pelas intromissões do poder político no foro eclesiástico e eclesial, levando a uma desvalorização da religião na sua dimensão espiritual²²⁷. Com o enraizar dos ideais liberais o clero regular, que entretanto se vê impedido de admitir novos consagrados, acaba por ser afastado da nova realidade política e passa a ser considerado desnecessário para a publicitação do novo regime, sendo aliás encarado como inútil no âmbito do progresso que o novo regime tentava implantar²²⁸.

Neste contexto os “ventos liberais” não passaram despercebidos ao concelho da Ribeira Grande, já que este assistiu a todo o processo que culminou em guerra civil (1828-1834). Nos dias 1 e 2 de agosto de 1829 travou-se a batalha da Ladeira da Velha, Porto Formoso, entre as forças liberais e miguelistas²²⁹. No seguimento de todo este processo, em 1832, fruto do Decreto-Lei de 17 de maio do mesmo ano, da responsabilidade de Mouzinho da Silveira, dá-se o encerramento e conseqüente nacionalização de grande parte das casas religiosas de cariz regular no arquipélago dos Açores, no qual se inclui o Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, tendo este edifício sido integrado nos bens da Fazenda Nacional. O afastamento efetivo do espaço conventual por parte dos religiosos da Primeira Ordem de S. Francisco deu-se no decorrer desse ano, já que na ata de eleição dos Irmãos da Ordem Terceira para o ano de 1833 os Frades Menores fazem-se representar apenas por

²²⁶ Fruto do relatório oficial, mandado efetuar pelo governo em 1827, sabe-se que a população franciscana nos Açores rondaria os 725 efetivos, divididos por 325 frades menores e mais de 400 clarissas. Cf. Ribeiro, 1949:30-38.

²²⁷ Cf. Enes, 2008: 78-79.

²²⁸ Cf. Costa, 2008: 61-64.

²²⁹ Cf. Rodrigues, 2007: 16.

um comissário visitador, não sendo de registar mais nenhuma presença de regulares na Mesa do referido período²³⁰.

O abandono por parte dos frades mendicantes veio a criar um vazio na administração do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, nomeadamente na igreja conventual. O novo enquadramento político levou a que as igrejas e o seu espólio se tornassem um alvo fácil do Estado Liberal, que ou solicitou à Diocese a cedência desse mesmo património, ou acabou por integrá-lo nas igrejas paroquiais.

“III e R.mo Snr – Constando-me que no convento dos Religiosos Franciscanos da Vila da Ribeira Grande existe um Relógio de Torre em bom uso e capaz de serviço o qual se faz necessário na Torre da Igreja de Rabo de Peixe; sirva-se Vossa Senhoria fazer entrega do referido Relógio à Junta da Paróquia daquele lugar, deixando disto nota no competente inventário, a que deve ter procedido, e que ainda não chegou a esta Prefeitura cobrando outrossim recibo que se deverá juntar ao mesmo inventário. Deus Guarde Vossa Senhoria. Palácio da Prefeitura em Ponta Delgada, 10 de Setembro de 1833 – João António Ferreira de Moura – Senhor Ouvidor da vila da Ribeira Grande.”²³¹

Mas o saque ao Convento dos Frades, como também é conhecido este espaço pelos habitantes da Ribeira Grande, não terá sido exercido apenas pelas autoridades políticas regionais, locais, ou até eclesiásticas, muito provavelmente a elite local teve acesso a um conjunto de elementos patrimoniais de inegável valor, o que hoje em dia impossibilita a quantificação do acervo escultório que a igreja e restante convento deteriam até 1832, ainda mais porque não se encontraram os inventários dos Frades Menores para o período posterior a esta data. Sabemos que, fruto de uma dádiva do Marquês Ayres Jácome Correia, o Museu Carlos Machado possui um quadro de azulejos, proveniente do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, datado do século XVII e formado por 4 ornados de 4 azulejos, tendo um total de 16 peças, cada uma com cores de azul e amarelo pintadas sobre o fundo

²³⁰ Cf. AMRG, Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de Atas da Ordem Terceira da Penitência (1749-1833) – ata de eleição dos Irmãos da Ordem Terceira para o ano de 1833”.

²³¹ Cf. BPARPD, *Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada (1833-1841)*, “Registo de Offícios dirigidos às Autoridades Religiosas Livro 141, fl. 4.

branco, sendo que esta representação pertencia a um painel contido no antigo refeitório dos frades²³².

Será no entanto numa perspectiva de salvaguardada dos bens inerentes à Ordem Terceira, que os irmãos penitentes da Fraternidade de N.^a Sr.^a de Guadalupe vão desempenhar um importante papel no decorrer de toda a década de 1830. Como tivemos já a oportunidade de aclarar, a legislação relativa à extinção das ordens regulares era omissa no que toca às ordens de cariz secular, esta situação possibilitou não só o usufruto da igreja e manutenção das pratas e demais alfaias, mas ainda a subsistência de todo o arquétipo franciscano.

“Illmo e Rm Snr. Sua Exa. me ordena eu diga a V. S^a em respeito ao seu Ofício de 31 do passado que aprova a resolução que tomou em não compreender no Inventário das pratas e mais alfaias pertencentes ao extinto Convento dos Religiosos da Ribeira Grande os ornamentos e alfaias da Capela da Irmandade dos Terceiros daquele convento. Deus Guarde a V. S^a. Secretaria da Prefeitura em Ponta Delgada, 16 de Setembro de 1833 – Snr. Ouvidor Eclesiástico da Vila da Ribeira Grande – o Secretário-geral – Manuel Ferreira de Moura.”²³³

A igreja da Sr.^a de Guadalupe manteve-se em atividade fruto do empenho dos irmãos penitentes de S. Francisco. Só que esta realidade foi-se alterando à medida que no arquipélago os edifícios conventuais foram sendo vendidos, nomeadamente às misericórdias para instalação dos seus hospitais. Foi o que aconteceu também na Ribeira Grande, resultado de um conjunto de diligências dos dirigentes concelhios locais, que desde 1834 vinham manifestando o interesse em adquirir este espaço para transladar o seu hospital anexo à Igreja do Espírito Santo. Tal solicitação é consentida através de Carta Lei de 30 de Julho de 1839²³⁴ e o convento e igreja anexa são assim adquiridos por esta nova entidade, alterando-se as funções para o qual havia sido inicialmente habilitado.

²³² Cf. Ataíde, 1944:51.

²³³ Cf. BPARPD, *Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada*, “Registo de Ofícios dirigidos às Autoridades Religiosas” Livro 141, fl. 5v.

²³⁴ A passagem do convento franciscano para a tutela da SCMRG, levou a que esta instituição passasse a ter uma projeção antes não alcançada na Ribeira Grande, através dos cuidados médicos e apoio farmacêutico prestado à população da Ribeira Grande, sendo a farmácia desta instituição uma das grandes fontes de lucro da Santa Casa. Até 1975 as instalações hospitalares mantiveram-se na tutela desta misericórdia, data em que o hospital foi nacionalizado, passando a sua tutela para o Governo Regional dos

“Dona Maria, por graça de Deus, e pela Constituição da Monarchia, Rainha de Portugal, e dos Algarves, fazemos saber a todos os nossos súbditos, que as Cortes gerais decretarão e vos sancionamos a lei seguinte:

Artigo 1º - Hé concedido à Santa Casa da Misericórdia da villa da Ribeira Grande na ilha de São Miguel, o edificio, igreja, cerca e mais pertenças do Convento dos Extintos Franciscanos da mesma villa em troca do edificio em que actualmente se acha o hospital da dita Misericórdia com sua igreja e mais pertenças, que ficarão por este modo pertencendo à Fazenda Nacional (...)”²³⁵.



Fig. 52

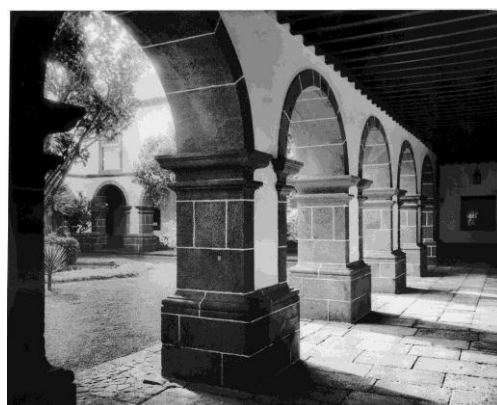


Fig. 53



Fig. 54

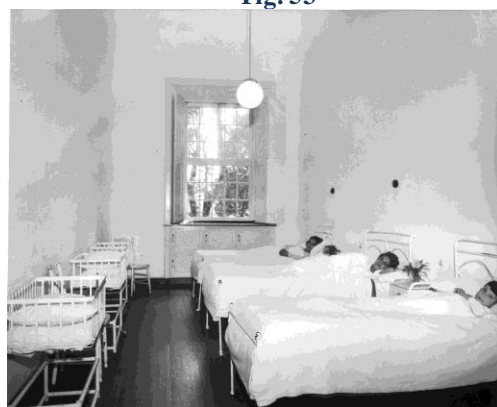


Fig. 55

Figs. 52, 53, 54, 55 – Após a aquisição do convento pela SCMRG, este espaço foi readaptado para receber a unidade hospitalar desta instituição, tendo-se mantido até 1974 na posse da Misericórdia. Fotografias, MMRG.

Açores. Nos dias de hoje encontra-se convertida numa unidade de saúde de retaguarda (Centro de Saúde da Ribeira Grande), continuando no entanto a desempenhar um papel na dianteira dos cuidados básicos de saúde da população deste concelho. Vd. Nunes, 2012: 77-79; Chaves, 2010: 37-38.

²³⁵ Cf. ASCMRG, *Livro de Acórdãos da Mesa*, 1839-1851, fls 24 e 25.

2.4. As novas subordinações dos Terceiros e a relação com a Misericórdia (1839-1946)

Os 100 anos seguintes de história dos Irmãos da Penitência neste concelho micaelense serão algo conturbados, levando, inclusive, ao desaparecimento da sua estrutura organizacional. A reconversão do antigo espaço conventual pela Misericórdia levou a que a Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe seguisse também um caminho idêntico, sendo reinvestida de novas funções: espaço de apoio espiritual aos doentes do hospital. O certo é que a Ordem Terceira mantém-se em atividade neste período, mas agora com duas novas subordinações: por um lado à SCMRG, como nova proprietária do edifício, e por outro à Diocese de Angra, como entidade responsável por nomear e exonerar o Comissário da Ordem. É aliás em relação a este último item que mais se faz sentir a quebra do vínculo aos frades franciscanos, e consequente subordinação à Diocese²³⁶. Em 1859 D. Estevão, Bispo de Angra, desonera o comissário em exercício da Ordem Terceira da Ribeira Grande, P.^o Mariano Rocha, nomeando para seu lugar outro sacerdote, o Rev.^o José Pacheco Lopes Ferreira.

“Havendo nosso representante na Mesa da mesma Venerável Ordem, erecta na Villa da Ribeira Grande, desta Ilha de S. Miguel, que o seu actual reverendo Comissário o Padre Mariano Rocha, se escusado de continuar no mesmo ofício, por motivos alternáveis, e considerando nós que na pessoa do Reverendo José Pacheco Lopes Ferreira, cura da paróquia de N.^aSra. da Conceição desta Villa e irmão professo na mesma Ordem se achão as mesmas qualidades precisas para bem desempenhar o comissariado (...)”²³⁷.

Apesar do patrocínio diocesano a nova realidade administrativa que se foi consolidando ao longo do século XIX, apresenta uma menor participação de elementos ligados à hierarquia eclesiástica. O exemplo mais notório encontra-se ligado à função de comissário, que para além de passar a ser um elemento renumerado dentro da Mesa

²³⁶ Sabemos hoje que, após o abandono dos regulares do arquipélago, muitos frades se tornaram párocos em algumas freguesias rurais, potenciando assim o nascimento de algumas Fraternidades Terceiras em ambiente paroquial, como aliás já tivemos a oportunidade de explanar no primeiro capítulo desta dissertação.

²³⁷ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ofício do Bispo de Angra dirigido à Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande”, 20 de Setembro de 1859.

Administrativa, acaba por perder algum protagonismo na fraternidade²³⁸, embora na sua essência, os regulamentos dos Terceiros da Ribeira Grande mencionem os “Estatutos Gerais da Ordem Terceira dos Irmãos da Penitência”, segundo a *bula Paterno Sedis* do ano de 1725 de Bento XIII, que patenteavam grande importância à figura do comissariado como representante da Santa Sé na cúpula administrativa da fraternidade²³⁹. O comissário passa a ser eleito por escrutínio secreto, com confirmação por *breve* da Santa Sé Apostólica ou pelo Prelado Diocesano, deixando no entanto de presidir às reuniões da Mesa. As suas funções passam a estar relacionadas com os atos puramente religiosos ou de piedade, e com as funções promovidas pela Fraternidade da Ribeira Grande.

Em relação à estrutura administrativa e executiva representada pela tradicional Junta dos Discretos e liderada pela figura do ministro, esta irá sofrer também alterações motivadas pelas diversas leis anti clericais e conseqüente laicização da sociedade civil, que liberais, e posteriormente republicanos, vão impor. O abandono dos regulares do espectro administrativo das fraternidades criou um vazio quanto aos órgãos e figuras de destaque na orgânica administrativa dos seculares franciscanos ribeirão-grandenses.

A história desta congregação não difere da realidade nacional, que assistiu na década de 1860 a um certo ressurgimento dos Frades Menores em Portugal, situação que viria a ser reforçada até à entrada no século XX, com a criação e legalização da *Associação Missionária Portuguesa* e conseqüentes concessões na época da Primeira República²⁴⁰. Apesar deste ressurgimento a nível nacional, não nos chegam notícias de frades franciscanos ligados à cúpula desta organização na Ribeira Grande ao longo desta centúria, com uma única exceção, relativa à visita do amplamente citado P.^e Bartolomeu Ribeiro, decorria o ano de 1946 e a propósito da sua visita ao arquipélago para efetuar o já nomeado levantamento de fraternidades de Terceiros portugueses²⁴¹.

Exemplo desta nova dinâmica social é a disposição orgânica dos penitentes na Ribeira Grande, na primeira década do século XX, como demonstra a ata relativa à eleição

²³⁸ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande, Capítulo VI - Do comissário e vice comissário, Artigos XXIX, a XXXIV, s/d.

²³⁹ Desde a Constituição *Supra Montem* de Nicolau IV (séc. XIII), os superiores franciscanos foram considerados pela jurisprudence eclesiástica, como delegados da Santa Sé na administração das fraternidades de terceiros. Esta situação só seria alterada com a promulgação da Regra em 1883, por Leão XIII, passando os religiosos desde esta data a marcar apenas a sua presença na orientação espiritual. Cf. Ribeiro, 1952; 88-89.

²⁴⁰ Cf. Araújo, 2009: 177-180.

²⁴¹ Vd. Ribeiro, 1952.

da Mesa de 1906²⁴², e que é resultado de um enfraquecimento geral do episcopado e da dependência destes em relação ao poder civil, que aliás já havia criado condições para uma estatização da Igreja nas décadas de 60 e 70 do século XIX²⁴³, com prosseguimento na centúria seguinte. Com a implantação da República a situação dos Terceiros da Ribeira Grande não encontrou melhores dias, fruto da continuação de uma política de anticlericalismo, que entretanto este novo regime potenciou. Vamos, pois, deparar-nos com um conjunto de indícios ligados aos estatutos de 1911, que assim o demonstram. A “Junta dos Discretos”, bem como toda a panóplia de cargos executivos de pendor clerical são substituídos pela “Mesa Administrativa” e ainda por termos como “a corporação” da Ordem Terceira de S. Francisco da Ribeira Grande, que passam a fazer parte do léxico dos documentos desta irmandade.

A Ordem Terceira da Ribeira Grande passa a ser constituída por dois órgãos, um de cariz legislativo, a Assembleia Geral, e ou outro de cariz executivo, a Mesa Administrativa.

A Assembleia Geral considerava-se legalmente constituída, estando presentes a maioria dos irmãos desta fraternidade e era dirigida pelo presidente ou provedor, sendo assistida pelo secretário, elementos estes que serão os mesmos da mesa administrativa. Este órgão tinha como principais competências tratar de todos os assuntos que lhe foram propostos pela mesa administrativa ou através de requerimento dos irmãos, proceder à exclusão de qualquer irmão, estando presente a maioria dos irmãos inscritos, e ainda outorgar as alterações que fossem propostas aos estatutos, as quais seriam depois submetidas à aprovação da autoridade competente²⁴⁴.

Quanto à Mesa Administrativa, esta era eleita para um período de quatro anos, sendo constituída por um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e cinco vogais. A estes juntavam-se os cargos de comissário e ministro, sendo este último proposto à Mesa, pelo próprio comissário. Estes dois cargos apenas possuíam direito a voto consultivo e encontravam-se diretamente ligados às atividades de culto da fraternidade. De uma forma genérica as principais competências da Mesa Administrativa prendiam-se com a administração geral da fraternidade, designadamente as diversas festividades religiosas da

²⁴² Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ata da Reunião Extraordinária da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, realizada em 15 de julho de 1906.”

²⁴³ Vd. Neto, 1998: 234.

²⁴⁴ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande de 24 de Dezembro de 1911”.

sua competência, bem como a gestão dos orçamentos anuais e o apoio aos irmãos mais carenciados²⁴⁵.

O cargo de comissário e de presidente da corporação com o passar dos anos passa a confundir-se, sendo estes ocupados simultaneamente pelo mesmo clérigo secular, o que atesta por um lado a continuação do clero na orgânica dos terceiros, mas agora com uma dupla carga pastoral e administrativa, embora longe do peso anteriormente atribuído à figura do comissário pelos regulares franciscanos.

É ainda de referir que, ao longo da primeira metade do século XX, e de acordo com o conjunto de atas respeitantes ao período de 1928 a 1946²⁴⁶, descortinamos o prosseguimento da estatização da orgânica terciária, que acaba por se encontrar subjugada em termos estatutários à legislação civil, no que toca à nomeação de cargos executivos remunerados dentro da irmandade. Exemplo disso é o Irmão Jacinto Custódio Vieira, secretário da ordem e simultaneamente Diretor Interno do Asilo da Infância Desvalida, que em 24 de junho de 1928, se vê obrigado a abdicar do cargo de Secretário da Ordem Terceira da Ribeira Grande, por obediência ao Artigo 17º do Decreto nº. 15538, de 1 de Junho de 1928, sobre incompatibilidade e acumulação de cargos para funcionários públicos²⁴⁷.

Neste conjunto de realidades temos ainda de incluir um total rompimento com a dinâmica social imposta na época, em que a ordem se encontrava submetida aos regulares franciscanos, sendo aliás exemplo disso a menor visibilidade da participação feminina nas atividades de solidariedade e catequização da fraternidade. De acordo com a realidade da sociedade liberal, que entretanto se implantara, as mulheres passam a requerer de autorização por parte do cônjuge para ingressar na Ordem Terceira, deixando de ter qualquer participação ativa nos órgãos administrativos desta estrutura, não existindo inclusive qualquer documento que mencione a sua participação em acontecimentos da vida

²⁴⁵ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande de 24 de Dezembro de 1911”.

²⁴⁶ Idem, “Ata da Reunião Extraordinária da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, realizada em 24 de junho de 1928.”

²⁴⁷ Cf. *Diário do Governo*, I Série nº 124, segundo o Decreto nº. 15538, de 1 de Junho de 1928, nos seus artigos 16º e 17º, em que era considerado que nenhum funcionário público poderia acumular com o seu próprio cargo mais que outro do Estado, corpo ou corporação administrativa a que competisse qualquer vencimento.

diária da ordem, excluindo apenas os livros de irmãos, onde estas se apresentam em grande maioria²⁴⁸.



Fig. 56



Fig. 57

Figs. 56, 57 – O Selo Branco da Ordem Terceira da Ribeira Grande e a Urna utilizada na eleição da Mesa. Fotografias de Duarte Nuno Chaves e MMRG, 2012.

Relativamente à ligação entre os Irmãos da Penitência e a SCMRG, o relacionamento entre estas duas instituições ao longo dos vários anos de vida em comum pode ser considerada como meramente institucional. É de salientar que os Terceiros terão que repartir o mesmo espaço no interior da igreja com esta instituição, já que por parte da Misericórdia é permitido e reconhecido aos seculares franciscanos o direito de propriedade sobre a sua capela (nave lateral da igreja), prosseguindo assim com o exercício de todos os atos religiosos, bem como a manutenção do acervo das alfaias litúrgicas. Esta realidade acaba por se diluir com o passar dos anos, levando à assimilação do património terciário na própria Misericórdia a partir da segunda metade do século XX.

²⁴⁸ O papel que as mulheres desempenham no início do século XX, reserva-lhes um lugar secundário na sociedade da época. Tinham que prestar obediência ao homem da casa e não estavam autorizadas, sem o consentimento deste, a administrar os seus bens ou a ter uma participação social ativa. Com a primeira república foram atenuadas algumas normas que subjugavam as mulheres casadas aos maridos, sendo de destacar as leis do Divórcio e da Família de 1910, que designavam a igualdade entre os cônjuges quanto às causas da separação. No entanto, e segundo Rui Ramos, a legislação republicana podia induzir em erro sobre as suas reais intenções, já que para os republicanos a condição da mulher era uma causa muito específica. Ainda segundo este investigador, a mulher era vista pelo regime como um elemento frágil e de emotividade doentia, por isso facilmente corruptível às seduções dos padres. Com o Estado Novo a situação da mulher regrediu ainda mais, passando a ser encarada como membro nuclear do seio da família, situação que lhe retirou algum protagonismo nas atividades sociais. Vd. Ramos, 2001: 357-358; Rezolla, 1996:233-241.

*“Continua a ser mantida por todos os efeitos, na igreja do extinto convento de religiosos franciscanos, freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição da villa da Ribeira Grande, a irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da mesma villa, a qual igreja lhe foi concedida por portaria régia de 21 de Julho de 1841 para todos os actos do culto.”*²⁴⁹

Mas esta repartição do espaço arquitetónico nem sempre terá sido pacífica, já que em meados do século XIX vamos encontrar alguns elementos de dissonância entre estas duas entidades. Prova disso é a preocupação manifestada nos anos de 1862 e 1863, pelos mesários da SCMRG²⁵⁰, pelo facto da portaria do hospital estar a ser usada como passagem de serventia para o coro pelos elementos da Irmandade da Ordem Terceira e durante as festividades desta Ordem²⁵¹.

*“ Ponderando a Mesa os seguintes inconvenientes e alterações ocasionadas pela entrada dos músicos e mais reverendos e párocos pela porta deste Pio Estabelecimento, com direcção para o Coro da Igreja desta Santa Casa, nas festividades da Venerável Ordem Terceira. (...) propondo aquela confraria fazer construir uma escada pela igreja para a entrada do Coro Alto pertencente a esta Santa Casa, com entrada nas ditas festividades religiosas, as pessoas indispensáveis para o seu culto , reservando igualmente por tais ocasiões a mesma confraria, a Sacristia, para o que se oficiará o Reverendo Comissário.”*²⁵²

²⁴⁹ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande”, s/d, Capítulo I Da Irmandade da Ordem Terceira e seus fins Artigo I”.

²⁵⁰ Sobre a SCMRG e a sua história, consulte-se Nunes, 2012.

²⁵¹ Para se compreender melhor esta situação convém explicar que o único acesso ao coro da igreja é feito pela antiga zona conventual e não pelo interior da igreja. A serventia a este espaço é realizada primeiro pela porta do hospital (antiga entrada do convento com ligação direta ao claustro), que por sua vez faz ligação simultânea através de uma escadaria, ao coro e à zona das enfermarias (antigas celas dos frades).

²⁵² Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ofício dirigido ao Comissário da OTRG, contendo cópia da Ata da Reunião da Mesa da SCMRG de 15 de julho de 1862 (documento não classificado).

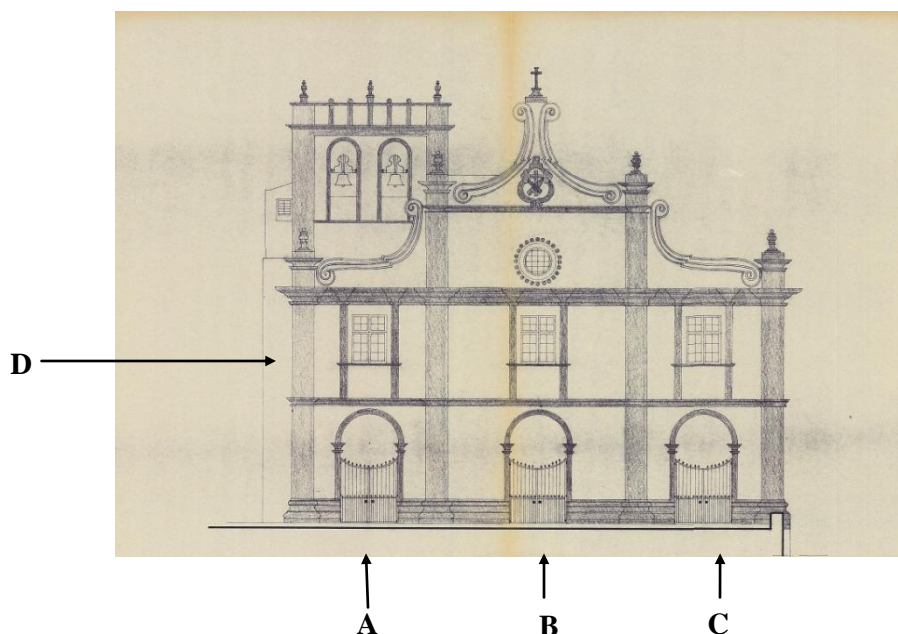


Fig. 58 – Fachada tripartida da igreja com as três entradas distintas: A - Edifício conventual; B- Nave central da igreja; C- Capela dos Terceiros, D - Coro alto, in *Tavares Vieira Lda, Projetos e Fiscalizações*.

As aspirações dos franciscanos seculares em construir a citada escada no interior do templo, nunca haveriam de ser satisfeitas pela Mesa da SCMRG, sendo que o acesso e utilização deste espaço da igreja continuam, ainda hoje, condicionados ao livre acesso do público. Esta situação é motivada pela aquisição do edifício conventual contíguo à igreja, e à sua transformação em unidade hospitalar.

Esta dependência arquitetónica entre Terceiros e Misericórdia levou com o passar dos anos, a uma subordinação dos cargos dirigentes da Irmandade à Mesa, e respetivo Provedor da Misericórdia, como aliás é atestado no próprio Regulamento do Hospital, datado do início do século XX.

“Não é permitido o empréstimo de paramentos, alfaias, ou vasos sagrados para fora do hospital, e mesmo à Irmandade Terceira estabelecida na igreja d’ esta Misericórdia, sem previa licença do provedor.”²⁵³

²⁵³ Cf. ASCMRG, *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, 1905* (cota 06Y-1209).

Fig. 59

Organigrama

Fig. 60

Organigrama

2.3. O património dos Terceiros na transição dos Séc. XIX e XX

Como temos verificado, os Irmãos da Penitência da Ribeira Grande não estiveram alheios à evolução social, cultural e política provocadas pelo fim do Antigo Regime, e continuada no período que medeia o Liberalismo e a implantação da República, tudo isto derivado de uma dinâmica mais alargada que Portugal e a Europa sofreram neste período.

No final do século XIX encontramos uma certa laicização das associações de pendor religioso, situação que tende de um modo geral a promover as atividades de solidariedade social entre as irmandades. Mas na realidade vamos assistir a um certo esvaziamento da componente de assistência social junto das comunidades onde os Terceiros se encontravam inseridos²⁵⁴. O espírito de entreaajuda comunitária em relação aos mais desfavorecidos, que desde a Idade Média era tarefa de organizações de cariz religioso, caso das Irmandades, Confrarias e Misericórdias, vai encontrar agora novas formas de associativismo, evidenciadas em associações mutualistas de trabalhadores²⁵⁵, apadrinhadas pelo próprio Estado²⁵⁶. As noções de pobreza, mendicidade e assistência, acabam por ganhar novos contornos, agora agregados a conceitos inerentes aos direitos sociais de quem trabalha, noções com que as Irmandades como a Ordem Terceira da Ribeira Grande não se identificavam diretamente.

Outra das atividades a que os Terceiros se encontravam associados, estava relacionada com as formas de sociabilidade religiosa, nomeadamente os fenómenos processionais, de onde se destacam as procissões da Quaresma, máximo expoente entre as Ordens Terceiras. Com o advento do Liberalismo, e conseqüente abandono dos Frades Menores, estas tradições vão acabar gradualmente por cair em desuso, como em próximo capítulo iremos comentar.

Perante este novo contexto sociopolítico, novos desafios se colocaram à Fraternidade ribeira-grandense, especialmente nas formas de gestão e implantação das suas atividades diretas. Não possuímos documentação relativa aos rendimentos da Fraternidade anteriores a 1874, pelo que não podemos comentar a sua evolução no período pré-

²⁵⁴ Vd. Coutinho, 2006:51-58.

²⁵⁵ Segundo Maria Antónia Lopes, “*A caridade assiste ao pobre e desvalido depois da queda. Os montepios, as sociedades de socorros mútuos e cooperativas, as sociedades do trabalho impedem de cair nesse estado, criando as reservas. (...) Em suma: a assistência só atua na desgraça. É uma obrigação moral do estado porque, tal como o indivíduo, deve possuir a virtude da caridade (...)*”. Cit. Lopes, 1998: 429.

²⁵⁶ Idem: 427-438.

liberal²⁵⁷. Em finais do período oitocentista os seus principais rendimentos encontram-se divididos por foros e legados, fruto de doações beneméritas e ainda de receitas extraordinárias provenientes de joias de admissão, esmolas e oferendas.

A gestão dos orçamentos anuais reflete o já referido esgotamento ao nível da participação dos Terceiros no campo do amparo social aos mais desfavorecidos. Esta situação viria a ser agravada a partir de 1839, motivado pela convivência direta com a SCMRG, que partilhava não só o mesmo espaço arquitetónico, mas também os mesmos interesses sociais. A título de exemplo, e ao estudarmos o Orçamento da Ordem Terceira de S. Francisco da Ribeira Grande para um período de dez anos, mais concretamente os anos económicos de 1874/75 e 1884/85, confirmamos que a principal função desta Irmandade prende-se com questões ligadas à manutenção do seu património e festividades religiosas²⁵⁸.

Examinando de forma detalhada este orçamento constatamos que a receita se reparte pela arrecadação de legados e foros (50\$700) e pelas receitas extraordinárias (461\$850) provenientes de esmolas. Quanto às despesas, estas distribuem-se por gratificações aos seus colaboradores (60\$000) e pelas atividades inerentes à evangelização, sendo para isso canalizada a principal fatia do orçamento (424\$000) para as solenidades do Natal e Semana Santa, bem como para todas as funções pertencentes ao Patriarca de Assis e respetivos Santos da Ordem Terceira. Para o apoio social apenas se encontrava reservado uma rubrica designada por “despesa facultativa”, que representava 6% do desembolso anual dos Terceiros no corrente ano económico (3\$600). Esta despesa foi repartida por três instituições: Asilo da Infância Desvalida (1\$200), Asilo da Piedade (1\$200) e para as epidemias (1\$200).

²⁵⁷ Apesar de não termos descortinado os balancetes relativos à época em questão, mas efetuando uma comparação com a congénere da Lagoa, podemos deduzir, como já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, que em 1770 os Terceiros desta localidade evidenciaram a sua preocupação com as carências económicas que esta fraternidade enfrentava, e que não permitia um apoio eficaz aos mais desfavorecidos. Esta situação demonstra que na sua generalidade os Terceiros mantinham uma forte componente de organização virada para o apoio social. Apesar de poderem existir algumas divergências quanto às políticas a implementar dentro de cada Irmandade, no seu particular esta era uma das funções primordiais dos seculares franciscanos. Vd. Costa, 2011:34-35.

²⁵⁸ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

Quadro II – Orçamento de receita e despesa da Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1874/75.

Receita ordinária		Despesa	Reis
Rendimentos dos foros	25\$350	Gratificação do Comissário	30\$000
Rendimento de legados	25\$350	Gratificação do Sacristão	18\$000
Receita extraordinária		Gratificação do Secretário	12\$000
Es molas	461\$850	Azeite para a lâmpada	8\$000
Total da receita		Festividades da R. Santa Isabel	36\$000
		Festividades de S. Francisco	36\$000
		Festividades da noite de Natal	39\$000
		Festividades da Semana Santa	240\$000
		Procissão de Penitência	65\$000
		Assistência social	3\$600
		Total da despesa	487\$600
		Saldo	0\$000

Quadro III – Orçamento de receita e despesa da Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1884/85²⁵⁹.

Receita ordinária		Despesa	Reis
Rendimentos dos foros e legados	51\$295	Gratificação do Comissário	30\$000
Saldo que transita do ano anterior	1\$625	Gratificação ao Sacristão	18\$000
Receita extraordinária		Gratificação ao Secretário	12\$000
Es molas	371\$785	Reparações na igreja	9\$600
Joíbas de novos irmãos	26\$085	Material para o Secretário	2\$000
Total da receita	450\$790	Azeite e incenso	63\$200
		Para a lavagem das roupas	3\$600
		Festividades da R. Santa Isabel	25\$680
		Festividades de S. Francisco	25\$680
		Procissão dos Terceiros	31\$400
		Festividades do Natal e Semana Santa	
		Assistência social	7\$200
		Total da despesa	450\$790
		Saldo	0\$000

²⁵⁹ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

Atendendo aos dados disponíveis no AMRG, e analisando a evolução dos orçamentos encontrados, constatamos que estes são muito similares tanto na “despesa”, como na “receita”. As prioridades da Fraternidade de N.^a Sr.^a de Guadalupe não se alteram com a entrada no século XX, pois nos orçamentos que nos remetem para o ano económico de 1931/32, a distribuição das rubricas é muito idêntica aos orçamentos do século anterior. As receitas continuam centradas nos legados e foros (11\$00), mas agora também com a inclusão de Títulos da Dívida Pública (372\$74), as tradicionais receitas extraordinárias, joias de novas admissões (7\$68) e esmolas (189\$85).

No que toca aos gastos desta Irmandade, o principal montante do orçamento continua a ser canalizado para as despesas “obrigatórias”, diretamente ligadas ao culto religioso e ao pagamento de vencimentos e gratificações dos funcionários (516\$34). O desembolso orçamental com atividades de cariz social apresenta uma verba de 63\$93, repartida pelo Hospital de Alienados (1\$00), Irmãos inválidos (58\$12) e Assistência Nacional à Tuberculose (58\$81).

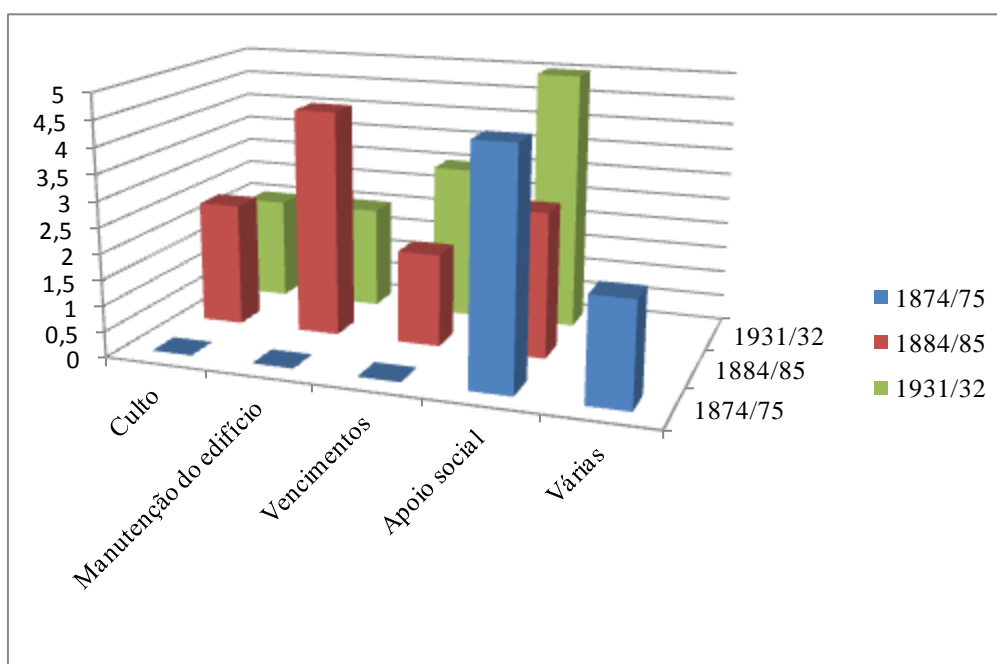


Fig. 61 – Gráfico com a descrição e evolução das prioridades orçamentais dos Terceiros da Ribeira Grande, quanto às despesas para os anos económicos de 1874/75, 1884/85 e 1931/32²⁶⁰.

²⁶⁰ AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro para registo de contas da Ordem Terceira – Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”; “Livro de Receitas e despesas (1904-1932).”

Grande parte dos valores que sustentavam as receitas desta fraternidade, na transição do século XIX para a centúria seguinte, assentavam num património efetivo que se achava avaliado no valor de oitocentos e setenta e oito reis e oitenta e cinco centavos (878\$85), sendo o mesmo repartido por bens móveis (165\$85) e imóveis (722\$00)²⁶¹. Os bens móveis eram constituídos essencialmente pelo conjunto de escultura de vulto pleno contida nos dois altares da capela da Ordem Terceira, e ainda por um misto escultório processional e respetivos acessórios, pertencentes à procissão dos Terceiros.

Quanto aos bens imóveis, a sua origem achava-se apegada a uma certa mentalidade setecentista, e que ainda persistiu na centúria seguinte, ligada às questões da morte e consequente passagem pelo purgatório como forma de saída para a eternidade. Esta situação levava a que homens e mulheres arrecadassem meios para salvar as suas almas, tendo ainda que suportar rendas instituídas por familiares já falecidos²⁶². Vão no entanto estas receitas diluir-se ao longo da primeira metade do século XX, muito provavelmente devido à escassez de meios à disposição da Irmandade ou por impossibilidade da respetiva arrecadação das rendas, motivada pelo falecimento dos devedores e herdeiros²⁶³.

Os rendimentos provenientes de foros e legados eram fruto de um conjunto de vários prédios rústicos, dos quais se destacam um agregado de terrenos que teriam sido doados ao Hospital da SCMRG e um legado imposto numa “casa baixa e telhada” situada na rua da Conceição²⁶⁴. É importante registar que a administração corrente dos orçamentos anuais, e a gestão deste património, é efetuada de forma rigorosa pela Mesa Administrativa, já que após a aprovação das contas do orçamento em exercício os irmãos tinham oito dias para contestar as mesmas, findo o qual serão publicadas em edital e “*se lavrará a competente acta e com cópia dela e mais documentos exigidos por lei será enviada ao tribunal competente para a sua aprovação definitiva.*”²⁶⁵.

²⁶¹ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

²⁶² A encomenda destas almas que se encontram no Purgatório é feita através da solicitação de missas para todo o sempre. O historiador Jacques Le Goff define o Purgatório como um “um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos”. Cf. Goff, 1993: 18-19. Ainda sobre a temática da salvação das almas e as heranças deixadas pelos familiares já falecidos, que necessitavam de ser salvos, consulte-se: Sá, 1997:82 & Costa,

²⁶³ Vd. Abreu, 1999: 88.

²⁶⁴ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Inventário dos bens da Ordem Terceira de 1 de Agosto de 1859, assinado pelo comissário Pe. José Lopes Pereira.”.

²⁶⁵ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ata da Reunião da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1928 a 1929, realizada em 11 de março de 1928.”

As obrigações para com a Ordem, quer por parte de doadores ou dos próprios Irmãos, eram até à década de 1940 objeto de fiscalização por parte dos órgãos administrativos, que em caso de incumprimento aplicavam as sanções previstas nos estatutos, ou participavam as ocorrências aos órgãos judiciais habilitados, quando para tal a Mesa não tivesse capacidade de decisão²⁶⁶. Exemplo disso é a deliberação da reunião da Mesa Administrativa de 15 de Julho de 1906, que incumbe o respetivo presidente de constituir acusação judicial contra José do Rego, por incumprimento para com esta Irmandade.

“ (...) declaram que José Rego se achava devedor a esta Ordem da quantia de sete mil reis, importância de legados de que é obrigado relativo ao ano de mil novecentos e cinco reis, sendo portanto de absoluta necessidade providenciar nos termos legais propondo que a corporação autorize assim o Presidente a constituir advogado e procurador, para obrigar judicialmente o dito devedor ao pagamento.”²⁶⁷

2.4. A estrutura demográfica no concelho e o declínio da Fraternidade no século XX (1867-1970)

Os Terceiros funcionaram como um importante veículo de promoção social na Ribeira Grande, fruto da participação das duas Fraternidades existentes no concelho, respetivamente a Ordem Terceira da Ribeira Grande e a sua congénere da Maia²⁶⁸. No entanto, e no que toca à Irmandade sediada no antigo Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe, não temos uma noção real da sua implantação em termos demográficos nos seus primeiros duzentos anos de história, devido à escassez de fontes. Sabemos hoje, resultado de um conjunto de livros para inscrição de Irmãos, que esta Fraternidade repartia em 1875 a sua influência junto das sete freguesias que se situavam a oeste da Ribeirinha, contando com

²⁶⁶ De acordo com os Estatutos de 1911, no nº3 do seu Art. 23º, estão estabelecidas as competências da Mesa: 1º Respeitar e fazer respeitar as decisões contidas nos presentes estatutos; 2º Administrar com zelo e probidade os rendimentos da irmandade; 3º Propor à discussão da assembleia geral por via do seu provedor todo e qualquer assunto que julgar conveniente, e bem assim a exclusão dos irmãos. Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da vila da Ribeira Grande, de 24 de Dezembro de 1911.”

²⁶⁷ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ata da Reunião Extraordinária da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, realizada em 15 de julho de 1906.”

²⁶⁸ Em relação à Fraternidade da Maia pouco sabemos. Ao longo da nossa investigação consultámos o já citado livro de Irmãos desta Irmandade, mas apenas encontramos menção a atas no período posterior a 1821.

cerca de meio milhar de Irmãos, o que representava apenas 2% da população do concelho, tendo como valor de referência os dados estatísticos de 1890, que apontavam um efetivo concelhio de 25.302 habitantes²⁶⁹. A Fraternidade encontrava-se composta por 372 mulheres e 74 homens, o que atesta a elevada participação feminina na composição da Irmandade²⁷⁰.

O enfraquecimento desta estrutura em termos sociais fazia-se sentir de uma forma acentuada na segunda metade deste século, motivado pelas diversas conjunturas que temos exposto ao longo desta dissertação, e que motivou o declínio dos Terceiros na sua generalidade. A sua principal implantação nesta época encontrava-se centrada na povoação de Rabo de Peixe, sendo depois, o seu predomínio repartido pelas freguesias da Ribeirinha, Conceição, Ribeira Seca e Matriz.

Entre as décadas de 1870 e 1890, as entradas e profissões de Irmãos apresentaram números extremamente uniformes, vindo inclusive a aumentar ligeiramente no que toca às receitas provenientes de joias de admissão, nas décadas de 1870 ao início de 90.

Quadro IV – Receitas com a admissão e profissão de novos irmãos para o período de 1875/1891²⁷¹.

Ano	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1882	1883
Joia/Reis	24\$080	21\$840	14\$240	26\$680	17\$090	22\$880	28\$450	26\$840
Ano	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891
Joia/Reis	26\$085	27\$880	29\$800	29\$400	27\$900	29\$055	29\$600	28\$000

²⁶⁹ Cf. Portugal – Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística, *Censo de Portugal n.º I – 1911*:p. 260.

²⁷⁰ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de irmãos (1867-1896), com auto de abertura e encerramento datados de 2 de Agosto de 1867.”

²⁷¹) Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Receita e despesa da Ordem Terceira de S. Francisco, Auto de abertura, 24 de Dezembro de 1872, fls. 20-49.”

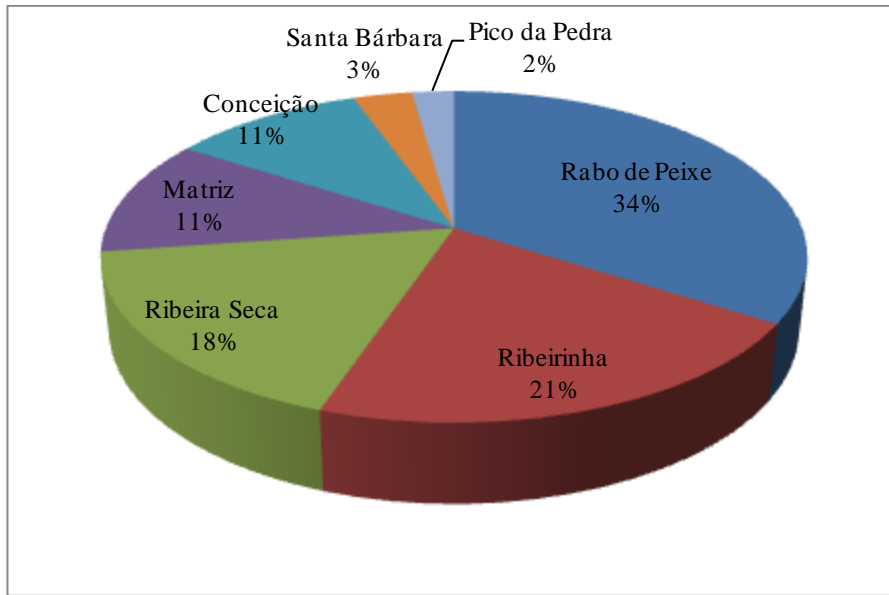


Fig. 62 – Gráfico com a implantação dos Terceiros da Ribeira Grande por freguesia, na década de 1890.

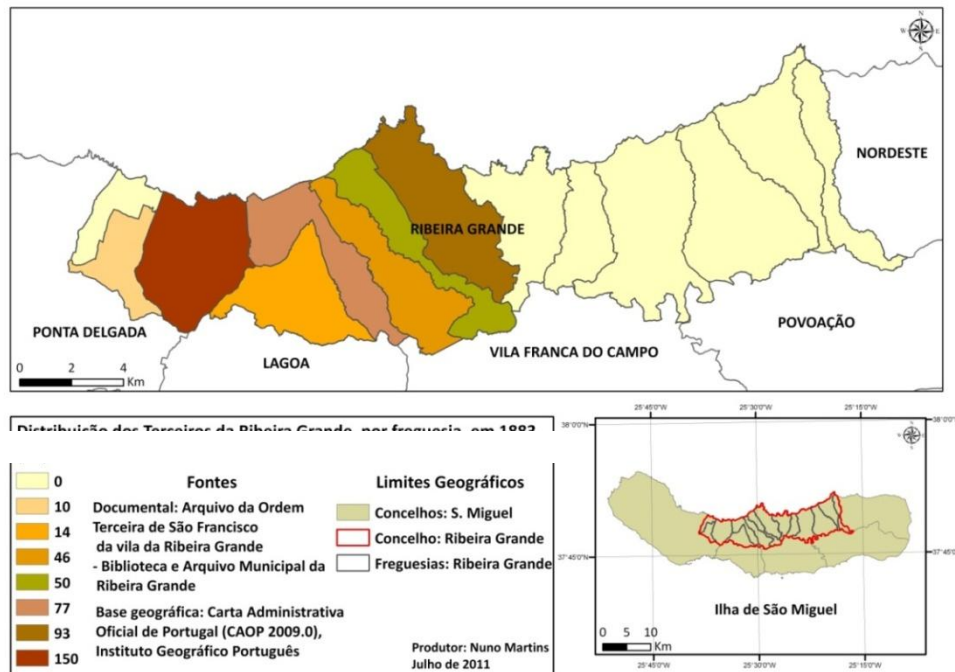


Fig. 63 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande com a Implantação dos Terceiros da Ribeira Grande por freguesia, na década de 1890.

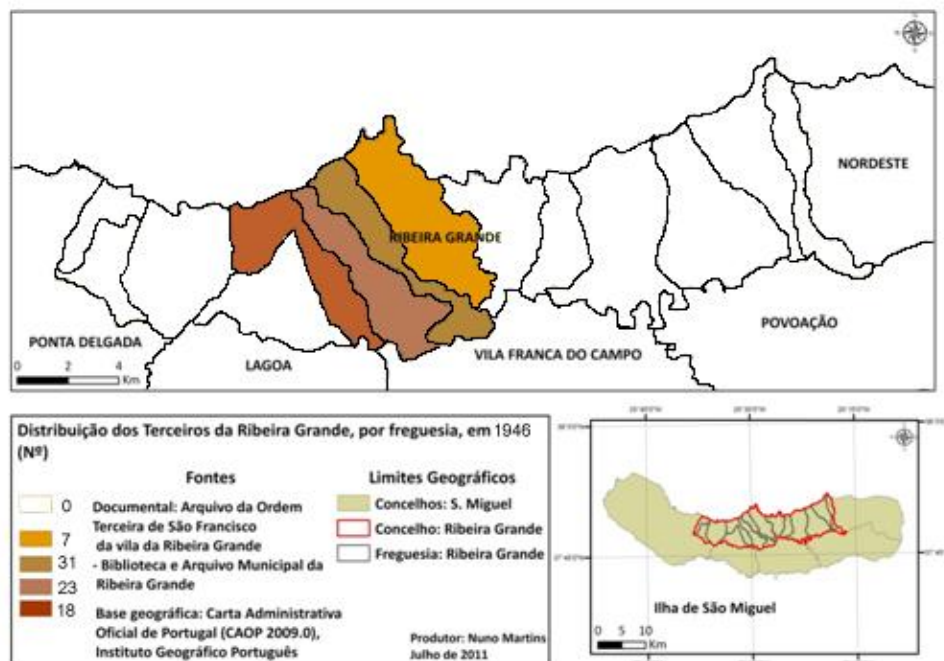


Fig. 64 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande, com a implantação dos Terceiros da Ribeira Grande por freguesia, em 1946.

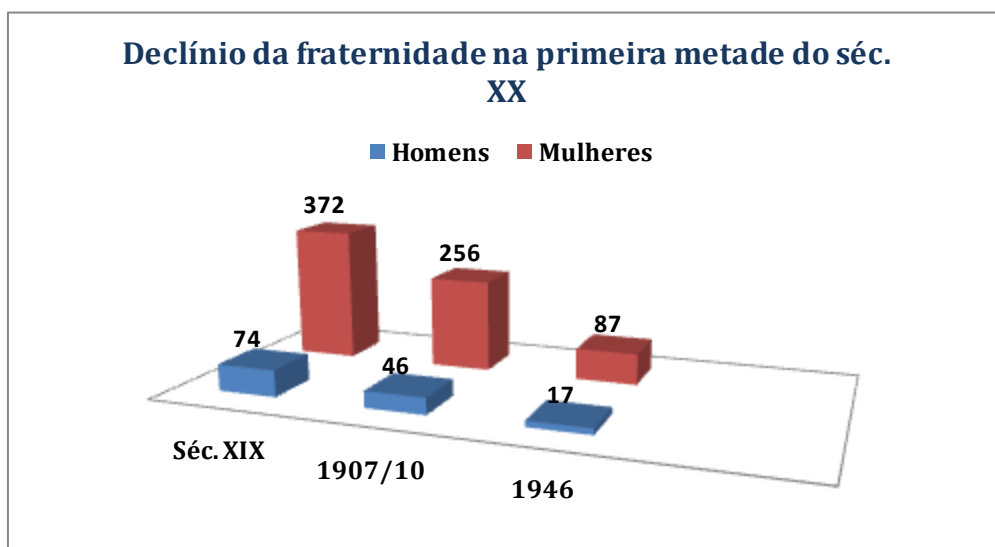


Fig. 65. Gráfico com a evolução demográfica da Fraternidade da Ribeira Grande²⁷².

²⁷² Sobre a inserção dos Terceiros na Ribeira Grande (Figs. 62 a 65), foram consultados os seguintes documentos: AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*; “Livro de irmãos (1867-1896), com auto de abertura e encerramento de 2 de Agosto de 1867; AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Irmãos (1888-1921), relativo às freguesias de São Pedro, Lomba de Santa Bárbara, Ribeirinha e Porto Formoso.”; AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Irmãos, com dois autos de encerramento: 28 de Junho de 1895, pelo ouvidor Egas Moniz; e um outro, com auto de abertura e encerramento de 9 de Dezembro de 1946, assinado pelo Pe. Bartolomeu Ribeiro, Residência Paroquial da

A implantação demográfica dos Terceiros, com a entrada do século XX, viria a apresentar uma séria regressão, apesar de ao longo da primeira metade desta centúria a Irmandade ainda mostrar alguma regularidade quanto ao noviciado e profissão de novos membros. De 1912 a 1914 noviciam dezoito novos elementos, sendo que em 1932 professam cinco irmãs e são registados dez novos noviços, um homem e nove mulheres, repartidos pelas freguesias da Matriz (2), Conceição (1) e Lomba (7). A Fraternidade mantém receitas com novas admissões até ao ano de 1945²⁷³. Quanto aos documentos relativos à contagem de irmãos são algo inconclusivos, já que para os anos de 1929, 1932 e 1934, deparamo-nos com contagens que não ultrapassam os oitenta irmãos, não contabilizando inclusive nenhum efetivo para a freguesia de Rabo de Peixe, tradicional bastião da Irmandade na centúria anterior.

O ano de 1946 marca o final da Ordem Terceira da Ribeira Grande, enquanto organização religiosa com uma disposição ativa e com órgãos administrativos próprios. É neste ano, mais concretamente no dia 16 de janeiro, que encontramos a última ata da mesa administrativa assinado pelo Presidente Rev.º Luís da Silva Cabral, onde apenas é descrito o apuramento de contas para o referido ano económico, com uma receita apurada de 4.075\$00, e de igual quantia a despesa paga²⁷⁴. Nesta altura a Fraternidade já devia reunir-se apenas para gestão da conta corrente, sendo a sua atividade assegurada pelos mesmos três vogais na última década e não tendo já nenhuma atividade caritativa ou de evangelização. Prova disso é o facto de no dia 9 de Novembro de 1946, ter sido efetuado um auto de abertura de um livro para acento de novos Irmãos, assinado pelo visitador das Ordens Terceiras, P^o. Bartolomeu Ribeiro, e com a participação do Fr. Mário Guedes Branco, em que é descrita a restauração da Fraternidade Terceira na vila da Ribeira Grande.

Este acontecimento é também um importante marco na narrativa de acontecimentos que envolvem a passagem dos franciscanos pela Ribeira Grande, pois passados 114 anos temos novamente elementos da OFM ligados à organização de Terceiros nesta localidade micaelense. Termos como “Junta dos Discretos” ou “Padre Comissário”, passam a fazer novamente parte do vocabulário desta Irmandade. Infelizmente, por razões que não

Conceição, 49 fls.”; AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livros de Irmãos (1888-1921), relativo à freguesia de Rabo de Peixe”.

²⁷³ Vd. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Irmãos da Ordem Terceira da Penitência de Francisco, Auto de abertura, 9 de Dezembro de 1946, fl. 6.

²⁷⁴ Vd. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Ordem Terceira de S. Francisco, ”, Auto de abertura, 22 de Maio de 1926, fl 24.

conseguimos apurar, esta iniciativa não teve sucesso, até porque segundo o mesmo auto de abertura, não foi possível formar o Discretório por falta de Irmãos professos, comprometendo-se o comissário, logo que possível, a providenciar quatro Irmãos para ocupar o lugar de ministro e vogais. A Fraternidade ficou composta por 104 membros, repartidos por 87 mulheres e 17 homens, distribuindo-se pelas seguintes paróquias: Conceição, 31 elementos; Matriz, 23; Ribeira Seca, 18; Ribeirinha, 7; Ribeira Quente, 1 e ainda 6 sem alusão ao local de residência.

Outra das consequências desta tentativa de renovação dos Terceiros ribeirão-grandenses é uma ligação à igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, já que o auto de abertura do P.^e Bartolomeu Ribeiro é efetuado na Residência Paroquial da Conceição, e a totalidade do Arquivo desta Irmandade é transferido para esta paróquia.

Pudemos perceber, neste âmbito, que uma manifesta e progressiva crise de vocações no movimento secular franciscano, aliada a uma nova ligação paroquial, estão na origem da carência de professos para o esforço de regeneração dos leigos franciscanos na Ribeira Grande. Este empenhamento seria no entanto improfícuo, até porque o movimento católico português vivia desde a década de 1930, sobe a alçada do Estado Novo, um novo enquadramento, promovido pelo Patriarca de Lisboa, Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, que potenciava a Ação Católica Nacional, como o movimento cimeiro, entre o apostolado laical e a hierarquia da Igreja. Esta situação levou em termos gerais a que os párocos prestassem assistência direta a esta nova atividade apostólica, estando por apurar no caso concreto a influência nefasta para a fraternidade da Ribeira Grande ²⁷⁵.

Como resultado desta deserção, em 1954 o inventário realizado pela SCMRG, já contabilizava os alteares da nave dos Terceiros, como pertenças desta misericórdia. O abandono dos Irmãos Penitentes da igreja e o escasso uso deste templo, levou a um processo de degradação, que viria a culminar com o encerramento do edifício em 1994, por razões de segurança. Passariam quase 20 anos até à reabertura da Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe ²⁷⁶.

²⁷⁵ Não descortinámos documentos que possam aclarar a influência da Ação Católica, no processo de deterioração do movimento de leigos franciscanos na Ribeira Grande. Numa perspetiva nacional, o Cardeal António Cerejeira, no seu discurso de 08-02-1931, define um propósito para esta organização dos leigos católicos como auxiliares do sacerdócio: organização puramente religiosa, subordinada inteiramente aos chefes escolhidos por Cristo e sem intentos políticos. Não nos podemos esquecer que os Irmãos da Penitência apresentavam uma hierarquia própria, que desde a cisão involuntária com a OFM, haviam ganho automatismos individualizados em relação ao Episcopado. Vd. Franco, 1990: 153-156.

²⁷⁶ Ver próximo capítulo.

IV – Parte

A PROCISSÃO DOS TERCEIROS NA RIBEIRA GRANDE, S. MIGUEL, AÇORES

1. OS FRANCISCANOS E AS PROCISSÕES QUARESMAIS EM S. MIGUEL

Portugal encontra-se inserido numa dinâmica social, em que desde a Idade Média as procissões representam um ponto alto no quotidiano de vida das populações. Com o advento da Contra-Reforma, em que é reafirmado o uso da imaginária processional como elemento catequizador, as procissões franciscanas de penitência, entre outras, passam a desempenhar um importante papel na difusão da fé católica, acabando por agregar o sagrado e o profano²⁷⁷.

Uma das principais atribuições dos Irmãos da Penitência era a organização das diversas manifestações religiosas na Quaresma, sendo aliás esta a ação mais visível desta organização de cariz religioso que chega aos dias de hoje. O tradicional culto e veneração aos Santos (*dulia*) e à Virgem Maria (*hiperdulia*), associado à piedade popular, que é uma outra forma de culto cristão²⁷⁸, encontra-se enraizado no movimento penitente desde a sua génese, e particularmente no caso português, com o ressurgir dos leigos franciscanos nas primeiras décadas do século XVII. As funções de carácter litúrgico, que anunciavam o tempo da Quaresma, eram compostas por cortejos processionais, de entre os quais se destacam as Procissões dos Terceiros ou da Penitência, Passos *Ecce-Homo*, Via-sacra e Enterro do Senhor²⁷⁹. Estas foram tradições que rapidamente se propagaram por todo o reino, vindo a atingir no Brasil o seu auge, no seguimento das procissões realizadas em Lisboa, denominadas “del Rey”, que passam assim também a fazer parte do ritual processional dos baianos, donde se destaca a Procissão de Cinzas²⁸⁰.

Chegam até nós vários relatos destas exteriorizações de fé um pouco por todo o mundo cristão, sendo que no caso açoriano, e em particular na ilha de S. Miguel, a expressão que mais se destacou foi a tradicional celebração do Cortejo da Penitência, mas que no caso micalense é geralmente denominada por Procissão dos Terceiros, característica aliás, de todas as Fraternidades da Ordem Terceira de S. Francisco nesta ilha.

²⁷⁷ Cf. Quites, 2006:74.

²⁷⁸ Segundo Maria Regina Quites, o “santo” estabelece a delimitação entre o mundo profano e o mundo celestial, ou ainda, a ligação entre a terra e o céu. Com a evolução do processo de canonização supervisionada pela instância papal, é permitido a veneração dos santos através do culto litúrgico. A Igreja romana acaba assim em pleno século XIII, com a canonização do próprio S. Francisco de Assis, por promover esta ideologia. A difusão deste tipo de santidade apostólica seria disseminada através do uso da iconografia, pelo movimento mendicante, como forma de catequização das populações. Vd. Quites, 2006: 41-42 & Le Goff, 1989: 218-219.

²⁷⁹ Cf. Ribeiro, 1952: 120.

²⁸⁰ Cf. Flexor, 2005:170.

Uma das mais antigas notícias sobre esta procissão no arquipélago dos Açores faz-nos recuar praticamente 400 anos, e é citada por Fr. Agostinho de Monte Alverne, quando na ilha de S. Miguel, mais precisamente pela ação dos Irmãos da Penitência da Ribeira Grande, em 8 de Junho de 1664, aporta na costa norte de S. Miguel uma caravela que transportava a escultura do “Senhor dos Terceiros” (Figs. 67 e 68) tradicional representação de Cristo atado à coluna. A imagem terá seguido em procissão até à igreja Matriz de N.^a Sr.^a da Estrela, onde esteve até à quinta-feira de *Corpus Cristi*, e na tarde desse mesmo dia acompanhada pelo povo, seguiu até ao seu destino final, o Convento de frades franciscanos desta vila, com invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe²⁸¹.



Fig. 66



Fig. 67

Figs. 66, 67 – A imagem do “Senhor dos Terceiros” da Ribeira Grande permanece nos dias de hoje a ser objeto de veneração por parte da população, continuando a percorrer, em dia de Procissão dos Terceiros, as ruas desta cidade. Foto de Duarte Nuno Chaves, 2010.

Para além da realização desta procissão, cabia ainda à generalidade das fraternidades micaelenses, a execução de outras manifestações sagradas, de onde se destacam as celebrações da Semana Santa e algumas festividades em honra dos santos

²⁸¹ Cf. Capítulo III, pp. 87-88.

franciscanos²⁸². Estas demonstrações de religiosidade enquadram-se na importância evangelizadora que os franciscanos tiveram, enquanto educadores do povo açoriano, durante mais de trezentos anos da sua história.

Numa época dominada pela Contra-Reforma, as comemorações religiosas, entre as quais as procissões e festas populares, tiveram um importante papel catequizador junto das populações deste arquipélago, funcionando como um catalisador no que se refere ao despertar da fé²⁸³. Estas celebrações vão apresentar-se simultaneamente como um elemento agregador da comunidade insular, perante os obstáculos e adversidades provocados pelos fenómenos da natureza, nomeadamente os despertados pela sua origem vulcânica e comum à quase totalidade das ilhas. Esta característica da geografia física, que por diversas ocasiões fustigou esta região atlântica, provocou constantes ameaças vulcânicas e sísmicas²⁸⁴, que foram relatadas pelos cronistas açorianos desde Gaspar Frutuoso, no século XVI²⁸⁵.

Estas demonstrações de devoção serviam para enaltecer o sentimento coletivo, mas também para demonstrar a influência das diversas fraternidades de Terceiros micaelenses no espectro social dos séculos XVII e XVIII. Para além das procissões, e de uma forma geral os movimentos franciscanos dentro das vertentes regular e secular, foram ainda responsáveis por um conjunto de elementos que caracterizam de forma marcante a cultura das ilhas dos Açores nos dias de hoje. A sua assimilação pelas populações acaba por ser difundida num conjunto de expressões, que embora assinalando uma demarcação entre o pagão e o religioso, acabam em muitos casos por se fundir, como aliás acontece com o

²⁸² Ao longo da nossa investigação efetuada ao Fundo da Ordem Terceira da Ribeira Grande, deparamo-nos com diversas despesas efetuadas por esta fraternidade com celebrações religiosas, nomeadamente nas épocas de Natal e Páscoa, em que as respetivas celebrações realizadas na igreja conventual, são suportadas pelo orçamento da comunidade de Terceiros desta localidade. Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira*, “Livro de Contas da Ordem Terceira da Ribeira Grande”, Auto de abertura 24/12/1872 – Auto de encerramento, 07/06/1895.

²⁸³ Em época do Concílio de Trento e devido à confirmação do culto às imagens, deparamo-nos com uma multiplicidade da aplicação de imaginária de vulto nas principais manifestações religiosas. Sobre esta temática, Maria Helena Flexor, no seu artigo “Imagens de roca e de vestir na Bahia”, menciona o facto de a imaginária processional estar presente em todos os espaços religiosos e nas manifestações públicas e coletivas de religiosidade. Para esta investigadora brasileira, e analisando o caso da Bahia no século XVIII, as ruas e praças passam a ser o local ideal para evangelizar as populações, tendo como suporte o uso das imagens de vestir e de roca. Vd. Flexor, 2005: 165.

²⁸⁴ O vulcanismo e a sismicidade estão presentes no dia-a-dia das populações das ilhas, sendo que desde a ocupação humana no século XV, terão ocorrido trinta e quatro erupções vulcânicas. Para além do vulcanismo é relatada a ocorrência de diversos tremores de terra ocorridos ao longo dos primeiros séculos dessa ocupação, dos quais se destacam o sismo de Vila Franca do Campo em 22 de outubro de 1522, que destruiu a principal povoação da ilha de S. Miguel à época. Cf. Ferreira, 2008: 26-28.

²⁸⁵ Cf. Frutuoso, 1998, IV: 279-286 e 290-291.

culto ao Divino Espírito Santo, festividade que marca de forma relevante o património imaterial deste arquipélago²⁸⁶.

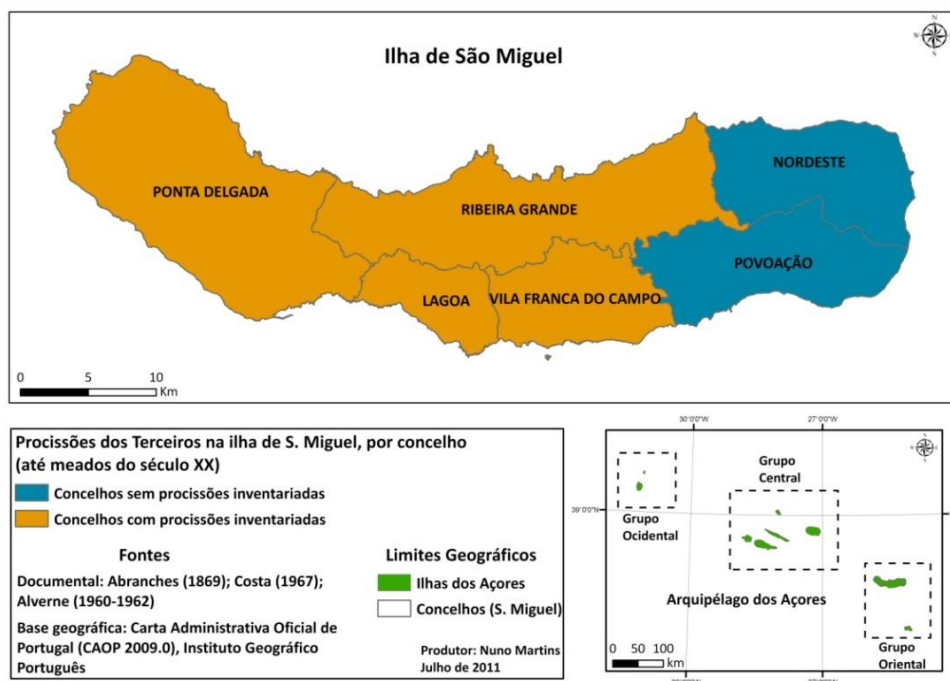


Fig. 68 – Distribuição dos concelhos com procissões inventariadas.

No seguimento desta cultura religiosa chega aos nossos dias, proveniente dos antigos conventos da Primeira Ordem Franciscana em Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo, três coleções de imaginária processional parcialmente completas, compostas essencialmente por um misto de imagens de vestir e de roca, proveniente dos séculos XVIII e XIX (Fig. 68). Este acervo escultório era usado nas celebrações Pascais destas localidades, mas apenas uma destas coleções ainda sai em procissão no primeiro domingo da Quaresma, a que se realiza na cidade da Ribeira Grande²⁸⁷.

²⁸⁶ Para além da Procissão da Penitência, o fenómeno ligado ao culto do Espírito Santo, também trazido para o arquipélago e promovido pelos franciscanos, é um bom exemplo dessa fronteira entre o pagão e o religioso. Segundo Avelino de Meneses: *O culto do Espírito Santo converte-se, então, ao longo do tempo, no culto da solidariedade, isto é, no culto mais adequado ao sentir e às necessidades do povo açoriano*. Ainda segundo este investigador, o Espírito Santo é a principal manifestação festiva dos Açores, materializada nas comemorações da Região Autónoma em dia do Espírito Santo. Cf. Meneses, 2011: 264-267.

²⁸⁷ Muito provavelmente outras fraternidades de menor dimensão, e que não tiveram o suporte conventual, possuíram coleções de imagens de vestir e levaram a efeito a sua Procissão dos Terceiros, mas será necessário efetuar um trabalho de fundo, que possa contabilizar a dispersão da escultura processional existente em S. Miguel, provocada pelo declínio do movimento de leigos franciscanos que se iniciou no século XIX e culminou com o desaparecimento de várias fraternidades na centúria seguinte.

No entanto seria a Procissão dos Terceiros em Ponta Delgada, que até à década de 1960²⁸⁸ suscitaria maior atenção da população micaelense, segundo testemunhos orais, aqui citados e confirmados pelo último comissário da Ordem Terceira da Ribeira Grande, P^o. Edmundo Pacheco, de 86 anos à data deste trabalho: “*Terceiros em Ponta Delgada, Senhor dos Passos na Ribeira Grande e Enfermos em Vila Franca do Campo*”²⁸⁹. Esse entusiasmo é notório na descrição feita por Rodrigo Rodrigues na “Breve notícia sobre Fr. Agostinho de Montalverne e o seu manuscrito”, na qual descreve estas festividades na capital de S. Miguel, realçando o carácter social imposto pelo movimento dos penitentes²⁹⁰.

*“À Ordem Terceira competia a organização das procissões quaresmais de penitência, designadamente a que ficou conhecida pelo nome de Terceiros e ainda hoje se realiza em Ponta Delgada no primeiro domingo da Quaresma, em que, lado a lado, se incorporavam todos os irmãos, sem qualquer distinção de casta. Para que se atingissem os fins a que se proponham e constituíssem verdadeiros esforços e diligências das mais variadas entidades numa impressionante manifestação de sentimento colectivo e punham-se em jogo os préstimos das pessoas mais ilustres da terra (...)”*²⁹¹.

A adesão popular a este ato litúrgico fica ainda bem demonstrada pelo elevado número de imagens processionais que compunham estas procissões, chegando em alguns

²⁸⁸ Relativamente aos franciscanos seculares e à sua Procissão de Penitência, os relatos mais antigos que descortinamos para a ilha de S. Miguel são precisamente para a cidade de Ponta Delgada sendo que a partir da década de 1960, deixamos de encontrar referências a este ato litúrgico em Ponta Delgada. “*No domingo, 6 do próximo mez de Março, de tarde, sairá da igreja de S. José a procissão dos Terceiros, feita a expensas da Ordem de S. Francisco, ereta na mesma igreja. Preparará o reverendo sr. João Jacintho de Sousa, cura em Rabo de Peixe.*” Cf. *Diário dos Açores*, nº325, de 19-02-1892.

²⁸⁹ Cf. Entrevista ao P^o Edmundo Pacheco, 18 de janeiro de 2011: gravação em suporte digital.

²⁹⁰ Cf. Monte Alverne, 1960, vol. I: XXXII. Para uma melhor compreensão sobre as festividades da Quaresma, Semana Santa e Páscoa, será importante mencionar que estes três momentos da vida cristã são vividos de forma intensa em vários locais do mundo cristão, dando lugar a um conjunto de procissões e outras manifestações religiosas com grande adesão por parte dos crentes, nomeadamente em diversos países da América Latina, Espanha e Itália. Estas celebrações encontram-se divididas em tempos distintos: O tempo da Paixão – que se inicia com a quarta-feira de Cinzas, representando para os cristãos católicos a Quaresma, que dura até à Páscoa. No período quaresmal, os cristãos recordam a Paixão de Cristo, sendo uma época de penitência e jejum como preparação para o batismo. De seguida entramos no tempo pascal, que é antecedido pela Semana Santa, no qual Jesus inicia o seu périplo em Jerusalém, começando com o domingo de Ramos, dia da sua chegada à cidade onde acaba por ser crucificado. Na Sexta-Feira Santa, dois dias antes da Páscoa, comemora-se a crucificação, sendo um dia de luto e silêncio. A ressurreição de Jesus Cristo dá-se no domingo seguinte, ou seja, a Páscoa. Associadas a estas celebrações encontram-se, ainda, a Ascensão de Cristo, Pentecostes e Corpo de Deus, todas elas ligadas a grandes procissões em todo o mundo cristão. Vd. Tworuschka, 2006: 34-39.

²⁹¹ Cf. Monte Alverne, 1960, vol. I: XXXII.

casos, a atingir mais de vinte andores e que levavam mais de três horas a percorrer as ruas das localidades onde se realizavam estas celebrações. Sobre estes acontecimentos, será interessante citar a descrição feita no livro, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, decorria o ano de 1838, pelo olhar atento dos viajantes britânicos, os irmãos Joseph e Henry Bullar, a propósito de uma outra procissão da Penitência em Vila Franca do Campo:

“Terminado o sermão, que só por si constituiu toda a cerimónia, foi o povo deixando a igreja e as mulheres ou se retiraram para suas casas em cujas varandas ou janelas se puseram para ver a procissão, ou sentaram-se nos degraus das igrejas ou ainda deixaram-se ficar em grupos na rua para ver passar o cortejo. Abriam a procissão os irmãos Terceiros, de hábitos pretos fechados do pescoço aos pés. Em volta da cintura pendia-lhes um cordão; o rosto ficava oculto por um pedaço triangular de pano grosseiro, que o tapava todo, com excepção dos olhos que pestanejavam por detrás de duas fendas rasgadas na máscara; vinham descalços, e cada um deles, com uma coroa de espinhos (...) Entre as numerosas imagens de madeira vinha em primeiro lugar a de Cristo, de tamanho natural, coberto de horríveis feridas (...) seguiam-se quatro ou cinco imagens vestidas de sedas e tecidos poeirentos, notando-se entre elas a de um santo que se rebolava, em grande aflição, sobre espinhos de roseira. Era a imagem de S. Francisco, que, para resistir a uma forte tentação, rolava nu sobre as silvas, subitamente transformadas em roseiras floridas, em sinal de graça divina. Outra imagem representava o mesmo santo de joelhos diante da cruz, com cordões tintos das feridas de Cristo, das mãos, dos pés e do lado (...)”²⁹²

A singularidade destas procissões ficaria ainda marcada pelo papel interventivo das mulheres, num sistema dirigido por homens e que potenciava uma divisão de género no que toca às tarefas a executar dentro de cada Fraternidade. Como temos presenciado ao longo desta dissertação, a componente feminina encontrava-se em maioria no interior da Fraternidade da Ribeira Grande, o mesmo devendo acontecer com a generalidade das irmandades açorianas. Esta realidade é descrita não só pelos vários livros de Irmãos, mas

²⁹² Cf. Bullar, 2001:96-97.

também pelas referências feitas por Joseph e Henry Bullar quanto à participação feminina na procissão de Vila Franca do Campo em pleno século XIX. O livro retrata de forma primorosa, a visão que estes dois viajantes tiveram do interior da igreja durante o sermão. Segundo a sua descrição o templo encontrava-se repleto e era composto principalmente por mulheres de condição social inferior, envergando o tradicional traje de capote e capelo, situação que provocava a visualização de um cenário único, constituído por capelos azuis-escuros com um lenço escarlate ou amarelo²⁹³. É ainda de realçar nesta descrição que a organização no interior do templo era feita de forma hierárquica, já que as senhoras da “nata da sociedade” encontravam-se trajadas de forma diferente, envergando mantos e cabeças cobertas por “chapéus ingleses”, e posicionadas de forma discreta no interior do templo “*felizmente para o bom efeito da cena*”, segundo os autores²⁹⁴.

Passados mais de 100 anos sobre o relato dos dois exploradores britânicos, a Procissão dos Terceiros mantinha-se ativa nesta localidade, bem como a participação das Irmãs Terceiras, que continuavam a ter um papel individualizado no cortejo processional, mas provavelmente com um menor fulgor, pois deixamos de ter notícias desta procissão na segunda metade do século XX, situação que se tornaria generalizada na grande maioria das irmandades de leigos franciscanos na ilha de S. Miguel, em meados de novecentos.

“Em um dos Domingos desta Quaresma, efetuar-se-á nesta vila a procissão dos Terceiros, que sairá da Igreja dos Frades, pelas 16 horas, percorrendo o itinerário costumado, e sendo pregado sermão à saída ou à entrada, o que será previamente. Nesta procissão incorporam-se também as senhoras vestida de preto, pertencentes à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, fechando o cortejo as duas filarmónicas locais «Lealdade» e «união Progressista»²⁹⁵.

Se a década de 1960 viria a marcar o final da das Procissões de Penitência nos concelhos de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, em outras localidades micaelenses e para a mesma época, estas tradições já representavam apenas uma lembrança dos elementos da população mais antigos, como relata Francisco Carreiro da Costas, sobre o concelho da Lagoa.

²⁹³ Cf. Bullar, 2001:96-97.

²⁹⁴ Idem ibidem.

²⁹⁵ Cf. *Diário dos Açores*, n.º 2782, de 13-02-1948.

“Quando era criança, lembro-me de muitos velhos que falavam dos penitentes que se incorporavam nessas procissões levando cruzes às costas, as caras cobertas (marrocos) e ainda caveiras nas mãos. Mortificavam-se com azorragues durante os cortejos. Depois houve abusos e desrespeitos e tudo acabou (...)”²⁹⁶



Fig. 69



Fig. 70

Figs. 69, 70 – A participação de um grande número de mulheres no cortejo processional continua a ser uma constante em pleno séc. XXI. Fotografias de Duarte Nuno Chaves e Inês Ribeiro, 2011.

2. A RIBEIRA GRANDE, UM DOS ÚLTIMOS BALUARTE DAS TRADIÇÕES FRANCISCANAS

2.1. As práticas que caíram em desuso

O concelho da Ribeira Grande viria a representar no século XX, um dos últimos baluartes das tradições franciscanas na ilha de S. Miguel e de uma forma mais generalizada no próprio arquipélago. A Procissão dos Terceiros era apenas uma das várias manifestações religiosas que se realizavam de forma permanente na então vila da Ribeira Grande, tendo como suporte e origem o movimento mendicante. Ao analisarmos a documentação dos Terceiros desta localidade durante o século XIX e o início da centúria seguinte, podemos contabilizar várias festividades que se encontravam a cargo dos penitentes desta localidade, e que eram inclusive suportadas pelo orçamento desta

²⁹⁶ Cf. Costa, 1965: 53.

Fraternidade²⁹⁷. De entre estas manifestações religiosas podemos destacar as solenidades Natalícias, as várias comemorações religiosas da Semana Santa, designadamente as Procissões da Penitência, do Enterro do Senhor e da Ressurreição, e ainda os festejos em honra dos padroeiros dos Terceiros, a Rainha St.^a Isabel, que ainda se realizava em 1913, o Rei S. Luís de França, bem como a procissão dedicada ao patriarca da ordem²⁹⁸.

Não existe ainda um conjunto de estudos de fundo que permita compreender o processo que levou ao desaparecimento da generalidade destas tradições franciscanas. Como já mencionado anteriormente, até à década de 1960 as Procissões dos Terceiros de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo, de uma forma ou de outra, acabaram por cair no esquecimento, sendo que a única exceção à regra é a atual cidade da Ribeira Grande, que mantém esta tradição há mais de três séculos. Esta situação só foi possível num primeiro momento graças à ação da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, e já em pleno século XXI com a própria participação da edilidade local, que acabam por assumir a organização desta procissão. Nesta nova lógica os Irmãos Terceiros viriam a ser substituídos pelo grupo de Romeiros da Paróquia de N.^a Sr.^a da Conceição, que desta forma passou a assumir a logística do cortejo processional.

Mas outros hábitos populares, no âmbito da cultura imaterial, encontravam-se também associados ao convento dos frades, embora se tenham dissipado após o declínio do movimento de leigos franciscanos nesta região e que, embora ligados a uma tradição oral, nunca foram objeto de uma recolha criteriosa. De entre essas memórias a devoção a St.^o António é aquela que ainda hoje se faz sentir mais junto da população local. Uma outra tradição, que se terá perdido com o passar dos anos, mas que ainda se realizava com alguma dificuldade em 1913, era a distribuição dos “Pães de St.^o António”, que contemplava a entrega de pão aos estratos da população mais desfavorecidos²⁹⁹. Mas são conotadas com a iconografia representando St.^o António de Lisboa, a tradição popular de “santo casamenteiro”³⁰⁰, que encontramos mais referências, sendo que a Ribeira Grande tem algumas particularidades ligadas à sua existência na Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe. Este conjunto escultório tem sido objeto de grande veneração por parte dos ribeirão-grandenses, já que segundo reza a tradição local estas duas imagens são geradoras de

²⁹⁷ Vd. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

²⁹⁸ Segundo a edição do *Jornal Correio do Norte*, de 12 de julho de 1913, ainda se realizava nesta data na igreja do antigo Convento de S. Francisco, as festividades em honra da Rainha St.^a Isabel.

²⁹⁹ Cf. *Correio do Norte*, 15 de março de 1913.

³⁰⁰ Cf. Attwater, 2002: 57-58.

diversas promessas ligadas às descritas qualidades do Santo, existindo inclusive um costume que consiste na custódia momentânea da imagem do “Menino Jesus”, pelas jovens casadoiras deste concelho, que no intuito de apressar o seu futuro estado matrimonial, em especial quando o amor não é correspondido, “arrecadam” temporariamente a imagem do Menino Jesus em local incerto, cobrindo esta com cinzas até que consigam regularizar a sua situação conjugal, findo o qual devolvem a imagem à sua procedência³⁰¹.



Fig. 71



Fig. 72

Fig. 71, 72 – A imagem do “Menino Jesus” em 2009 e 2012, respetivamente. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2009 e 2012.

Quando realizámos a nossa primeira visita à Igreja da Conceição, no ano de 2009, para efetuar o inventário do acervo da igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, ao abrigo do protocolo estabelecido entre a SCMRG e a UAC e inserido no estágio curricular da licenciatura em Património Cultural³⁰², a imagem do Menino Jesus encontrava-se no núcleo museológico do referido templo e em bom estado de conservação, como aliás a fotografia comprova (Fig. 71), tendo sido por nós inventariada³⁰³. Passados dois anos após este acontecimento fomos informados pelo sacristão da igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, na cidade da Ribeira Grande, que a imagem havia sido depositada à porta da igreja, num saco de plástico, após ter estado ausente deste templo por um período de tempo não determinado (Fig. 72).

³⁰¹ Esta situação é do conhecimento do imaginário popular, mas não descortinámos que alguma vez tenha sido feita participação de algum furto temporário às autoridades, levantando-nos inclusive à questão de quando não são concretizadas as preces, o que acontecerá à imagem do Menino Jesus?

³⁰² Este conjunto escultório encontra-se desde 1994 na igreja da Conceição.

³⁰³ Cf. Inventário digital, 2009.

Efetuámos uma verificação à referida escultura, ao abrigo de um acordo de prestação de serviços celebrado entre nós e a CMRG, tendo constatado que a imagem se encontrava coberta de vestígios de cinza, o que vem reforçar os dizeres populares que foram sendo recolhidos ao longo do nosso trabalho³⁰⁴.

Com o passar dos anos algumas destas tradições foram caindo no esquecimento, mas graças à contribuição do P^e. Edmundo Pacheco foi possível reviver um desses costumes, que ainda se realizava em 1948 quando este iniciou a sua pastoral na Ribeira Grande. Uma dessas tradições, que entretanto caiu em desuso, foi as “Vozes do Mundo”, prática que se encontrava ligada ao culto da imagem do “Santo Cristo dos Terceiros” e à respetiva igreja conventual.

“Quando uma família se achava aflitiva, por exemplo uma família com um filho que se encontrava emigrado no Canadá, mas que há algum tempo não dava notícias, neste caso, a família, pedia graças ao Santo Cristo dos Terceiros para resolver o seu problema – a mãe durante a noite, convidava duas amigas para percorrer o caminho que medeia a Matriz e a Igreja dos Frades. As três percorriam este trajeto lado a lado, posicionando-se no centro a mulher que solicitava a ajuda Divina, neste caso a mãe, enquanto esta última caminhava rezando o terço, as outras duas mulheres, iam ouvindo as conversas e os murmúrios das pessoas que se encantavam ao longo do trajeto. A população já sabia, que quando viam três mulheres juntas em direção à Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, estas estavam ouvindo as “vozes do mundo”. No final do percurso, e chegadas à igreja, que à aquela hora se encontrava fechada, ajoelhavam-se no adro para efetuar as suas orações, findas as quais, as outras duas mulheres contavam as frases que ouviram dos populares ao longo do trajeto, tirando daí a conclusão pelo qual o rapaz não escrevia.”³⁰⁵

³⁰⁴ Cf. Chaves; Costa, 2012.

³⁰⁵ Cf. Entrevista ao P^e Edmundo Pacheco, 18 de janeiro de 2011: gravação em suporte digital.

3. A PROCISSÃO DOS TERCEIROS DA RIBEIRA GRANDE

3.1. A responsabilidade organizativa dos Irmãos penitentes

A memória histórica dos habitantes mais antigos da Ribeira Grande, que tivemos oportunidade de entrevistar a propósito do nosso trabalho, e que participaram desde muito jovens nas celebrações da Procissão dos Terceiros é obviamente muito recente, não ultrapassando a década de 1940. Em termos de fontes manuscritas e impressas não possuímos dados para o período anterior a 1870, que possam sustentar este estudo no que toca aos rituais processionais praticados nas solenidades da Procissão dos Terceiros na vila da Ribeira Grande, naturalmente que estes vieram a alterar-se ao longo dos anos, muito particularmente na segunda metade do século XIX, motivado pelo abandono dos frades franciscanos do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe em 1832³⁰⁶.

A responsabilidade protocolar das cerimónias relativas ao cortejo processional dos Terceiros esteve, até às primeiras décadas do século XX, a cargo dos leigos franciscanos, como aliás é comprovado pelos resultados expostos nos livros de receita e despesa relativos ao século XIX, já mencionados no capítulo anterior³⁰⁷. A contabilidade dos Terceiros ribeirão-grandenses dá-nos informações precisas e confirmam os gastos com as solenidades religiosas até ao ano económico de 1931/32, época em que já não encontramos nenhuma rubrica específica para gastos com celebrações religiosas³⁰⁸.

Analisando o *Fundo da Ordem Terceira de S. Francisco*, depositado no AMRG, deparámo-nos com alguns documentos avulsos que se encontravam numa capa por catalogar, contendo um rótulo intitulado de “Documentos da Ordem Terceira”, na qual constavam entre outros, uma fatura com data de 3 de março de 1939, emitida por um estabelecimento comercial desta localidade, denominado de “Loja Nova de Faustino de Teixeira Lima”, na qual se encontra descrita uma despesa efetuada pela Comissão da Ordem Terceira, com apetrechos que normalmente são utilizados nas celebrações religiosas. Apenso a este documento encontra-se um outro, intitulado de “Subscrição a favor da Procissão da Ordem Terceira de S. Francisco”, que é encabeçado por uma comissão organizadora, na qual constam cinco nomes: o P.^e José de Medeiros Quental,

³⁰⁶ Efetuamos aqui um contraponto com os dados disponíveis para os concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo, já expostos ao longo desta dissertação.

³⁰⁷ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

³⁰⁸ Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Receita e Despesa de 1904-1932”.

Faustino Teixeira de Lima, José Ferreira da Silva e Ângelo Pacheco Alfinete, este último nas décadas de 1930 a 40 fazia parte dos órgãos dirigentes dos Terceiros da Ribeira Grande. Examinando esta documentação podemos concluir que à data destas ocorrências, já não competia à Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande a organização das cerimónias da sua principal procissão, já que os custos com a realização do evento passam a ser suportados por uma subscrição pública da responsabilidade da Comissão Organizadora da Procissão dos Terceiros, que era constituída por elementos que não constavam da última lista de Irmãos datada de 1946, exceção feita a Ângelo Alfinete, que ocupou o cargo de vogal e secretário desta Irmandade. Esta desmobilização já se fazia sentir nas primeiras décadas desta centúria, pois analisando os jornais da Ribeira Grande no período de 1913 a 1921, constatamos que a importância e o espaço concedido nos periódicos locais ao cortejo dos penitentes é cada vez menor, em oposição às solenidades do Senhor dos Passos, que chegam a ocupar mais de uma coluna para anunciar e descrever esta procissão³⁰⁹.

O transporte dos andores foi desde sempre uma incumbência dos Irmãos penitentes, mas segundo o P^e. Edmundo Pacheco, por volta da década de 1950, esta missão passa a ser efetuada por elementos indiferenciados da população, através da arrematação pública no adro da igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, cabendo atualmente essa tarefa ao grupo de romeiros da freguesia da Conceição e ao corpo de bombeiros locais.

“ Os doze andores da procissão dos Terceiros eram arrematados no adro da igreja um mês antes da procissão, por grupos de populares, que através do pagamento de uma esmola, ficavam com a incumbência de levar um determinado andor, tendo que assinar um documento no qual se responsabilizavam em cumprir esta tarefa (...) com o passar dos anos passou-se a ter dificuldade em arranjar homens suficientes para cumprir esta tarefa, passando a responsabilidade da organização logística do cortejo processional para os romeiros. Esta é uma preparação para os romeiros, já que saem em romaria no sábado a seguir à procissão dos Terceiros. Após a sua caminhada

³⁰⁹ Vd. *Correio do Nordeste*, nº 51, 1913; *Ecos do Norte*, nº 34, 35, 36, 59, 81, 84, de 1917 e ainda nº. 134, 137, 168, de 1921.

chegam no sábado seguinte e ainda participam na procissão dos Paços da Ribeira Grande, que é no dia a seguir, domingo. ”³¹⁰



Fig. 73 – Saída da procissão dos Terceiros da Ribeira Grande na década de 1970.



Fig. 74 – Na atualidade a procissão é assegurada pelos romeiros e pelo corpo de bombeiros da Ribeira Grande. Fotografias de Duarte Nuno Chaves e Inês Ribeiro, 2009 e 2012.

³¹⁰ Cf. Entrevista ao P.º Edmundo Pacheco, 18 de janeiro de 2011: gravação em suporte digital.

3.2. A imaginária processional utilizada na Procissão dos Terceiros

Apesar de não termos descortinado relatos respeitantes ao cortejo dos Irmãos penitentes ribeira-grandenses, durante as centúrias de setecentos e oitocentos, acreditamos que a emoção das populações desta localidade micaelense ao presenciar a Procissão dos Terceiros não seria muito diferente dos relatos anteriormente citados para as localidades de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo. A imagem do Santo Cristo dos Terceiros da Ribeira Grande enaltecia o cortejo, encerrando o conjunto de andores composto pelas diversas imagens de vestir, que apresentavam uma dicotomia entre a simplicidade dos tradicionais hábitos franciscanos e os vistosos trajes que ornamentam algumas imagens interpretando alguns dos santos da família franciscana regular e secular.

O uso dos "santos de vestir" na Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande tinha como objetivo uma demonstração realista dos vários momentos da vida desta ordem mendicante, em especial algumas passagens marcantes na vida de S. Francisco de Assis, como aliás acontecia de uma forma geral nas de celebrações religiosas dos séculos XVII e XVIII, no mundo com influência ibérica. Para destacar esse realismo, as feições das esculturas e a disposição destas em grupos escultórios, apresentavam uma dinâmica teatral, que reforçava ainda mais a narrativa proposta, potenciando a emoção nos crentes. Apesar da aparente simplificação anatómica que estas imagens apresentam, muitas delas mostram acabamentos refinados, sempre com o objetivo de serem completadas com os elementos decorativos complementares, quer fossem eles têxteis, joias, perucas e toda a diversidade de adereços cénicos. Segundo Maria Regina Quites a simplificação estrutural destas imagens *“não quer dizer necessariamente que há desqualificação da imagem do ponto de vista construtivo, pois se trata de uma nova maneira de estruturar o corpo, que muitas vezes chega a um requinte extremo de execução da talha e até mesmo com requintes de detalhes de policromia.* ³¹¹

A fundamentação para a construção deste tipo de imaginária encontra-se aliada à necessidade prática de construir conjuntos escultórios vocacionados para o uso processional. Estes teriam que ser leves e flexíveis, cobertos com vestes, o que tornava estas imagens mais leves e aliviava o esforço feito pelos homens que teriam a incumbência de transportar o andor. Mas no que toca à sua produção, estas obras encontram-se alicerçadas em pressupostos religiosos, em detrimento de padrões estéticos, já que a sua

³¹¹ Cf. Quites, 2006: 253.

arte acha-se ligada às conceções populares impostas pelos tradicionais santeiros, em contraste com o erudito, realçado pelo escultor³¹². No entanto, e segundo Maria Helena Flexor, nestas representações chegaram a trabalhar em conjunto artistas e artesãos, pelo que temos que ter algum cuidado no que toca à classificação dos produtores deste tipo de escultura³¹³. Este tipo de imaginária dotada de têxteis na sua representação original, não recebeu no entanto a mesma atenção que a escultura retabular, que é maioritariamente representada com vestes esculpidas e policromadas.

O estudo da origem das esculturas de vestir leva-nos a práticas da Idade Média e ao teatro de marionetes composto por bonecos vestidos de acordo com as cenas que representavam. No século XVI o teatro jesuítico que exerceu grande influência no mundo católico ocidental e oriental, aliado às representações barrocas, vai readaptar o uso destas marionetes como imagens sagradas, simbolizando vários momentos³¹⁴.

A Contra-Reforma e o Concílio de Trento deram ênfase à proliferação das imagens como elemento catequizador e, para além dos jesuítas, também os franciscanos vão utilizar e divulgar este tipo de escultura em Espanha, Portugal e Brasil, onde o uso de imaginária processional vem a ganhar um grande incremento no século XVII, com o ressurgimento das Ordens Terceiras. Estas irmandades vão ser responsáveis pela encenação de espetáculos populares, passando as imagens de vestir a marcar presença nos espaços religiosos e nas manifestações públicas e coletivas de religiosidade.

Em certos casos a adesão popular chegou a atingir os extremos, deixando cair a barreira entre a representação iconográfica e a realidade descrita, como aliás aconteceu na cidade de Ponta Delgada e na vila da Lagoa, em pleno século XIX e na centúria seguinte, quando imagens de S. Francisco são proibidas de sair em procissão. Será importante referir que uma destas representações realçava a nudez do Patriarca de Assis, rebolando pelas silvas, situação que provocou a indignação da população.

³¹² Mas este tipo de escultura, apesar de relegado para segundo plano durante alguns anos pelos historiadores da arte, apresenta uma qualidade de construção, em muitos casos, notável. Estudos efetuados, nomeadamente por investigadores brasileiros, ao acervo de algumas Procissões das Cinzas, assim o revelam: *“Pelo contrário, nas imagens estudadas observamos que as partes visíveis da escultura - mãos, rosto e eventualmente pés, esmeram-se os recursos expressivos, qualidades anatómicas e carnação delicada. Não menos engenhosas e preciosistas eram as soluções das articulações, feitas para dar movimento e facilitar a vestimenta do santo, que por vezes resistiram a centenas de anos.”*- Cit., Nancy Regina Mathias Rabelo, *Santos de vestir da Procissão das Cinzas do Rio de Janeiro - Fisionomias da fé*, in: http://www.dezenovevinte.net/obras/imagens_nancy.htm

³¹³ Cf. Flexor, 2005:174.

³¹⁴ Idem: 165-167.

“Na Procissão iam penitentes vestidos de saco e com uma cruz às costas, bem como muitos andores com santos; mas em 1864 proibiu-se que fizessem parte do préstito os ditos penitentes, e andores de S. Francisco em pé, e deitado nas silvas.”³¹⁵



Fig. 75 – Escultura de pleno vulto, representando S. Francisco rebolando nas silvas, pertença do acervo da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe. Foto de António Silveira, 2009.

Situação idêntica viria a acontecer no concelho da Ribeira Grande, embora neste caso não tenhamos encontrado registos escritos que confirmem a data exata para a interdição desta escultura no cortejo processional, fica apenas a memória individual dos vários habitantes e participantes destas festividades, com quem tivemos a oportunidade de conferenciar e ainda o mau estado de conservação e de abandono que esta escultura apresentava, denunciando que a mesma não participava com regularidade nas celebrações dos Irmão penitentes³¹⁶.

Será importante efetuar um paralelismo entre o comportamento de repulsa em relação à utilização da referida escultura, demonstrada pelo povo destes três concelhos micaelenses, e a ideologia franciscana. Temos que ter em atenção que os referidos incidentes acontecem após o abandono dos Frades Menores do arquipélago e consequente epílogo da sua influência direta nas celebrações em causa. Para a população insular, em

³¹⁵ Cf. Abranches, 1869: 25-26.

³¹⁶ Quando realizámos o inventário da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, em 2009, esta imagem estava em muito mau estado de conservação e foi-nos confirmado pelo P.º Edmundo Pacheco que a mesma havia saído em procissão no ano de 1987, mas anteriormente não entrava no cortejo dos penitentes, visto a nudez da imagem causar alguma repulsa na população.

meados do século XIX e princípios da centúria seguinte, os princípios franciscanos já se encontram algo diluídos, a representação da nudez nos santos é algo pouco tolerável e até ofensivo para a dignidade dos que assistiam a estas manifestações. Apesar do carácter penitente desta cena, a realidade ideológica fomentada por S. Francisco relaciona a nudez com a pobreza, e a pobreza com a ausência literal da propriedade. Para S. Francisco a nudez apresentava-se como uma simbologia da emancipação à sujeição económica³¹⁷.

“ A figura principal no espírito de S. Francisco é a imagem de Cristo nu (...) A nudez era um símbolo de grande importância para S. Francisco. Usava-o para marcar o começo e o fim da sua vida convertida. Quando quis repudiar os bens de seu pai e entrar para a religião, ele o fez despindo-se e ficando nu no palácio do bispo de Assis. No fim da vida, quando morria em Porciúncula, obrigou os seus companheiros a despi-lo, a fim de que pudesse enfrentar a morte sem roupas, no chão da cabana. Quando dormia, era sobre a terra nua.”³¹⁸

Apesar do puritanismo de alguns habitantes, a Procissão dos Terceiros na Ribeira Grande saía à rua no primeiro domingo da Quaresma, com uma panóplia de esculturas representando os santos franciscanos. Esta ação catequizadora proposta pelos franciscanos era composta por um conjunto de cenários onde não faltavam os diversos passos da vida do Patriarca de Assis, nomeadamente a ocasião da entrega da Regra pelo Papa Inocêncio III, em 1209, ou ainda a representação do momento em que S. Francisco recebe os estigmas no Monte Alverne, ou o andor da Penitência, composto por duas imagens interpretando respetivamente Jesus Cristo e S. Francisco de Assis, transportando cada qual uma cruz em madeira do tamanho das próprias imagens. Neste aparato não faltavam ainda a figuração dos patronos da Ordem Terceira: o Rei S. Luís de França, a Rainha St.^a Isabel de Portugal e a sua tia, a Princesa St.^a Isabel da Hungria, entre outros santos ligados ao movimento franciscano. Todas as imagens eram trajadas a rigor: os monarcas, frades e santas que interpretavam ostentando os seus mantos e coroas de prata.

³¹⁷ Cf. Tuner, 1974: 176-179.

³¹⁸ Idem ibidem.



Fig. 76 – O realismo é uma constante na quase totalidade do acervo escultório, reforçado pela aplicação do vidro para os olhos na maioria das imagens, ou ainda as gotas de resina vermelha para o sangue, como acontece no caso do conjunto escultório da Penitência. Fotografia de Duarte Nuno Chaves, 2011.

Na sua grande maioria, as diversas imagens e grupos escultóricos que compõem este acervo são construídos à escala humana, sendo talhadas de todos os lados para poderem ser vistas por todos os ângulos quando dispostas em procissão. A ideia de movimento é crucial, apresentando autênticos pormenores da anatomia humana, em especial nas zonas que ficam expostas: cabeça, mãos e pés, sendo em alguns casos, usadas articulações nos membros, de forma a posicionar a escultura em poses teatrais. O realismo é uma constante na quase totalidade do acervo, reforçado pela aplicação do vidro para os olhos na maioria das imagens, ou ainda as gotas de resina vermelha para o sangue, como acontece no caso do conjunto escultórico da Penitência. As imagens representando St.^a Margarida de Cortona e N.^a Sr.^a das Dores apresentam cabeleiras com cabelos naturais doados por naturais deste concelho. Nas representações femininas é ainda apresentado um conjunto de vestuário diversificado, bem como adornos vários, que vão desde brincos, colares, pulseiras e diademas em prata, a outros elementos, que com as vicissitudes que esta coleção já passou, acabaram por se desprender do restante agregado. São ainda de destacar vários adereços cénicos, que vão desde a utilização de cruces em tamanho natural, a representações de livros, crânios humanos ou até animais domésticos.

3.3. Plano de classificação do acervo processional

Ao elaborar este trabalho, tivemos a preocupação de enquadrar a presente coleção processional num sistema de classificação que possibilitasse uma correta demarcação entre as várias peças de escultura que constituem o acervo da Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande. Para tal tarefa socorremo-nos de um conjunto de fontes e elementos bibliográficos que facilitaram uma correta descodificação e organização da informação prestada pela coleção, dividindo-a em diferentes tipologias, de acordo com os vários quadros processionais apresentados.

Quanto à temática relativa ao uso de têxteis em obras de escultura, devemos mencionar que apesar de nos últimos anos encontrarmos algumas referências sobre imagens de vestir na bibliografia geral sobre História da Arte, na generalidade a sua divulgação ainda é escassa. Ao longo da nossa investigação enquadrámos as nossas definições em vários trabalhos científicos, destacando no entanto, as “Normas de Inventário de Escultura: Artes Plásticas e Artes Decorativas”³¹⁹, editadas pelo Instituto Português de Museus (IPM), e recentemente disponibilizadas pelo atual Instituto de Museus e Conservação (IMC)³²⁰. São ainda de destacar vários trabalhos de fundo nesta temática, nomeadamente artigos científicos, teses de mestrado e doutoramento. Neste âmbito será de assinalar a investigação produzida pelas investigadoras Maria Helena Flexora e Maria Regina Emery Quites, sendo desta última a tese de doutoramento “Imagem de Vestir: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil”³²¹.

“Escultura é arte que se expressa pela criação de formas plásticas em volumes ou relevos, seja pela moldagem de substâncias maleáveis e/ou moldáveis, seja pelo desbaste de sólidos (como na torêutica e na gléptica), seja pela reunião de materiais e/ou objetos diversos.”³²²

³¹⁹ Cf. *Normas de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Instituto Português de Museus, 1.ª edição, Fevereiro 2004.

³²⁰ Por uma questão de uniformização optámos por utilizar a terminologia usada no Dicionário, Thesauri e Glossário desta obra.

³²¹ Vd. Quites, 2006.

³²² Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2003:1572.

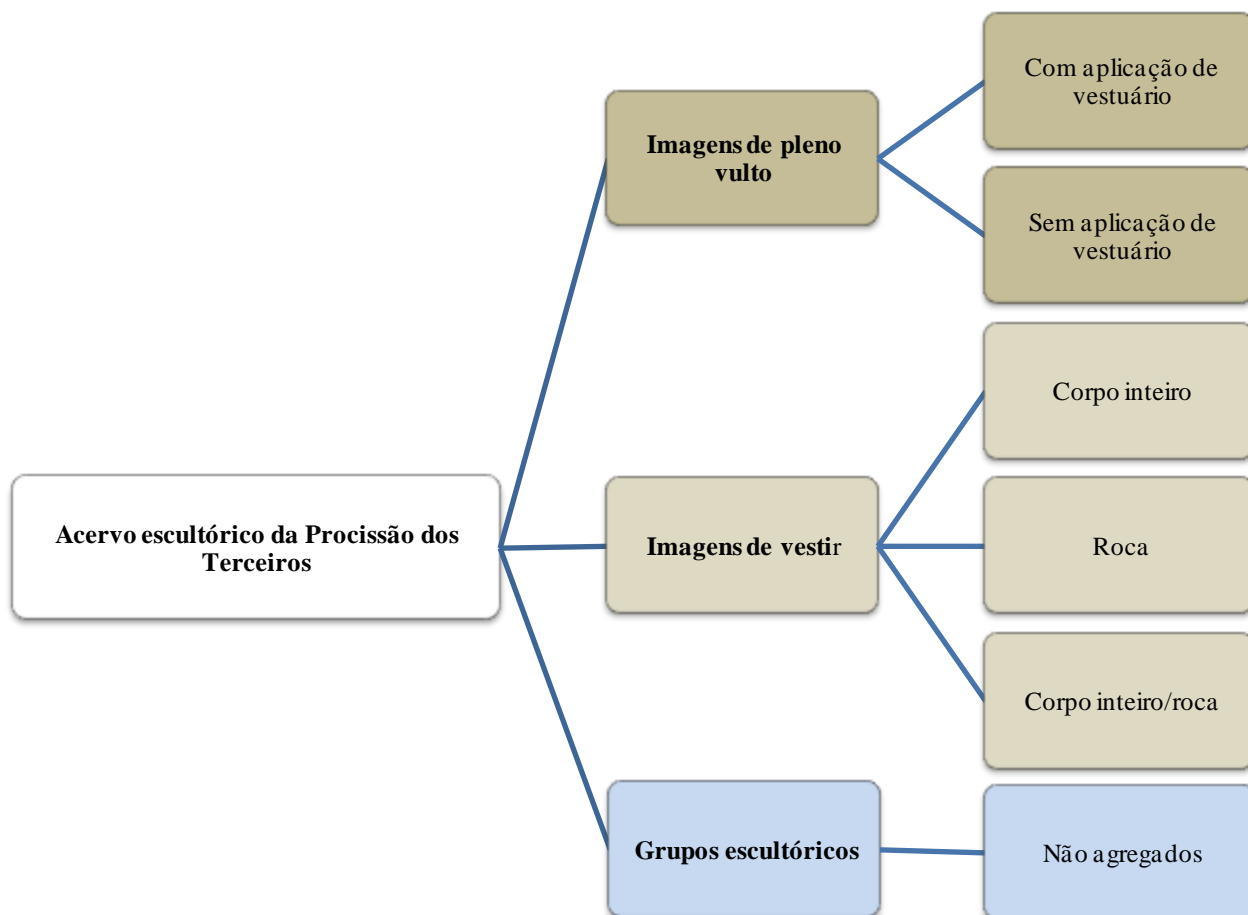


Fig. 77 – Esquema classificativo do acervo processional da Ordem Terceira da Ribeira Grande.

a) ESCULTURA E/OU IMAGEM DE PLENO VULTO

Define-se escultura de pleno vulto como aquela que é entalhada de forma mais ou menos elaborada, sendo dourada e/ou policromada, em que o volume corresponde pelo menos a 3/4 do tamanho real de um corpo ou de um objeto, podendo apresentar-se trabalhada na íntegra (frente, perfis e costas), ou trabalhada apenas em três lados (frente e perfis) com as costas sem trabalho, planas ou escavadas, ou ser apenas um meio vulto. Em sentido lato, um vulto pleno é uma escultura figurativa ou não figurativa, completamente trabalhada e que pode ser considerada a partir de tantos pontos de vista quantos existem no

espaço que a rodeia³²³. No entanto algumas destas esculturas comportaram a aplicação de têxteis, sendo que no caso específico deste acervo, podemos ainda subdividir esta categoria em duas subcategorias: escultura de pleno vulto sem aplicação de vestuário e escultura de pleno vulto com aplicação de vestuário.

Neste género escultórico podemos englobar duas esculturas do acervo processional dos Terceiros da Ribeira Grande: *Senhor dos Terceiros* e *S. Francisco Prostrado nas Silvas*.



Fig. 78



Fig. 79

Figs. 78 e 79 – Esculturas de pleno vulto com e sem aplicação de têxteis, representações respetivamente do “Senhor Terceiros” e “São Francisco Prostrado nas Silvas”. Fotos de Duarte Chaves, 2011.

b) IMAGEM DE VESTIR

Imagem de corpo inteiro – no estudo da escultura portuguesa, o termo “imagem” aplica-se às obras que eram produzidas pelos mestres de imaginária ou imaginários³²⁴. Neste contexto englobam-se as imagens que se apresentam com uma representação esculpida, sendo que a sua composição representativa se completa com os têxteis empregues. São imagens entalhadas de forma completa e policromadas, no geral a cabeça, mãos, pés, e às vezes braços e pernas, recebem tratamento da talha e encarnação, dado que são as partes que ficam visíveis,³²⁵. Temos de ter em atenção que algumas destas representações são ocasionalmente vestidas e outras mantêm os têxteis em permanência. Podem no entanto acabar por serem readaptadas, como se de um manequim se tratasse,

³²³ Cf. *Normas de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Instituto Português de Museus, 1.ª edição, Fevereiro 2004: p. 20.

³²⁴ Cf. *Normas de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*, 2004: 22

³²⁵ Cf. *Quites*, 2006:250.

sendo aplicados membros articulados de forma a serem vestidas³²⁶. Este é o caso da imagem representando o Papa Inocêncio III (Figs. 80 a 82).

*“A imagem de vestir é muitas vezes considerada como uma arte menor, econômica e somente fruto de manifestações populares e processionais, sendo-lhe, inclusive, muitas vezes negada a sua condição de arte escultórica. A imagem de vestir possui uma múltipla materialidade escultórica e também uma múltipla funcionalidade, que lhe confere uma estética própria e uma força devocional que nos leva a tratá-la como importante documento histórico e social de nossa cultura.”*³²⁷



Fig. 80

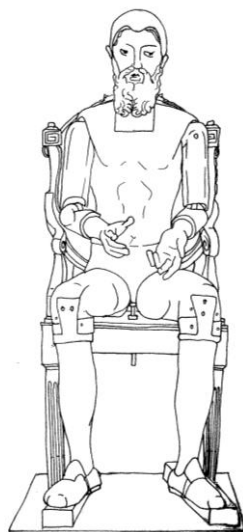


Fig. 81



Fig. 82

Fig. 80, 81 e 82 – Conjunto da Cúria – Representação do momento em que S. Francisco recebe a Regra do Papa Inocêncio III, imagem entalhada e policromada, mas recebendo tratamento da talha e encarnação mais pormenorizado nas partes que ficam visíveis, em especial cabeça, mãos, pés, braços e pernas. Desenho de Raquel Pinto e fotos de Duarte Nuno Chaves, 2011 e 2012.

Imagem de roca – o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, agrega ao termo “roca” a definição de imagem de roca e/ou santo de roca, sendo classificado como estrutura de madeira em forma esquematizada de corpo humano que serve de base ao busto da imagem³²⁸. Este tipo de representação escultória no seu todo apresenta de uma figuração

³²⁶ Cf. *Normas de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*, 2004: 144.

³²⁷ Quites, 2006: 35.

³²⁸ Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2003:3192.

humana, possuindo ou não articulações, podendo ou não estar agregado ao tronco a representação da cabeça, braço, antebraço, mãos e em alguns casos as figurações das canelas e dos pés.

De uma forma mais específica, podemos afirmar que a “roca” expõe uma estrutura de madeira em forma de armação arredondada, definida por ripas que podem partir do peito (busto) ou da cintura da imagem (meio corpo), sendo que a referida disposição se encontra fixa a uma base, em forma circular ou octogonal, possuindo esta orifícios que abarcam as cavilhas de fixação entre a referida base e os plintos/andores (Fig. 85). A dita armação apresenta várias formas sendo que, no caso do acervo em questão, encontramos estruturas ripadas simples, constituídas por seis ripas (estando incluídas neste caso as quatro imagens de S. Francisco, uma de Cristo com a Cruz e a representação de St^a. Margarida de Cortona), ou ainda armações compostas por panos de tela fixos às respetivas tiras de madeira, presos através cavilhas metálicas, que fixam a tela à estrutura de madeira, encontrando-se estes tecidos pintados em tons monocromáticos, caso da representação de N.^a Sr.^a das Dores (Figs. 85 a 87).



Fig. 83 – Três imagens de roca com estruturas ripadas simples, constituídas por seis ripas (representações de St^a. Margarida de Cortona, S. Francisco e a Rainha St^a Isabel). Desenhos de Raquel Pinto, 2012.

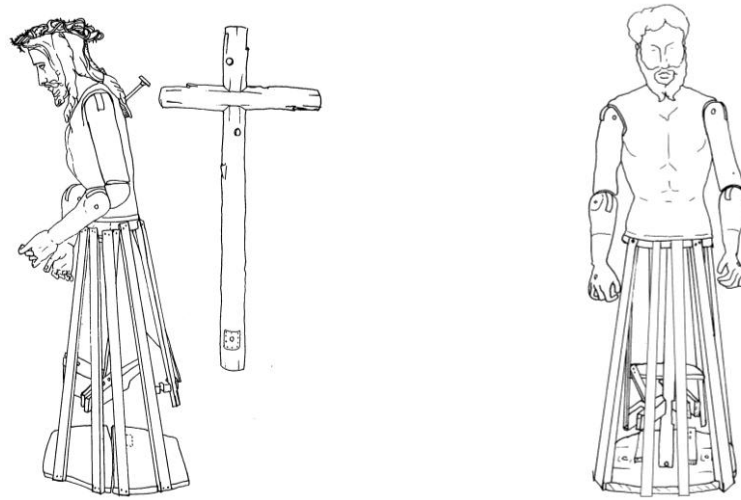


Fig. 84 – Duas imagens de roca (representações de Cristo e S. Francisco), com suporte em ferro (cavilha) para sustentar uma cruz, incorporando ainda agregado à estrutura ripada, um mecanismo de encaixe para os pés. Desenhos de Raquel Pinto, 2012.

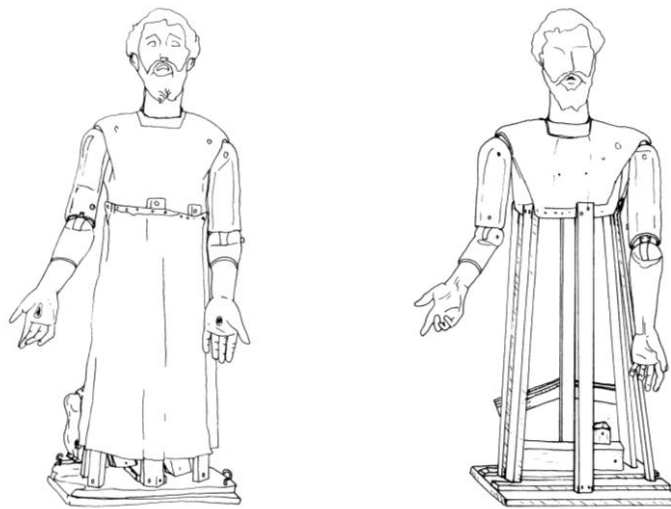


Fig. 85 – Representação de S. Francisco Ajoelhado, composta por duas imagens de roca articuladas (busto), constituídas por uma armação coberta por panos de tela fixos às respectivas tiras de madeira, com a inclusão da representação das pernas (imagem da esquerda) e uma imagem simples, sem a inclusão de membros inferiores (direita). Desenhos de Raquel Pinto, 2012.



Fig. 86



Fig. 87



Fig. 88

Figs. 86, 87, 88 – Imagem composta por uma armação coberta por panos de tela fixos às respetivas tiras de madeira, presos através cavilhas metálicas que fixam a tela à estrutura de madeira (representação de N.^a Sr.^a das Dores). Desenho de Raquel Pinto e fotos de Vanessa Fernandes, 2012.

Imagem de corpo inteiro/roca – Possuindo características gerais da imagem de vestir, são no entanto catalogadas por Maria Regina Emery Quites, na sua tese de doutoramento, como uma categoria intermediária entre as imagens de corpo inteiro e as imagens de roca³²⁹. Estas possuem o corpo entalhado em algumas partes, mas em outras é utilizada a colocação de pequenas áreas de ripas para complementação da imagem. Este é aliás o exemplo das imagens representando S. Ivo e S. Roque (Figs. 89 a 92). A primeira escultura (Figs. 89, 90 e 91) apresenta uma imagem composta por um busto, assente numa estrutura em madeira que entremeia o peito e a zona das canelas, formada por um gradeado em ripas forradas por uma tela pintada na cor cinza, existindo a inclusão de elementos de fixação em ferro. Quanto à outra imagem (Fig. 92), simbolizando S. Roque, expõe todas as características gerais de uma imagem de roca, mas simultaneamente e neste caso específico, encontra-se associado à obra a representação de uma perna, que quando a imagem se encontra vestida é exposta entre as vestes.

³²⁹ Cf. Quites, 2006.2: 257.



Fig. 89



Fig. 90



Fig. 91

Figs. 89, 90, 91 – Imagem de corpo inteiro/roca, composta por um busto, que se encontra assente numa estrutura que entremeia o peito e a zona das canelas, por um gradeado em ripas de madeira forradas por uma tela pintada na cor cinza, existindo a inclusão de elementos de fixação em ferro. Desenho de Raquel Pinto, fotos de Duarte Nuno Chaves, 2011 e 2012.



Fig. 92 – Imagem de corpo inteiro/roca que expõe todas as características gerais de uma imagem de roca, mas simultaneamente, e neste caso específico, encontra-se associado à obra, a representação de uma perna, que quando a imagem se encontra vestida é exposta entre as vestes. Desenho de Raquel Pinto, 2012.

c) GRUPO ESCULTÓRICO

O termo identifica a reunião de duas ou mais figuras de vulto sobre um mesmo suporte (soco, embasamento, pedestal, andor, etc.) que participam numa mesma ação ou estão relacionadas por uma situação que lhes é comum. Aplica-se tanto no contexto da estatuária como no da imaginária.

Nesta conceção podemos ainda dividir esta categoria em duas subcategorias: grupo escultórico agregado e grupo escultórico não agregado. O primeiro encontra-se composto pela junção do suporte e das figuras de vulto que participam na mesma ação e que estão ligadas entre si através da mesma base formando um todo indissociável (plataforma, base, plinto), e que no caso concreto não descortinamos nenhum exemplar. A segunda subcategoria é composta pela reunião sobre um mesmo suporte (andor) de duas ou mais figuras de vulto, que participam numa ação, mas que conservam umas em relação às outras uma certa independência material (Fig. 93).³³⁰



Fig. 93 – Grupo escultórico “Monte Alverne”. Fotografia de António Silveira, 2009.

³³⁰ Cit., Normas de Inventário, Escultura: Artes Plásticas e Artes Decorativas. Instituto Português de Museus, 1.ª edição, Fevereiro 2004: p. 25.

Pormenores anatómicos das imagens



Fig. 94



Fig. 95

Figs. 94, 95 – Pormenor anatómico da representação dos dedos e parte do pé de uma escultura de roca. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.



Fig. 96



Fig. 97

Figs. 96, 97 – Detalhe da cabeça e busto, composto por dois blocos deslocáveis. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.



Fig. 98



Fig. 99

Fig. 98 – Busto com a aplicação de antebraço articulado. **Fig. 99** – Na construção de algumas imagens são utilizados vários tipos de suporte na estruturação do bloco escultórico. No caso concreto podemos presenciar a utilização do cedro, para o bloco exterior, e do castanho, para o interior. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.



Fig. 100 – Gradeado de suporte de imagem (roca). Fotografia de Duarte Chaves, 2012.



Fig. 101



Fig. 102



Fig. 103

Fig. 101 – Suporte de fixação da imagem ao gradeado de madeira. **Fig. 102** – Busto sem a aplicação dos braços articulados. **Fig. 103** – Conjunto de dois braços articulados e respetivas pastilhas de fixação. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.

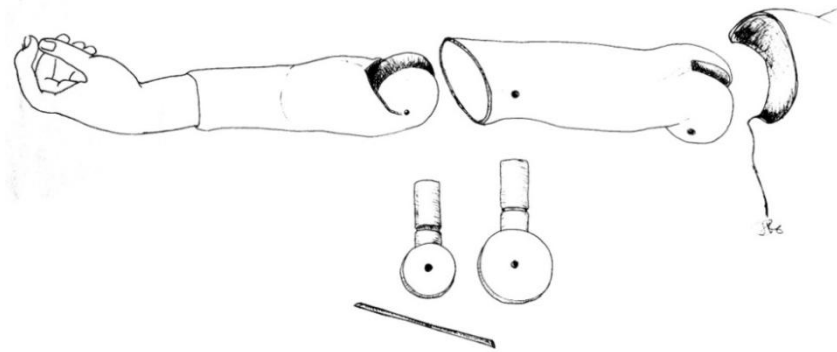


Fig. 104– Particularidade das articulações, sendo ainda visíveis as pastilhas de fixação e cavilha.
Desenho de Raquel Pinto, 2012.

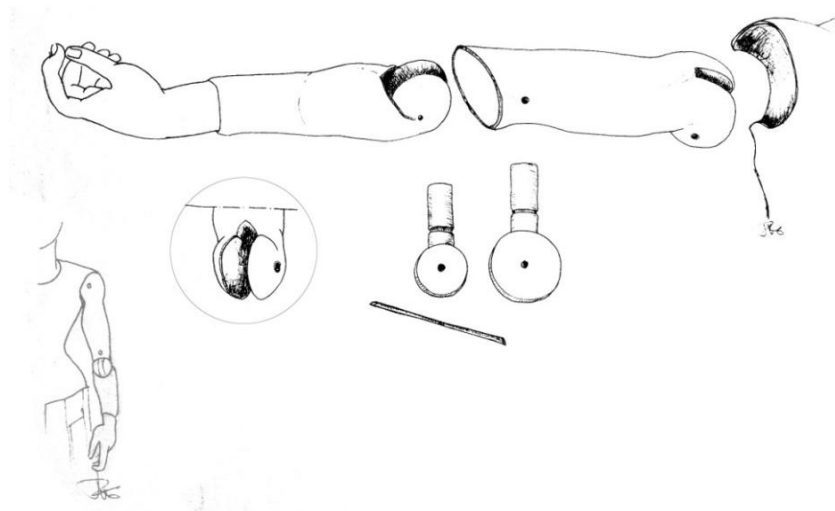


Fig. 105 – Desenho esquemático do articulado dos braços. Desenhos de Raquel Pinto, 2012.

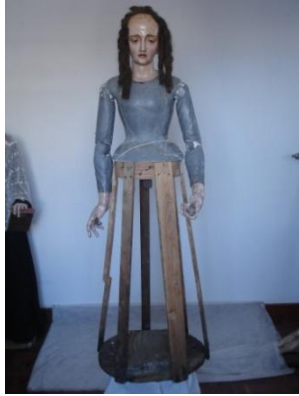


Fig. 106



Fig. 107

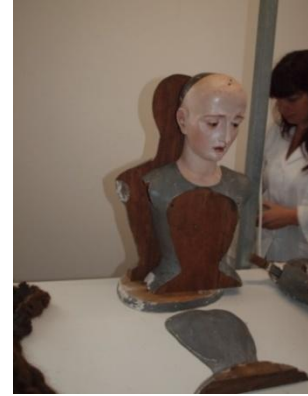


Fig. 108

Fig. 106 – Imagem de roca representativa de Stª. Margarida de Cortona. **Fig. 107** – Corte transversal da imagem, onde é visível que esta é constituída por três blocos. **Fig. 108** – Perspetiva frontal dos três blocos. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.



Fig. 109



Fig. 110

Fig. 109 – Cabeleira com cabelos naturais, oriundos de promessas dos crentes. **Fig. 110** – Olho de vidro. Fotografias de Duarte Chaves, 2012.

3.4. O percurso social das imagens de vestir

Se é certo que o hábito de paramentar os santos adquire com o movimento tridentino uma especial importância na forma de catequização das comunidades católicas, não será menos verdade que em Portugal esta situação viria a ser, em alguns casos, desvalorizada pela própria hierarquia religiosa, no final do século XVII e no decorrer da centúria seguinte, muito devido a abusos e ligações ao mundo profano por parte de fregueses e membros de confrarias e irmandades locais³³¹.

³³¹ Estas desvalorizações são resultado de várias visitas e de constituições sinodais, como os casos do Arcebispado de Braga e do Bispado do Porto, que em 1639 e 1690 respetivamente, criticam o hábito

No entanto a existência anual da festa franciscana nunca se dissociou da vivência comunitária dos indivíduos que preparam as imagens de vestir, e que todos os anos incorporam as procissões de leigos mendicantes. Este é um fenómeno que ilustra a “dupla personalidade” das imagens, que vivem dois tempos distintos num único corpo. A mudança das vestes e a decoração que lhes é anexa, ilustram bem as fraturas entre o tempo laico e o tempo religioso, ainda hoje tão apreciadas pelas comunidades católicas, aceitando assim as expressões de piedade popular em complemento do tempo litúrgico.

A preparação das imagens para a procissão envolve um ritual muito específico. As esculturas são destituídas das roupagens que envergaram durante o ano, após o que são transportadas junto com os andores para a igreja. Nestes reinicia-se o processo de vestimenta dos santos, agora com trajes mais ricos e decorados, mais adequados à sua apresentação pública aos fiéis. Esta cenografia rica pretendia despertar a piedade e o fervor, aproximando os santos de vestir de uma sumptuosidade mais própria dos grupos sociais privilegiados³³².

Esta tarefa de vestir e ornamentar os santos e os respetivos andores, encontra-se associada aos saberes e incumbências femininas, e é aliás um dos momentos cruciais do ritual da Procissão dos Terceiros na cidade da Ribeira Grande. Tendo como ponto de partida algumas investigações e estudos realizados no arquipélago dos Açores, nas áreas da História e da Antropologia Cultural, nomeadamente os estudos de Rodrigo Rodrigues na primeira metade do século XX, transcrevendo a obra de Fr. Agostinho de Monte Alverne³³³, e a investigação realizada pelo investigador da Universidade dos Açores, Rui Sousa Martins “As arte conventuais nos Açores e o processo de criação do Arcano Místico da Ribeira Grande”³³⁴, ou ainda numa perspetiva da História Religiosa, Maria Margarida Lalandia “Vida Religiosa e trabalho: de freiras de clausura no século XVII nos Açores”, entre outros, podemos concluir o seguinte³³⁵: as procissões de penitência terão granjeado a participação de vários extratos sociais da população e atingiram o seu esplendor máximo nos séculos XVII e XVIII, apresentando um conjunto assinalável de andores, imagens, anjos, e figuras alegóricas ricamente vestidas. Na preparação deste cerimonial

de vestir as imagens, alertando para o facto de estas deverem ser trabalhadas em vulto redondo escusando o uso de têxteis ou ornatos emprestados que tornem a servir de uso profano. Vd. Silva, 2007. & Oliveira, 2009:204-208.

³³² Cf. Costa & Chaves, 2012:25-28.

³³³ Cf. Monte Alverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vols. I, II e III.

³³⁴ Cf. Martins, 2009: 49-85 & Martins, 2010: 15-21, 58-60.

³³⁵ Cf. Lalandia, 2008: 1053-1060.

incorporavam-se diversas pessoas da nobreza, bem como as freiras dos mosteiros próximos. Coube às freiras Clarissas um importante papel na produção e comercialização de objetos estéticos e decorativos, nomeadamente as flores artificiais que serviam para ornamentar os espaços litúrgicos e os andores processionais. É oriunda do convento de Jesus da Ribeira Grande uma das freiras que mais se notabilizou nas artes decorativas na ilha de S. Miguel, a Madre Margarida Isabel do Apocalipse (1779-1858)³³⁶.

Paralelamente à atividade conventual, e numa perspetiva não elitista, as mulheres seculares encontravam-se inseridas num modelo social que canalizava as atividades ligadas à produção e manutenção do vestuário para a esfera feminina³³⁷. Particularmente no concelho da Ribeira Grande, a mulher dominou e desempenhou um conjunto de saberes técnicos ligados à tecnologia têxtil³³⁸. A tecelagem, a costura e os bordados, entre outros, tiveram um papel crucial na economia ribeirão-grandense, chegando a atingir uma assinalável produção manufatureira no século XVIII, e fabril no século XX³³⁹.

Neste seguimento, e num primeiro momento, todo o processo ritual que envolve o fabrico e manuseamento dos têxteis e das imagens de vestir ficou a cargo das irmãs Terceiras. Não é por isso de estranhar que em pleno século XX, com o fim do movimento penitente, as vestes dos santos passassem a ser confeccionadas de forma particular por várias moradoras das freguesias limítrofes da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe. Em muitos casos o fabrico das vestes, ou os tecidos empregues na confeção das mesmas, era fruto de promessas de crentes ou de dádivas de familiares emigrados. A complexidade do vestuário encontrava-se ligada à própria encenação da representação escultórica, variando desde os mais simples hábitos franciscanos utilizados nas representações de S. Francisco e outros santos mendicantes³⁴⁰, aos mais complexos empregues nas cenas femininas. Muitas destas

³³⁶ Vd. Martins, 2010.

³³⁷ Vd. Martins, 2009: 68.

³³⁸ Não sendo objetivo deste trabalho efetuar um estudo sobre a importância e classificação dos vários processos que envolveram essa tecnologia, será no entanto importante mencionar o trabalho de investigação efetuado nesta área, nas décadas de 1960/70, por Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira. Estes investigadores recolheram um conjunto diversificado de objetos ligados à tecnologia têxtil em Portugal Continental e ainda nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Vd. Oliveira & Pereira, (1978) 1991. *Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho*. 2.ª ed., Lisboa, INIC, Centro de Estudos de Etnologia – OLIVEIRA & PEREIRA, (1977) 1995. *Alfaia Agrícola Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

³³⁹ Cf. Sousa, 2004: 11-13.

³⁴⁰ As vestes utilizadas na imagem de “Santo Ivo”, são o exemplo da aproximação à realidade, envergando uma autêntica roupa de clérigo secular. A Batina é em tecido tafetá na cor preta, aberta da cintura para baixo, fechada por 22 botões, forrados em tecido. Duas túnicas por baixo da batina na cor branca em linho, sendo uma acabada em recortes semicirculares. Sobre a batina temos, uma sobrepeliz de imagem em tecido de véu com arrendado trabalhado. Uma estola borda e terminada em forma trapezoidal, com duas cruzes nas extremidades, tendo um bordado de ramos no final de ambas.

roupagens, após a procissão, regressavam a casa de quem as havia costurado para no ano seguinte voltar a adornar o santo ou a santa de maior devoção.

“A imagem de Santo Ivo com o seu andor, sanefa meio uso, batina, 2 sobrepelizes (vestidura branca que se veste por cima da batina), uma nova e outro a meio uso, e uma estola roxa.”³⁴¹

A propósito desta temática, e citando Maria Regina Quites, *“a imagem de vestir possibilita ao devoto uma relação mais próxima com ela, podendo realizar seus rituais de troca de roupas, de doações de vestes e perucas, numa relação mais próxima com o sagrado”³⁴²*. Neste contexto reforçamos a tese de que o fenómeno da apropriação do vestuário por parte dos leigos, demonstra uma legitimação do património processional terciário como uma herança da comunidade, já que as imagens desprovidas do seu vestuário perdem o seu conteúdo litúrgico e ficam reféns dos membros da Irmandade para compor o conjunto processional. Os trajes são ainda sinónimos de uma contextualização que pode ser alterada de imagem para imagem, de procissão para procissão, o que nos leva a concluir que para estas esculturas o «contexto» não pode estar dissociado das vestes que as mesmas suportam.

Com a exceção da ilha Terceira, a década de 1960 viria a marcar o epílogo da maioria das fraternidades da Ordem Terceira no arquipélago dos Açores, e conseqüente fim dos cortejos de penitência. No limiar do século XXI a função de vestir santos na ilha de S. Miguel é apenas executada na cidade da Ribeira Grande e por um pequeno grupo de crentes, que são os derradeiros elos de ligação à tradição franciscana secular de vestir santos. Caso as novas gerações não prossigam este hábito, como tudo leva a crer, dissipar-se-á a possibilidade de presenciarmos o fenómeno anual que possibilita a transformação das imagens de vestir em santos franciscanos.

Segundo os atuais participantes neste cerimonial, os passos efetuados atualmente na preparação das imagens de vestir não diferem muito do protocolo processional que os seus pais, tios e avós utilizavam. Essencialmente o que mudou foi a pouca adesão popular a este fenómeno, em especial o desinteresse das camadas mais jovens da população ribeira-

³⁴¹ Enxoval da imagem representando S. Ivo em 1859. Vd. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Inventário dos bens da Ordem Terceira de 1 de Agosto de 1859, assinado pelo comissário Pe. José Lopes Pereira.”

³⁴² Cf. Quites, 2006:280.

grandense. Até às décadas de 1970/80 ainda se conseguia reunir um grupo considerável de paroquianos nestas atividades, mas com o encerramento da antiga igreja conventual durante as últimas duas décadas, a indiferença da população acabou por predominar. Se numa primeira fase coube à Segunda Ordem Franciscana um papel preponderante na criação e comercialização de objetos estéticos e decorativos artificiais, que seriam depois usados nos andores, num segundo momento, e motivado pelos ventos liberais, essa tarefa recaiu na produção doméstica, chegando à atualidade sob a responsabilidade de empresas de floricultura, que passaram a usar flores naturais e assumiram a responsabilidade de preparar os próprios andores, o que acaba por imprimir uma dinâmica meramente comercial, sem o habitual vínculo ao templo religioso.

Na atualidade esta função é desempenhada conjuntamente por homens e mulheres, tendo sido cumprida nos últimos anos pelas senhoras Belmira Viveiros e Eduarda Almeida e ainda pelos senhores Armindo Rocha e Rui Barbosa, este último simultaneamente sacristão da Igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, paróquia que foi responsável pela preparação destas festividades no período de 1994 a 2012 devido ao encerramento da Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, pelas razões já citadas. Este grupo de crentes são os derradeiros elos de ligação à tradição franciscana secular de vestir santos.

Uma semana antes do momento solene iniciam-se os preparativos:

“ As imagens são retiradas do local onde se encontram guardadas durante o ano uma semana antes da procissão, verificando-se se estão em condições de participar na procissão (...) tiram-se as roupas novas, costuram-se vestes, se for necessário. As roupas que se encontravam colocadas nas imagens durante o ano são retiradas e lavadas, sendo depois guardadas dentro de sacos numerados com o nome do santo (...) a escolha dos trajes é feita em conjunto pelas pessoas que estão a preparar a procissão, algumas dessas vestes são doadas pela população. As imagens femininas normalmente têm várias camadas de roupa. Uma semana após a procissão, as imagens são despidas e guardas dentro de armários próprios, até ao novo ano, retomando o processo novamente.”³⁴³

³⁴³ Cf. Entrevista às Sr.^{as} Belmira Viveiros e Eduarda Almeida, 2011: gravação em suporte digital.

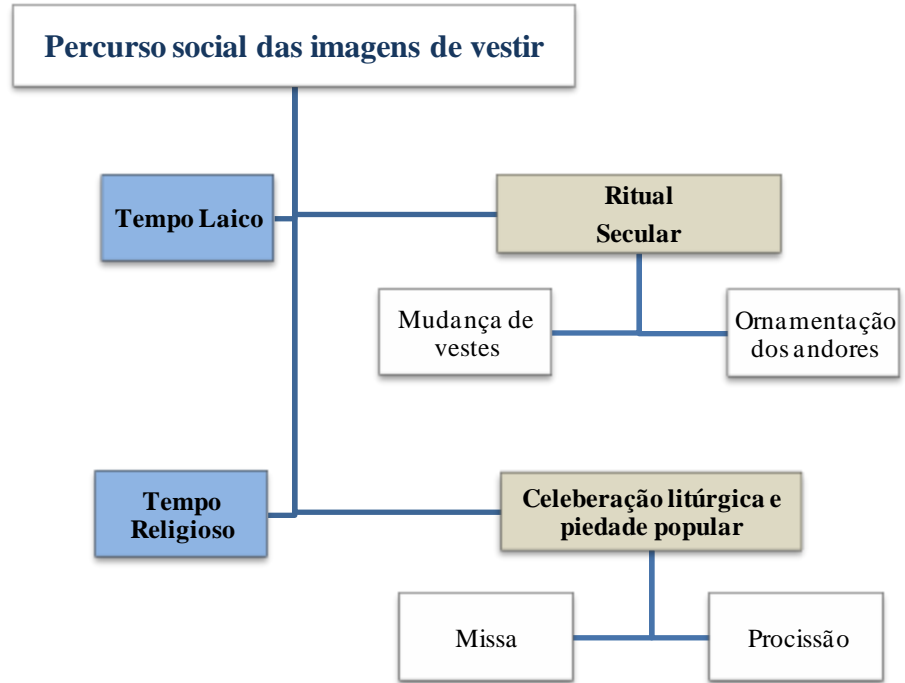


Fig. 111 – Organograma do processo social em que se encontram enquadradas as imagens de vestir.



Fig. 112



Fig. 113



Fig. 114



Fig. 115



Fig. 116



Fig. 117

Fig. 112 a 117 – Na semana anterior à procissão as imagens são retiradas do local onde se encontram armazenadas durante grande parte do ano. Este fenómeno ilustra a “dupla personalidade” das imagens, que vivem dois tempos distintos num único corpo. A mudança das vestes e a decoração que lhes é anexa ilustram bem as fraturas entre o tempo laico e o tempo religioso. São aplicadas roupas novas, costuram-se vestes antigas, caso seja necessário. As roupas que se encontravam colocadas nas imagens durante o ano são retiradas e lavadas, sendo depois guardadas dentro de sacos numerados com o nome do santo. A escolha dos trajes é feita em conjunto pelas pessoas que estão a preparar a procissão, algumas dessas vestes são doadas pela população. Fotografias Duarte Nuno chaves, 2011.



Fig. 118



Fig. 119



Fig. 120



Fig. 121



Fig. 122



Fig. 123

Fig. 118 a 123 –O ritual de preparação das imagens de vestir, para além de requerer a mestria dos devotos que ano após ano recriam este cerimonial, em alguns casos envolve a utilização de ferramentas para auxílio na desmontagem e montagem das imagens. Fotos: Duarte Nuno Chaves, 2011.



Fig. 124



Fig. 125



Fig. 126



Fig. 127



Fig. 128



Fig. 129

Figs. 124 a 129 – Após a preparação das esculturas processionais é a vez de guarnecer os andores, um processo que pode levar um dia de trabalho, já que a conjugação dos arranjos florais é outro dos elementos fulcrais em todo este processo. Se tempos houve em que cabia à Irmandade a responsabilidade na ornamentação dos grupos escultóricos, hoje devido aos novos paradigmas e à dificuldade em obter paroquianos disponíveis para estas tarefas, passou o trabalho a ser adjudicado a empresas da especialidade. Fotografias, Inês Ribeiro, 2011.

4. Programa hagiográfico e iconográfico da procissão dos Terceiros da Ribeira Grande

A procissão dos Terceiros da Ribeira Grande é atualmente constituída por 10 andores, expondo 13 esculturas processionais que narram os vários momentos da vida franciscana e apresentam a vida de alguns santos ligados à vivência terciária. A sua disposição no cortejo processional é a seguinte: 1º andar – Conjunto escultórico “Senhor dos Passos”, narrando o tema da Paixão de Cristo num dos momentos da Via Sacra; 2º andar – Conjunto escultórico “Curia”, momento da aprovação da Regra pelo Papa Inocêncio III; 3º andar – Conjunto escultórico “Senhor do Monte”, relatando os acontecimentos ocorridos no Monte Alverne em 1224³⁴⁴; 4º andar - São Francisco, em representação da Ordem dos Frades Menores; 5º andar – São Francisco Prostrado nas Silvas; 6º andar – São Roque, peregrino do século XIV, responsável por curas milagrosas de vítimas da peste; 7º andar – Santa Margarida de Cortona, penitente terciária do século XVIII; 8º andar – Santo Ivo, advogado, e mais tarde padre, que se notabilizou no apoio

³⁴⁴ No inventário dos Terceiros da Ribeira Grande de 1859, este andar vem descrito como “Monte Verde”. Tradicionalmente este episódio é conhecido como “Monte Alverne”, nome do monte onde S. Francisco recebe os estigmas, em Chiusi della Verna, na província de Arezzo, Itália. Vd. Inventário de 1859 do *Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Ribeira Grande* de 1 de Agosto de 1859.

jurídico aos mais pobres; 9º andar – Santa Isabel, Rainha de Portugal; 10º andar – Senhor dos Terceiros, imagem padroeira dos penitentes da cidade da Ribeira Grande.

As procissões de penitência chegaram a atingir quadros processionais com cerca de duas dezenas de andores. A título de exemplo, o cortejo de Ovar, em Portugal Continental, no século XIX era composto por 24 andores. No caso da Ribeira Grande o programa iconográfico mantém-se inalterável desde o século XIX, não foram descortinadas durante esta dissertação fontes que nos permitam discorrer sobre o quadro processional dos dois séculos anteriores. Sabemos apenas que os Terceiros já haviam saído em procissão com a imagem do Senhor dos Terceiros em meados do século XVII, e que até final de oitocentos as festividades religiosas foram uma importante atividade desta Fraternidade. A segunda metade do século XX virá a representar uma acentuada diminuição no número de imagens a sair em procissão, sendo que em 2010 apenas saíram 5 andores³⁴⁵.

³⁴⁵Tradicionalmente os programas iconográficos das procissões de Terceiros são compostos pelos santos titulares das três ordens franciscanas e ainda por algumas imagens marianas, a saber: N.ª Sr.ª; S. Francisco abraçado a Cristo; St.ª Clara de Assis; St.º António de Lisboa; St.ª Isabel da Hungria; S. Luís Rei de França; S. Lúcio e St.ª Boana, compondo o andar dos Bem-Casados; St.ª Rosa de Viterbo e em alguns casos S. Domingos. Levantamento efetuado após análise dos programas iconográficos das procissões de Ovar e S. Vicente da Beira.

4.1. Santo Cristo dos Terceiros

CATEGORIA	Escultura	
SUBCATEGORIA	Escultura pleno vulto	
DENOMINAÇÃO	<i>Senhor à Coluna/Senhor dos Terceiros</i>	
SÉCULO	XVII	
PESO		
DIMENSÕES	<p>Altura – 173 cm</p> <p>Largura – 63 cm</p> <p>Comprimento – 35cm</p>	

Fig. 130

Imagem padroeira da Procissão dos Terceiros na Ribeira Grande, vulgarmente conhecida nesta localidade de S. Miguel como o *Senhor dos Terceiros*. Esta é uma escultura de pleno vulto do século XVII representando um dos momentos da “Vida de Cristo”, facto inserido nos Mistérios Dolorosos do Santo Rosário, no qual é descrita a flagelação de Jesus Cristo atado à coluna, caracterizando o seu martírio e sofrimento³⁴⁶.

Como a totalidade desta coleção processional esta escultura é de autor desconhecido, sabemos no entanto que a sua produção artística, segundo Agostinho de Monte Alverne, foi executada numa oficina do reino e terá chegado ao Porto de Santa iria no dia 8 de junho de 1664, como atestam as “Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores”, tendo provavelmente regressado na centúria seguinte para sofrer trabalhos de reencarnação. No original do manuscrito existe ainda uma anotação que ficou ininteligível, mas que na cópia de José Torres, menciona o seguinte: “ *O mesmo sucedeu à imagem do Santo Cristo, que ia daqui para encarnar de novo; foi cativa no ano de 17. (...) e se resgatou à custa de... ano de 17... (...)*”³⁴⁷.

O percurso recente desta escultura apresenta novos episódios, nomeadamente os ocorridos nas duas últimas décadas: em 1994 devido às já mencionadas obras de restauro da antiga igreja conventual, esta escultura, e por acordo da SCMRG, foi transferida para a

³⁴⁶ Vd. Tworuschka, 2010:35-40.

³⁴⁷ Cf. Monte Alverne, 1994: 315-316.

igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, onde permaneceu até 2012, retomando a tradição processional dos Terceiros na Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe no próximo ano de 2013.

4.2. São Francisco Prostrado nas Silvas

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Imagem de pleno vulto com aplicação de vestes
DENOMINAÇÃO	<i>S. Francisco nu nas silvas</i>
SÉCULO	XIX
PESO	18000 g
DIMENSÕES	Altura – 152 cm
	Largura – 73 cm
	Comprimento – 45 cm



Fig. 131

Trata-se de uma das mais peculiares imagens deste acervo processional, não só pelo seu impacto social, mas também por estarmos na presença de uma escultura de pleno vulto que no seu contexto original contempla a aplicação de têxteis. A representação de “S. Francisco Prostrado nas Silvas” atravessou um longo período em que não esteve presente aos olhares da comunidade ribeira-grandense, como já relatado em capítulo anterior. A nudez, aqui aliada à penitência, foi um símbolo utilizado por S. Francisco para marcar o começo e o fim da sua vida convertida.

Ao longo da nossa pesquisa não encontramos abundantes menções a este episódio do imaginário franciscano, bem como à existência da respetiva escultura alusiva ao acontecimento. A sua existência será atualmente rara em Portugal, no entanto podemos destacar as procissões de Ponta Delgada, em S. Miguel, Açores, mas que deixou em pleno século XIX de possuir esta imagem no cortejo, e a Procissão dos Terceiros de Ovar, que atualmente apresenta um andor homólogo ao da Ribeira Grande. Outras procissões que tivemos oportunidade de pesquisar, como a que se realiza no Convento de Nossa Senhora e Santo António de Mafra, na Vila de Mafra, e ainda a Procissão de Cinzas, em

Câmara de Lobos, ilha da Madeira, não possuem nenhum andor associado a esta ocorrência³⁴⁸.

4.3. Conjunto da Cúria

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Grupo escultórico/não agregado
DENOMINAÇÃO	Cúria
SÉCULO	XVIII
PESO/grupo escultórico	>100000 g
DIMENSÕES/grupo escultórico	Altura – 233 cm Largura – 115 cm Comprimento – 324 cm
Papa Inocêncio III (Imagem de corpo inteiro)	Altura – 140 cm Largura - 53 cm Comprimento – 84 cm
S. Francisco (Imagem de roca)	Altura – 121 cm Largura – 45 cm Comprimento – 44 cm



Fig. 132

O presente quadro ilustra os acontecimentos ocorridos em 1209, quando Francisco, juntamente com onze companheiros se dirigiu a Roma, onde após alguma insistência obtém do Papa Inocêncio III a aprovação da Proto-Regra, também conhecida como a primeira “forma de vida”, que seria confirmada em 1223 pela Regra Bulada do Papa Honório III. Seria assim fundada a família franciscana composta por três Ordens: Ordem dos Frades Menores (OFM), Ordem das Senhoras Pobres ou Ordem de Santa Clara, sendo ainda criada pelo Patriarca de Assis a Ordem dos Irmãos e Irmãs da Penitência, denominada de Ordem Terceira de São Francisco³⁴⁹.

Em termos de representação iconográfica, este é um grupo escultórico não agregado, composto por duas imagens situadas sobre a mesma plataforma (andor). A imagem que representa S. Francisco é de roca (busto) e assenta numa estrutura cónica de

³⁴⁸ Relativamente às procissões de Ovar e Mafra, efetuámos uma observação participativa, no que concerne à procissão de Câmara de Lobos, Vd. Dicionário *Histórico, Corográfico e Biográfico de Câmara de Lobos*, disponível em: http://www.concelhodescamaradelobos.com/dicionario/index_dicionario.html

³⁴⁹ Vd. Melícias, 2009:230-231.

ripas e gradeado, exceto peito, mãos e cabeça, sendo os braços articulados e divididos em dois conjuntos de articulações, uma ao nível do ombro e a outra no antebraço, estando a mesma representada na situação de ajoelhado. A figuração do Papa Inocência III, assente numa cadeira de madeira, é composta por uma imagem de corpo inteiro articulada nos membros superiores, entalhada e policromada de forma completa na cabeça, mãos, pés, e de forma menos pormenorizada no resto do corpo. Ao nível dos têxteis encontram-se caracterizadas com o tradicional hábito franciscano e as vestes papais, respetivamente.

4.4. Conjunto escultórico Senhor do Monte

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Grupo escultórico/não agregado
DENOMINAÇÃO	<i>Senhor do Monte</i>
SÉCULO	XVIII
PESO/grupo escultórico	>100000 g
DIMENSÕES	Altura – 233 cm
Grupo escultórico	Largura – 115 cm
	Comprimento – 324 cm
Cristo crucificado	Altura – 103 cm
(Escultura de pleno vulto)	Largura - 71 cm
	Cruz – 233X80X30cm
S. Francisco	Altura – 125 cm
(Imagem de roca)	Largura – 54 cm
	Comprimento – 40cm



Fig. 133

Representação de um dos momentos marcantes no percurso e espiritualidade de S. Francisco de Assis, no qual, segundo os seus cronistas, dois anos antes da sua morte, em 1224, se dirigiu para o Monte Alverne de modo a dedicar-se à oração e ao jejum, acabando por ter uma visão na qual recebeu a impressão das cinco chagas de Cristo Crucificado, que o acompanharam até à sua morte no convento de Porciúncula em 1226. Esta ocasião é considerada como a primeira vez em que um cristão é estigmatizado³⁵⁰.

³⁵⁰ Cf. http://www.ofs.pt/francisco_assis.html

Estamos na presença de uma cena composta por um grupo escultórico não agregado, constituído por duas imagens amovíveis situadas sobre a mesma plataforma (andor). Uma das imagens é de roca (busto), representado São Francisco de Assis, assente numa estrutura cónica de ripas e gradeado, exceto peito, mãos e cabeça, sendo os braços articulados e divididos em dois conjuntos de articulações, uma ao nível do ombro e a outra no antebraço, tendo ainda a representação de 2 pernas com canela e pé. A imagem encontra-se representada na posição de ajoelhado. A outra imagem é uma escultura de pleno vulto, numa figuração tradicional de Cristo Crucificado em madeira dourada e policromada. A escultura encontra-se fixa com cavilhas de ferro a uma cruz latina de madeira, sendo secundada pela representação de uma nuvem.

4.5. Conjunto escultórico Senhor dos Passos

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Grupo escultórico/não agregado
DENOMINAÇÃO	<i>Senhor dos Passos</i>
SÉCULO	XVIII
PESO/grupo escultórico	>800000 g
DIMENSÕES	Altura – 184 cm
Grupo escultórico	Largura – 88 cm
	Comprimento – 195 cm
Jesus Cristo (imagem de roca)	Altura – 150 cm
	Largura – 45 cm
Cruz x 2	Comprimento – 50 cm
	172X62,5X11/cm
S. Francisco (imagem de roca)	Altura – 153 cm
	Largura – 65 cm
	Comprimento – 50 cm



Fig. 134

Em tempo de Quaresma o presente quadro mostra o tema da “Paixão”, assunto recorrente na narrativa dos Terceiros, agora associado à penitência como meio de identificação com o sofrimento de Jesus em plena 2ª Estação da Via Sacra. A cena expõe a imagem de S. Francisco caminhando atrás do Nosso Senhor dos Passos, carregando igualmente uma cruz às costas, suportando desta forma as mesmas dores que Jesus Cristo

sentiu no seu percurso até ao Calvário. Esta temática, tão prezada para os franciscanos, chama-nos para o essencial de vida em penitência, como forma de atingir a purificação através dos elementos do sacramento da penitência: contrição, confissão, satisfação e absolvição³⁵¹.

Em termos iconográficos estamos na presença de um conjunto escultórico composto por duas imagens de roca e duas cruzes de dimensão idêntica à das respetivas representações. Em meados do século XIX já estas duas imagens constavam no inventário da Ordem Terceira da Ribeira Grande, pertencendo ao mesmo andor. Na segunda metade do século XX, por motivo de degradação de parte da estrutura, estas imagens acabaram por deixar de participar na procissão. Retornam à procissão em 2013.

4.6. São Francisco

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Imagem de vestir/roca
DENOMINAÇÃO	<i>Penitência</i>
SÉCULO	XVIII
PESO	24000 g
DIMENSÕES	Altura – 162 cm Largura – 54 cm Comprimento – 42 cm



Fig. 135

A participação de um quadro escultórico mencionando o Patriarca de Assis numa procissão de penitência, tem para além do seu caráter de evangelização, um peso histórico na narrativa de vida deste frade mendicante, fundador da OFM “os Irmãos Menores”. Nascido na cidade de Assis (1181-1226 e canonizado em 1228), Francesco Bernardone, filho de um rico comerciante desta localidade, viria a ser uma das mais carismáticas figuras da Igreja. Desde a capela de Porziuncola, em Santa Maria degli Angeli, perto de Assis, que Francisco e os seus companheiros, empreenderam uma missão de grande alcance,

³⁵¹ Cf. *Celebração da Penitência*, s/d: 15-18.

primeiro por toda a Itália e mais tarde, em 1219, pelo Oriente, quando S. Francisco acompanhou os cruzados de Gautier de Brienne ao Egito, difundindo a OFM por todo o mundo cristão da época³⁵². Em 1223 festejou a noite de Natal num bosque de Greccio, perante um presépio armado, tornando-se os seus seguidores responsáveis pelo culto do presépio assim como o conhecemos nos dias de hoje³⁵³.

Em termos iconográficos esta imagem de S. Francisco encontra-se vestida com o hábito franciscano, típico dos Observantes, estando as mãos representadas com os estigmas. A imagem é de roca, composta por um jogo de braços amovíveis, divididos em dois conjuntos de articulações, uma ao nível do ombro e a outra no antebraço. Não nos foi possível apurar a data em que pela última vez esta representação saiu em procissão, mas desde o início da década de 1990 que a mesma se encontra arrecadada num compartimento da igreja conventual. Está prevista a sua participação na procissão de 2013.

4.7. São Roque

CATEGORIA	Escultura	
SUBCATEGORIA	Imagem de vestir/corpo inteiro roca	
DENOMINAÇÃO	<i>S. Roque</i>	
SÉCULO	XIX	
PESO	19000 g	
DIMENSÕES	Altura – 165 cm Largura – 70 cm Comprimento – 41 cm	

Fig. 136

A devoção à imagem interpretando a figura de S. Roque é parte integrante do universo franciscano secular, sendo aliás presença habitual nas manifestações processionais de Terceiros. Santo venerado pelo mundo católico como padroeiro dos romeiros e de várias profissões ligadas à medicina e à luta contra as epidemias, é ainda orago de diversas comunidades um pouco por todo o mundo. Quanto ao percurso de vida

³⁵² Cf. Attwater, 2002: 167-168.

³⁵³ Cf. Tavares, 1990: 59-60.

deste peregrino do século XIV, originário de Montpellier do Languedoc, não existem fontes que confirmem que este tenha sido um irmão da penitência ou que tenha uma relação direta com os Irmãos Menores, apesar de ter vivido parte da sua vida como um peregrino mendicante. Os seus dados biográficos são algo incertos, quer seja o seu próprio nome, provavelmente *Roch de Montpellier*, quer seja a própria cronologia da sua vida³⁵⁴.

Relatos lendários apontam para que se tenha notabilizado aquando de uma peregrinação a Roma, na luta contra uma epidemia de peste que surgiu no norte de Itália. Terá sido, inclusive, colhido pela doença em Piacenza, e depois socorrido por um cão. Recuperado regressa à sua terra natal, mas os seus familiares não o reconhecendo e suspeitando que fosse um espião lançaram-no na prisão, onde acabou por morrer³⁵⁵.

Iconograficamente esta imagem integrante do acervo dos Terceiros da Ribeira Grande é representada com os elementos que caracterizam a representação de S. Roque: o bordão do qual pende uma cabaça, o joelho esquerdo desnudado, sendo visível uma ferida provocada pela peste, e um cão deitado ao seu lado, que neste caso específico se encontra sobre um crânio.

4.8. Santo Ivo

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Imagem de vestir/corpo inteiro roca
DENOMINAÇÃO	<i>Santo Ivo</i>
SÉCULO	XIX
PESO	18000g
DIMENSÕES	Altura – 174 cm
	Largura – 64 cm
	Comprimento – 65 cm



Fig. 137

Ivo Hélyory de Kermartin, santificado como Santo Ivo (1253-1303), canonizado em 1347), foi um frade franciscano nascido na Bretanha, França, filho de um proprietário bretão, que aos 14 anos o enviou para as Universidades de Paris e de Orleães onde se formou em Filosofia e Teologia, Direito Civil e Direito Canónico. Ao regressar à sua terra

³⁵⁴ Cf. Attwater, 2002: 355-356.

³⁵⁵ Cf. Tavares, 1990: 127-128.

natal é nomeado Juiz do Tribunal Diocesano para o Bispo de Rennes, e mais tarde para o Bispo de Tréguier. Nos vários cargos ocupados veio a distinguir-se na luta pelos interesses dos mais desfavorecidos e pelo seu espírito conciliador. Em 1287 Ivo tornou-se padre e simultaneamente um exemplo de vida, dedicando-se por completo aos seus paroquianos. Devido a esta consciência compassiva ficou conhecido como o “advogado dos pobres”, tornando-se Patrono dos Notários, Advogados e Juizes. Faleceu em Louanne aos 50 anos³⁵⁶.

De 1994 a 2011 esta imagem de vestir não saiu em procissão devido a problemas de degradação acentuada do seu suporte, estando atualmente a sofrer um intervenção de restauro, como aliás acontece com os restantes “santos de vestir” dos Terceiros da Ribeira Grande. Representação escultórica do século XIX é uma das mais peculiares esculturas desta coleção, não só pela expressividade das suas feições, mas também pela utilização de ferragens nos braços e pelas duas barras de ferro cilíndricas que ligam a imagem à base de madeira. Em termos iconográficos encontra-se disposto com uma batina, tendo como atributo um livro na mão esquerda. Geralmente são ainda atributos desta representação: uma balança, símbolo alusivo à justiça, ou um processo enrolado numa das mãos³⁵⁷.

4.9. Santa Margarida de Cortona


CATEGORIA	Escultura	
SUBCATEGORIA	Imagem de vestir/ roca	
DENOMINAÇÃO	<i>St^a Margarida de Cortona</i>	
SÉCULO	XVIII	
PESO	17000g	
DIMENSÕES	Altura – 153 cm	
	Largura – 54 cm	
	Comprimento – 46 cm	

Fig. 138

Mais um quadro do imaginário mendicante, este protagonizado por St.^a Margarida de Cortona, nascida em Laviano, Toscana, Itália (1247-1297), canonizada em 1728. Devido à morte da mãe quando esta tinha 7 anos, foi criada por uma família pobre. A sua beleza levou a que Margarida tivesse sido seduzida por um nobre Montepulciano quando

³⁵⁶ Cf. Attwater, 2002: 167-168.

³⁵⁷ Cf. Tavares, 1990: 79

tinha 18 anos. Até aos 27 anos foi amante deste nobre a quem deu um filho. Após a morte violenta do amante, em 1273, ela e a criança foram acolhidas por uma família de Cortona, local onde passaria o resto dos seus dias. Por esta altura viria a ingressar no movimento de Terceiros Franciscanos, tendo sido responsável por um conjunto de obras de caridade. Mas o seu passado e as murmurações maliciosas ligadas à sua anterior ligação amorosa nunca a abandonaram. Acabou por passar os seus últimos anos em completa reclusão, sendo-lhe atribuídas várias ocorrências sobrenaturais³⁵⁸.

Como suporte para a representação desta passagem relativa ao mundo terciário, temos uma imagem de roca articulada, dividida em dois conjuntos de articulações, uma ao nível do ombro e a outra no antebraço. O corpo da obra encontra-se embutido numa estrutura cónica de ripas e gradeado, assente num plinto circular em madeira. Como facto de registo devemos destacar que esta escultura ostenta uma cabeleira de cabelos naturais.

Como atributos, normalmente é representada de franciscana, com um crânio na mão, um cilício e umas vergastas, como alusão à sua penitência³⁵⁹. Infelizmente os atributos e vestes desta imagem, devido ao adiantado estado de degradação, acabaram por ficar inutilizados.

4.10. Rainha Santa Isabel de Portugal

CATEGORIA	Escultura
SUBCATEGORIA	Imagem de vestir/ roca
DENOMINAÇÃO	<i>Rainha St^a Isabel</i>
SÉCULO	XIX
PESO	17000g
DIMENSÕES	Altura – 160cm
	Largura – 55cm
	Comprimento – 40cm



Fig. 139

A representação da Rainha St.^a Isabel de Portugal (1271-1336), canonizada em 1626, e de sua tia materna, a Princesa Isabel da Hungria (1207-1231), canonizada em 1235, esta última padroeira dos Terceiros, é uma constante nas procissões terciárias em Portugal

³⁵⁸ Cf. Attwater, 2002:280.

³⁵⁹ Cf. Tavares, 1990: 100-101.

e restante mundo católico, sendo que no caso específico da Ribeira Grande só chegou aos nossos dias a encenação da vida de Isabel de Aragão, rainha portuguesa ³⁶⁰.

Apesar de nunca ter sido uma irmã terceira, o seu vínculo ao espírito franciscano foi desde sempre notório, ficando a sua intervenção ligada a várias obras de caridade. Até aos nossos dias perdurou, no entanto, a lenda do Milagre das Rosas que caracteriza, aliás, todas as suas cenas iconográficas. No final da sua vida, e após enviuar em 1325, retirou-se para uma casa em Coimbra, junto ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, mantendo assim uma forte ligação às freiras clarissas. A sua vida terá tido tanto de piedosa como de conciliadora de conflitos, nomeadamente o originado pela disputa entre D. Diniz e o seu filho Afonso, herdeiro do trono e futuro rei. No final da sua vida foi ainda mediadora na guerra entre o seu filho D. Afonso IV e o rei D. Afonso XI de Castela, seu neto ³⁶¹.

Iconograficamente encontra-se vestida com trajes de rainha, embora também se possa achar trajada de clarissa. Os seus atributos são a coroa e uma abada de rosas, como alusão ao Milagre das Rosas ³⁶².

5. O CORTEJO PROCESSIONAL NOS SÉCULOS XX e XXI

5.1. A Procissão e a Zona Histórica da cidade da Ribeira Grande

Em 10 de junho de 1664 a imagem do Senhor dos Terceiros percorre a primeira etapa processional da sua história, entre o Porto de Santa Iria e a Igreja Matriz da Estrela, tendo dois dias mais tarde sido conduzida pelo povo, em procissão, através das principais artérias da vila da Ribeira Grande, visando como destino final o convento franciscano desta localidade. Agostinho de Monte Alverne sobre este episódio diz que terá sido realizado um sermão pelo padre João Madeira, da Companhia de Jesus, tendo como tema “*Ascendit Jesus in naviculam transfretavit et venit in suam*”, “Entrou Jesus no barco, atravessou o mar e veio à sua cidade” ³⁶³. A tradição de conduzir em cortejo processional a dita imagem, e outras que foram sendo adquiridas ao longo dos tempos, sempre se manteve na Ribeira Grande, de acordo com o que acontecia com outras fraternidades, um pouco por todo o

³⁶⁰ A propósito de Isabel da Hungria, contemporânea de S. Francisco e Padroeira da Ordem Terceira, não faz parte do programa iconográfico dos Terceiros ribeira-grandenses, podemos apenas afiançar que no inventário da Ordem mais antigo, datado de 1854, apenas faz referência a uma imagem de St^a. Isabel, mas de Portugal.

³⁶¹ Sobre esta temática, Vd. Attwater, 2002: 169.

³⁶² Cf. Tavares, 1990. 79.

³⁶³ Cf. Monte Alverne, 1994:316.

reino. O hábito de se realizar uma missa antes e após o ato processional mantém-se nos dias de hoje, mas agora com a presença dos Irmãos da Misericórdia, em substituição dos Irmãos Terceiros, já que a Misericórdia local é a atual proprietária do acervo processional. No entanto continuam a afluir ao centro da cidade vários populares no dia da solenidade para assistir às celebrações.



Fig. 140 – A celebração da missa com a participação dos Mesários da SCMRG.

Fotografia de Inês Ribeiro, 2011.

As procissões de penitência realizadas na ilha de S. Miguel pelos leigos franciscanos até ao século XIX, sempre se caracterizaram pelo seu carácter urbano, muito devido ao facto de as fraternidades de Terceiros se terem desenvolvido junto aos conventos da OFM, nomeadamente aquelas dos quais nos chegam relatos pormenorizados: Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande³⁶⁴. Este carácter citadino esteve certamente associado aos elementos da elite local, situação que naturalmente potenciou a que o cortejo processional se tenha disposto ao longo das principais artérias e edifícios do poder religioso, municipal e económico destas localidades.

³⁶⁴ Como já mencionado em capítulo anterior, esta situação não foi linear em outras ilhas, caso da Terceira, em que esta manifestação também se realizou em espaço rural.

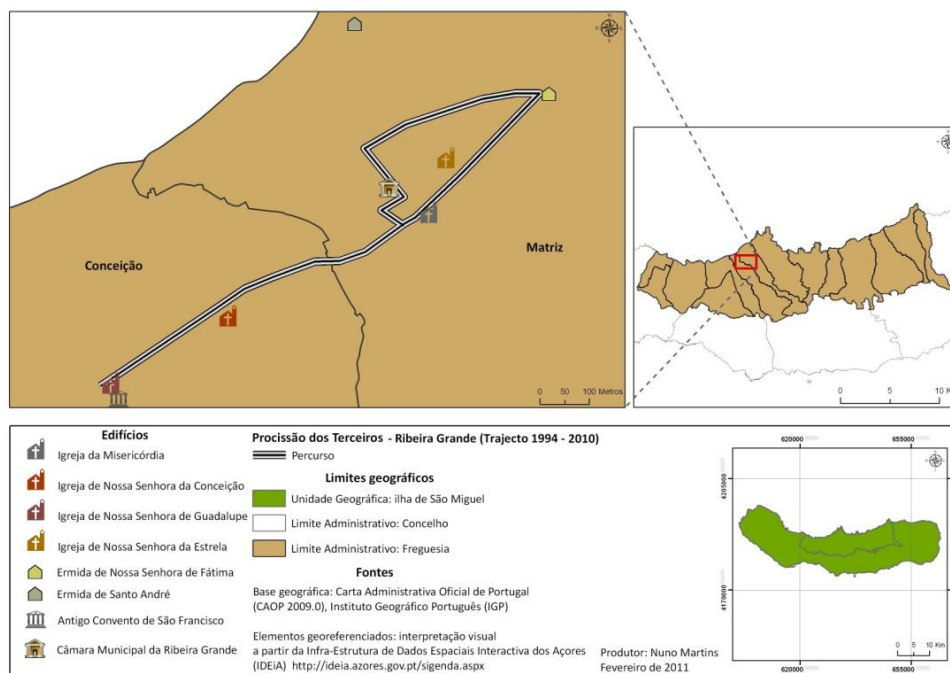


Fig. 141 – Representação do atual trajeto da Procissão dos Terceiros na cidade da Ribeira Grande.

O percurso utilizado pela Procissão dos Terceiros durante grande parte da primeira metade do século passado, reflete o atual perímetro da Zona História da cidade da Ribeira Grande, que é atravessado pela Rua Direita e tem como ponto de demarcação, a poente, o próprio Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe. Dentro desta zona histórica podemos contemplar um vasto património arquitetónico dos séculos XVII e XVIII, abrangido pelas freguesias da Conceição e da Matriz, e delimitado pelo já mencionado convento franciscano a poente, o Largo do Rosário a nascente, a sul o Largo das Freiras e a norte o Forte de N.ª Sr.ª da Estrela.

São ainda de destacar um conjunto de imóveis marcantes na malha urbana desta cidade e que são visitados pela procissão, tais como: o antigo Convento e Igreja Conventual de invocação a N.ª Sr.ª de Guadalupe (séc. XVII), Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição (séc. XVIII), Igreja da Misericórdia (séc. XVIII), Ermida de N.ª Sr.ª de Fátima (séc. XVIII), Igreja de N.ª Sr.ª da Estrela (construção inicial no século XVI, embora a sua atual feição date do século XVIII), edifício da Câmara Municipal da Ribeira Grande (construção inicial séc. XVI/XVII) e, finalmente, o Teatro Ribeira-grandense (séc. XX)³⁶⁵.

O trajeto percorrido pela procissão tem vindo a estar condicionado pelo número, cada vez mais diminuto, de andores que compõem o cortejo. As últimas procissões que se

³⁶⁵ Vd. *Inventário do Património Imóvel dos Açores, Ribeira Grande, S. Miguel*.

realizaram, desde a permanência da imagem do Senhor dos Terceiros na Igreja de N.^a Sr.^a da Conceição (1994-2011), cumpriram um percurso que teve esta igreja como local de partida e regresso, seguindo pela Rua Direita em direção à Igreja da Misericórdia, onde efetua uma primeira paragem para agradecer os sinos a rebate deste templo, subindo de seguida a Rua do Passal, contornando o Largo do Rosário, pelo que desce a Rua das Pedras e entra na Rua da Praça, contornando o edifício da Câmara pela frente, virando de seguida para o Largo 5 de Outubro e atravessando a Rua El-Rei D. Carlos I, e regressando à Rua de N.^a Sr.^a da Conceição, para o termo da procissão.

No percurso anterior a 1994, e tendo a Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe como local de acolhimento da procissão, esta subia a Rua do Vencimento, entrava na Rua das Rosas e descia a Rua de São Sebastião, entrando na Rua Vigário Matias, pelo que atravessava a Rua da Salvação e subia a Rua do Botelho, entrava na Rua de São Vicente, atravessava a Rua da Ponte Nova e o Largo das Freiras, descia a Rua das Freiras e a Rua do Espírito Santo, seguindo a partir daqui o percurso atual³⁶⁶.

No dia 14 de abril de 2012, a imagem do Santo Cristo dos Terceiros, após quase 20 anos de permanência na Paróquia da Conceição, regressou à casa que a acolheu há 348 anos, a Igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, tendo este percurso de poucos metros sido feito em procissão acompanhada pela população do concelho.



Fig. 142 – A Procissão dos Terceiros na cidade da Ribeira Grande no ano de 2011.

³⁶⁶ Vd. Sardinha, 2009.



Fig. 143 – Na atualidade os Romeiros e o Corpo de Bombeiros são responsáveis por transportar os andores .
Fotografias de Duarte Nuno Chaves e Inês Ribeiro, 2011.

5.2. O presente e o futuro – novos paradigmas

O século XX marcou o declínio não só da Ordem Terceira da Penitência, mas também do cortejo processional de penitência, agora num contexto sociocultural diferente daquele que o viu proliferar. Porém, os “Santos de Vestir” que compõem esse mesmo cortejo permanecem os mesmos, agora um pouco mais consumidos pela erosão dos séculos, continuando no entanto a percorrer as ruas de algumas localidades açorianas, como é o caso da cidade da Ribeira Grande, em que ano após ano, associado a novos paradigmas, este fenómeno perdura há cerca de trezentos anos³⁶⁷.

A recriação desta procissão em pleno século XXI, insere-se agora numa lógica de sustentabilidade cultural do Centro Histórico da Ribeira Grande, em especial no que toca à reabilitação da Rua Direita, que se estende desde a Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe até ao Teatro Ribeira-grandense, numa extensão de cerca de 620 metros. O projeto levou a edilidade local a inserir neste espaço o restauro da Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, futuro Centro Interpretativo do Franciscanismo nos Açores. O cortejo dos penitentes da Ribeira Grande passa a estar não só agregado a uma unidade museológica, mas também inserido num cartaz turístico, capaz de atrair à Ribeira Grande mais visitantes. Pretende-se ainda

³⁶⁷ Cf. Chaves, 2012.

cumprir uma função pedagógica, de modo que o espaço do futuro museu e a própria procissão se possam interligar aos diversos polos museológicos deste concelho açoriano, comungando de um paradigma que pretende relacionar os contextos históricos, os fluxos turísticos e a dinâmica do mercado urbano de lazeres e renovação identitária³⁶⁸.



Fig. 144 – A Procissão dos Terceiros a caminho de novos paradigmas. A recriação desta procissão, em pleno século XXI, insere-se também numa lógica de sustentabilidade cultural do Centro Histórico da Ribeira Grande, em especial no que toca à reabilitação da Rua Direita. Foto Inês Ribeiro, 2011.

A Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, para além do seu teor religioso encontra-se, nos dias de hoje, inserida num contexto de turismo urbano contemporâneo ligado às práticas de lazer. Este tipo de turismo encontra-se cada vez mais associado ao turismo histórico e patrimonial, dependendo da existência de cenografias que estimulem a atividade sensorial dos turistas³⁶⁹. *Os “centros históricos”, enquanto dimensão da metalinguagem do património, prestam-se a ações pedagógicas, turísticas, políticas,*

³⁶⁸ O projeto devolveu a Rua Direita às pessoas, com a criação de passeios largos, com a passagem da via para sentido único, a restrição do estacionamento necessário às estruturas de serviço existentes. A requalificação urbanística da Rua Direita está inserida no Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico, já em vigor. Com este plano todas as intervenções no centro histórico passam a ser feitas de forma integrada, a nível de redes de saneamento básico (águas de abastecimento e residuais domésticas e pluviais, iluminação pública, pavimentação de arruamentos e praças e arranjos paisagísticos dos espaços). Sobre o “Projeto de Reabilitação da Rua Direita”, na cidade da Ribeira Grande, consulte-se sítio na Internet da CMRG.

³⁶⁹ Cf. Frias; Peixoto, 2001: 162.

*económicas e de experiências técnicas e sociais de ponta*³⁷⁰. Ainda, segundo Paulo Peixoto, esta nova dinâmica patrimonial pode funcionar como uma forma de reanimar o presente, através da atribuição de uma segunda vida a um passado mais ou menos inerte e supostamente longínquo³⁷¹.

Todo este processo de reabilitação da presença das ordens franciscanas no concelho da Ribeira Grande, foi realizado em duas fases distintas. O primeiro momento teve o seu início em 2006, num projeto patrocinado pela SCMRG, entidade proprietária do imóvel que albergou o antigo Convento da OFM nesta região, e responsável pela realização da Procissão dos Terceiros há várias décadas. Em termos científicos, o projeto foi coordenado desde o seu início pela investigadora da UAç, Prof. Doutora Susana Goulart Costa, tendo contado com o apoio do Dr. João Paulo Constância, que simultaneamente coordenou os trabalhos de pré-inventário do espólio do antigo espaço conventual, com o auxílio dos alunos da licenciatura em Património Cultural, da Universidade dos Açores nos anos de 2007 e 2008. Em 2009, a Dra. Tânia Sardinha, ao abrigo do programa “Estagiar L”, efetua um levantamento de informações nos Arquivos da Ordem Terceira da Ribeira Grande e Misericórdia local. No mesmo ano, os então estagiários da licenciatura em Património Cultural, António Silveira e Duarte Nuno Chaves, desenvolvem o trabalho de inventário do acervo existente na Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, sob a orientação do Dr. João Paulo Constância.



Fig. 145



Fig. 146

Figs. 145, 146 – Em 2009 desenvolvem-se os trabalhos de inventário do acervo existente na igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, sob a orientação do Dr. João Paulo Constância. Fotografias de António Silveira e Duarte Nuno Chaves, 2009.

³⁷⁰ Cf. Peixoto, 2003: 214.

³⁷¹ Idem Ibidem.

Fig. 147 – Base de dados digital do acervo existente na igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe.

Em 26 de maio de 2012 inicia-se uma nova etapa neste processo de reabilitação do património franciscano, com a assinatura do contrato de cedência de utilização da Igreja do Convento da N.ª Sr.ª de Guadalupe, entre o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Dr. Ricardo Silva, e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Sr. Cabral de Melo (Fig. 140). Com este acordo, a autarquia passou a assumir as responsabilidades de remodelação, restauro e conservação do imóvel e todo o seu acervo, com vista a criar um futuro “Museu Vivo do Franciscanismo” nos Açores.

Nas nossas palavras finais queremos destacar a importância da transformação deste espaço religioso em unidade museológica, que terá como obrigação um importante contributo para o conhecimento de um elemento essencial da identidade histórica do arquipélago dos Açores – as “Ordens Religiosas na dinâmica insular”. A materialização da dimensão evangelizadora, pedagógica e cultural da Ordem de S. Francisco, fica assim salvaguardada, através das componentes do património material e imaterial referentes às atividades dos leigos franciscanos, não só no que diz respeito à cidade da Ribeira Grande, mas essencialmente numa amplitude arquipelágica.

Ao nível da passagem de testemunho para as novas gerações deste espaço cultural, será de destacar a responsabilidade pela recolha de testemunhos e registos visuais da Procissão dos Terceiros e dos seus preparativos, de forma a assegurar a continuidade da

sua divulgação, também num contexto museográfico³⁷². Este processo levará à intervenção de equipas multidisciplinares, constituídas por técnicos habilitados em várias áreas, tais como: Arquitetura, Conservação e Restauro, Engenharia, História, Museologia e Património Cultural.



Fig. 148 – Assinatura do contrato de cedência de utilização da Igreja do Convento da N.^a Sr.^a de Guadalupe, entre os representantes da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

Fotografia: CMRG, 2012.

³⁷² Cf. *Programa Museológico do Museu Vivo do Franciscanismo*, 2012.

CONCLUSÃO

Ao longo da nossa dissertação, e em jeito de conclusão, acreditamos ter contribuído para um melhor conhecimento das várias etapas cronológicas vividas pela Fraternidade da Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande, bem como para um aprofundamento do conhecimento histórico sobre a dinâmica e organização do movimento de leigos franciscanos neste território insular. Foi ainda propósito deste trabalho, analisar e divulgar um conjunto de dados patrimoniais que abrangeram a herança material e imaterial desta comunidade religiosa.

O desenvolvimento desta investigação não seria possível sem a consulta do importante acervo documental da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Ribeira Grande, depositado no AMRG, bem como uma análise cuidada à obra de Fr. Agostinho de Monte Alverne, cronista que viveu na primeira pessoa o fenómeno do movimento leigo franciscano no arquipélago dos Açores. As conclusões agora apresentadas, representam o prosseguimento de estudos, que antes de nós já tinham sido feitos sobre esta temática, como já referido no primeiro capítulo desta dissertação.

A questão genérica ligada à implantação dos Terceiros no arquipélago dos Açores, foi abordada no primeiro capítulo da dissertação, onde, segundo a narrativa de Fr. Agostinho de Monte Alverne, concluímos que a presença dos penitentes nos Açores, aconteceu cento e oitenta anos após a chegada das duas primeiras ordens franciscanas no arquipélago, mais concretamente em Ponta Delgada, com a tomada de hábito dos primeiros Irmãos em 1624, e um ano depois em Angra, estabelecendo-se ao longo do século XVII pelas restantes ilhas, com exceção do Corvo. Ao analisarmos a documentação de fraternidades como a da Lagoa, concluímos que os leigos franciscanos prosperaram numa lógica evangelizadora, e ainda como um importante suporte de assistência e apoio social às comunidades onde se encontravam inseridas no século XVIII.

Constatamos ainda neste capítulo, que o fulgor dos Terceiros foi afetado pelos ideais liberais, que tiveram como resultado o Decreto-Lei de 17 de Maio de 1832, da responsabilidade de Mouzinho da Silveira, colocando um ponto final na presença da família regular franciscana nos Açores. Os seculares franciscanos vão manter-se em atividade devido ao seu carácter secular, mas com o advento da República é retirado o cunho religioso às fraternidades, e com a Lei de Separação da Igreja do Estado, de 21 de Abril de 1911, proíbe-se qualquer tipo de ligação entre as Ordens Seculares e Ordens

Regulares. O século XX representou ainda o declínio e extinção da maioria das fraternidades, resistindo a este desígnio as fraternidades paroquiais terceirenses, que em 2012 ainda se apresentavam em atividade.

No segundo capítulo, verificamos que a Fraternidade de Terceiros da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, esteve dependente no que toca à sua criação, dos frades menores do convento desta localidade. Herança dessa época é o edifício que acolheu o convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe (atual Centro de Saúde da Ribeira Grande) e a sua igreja contígua, com a mesma invocação. A sua construção foi fruto de uma perspetiva de valorização dos valores espirituais, em detrimento dos aspetos materiais da vida demonstrados por Gonçalo Álvares Batateiro e Inês Pires, que apesar dos seus fracos recursos financeiros resolveram edificar uma ermida de invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe, doando parte do seu património para tal intento.

Esta demonstração de fé e apego aos ideais mendicantes foi engrandecendo e o próprio povo da Ribeira Grande diligenciou a construção de um convento da OFM. Em 29 de Maio de 1906 essa pretensão é concedida, e em 4 de Julho do mesmo ano o povo da Ribeira Grande solicita ao Bispo D. Jerónimo Teixeira autorização para a fundação do dito convento, tendo o pedido sido deferido por parte da Diocese de Angra.

Foi decidido pela hierarquia franciscana que o sítio do morgado de D. António da Costa, acima da Conceição, local onde se encontrava edificada a ermida de invocação à padroeira de Guadalupe, seria o local indicado, de modo a cumprir-se o desejo de Gonçalo Álvares Batateiro e sua esposa, que tudo tinham doado para a construção desse convento. No dia 30 de Abril de 1612 é colocada pelos habitantes da Ribeira Grande, a primeira pedra do que viria a ser o Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, e em 20 de Maio de 1612, no 7º Custódio dos Açores, é definitivamente confirmada a construção do mesmo. Em 10 de fevereiro de 1613 seria realizada a primeira missa cantada na igreja conventual da mesma invocação. É referido pelo autor das “Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores”, que o casal padroeiro foi sepultado junto ao altar-mor, onde podemos confirmar ao longo do nosso trabalho que efetivamente se encontra um conjunto de ossadas, mas que segundo Eugénia Cunha, Professora Catedrática de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, não é possível, para já, atribuir a origem destes ossos aos fundadores do convento e igreja anexa.

Tal como outras igrejas, onde existiram imensas Confrarias ligadas a altares de uma única igreja, este templo conventual seria ainda um interface de movimentos de leigos,

comprovado pela existência da “Confraria das Onze Mil Virgens” e da “Venerável Ordem Terceira da Penitência”, deixando em aberto a existência de outras organizações de cariz religioso neste espaço.

Se em relação à dita confraria pouco podemos descortinar, já no que toca à presença dos Terceiros, esta estaria ligada imperativamente à história desta igreja, sendo que frei Agostinho de Monte Alverne documenta que no ano de 1664 é exposto o intuito dos irmãos da Penitência em adquirir uma imagem de “Cristo Atado à Coluna”, ou “Santo Cristo dos Terceiros”, como também é conhecida em São Miguel a imagem padroeira desta fraternidade. Confirmamos através desta informação, que os Terceiros não estariam plenamente estabelecidos na Ribeira Grande em meados do séc. XVII, não só pelo facto de não possuírem à data a sua imagem padroeira, mas também porque não desfrutavam de uma “casa” para albergar o “Santo Cristo dos Terceiros”. Esta pretensão só viria a ser realizada em 1689 quando por testamento de 21 de Janeiro do mesmo ano, Guiomar de Benevides, viúva de um tal Miguel Lopes de Medeiros, cumpriria a vontade de seu falecido esposo, mandando construir a Capela do Senhor Santo Cristo dos Terceiros. A fazer fé neste testamento, a edificação da Capela dos Terceiros, conhecida nos dias de hoje como local de culto dos Irmãos da Penitência (nave lateral da igreja), deve ter tido o início da sua construção nos finais do século XVII, fazendo pois presumir que esta nave da igreja corresponde ao período mais recente da construção deste edifício.

Ao analisar a documentação existente no AMRG, constatamos que a fonte manuscrita mais antiga, que comprova a existência desta fraternidade com Discretório, data de 12 de Janeiro de 1749, através do “Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe”. Este livro abrange um período de oitenta e quatro anos, coincidindo o seu auto de encerramento precisamente com os ventos liberais e respetivo abandono dos frades franciscanos, em 1833.

Podemos ainda concluir, após a análise do documento em questão, que a Ordem dos Frades Menores, em meados do século XVIII, mantinham uma participação ativa na orgânica administrativa da irmandade, bem como no seu pendor de evangelização, devido ao assento de vários frades na Junta dos Discretos desta fraternidade. Ao nível dos leigos, a eleição e composição dos cargos administrativos era mista, embora com divisão de género quanto às tarefas a executar dentro da fraternidade. Aos homens ficaram reservados os lugares administrativos e executivos, enquanto a participação feminina apresentou um

papel interventivo no campo evangelizador, orientação das noviças e ainda no apoio aos doentes e mais desfavorecidos, através do cargo de enfermeira.

Outro dos aspetos que desejaríamos salientar, prende-se com a participação alargada da comunidade, bem à maneira do espírito franciscano. No entanto, a inclusão na Junta dos Discretos encontrou-se sempre associada a um conjunto restrito de elementos da sociedade ribeira-grandense. A cúpula administrativa da irmandade, potenciou uma rede de ligações pessoais nas principais famílias do concelho, em particular na promoção dos filhos e cônjuges, para os principais lugares da fraternidade, preservando assim a coesão do grupo social.

Um dos objetivos a que nos propusemos, prendeu-se com a evolução da fraternidade da Ribeira Grande, no novo contexto, imposto pelos “ventos liberais” (1828-1834), de onde resultou em 1832, o encerramento e consequente nacionalização de grande parte das casas religiosas de cariz regular no arquipélago dos Açores, nomeadamente o Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, que foi integrado nos bens da Fazenda Nacional. O abandono por parte dos frades mendicantes veio a criar um vazio na administração da igreja conventual. O novo enquadramento político levou a que as igrejas e o seu espólio se tornassem um alvo fácil do Estado Liberal que, ou solicitou à Diocese a cedência desse mesmo património, ou acabou por integrá-lo nas igrejas paroquiais. Os Terceiros da Ribeira Grande desempenharam um importante papel na perspectiva de guardiões do património franciscano no decorrer de toda a década de 1830, intervindo junto das autoridades locais, no sentido de manter o seu património incólume ao desbaratamento imposto pelo movimento liberal. A igreja manteve-se assim em atividade, fruto do empenho dos Irmãos Penitentes de S. Francisco.

Observámos no terceiro capítulo, que em 1839 a SCMRG, adquiriu todo o espaço conventual, de modo a transladar o seu hospital anexo à Igreja do Espírito Santo, dando-se assim, início a uma relação institucional entre a Misericórdia e os leigos franciscanos, que perdurou até à extinção dos segundos. Associado a este facto, e potenciado pelas novas ideologias liberais, vamos encontrar uma nova presença administrativa para os Terceiros ribeira-grandenses, que se foi consolidando ao longo da segunda metade do século XIX. Esta nova realidade, apresentou uma menor participação de elementos ligados à hierarquia eclesiástica, sendo disso exemplo função de comissário, que passou a estar enquadrado apenas para os atos puramente religiosos ou de piedade. Paralelamente, os restantes cargos da estrutura administrativa e executiva sofreram também alterações, motivadas pela

consequente laicização da sociedade civil, que liberais, e posteriormente republicanos, impuseram.

Em 1911, encontramos um conjunto de alterações nos estatutos, que levaram à exclusão dos elementos femininos na orgânica executiva da Ordem, bem como uma progressiva e total ausência das mulheres na vida diária desta organização, com a exceção para os livros de irmãos, onde se encontram em superioridade. Nesta época vamos encontrar a substituição da “Junta dos Discretos”, por novos órgãos administrativos, como seja, a “Assembleia Geral” e a “Mesa Administrativa”. É ainda de referir que no período de 1928 a 1946, descortinamos o prosseguimento da estatização da orgânica terciária, que levou a uma subordinação à legislação civil, nomeadamente a incompatibilidade de acumulação de funções para funcionários públicos, que deixaram assim de poder participar nos órgãos administrativos da Ordem, quando fossem titulares de cargos de chefia em organizações do Estado, ou financiadas por este.

No que toca à implantação dos Terceiros no concelho da Ribeira Grande, em termos demográficos, os dados estatísticos, apontam para um esgotamento durante a década de 1940, comparativamente com o século XIX, muito em especial a sua componente masculina. Esta situação é devida a uma crise de vocações, aliada a um novo enquadramento dos leigos no movimento de Ação Católica, de acordo com o que acontecia no resto do país. Esta situação levou a uma falta de noviciado e consequentes profissões, sendo que o ano de 1946 marcou o final da Ordem Terceira da Ribeira Grande, enquanto organização religiosa com uma inserção ativa na comunidade e com órgãos administrativos próprios, capazes de se regenerar.

No quarto e derradeiro capítulo, constatamos que apesar do desenlace desta organização no concelho da Ribeira Grande, o mesmo, não representou o desaparecimento do seu legado patrimonial. Esta herança representa aliás, um dos últimos baluartes das tradições conotadas com os leigos franciscanos na ilha de S. Miguel. Houve uma componente do seu património material, e simultaneamente imaterial, que se tem perdurado e recriado ao longo dos últimos anos: a “Procissão dos Terceiros”. Nesta perspetiva, a misericórdia local, desempenhou um importante papel na salvaguarda e difusão das tradições, ligadas à organização das funções de carácter litúrgico, que anunciavam o tempo da Quaresma, e que eram compostas por diversos cortejos processionais.

Contabilizando o já mencionado ano de 1664, quando a imagem do “Cristo dos Terceiros” percorreu as artérias da então vila da Ribeira Grande pela primeira vez, podemos afirmar que este cortejo processional é na atualidade, uma das mais antigas e derradeiras procissões de Penitência a realizar-se não só arquipélago dos Açores, mas também na totalidade do território nacional. A singularidade desta manifestação religiosa, ficou associada à vivência dos indivíduos que preparam as imagens de vestir, nomeadamente no que toca aos saberes e incumbências femininas, que tinham a seu cargo as tarefas de fabrico do vestuário e respetiva ornamentação das imagens processionais, bem como a execução do ritual de vestimenta dos “santos de vestir”.

A Procissão dos Terceiros apresenta na atualidade uma panóplia de esculturas de vestir representando os santos franciscanos, não faltando os diversos passos da vida do Patriarca de Assis, como seja o momento da entrega da Regra pelo Papa Inocêncio III, em 1209, ou ainda a Rainha Santa Isabel de Portugal. A adesão popular a este ato litúrgico, está bem demonstrada pelas treze imagens processionais que compõem esta procissão. Aproveitamos o nosso trabalho, para criar um plano classificativo para o acervo de imaginária processional, criando uma correspondência entre a iconografia e a hagiografia, para que de futuro se possa ter um melhor conhecimento acerca deste fenómeno.

O século XX marcou o declínio deste tipo de manifestação religiosa, mas ao mesmo tempo, possibilitou a recriação desta procissão dentro de outros contextos sociais. Neste sentido, as nossas considerações finais vão para a comunidade da Ribeira Grande, responsável por essa reinvenção, enquadrada pelas suas componentes associativas, caritativas e de poder local, designadamente a SCMRG e a CMRG. Só assim foi possível em tempos difíceis, criar um projeto que possibilitará a preservação da memória ribeiragrândense, integrando este acervo processional no futuro *Museu Vivo do Franciscanismo* e contribuindo assim, para um melhor conhecimento por parte das novas gerações, de um conjunto de elementos patrimoniais que de outra forma se diluiriam no tempo.

Não queremos terminar, sem mencionar a importância que este estudo teve a nível pessoal e profissional. O mesmo abriu-nos um misto de perspetivas na investigação histórica, possibilitando-nos a participação em várias iniciativas de índole científico. Como consequência desta produção, destacamos a coautoria do projeto do “Museu Vivo do Franciscanismo” da cidade da Ribeira Grande, para além da publicação de um artigo, no

“Boletim do Núcleo Cultural da Horta”³⁷³. Gostaríamos ainda de destacar, embora noutra registo, a autoria e realização do filme, “Os Terceiros, mestres na arte de vestir Santos”, que foi exibido, entre outros locais, no *III Seminário Ibero-americano de Museologia*, efetuado na Universidade Autónoma de Madrid, em 2012.

Como nota final, contamos que esta dissertação possa contribuir, para um melhor conhecimento e aprofundamento das temáticas ligadas ao património cultural, designadamente no que concerne à herança da Ordem de S. Francisco nesta região insular. Estamos conscientes que alguns pontos agora abordados, necessitam num futuro próximo de outros desenvolvimentos, particularmente ao nível de um estudo comparativo da imaginária processional de pendor mendicante, existente dentro do restante espaço arquipelágico. Para tal, esperemos retomar este propósito em outras investigações e noutra ciclo de estudos.

³⁷³ Chaves, 2012.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I FONTES

a) Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal da Ribeira Grande

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Ata da Reunião da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1928 a 1929, realizada em 11 de março de 1928.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Cópia de Público Instrumento de Doação de 15-02-1668.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Ata da Reunião Extraordinária da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, realizada em 24 de junho de 1928.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Ata da Reunião Extraordinária da Mesa Administrativa da Ordem Terceira da Ribeira Grande, realizada em 15 de julho de 1906.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande de 24 de Dezembro de 1911.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da vila da Ribeira Grande, s/d.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Estatutos da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da villa da Ribeira Grande, Capítulo VI - Do comissário e vice comissário, Artigos XXIX, a XXXIV, s/d.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de Atas da Ordem Terceira da Penitência (1749-1833) contendo 90 atas com as eleições anuais dos membros da Junta dos Discretos.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Ordem Terceira de S. Francisco (1926-1946),”, Auto de abertura, 22 de Maio de 1926, 25 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de irmãos (1867-1896), com auto de abertura e encerramento de 2 de Agosto de 1867.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de Irmãos (1888-1921), relativo às freguesias de São Pedro, Lomba de Santa Bárbara, Ribeirinha e Porto Formoso.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de Irmãos, com dois autos de encerramento: 28 de Junho de 1895, pelo ouvidor Egas Moniz; e um outro, com auto de abertura e encerramento de 9 de Dezembro de 1946, assinado pelo P^o. Bartolomeu Ribeiro, Residência Paroquial da Conceição, 49 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livros de Irmãos (1888-1921), relativo à freguesia de Rabo de Peixe.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Ofício dirigido ao Comissário da OTRG, contendo cópia da Ata da Reunião da Mesa da SCMRG de 15 de julho de 1862.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Ofício do Bispo de Angra dirigido à Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande”, 20 de Setembro de 1859.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Orçamento ordinário de receita e despesa para os anos económicos de 1874/75 e 1884/85”.

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Inventário de 17 de Julho de 1859.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Inventário dos bens da Ordem Terceira de 1 de Agosto de 1859, assinado pelo comissário P^o. José Lopes Pereira.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de inventários dos bens e de todas as alfaias que pertencem à Ordem Terceira da vila da Ribeira Grande, com auto de abertura a 30 de janeiro de 1882, 142 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Inventário dos bens da Ordem Terceira de 20 de Junho de 1921 (documento isolado e não classificado).”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de receita e despesa da Ordem Terceira de S. Francisco da Ribeira Grande, com auto de abertura de 20 de junho de 1890, 70 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livros de Irmãos que pagão as pensões da Ordem Terceira de S. Francisco (1888-1895), relativo às freguesias de S. Pedro, Ribeirinha, Porto Formoso.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de registo de contas da Ordem Terceira da Ribeira Grande, com auto de abertura de 15 de maio de 1941, 50 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro de conta da Ordem Terceira da vila da Ribeira Grande, com auto de abertura de 24 de dezembro de 1872. 50 fls.”

Fundo da Ordem Terceira de São Francisco, “Livro para registo de contas da Ordem Terceira – Orçamento ordinário de receita e despesa para o ano económico de 1946, 6 fls. ”

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

Livro de Acórdãos da Mesa, 1816-1839, fl 247.

Livro de Acórdãos da Mesa, 1839-1851, fls 22 e 25.

Livro de inventário dos objectos pertencentes ao culto e a cargo do capelão – ainda os Inventários da Igreja: 1940, 1954, 1971.

Livro de inventário dos objetos pertencentes ao culto e a cargo do capelão, 1910.

Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, 1905.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada (1833-1841), “Registo de Ofícios dirigidos às Autoridades Religiosas”, Livro 141, fl. 4.

Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada, “Registo de Ofícios dirigidos às Autoridades Religiosas”, Livro 141, fl. 5v.

Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada. “Livro 141: Registo de Ofícios dirigidos às Autoridades Religiosas”, Ofício de 16.09.1833, fl.5v.

Inventário dos Conventos suprimidos: Convento de S. Francisco da Ribeira Grande, inventário dos bens suprimidos, maço 5.

Tribunal da Relação dos Açores, Testamento n.º 2591 dos Resíduos.

Tribunal da Relação dos Açores, Testamentos, n.º 148 e 1908.

Instituto Cultural de Ponta Delgada

Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Lugar da Maia, Auto de Abertura a 10 de Março de 1821.

“Arquivo da Ordem Terceira de Ponta Delgada”, p. 26. Documento transcrito por Rodrigo Rodrigues, in *Monte Alverne*, 1960: 32-33.

Livro de Atas da Venerável Ordem Terceira da Maia.

Igreja Paroquial de S. José, *Livro de Tombo da Ordem Terceira de Ponta Delgada*, 1699, p. 8.

Museu de Arte Sacra de Velas

Estatutos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco instituída na igreja do extinto Convento dos Franciscanos da vila das Velas, ilha de São Jorge. Velas – S. Jorge, 1890.

b) Fontes impressas e periódicos

Arquivo dos Açores, 1878, N° I: 217.

Arquivo dos Açores, 1981, V: pp. 100-102.

Arquivo dos Açores, XIII, pp. 38-50, 128-155.

Correio do Nordeste, n° 51, de 1913.

Diário do Governo, I Série n° 124, segundo o Decreto n°. 15538, de 1 de Junho de 1928, nos seus artigos 16° e 17°.

Diário dos Açores, n° 2782, de 13-02-1948.

Diário dos Açores, n°325, de 19-02-1892.

Diário dos Açores, n°325, de 19-02-1892.

Ecos do Norte, n° 134, 137, 168, de 1921.

Ecos do Norte, n° 34; 35; 36; 59, de 1917.

Ecos do Norte, n° 81, 84 de 1917.

Lei de Separação da Igreja e do Estado, Art. 25 – 1911.

Lei de Separação da Igreja e do Estado, art. 25 – 20 de Abril de 1911.

Portugal – Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística, *Censo de Portugal* n.º I – 1911:p. 260.

c) Fontes Narrativas

AVELLAR, José Cândido da Silveira, *Ilha de São Jorge, Apontamentos para a sua História*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902.

— “Celebração da Penitência”, in *Ritual Romano Reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e Promulgado por Autoridade de S. S. o Papa Paulo VI*. Conferência Episcopal Portuguesa, 2ª edição.

CHAGAS, Diogo das (Fr.). 2007. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Artur Teodoro de Matos (dir.). Braga, Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura.

Compêndio de Exercícios da Venerável Ordem Terceira da Penitência. 1855. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agost. De Freitas Guimarães & C.a.

CORDEIRO, António. 1981. *História Insulana*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

ESPERANÇA, Manuel da (Fr.). 1656. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*. Lisboa, Officina Craesbeeckiana.

FRUTUOSO, Gaspar. 1977-1987. *Livro Quarto das Saudades da Terra*, 3 vols. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

FRUTUOSO, Gaspar. 1996. *Livro Terceiro das Saudades da Terra*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: pp. 27-76.

MANUEL, Bettencourt Ávila. 1957. “Cerca dos Terceiros Franciscanos na Avenida Roberto Ivens”, in *Franciscanismo em Ponta Delgada*. Tip. Micaelense.

MARIA SANTÍSSIMA, Manuel de (Fr.). 1787. *Terceiro franciscano instruído nas obrigações do seu instituto da Ordem Terceira da Penitência*. Lisboa: na oficina de António Gomes.

MONTE ALVERNE, Agostinho de (Fr.). 1994. *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols. Ponta Delgada, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2ª edição.

Ordem Franciscana Secular de Portugal,” Conselho Regional dos Açores apresentação sumária”, 2010, Angra do Heroísmo.

SÃO FRANCISCO, Luís de (Fr.). 1684. *Livro em que se contem tvdo o que toca à origem, regra, estatutos, cerimónias, privilégios e rogressos da Sagrada Ordem Terceira da Penitência*. Lisboa: na oficina de Miguel Deslandes.

d) Sítios da Internet e fontes digitais

http://www.cm-ribeiragrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2020

http://www.inventarioaevara.com.pt/acessibilidade/roteiro_t5_06.html.

<http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

http://www.cm-ribeiragrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2020

<http://www.buildingconservation.com/articles/nails/nails.htm> .

<http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

<http://www.ofm.org.pt/index.php/familia-franciscana-portuguesa>

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

<http://www.hospitaldejesus.pt/pt/pagina/4/a-instituicao/>

<http://www.buildingconservation.com/articles/nails/nails.htm>

http://www.inventarioevora.com.pt/acessibilidade/roteiro_t5_06.html.

http://www.dezenovevinte.net/obras/imagens_nancy.htm

http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/index_dicionario.html

http://www.ofs.pt/francisco_assis.html

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes

Inventário digital da Igreja de N^a. Sr.^a de Guadalupe, 2009.

e) Fontes orais

P^o. Edmundo Pacheco, 18 de janeiro de 2011. Igreja Paroquial de N^a. Sr.^a. da Conceição: gravação em suporte digital/áudio.

Senhoras. Belmira Viveiros e Eduarda Almeida e os senhores Armindo Rocha e Rui Barbosa, 14 de fevereiro de 2011, Igreja Paroquial de N^a. Sr.^a. da Conceição: gravação em suporte áudio/DVD (por acordo das partes envolvidas, não são citados os dados pessoais dos entrevistados).

f) Estudos

BRASIL, Paulo. 2011. *Relatório do diagnóstico ao estado de conservação, respetiva proposta de tratamento e orçamento para um conjunto de vinte e quatro Imagens e uma pintura, pertencentes à Igreja do antigo Convento dos Franciscanos da Ribeira*. Ribeira Grande.

CHAVES, Duarte Nuno, [et al.]. 2012. *Museu Vivo do Franciscanismo: Programa Museológico*. Ribeira Grande, Centro de História de Além-Mar. Grande. Ribeira Grande.

FRIAS, Anibal; **PEIXOTO**, Paulo. 2011. “Esthetiques urbaines et jeux d’échelles: expressions graphiques etudiantes et images du patrimoine universitaire a coimbra, in *Oficina do Centro de Estudos Sociais*: p 162.

QUITES, Maria Regina Emery. 2006. *Imagens de Vestir: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade Estadual de campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SARDINHA, Tânia. 2009. *A Igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, Ribeira Grande, Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande (trabalho ao abrigo do Programa Estagiar L)*.

SILVA, Lisbet Marilim Santos da. 2007. *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800): os comportamentos desviantes censurados*. Dissertação de Mestrado em História Local e Regional, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

g) Filmografia

CHAVES, Duarte Nuno. 2011. *Os Terceiros; mestres na arte de vestir Santos*. III SEMINARIO IBEROAMERICANO DE INVESTIGACÃO EM MUSEOLOGIA (SIAM), Universidade Autónoma de Madrid.

II BIBLIOGRAFIA

AA. VV. 2000. *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

AA. VV. 2006. *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, Paço de Arcos, Edimpresa, Editora.

ABRANCHES, Joaquim Cândido. 1869 *Álbum Michaelense*. Ponta Delgada, Typ. de Manoel Corrêa Botelho : pp. 23-25.

ABREU, Laurinda. 1999. *Memórias da Alma e do Corpo: A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu, Palimage Editores: p. 88.

—, *Apointamento Histórico Etnográfico São Miguel e Santa Maria*. 1982. Ponta Delgada, Direcção Escolar de Ponta Delgada.

ARAÚJO, António de Sousa. 2006. “Formas de Vida Mendicante” in *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.). Lisboa, Livros Horizonte: pp. 252-289.

ARAÚJO, António de Sousa. 2009. “A crise da Ordem Franciscana em Portugal com o Absolutismo (Séc. XVIII) e a sua supressão com o Liberalismo (1834), confirmado pela República (1910) ”, in *Os Franciscanos em Portugal e no Mundo Português: os 800 anos da Ordem Franciscana (1209-2009)*. Lisboa, Academia Portuguesa de História: pp. 130-185.

ATAÍDE, Luís Bernardo de Leite. 1974. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 vols. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: pp. 52-57.

ATTTWATER, Donald. 1992. *Dicionário de Santos*. Mem-Martins, Publicações Europa América.

BENTO, Madalena San. 1997. *Esta Santa Casa*. Ribeira Grande. Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

BOSCHI, Caio César. 1986. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Editora Ática: pp. 161-170.

BULLAR, Joseph e Henry. 2001. *Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

CABRITA, Sandra. 2000. “A pulverização dos produtos de tratamento de estruturas em madeira”, in *II Encontro Nacional – A Conservação e o Restauro do Património*. Lisboa, Edição ARP – Associação Profissional de Conservadores - Restauradores de Portugal.

CANTO, Ernesto. 2000. “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, in *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol.56: pp. 113-250.

CASCÃO, Rui. 1986. “Família e Divórcio na primeira República” in *A mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas atuais*. Coimbra, Faculdade de Letras, Vol I: pp. 153-169.

CASCÃO, Rui. 1998. “Vida Quotidiana e Sociabilidade”, in *História de Portugal: O Liberalismo (1807 – 1890)*, José Mattoso (dir.). Lisboa, Editora Estampa: pp. 440-451.

CHAVES, Duarte Nuno. 2012. *A Venerável Ordem Terceira da Penitência, um marco na identidade franciscana no Arquipélago dos Açores*. Horta, Núcleo Cultural da Horta: pp. 265-285.

COSTA, Carreiro da. 1965. “A Igreja e o Convento dos Franciscanos da Vila da Lagoa”. in *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: pp. 46-60.

IDEM, Francisco Carreiro da, “O Culto de N.^a Sr.^a do Guadalupe”, in *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto cultural de Ponta Delgada, vol. XXV e XXVI (1969-1970): pp. 209-211.

IDEM, Francisco Carreiro da. 1967. “A Igreja e o Convento dos Franciscanos da Vila da Lagoa”, in *Insulana* (sep.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol.XXI (1º e 2º semestre de 1965): pp. 46-60.

COSTA, Susana Goulart. 2007. “As visitas na Ribeira Grande no século XVI”, in *Actas do Congresso: Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.

IDEM. 2007. *Santa Cruz: Evangelização, Celebração da Fé e Fraternidade Cristã*. Lagoa, Paróquia de Santa Cruz, Matriz da Vila da Lagoa: pp.51-54.

IDEM. 2007. *Viver e Morrer Religiosamente: Ilha de São Miguel Século XVIII*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

IDEM. 2008. “A Diocese de Angra e a Implantação do Liberalismo”, in *Actas do Colóquio O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: pp.59-68.

IDEM. 2008. “A Igreja: implantação, práticas e resultados”, in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I: pp. 173-187.

IDEM. 2008. “Igreja, religiosidade e comportamentos” in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I: pp. 420-428.

IDEM. 2008. “Igreja, religiosidade e Estado”, in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. II: pp. 359-377.

IDEM. 2008. *Açores Nove Ilhas, Uma História*. Institute of Governmental Studies Press, University of California, Berkeley: pp. 136-142.

IDEM. 2011. *Convento dos Franciscanos: ex-líbris da Lagoa*. Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa: pp. 27-35.

DIAS, Pedro. 1999. *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço Atlântico*. Navarra, Círculo de Leitores: pp. 275-293.

DIAS, Urbano de Mendonça. 1949. *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*. Vila Franca do Campo, Tip. A Crença.

—, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2003. Lisboa, Círculo de Leitores, Tomo III.

ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira. 1994. *O Liberalismo nos Açores: Religião e Política (1800-1832)*. s. l., Universidade Nova de Lisboa, vol. I, pp.194-235.

IDEM. 2008. “A reforma preambular da Regência liberal nos Açores e o projeto de laicidade do Estado e da Sociedade”, in *Actas do Colóquio O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: pp.68-79.

—, “Extinção das Ordens Religiosas”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*”. 2000. Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da universidade Católica Portuguesa, vol. 2.

FERNANDES, José Manuel Fernandes. 2000. “Ribeira Grande, Açores: Urbanismo, Arquitectura e Ornamento”, in *Revista Atlântida*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, vol. XLIV 1998-1999.

IDEM. 1996. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto, FAUP.

IDEM. 1999. *Cidades e Arquitecturas*. Lisboa, Livros Horizonte.

IDEM. 2008. *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo Instituto Açoriano de Cultura.

IDEM. 2007. “Ribeira Grande: Aspetos da sua Evolução e História Urbana”, in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*. Ribeira Grande, Instituto Açoriano de Cultura.

FIDALGO, Manuel. 1988. “A mentalidade Açoriana e a Espiritualidade Franciscana”, in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, vol. 45 (1987), Tomo I.

FLEXOR, Maria Helena. 2005. “Imagens de Roca e Vestir na Baía”, in *Revista Ohun*, Revista Electrónica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA.

FONTES, João Luís Inglês. 2006. “Ordens e congregações masculinas, 2000 anos de percursos: da Idade Média à contemporaneidade”, in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa, Brotéria - Associação Cultural e Científica, vol. 162: pp. 51-57.

FORTUNA, Carlos; Peixoto, Paulo. 2002. “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”, Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (org.), in *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto, Afrontamento.

—, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 2000. Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. 2: pp. 273-278.

FERREIRA, António de Brum. 2008. “A geografia física dos Açores,” *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I: pp. 22-43.

FRANCO, António de Luciano de Sousa: 1990. “O Cardeal Cerejeira e os Leigos”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 2. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa: pp. 153-156.

FRANZEN, August. 1996. *Breve História da Igreja*. Manuel Ribeiro Sanches (trad.). Lisboa, Editorial Presença: pp. 232-268.

FREIRE, João. 2006. “Um olhar sociológico sobre o associativismo: o clássico e o contemporâneo”, in *O Associativismo: das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Maria da Graça A. Mateus Ventura (coord.). Lisboa, Edições Colibri&Instituto de Cultura Ibero-Atlântica: pp.15-25.

GOFF, Jacques Le. 1993. O Nascimento do Purgatório. Lisboa, Editorial Estampa: 18-19.
Idem. 1996. “As ordens mendicantes”, in *Monges e religiosos na Idade Média*, Jacques Berlioz (dir.), s. l., Terramar: pp. 227-241.

GOMES, Carla Amado. 2008. *Textos Dispersos de Direito do Património Cultural e de Direito do Urbanismo*. Lisboa, AAFDL.

GOMES, Saul. 1998. “As Ordens Mendicantes na Coimbra Medieval: Notas e Documentos”, in *Lusitânia Sacra: Cristianização na Época Medieval*. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Tomo X (2ª série), pp. 149-215.

GONÇALVES, Margarida Lalanda. 2007. “A Ribeira Grande e o seu primeiro século de vida” in *Actas do Congresso: Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.

—, *História da Arte, O Barroco*. 2006. Francesc Navarro (dir). Barcelona, Dosbé Produccions Editorials.

JESUS, Elisabete. 2005. “As Mandeladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto” in *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: actas / do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias; (org.) Instituto de História Moderna da Universidade do Porto*: pp. 135-154.

LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira. 1987. *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*, dissertação de provas de A.P.C.C., Ponta Delgada, versão policopiada.

IDEM, Maria Margarida de Sá Nogueira. 1995. “Do Convento de Jesus, na Ribeira Grande (S. Miguel) no século XVIII: as cartas de dote para freiras”, in *Arquipélago. História*, 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores: pp. 111-125.

IDEM, Maria Margarida de Sá Nogueira. 2008. “Vida religiosa e trabalho: freiras de clausura no século XVII nos Açores”, in Rosa Simas (org.) *A mulher e o trabalho nos Açores e nas comunidades*, 5. Ponta Delgada, UMAR: pp. 1053-1060.

LAMELAS, Isidro. 2006. “As origens do futuro: VIII Centenário da Fundação da Ordem dos Frades Menores”, in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa, Brotéria - Associação Cultural e Científica, Lisboa: pp.77-82.

LOPES, Maria Antónia Lopes. 1998. “Os Pobres e a Assistência Pública” in *História de Portugal: O Liberalismo*. José Matoso (dir). Lisboa Editorial Estampa: pp. 427-437.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego. 2007. “Problemas Económicos do Município Ribeiragrandense na Segunda Metade do Século XVIII”, in *Actas do Congresso: Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.

MARQUES, A. H. de Oliveira.1991. "A Lei da Separação" in *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.). Lisboa, Presença.

MARQUES, Luís. 2005. *Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado*. Lisboa, Assirio & Alvim: pp. 38-58.

—, “Martim Conrado”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. José Fernandes Pereira (dir.). Lisboa, Ed. Presença: p. 131.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. 1983. *Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*. Horta, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo: pp. 134-145.

MARTINS, Rui de Sousa. 2009. “As artes conventuais nos Açores e o processo de criação do Arcano Místico da Ribeira Grande”, in *Arquipélago História*, 13. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: pp. 49-85.

IDEM. 2010. “Proposta de classificação como Tesouro Regional do Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse”, in *A Ponte*, 1, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande: pp. 15-21, 58-60.

MATOSO, José. 2001. “Monaquismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.). Lisboa, Circulo de Leitores: pp. 255-258.

IDEM. 2006. “O Monaquismo Ibérico” in *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.). Lisboa, Livros Horizonte: pp. 29-43.

IDEM; Sousa, Armindo de. 1997. “A Monarquia Feudal” in *História de Portugal*. José Matoso (dir.). Lisboa, Editorial Estampa: pp. 355-358.

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de. 2007. “Os Ribeiragrandenses e a igreja face aos desafios da modernidade”, in *Actas do Congresso: Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.

MELÍCIAS, Vítor (P^e). 2009. “A Família Franciscana Portuguesa na Actualidade”, in *Os Franciscanos em Portugal e no Mundo Português: Os 800 anos da Ordem Franciscana (1209-2009)*. Lisboa, Academia Portuguesa de História: pp. 227-237.

MELO, Francisco Afonso de Chaves e. 1994. *A Margarita Animada*. 2ª ed, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

MELO, Pedro Pascoal F. de. 2007. “A Municipalização das Cavalcadas de S. Pedro: Ensaio sobre construção identitária na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores”, in *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. LXIII: pp. 172-188.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro. 1989. “Peregrinos açorianos no Mosteiro de Guadalupe”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, vol. XLVII.

MENESES, Avelino de Freitas. 2011. *Antigamente era Assim! Ensaios de História dos Açores*. Ponta Delgada, Publiçor Editores: pp.264-265.

MONTEREY, Guido de. 1981. *Santa Maria e São Miguel: As duas ilhas do oriente*, Porto, Tip. Sociedade de Papelaria, Lda.

MOREIRA, António Montes. 2000. “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Circulo de Leitores: pp. 273-280.

MOURA, Mário Fernando Oliveira. 1998. *Azulejos da Ribeira Grande (século XVII)*, Ribeira Grande, Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

IDEM, Mário. 2009. *Nascimento de uma Paróquia na Ribeira Grande: N.ª Sr.ª da Conceição (Século XVII)*, Ribeira Grande, Paróquia de N.ª Sr.ª da Conceição.

NETO, Vítor. 1998. “Do Antigo Regime ao liberalismo”, in *História de Portugal: O Liberalismo (1807 – 1890)*, José Mattoso (dir.). Lisboa, Editora Estampa: pp.227-243.

—, *Normas de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*. 2004. Direção de Serviços de Inventário, (coord.). Instituto Português de Museus, 1.ª edição.

NUNES, Lia Azevedo. 2012. *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande*. Ribeira Grande, SCMRG: pp. 74-77.

NUNES, José. 2006. “Ordem dos Pregadores: A propósito de um centenário dominicano”, in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa, Brotéria - Associação Cultural e Científica: pp. 73-75.

COUTINHO, Valdemar. 2006. “Compromisso marítimo de Portimão” in *O Associativismo: das confrarias e irmandades aos movimentos sociais contemporâneos*. Maria da Graça A. Mateus Ventura (coord.). Lisboa, edições Colibri: pp. 51-58.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, **PEREIRA**, Benjamim, **GALHANO**, Fernando. (1978) 1991. *Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho*. 2.^a ed., Lisboa, INIC, Centro de Estudos de Etnologia.

IDEM, Ernesto Veiga de, **PEREIRA**, Benjamim, **GALHANO**, Fernando. (1977) 1995. *Alfaia Agrícola Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Miguel de (P^o). 2001. *História Eclesiástica de Portugal*. Mem-Martins, Publicações Europa América: pp. 206-221.

OLIVEIRA, Selma Soares de. 2009. “As seculares imagens de roca” in *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 40: pp. 203-215.

—, *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.). Lisboa Livros Horizonte: pp. 41-44.

PEIXOTO, Paulo. 2001. “As cidades e os processos de patrimonialização: a corrida ao estatuto de património mundial e a identidade simbólica das cidades”, in *Cidade e metrópole - centralidades e marginalidades*. Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e Maria João Vaz (org.). Oeiras, Celta.

IDEM, Paulo. 2003. “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”, in *A Cidade e a Tecnologia*. Porto, Faculdade de Letras do Porto.

IDEM, Paulo. 2009. “Património e Sociedade”, in *O Património como Oportunidade e Desígnio: Ciência Sociedade e Cultura*. Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

PEREIRA, António dos Santos. 2006. *Ribeira Grande no Século XVI: Vereações (1555-1578)*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande.

PEREIRA, Ventura Rodrigues. 2004. *A Ribeira Grande*. Ribeira Grande, Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma dos Açores.

—, *Plano Regional da Água – Relatório Técnico*. 2001. Ponta Delgada, Direcção Regional do Território e recursos Hídricos.

RAZOLLA, Maria Inácia. 1992. “Breve panorama da situação da igreja católica em Portugal (1930 -1960)”, in Joel Serrão; A. H. Oliveira Marques. *Nova História de Portugal*, vol. XII- O Estado Novo, Fernando Rosas (dir). Lisboa, Ed. Presença: pp 233 - 241.

—, “Religião – Rito”, in *Enciclopédia Einaudi*.1994. Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

REGO, Célia, [et al.]. 2005. *Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto - espiritualidade e sociabilidade – (1633-1720; 1699-1730), em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiásticos*, IHM-UP: pp. 111-133.

REMA, Henrique Pinto (P^e). 1966. “A Ordem Franciscana nos Açores: no passado e no presente”, in *Itinerarium*. Braga, n^o 156. Editorial Franciscana: pp. 509-538.

IDEM. 2009. “800 Anos da Ordem dos Frades Menores (1209) -2009): A Observância Franciscana em Portugal”, in *Os Franciscanos em Portugal e no Mundo Português: os 800 anos da Ordem Franciscana (1209-2009)*. Lisboa, Academia Portuguesa de História: pp. 17-51.

—, *Ribeira Grande*. 2004. J. M. Ferreira de Melo (coord.), Ribeira Grande, Publicor: pp. 7-11.

RIBEIRO, Bartolomeu (P^e). 1949. “Açores, arquipélago franciscano”, in *Colectânea de Estudos* nº 5. Braga: pp. 35-79.

IDEM. 1946. *Guia de Portugal Franciscano: continental e insular*. Residência de Leixões: pp.676-77.

IDEM. 1953. *Os Terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história*. Braga, Tip. Missões Franciscanas.

RODRIGUES, José Damião. 2012. “As elites locais nos Açores em finais do Antigo Regime”, in *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*. Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar: pp. 99-111.

IDEM. 2007. “Ribeira Grande: de Nobre Vila a Nova Cidade”, in *Inventário do Património Imóvel dos Açores*. Ribeira Grande, Instituto Açoriano de Cultura: pp. 11-18.

RODRIGUES, Rita. 2010. “As obras de Martim Conrado no Arquipélago da Madeira: Martírio de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens”, in *CEHA – News latter nº 6*. Ana Maria Kaupila (coord.). Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Edição Digital: pp. 6-8.

SÁ, Isabel dos Guimarães. 1997. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: p. 82.

SAMPAIO, David. 2006. “As Ordens Religiosas e o Concílio de Trento (1545 – 1563) ”, in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa, Brotéria - Associação Cultural e Científica: pp. 93 101.

SEGALEN, Martine. 2000. *Ritos e Rituais*. Mem-Martins, Publicações Europa América.

SERRANO, Juan Ignacio Pulido. 2006. “hermandades Portugueasa Fuera de Portugal (Siglos XVI-XVIII)”, in *O Associativismo: das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.). Lisboa, Edições Colibri&Instituto de Cultura Ibero-Atlântica: pp. 30-49.

SERRÃO, Vítor. 2000. “As ilhas atlânticas: a experiência isolada de Martim Conrado na Madeira”, in *A pintura proto--barroca em Portugal: 1612-1657 – O triunfo do naturalismo e do tenebrismo*. Lisboa, Ed. Colibri: pp. 417-418.

SILVA, Armando B. Malheiro da. 1996/1997. “Os Católicos e a República Nova (1917-1918): da questão religiosa à mitologia nacional”, in *Lusitânia Sacra: Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Tomo VIII/IX (2ª série): pp. 385-499.

SILVA, Carla Susana. 2005. “A Ordem Terceira Secular de S. Francisco na Congregação de N.ª Sr.ª de Oliveira do Douro em 1676”, in *Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*. Porto, IHM-UP: pp. 183-191.

SOUSA, Nestor. 1991. “Arquitectura Barroca nos Açores”, in *Congresso Internacional do Barroco*. Porto, Reitoria da Universidade do Porto: pp. 466-468.

TAVARES, Jorge Campos. 1990. *Dicionário de Santos: Hagiológico e Iconográfico*. Porto, Lello & Irmão Editores.

TUNER, Victor W. 1974. *O Processo Ritual: estrutura e Anti estrutura*. Petrópolis, Editora Vozes: pp. 170-175.

III ÍNDICES

a) Índices de figuras

Fig. 01 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande com inserção arquipelágica e atlântica ..	15
Fig. 02 – Organigrama da família franciscana	28
Fig. 03 – Distribuição das casas religiosas/Grupo Oriental	31
Fig. 04 – Distribuição das casas religiosas/Grupo Central	32
Fig. 05 – Distribuição das casas religiosas/Grupo Ocidental	33
Fig. 06 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Oriental	40
Fig. 07 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Central	41
Fig. 08 – Mapa com a distribuição das Fraternidades de Terceiros no Grupo Ocidental ...	42
Fig. 09 - Gráfico com a fundação de Fraternidades no Arquipélago dos Açores	43
Fig. 10 - Gráfico com Fraternidades em atividade nos séculos XIX a XXI	52
Fig. 11 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande	55
Fig. 12 – Praça Hintze Ribeiro	59
Fig. 13 – Campa e ossários no frontal do altar-mor	68
Fig. 14 – Campa e ossários no frontal do altar-mor	68
Fig. 15 – Vista aérea da cidade da Ribeira Grande	68
Fig. 16 – Claustro do antigo convento	70
Fig. 17 – Frontispício da igreja de N. ^a Sr. ^a de Guadalupe	71
Fig. 18 – Imagens do interior da igreja na década de 1950	74
Fig. 19 – Imagens do interior da igreja na atualidade 2012	74
Fig. 20 – Imagens do interior da igreja na década de 1950	74
Fig. 21 – Imagens do interior da igreja na atualidade 2012	74
Fig. 22 – O conjunto dos cinco altares da nave principal	76
Fig. 23 – Capela-mor e respetivo retábulo	78
Fig. 24 - Escultura representando N. ^a Sr. ^a de Guadalupe	78
Fig. 25 – Altar de invocação a Santo António	80
Fig. 26 – Imagem de S. António	80
Fig. 27 – Retábulo de invocação a N. ^a Sr. ^a da Piedade	82
Fig. 28 – Caixa do retábulo	82
Fig. 29 – No retábulo encontram-se excedentes de um outro painel	82

Fig. 30 – Retaguarda do atual retábulo	83
Fig. 31 – Cavilhas de fixação em madeira e ferragens utilizadas como pontos de fixação	84
Fig. 32 – Painel onde foram aplicadas pelo menos duas camadas de tinta	84
Fig. 33 – Pietà	84
Fig. 34 – Pietà	84
Figs. 35 – Altar de invocação a St. ^a Úrsula	86
Fig. 36 – Tela com a temática de St. ^a Úrsula	86
Fig. 37 – Busto relicário de St. ^a Úrsula	88
Fig. 38 – Busto relicário de St. ^a Úrsula	88
Fig. 39 – Crucifixo do século XVII	89
Fig. 40 – Crucifixo do século XVII	90
Fig. 41 – Crucifixo do século XVII	90
Fig. 42 – Crucifixo do século XVII	90
Fig. 43 – Estado de degradação em que se encontrava a obra	91
Fig. 44 – Estado de degradação em que se encontrava a obra	91
Fig. 45 – Estado de degradação em que se encontrava a obra	91
Fig. 46 – Senhor à Coluna, Imagem padroeira dos Terceiros da Ribeira Grande	95
Fig. 47 – Nave lateral pertença da Ordem Terceira	99
Fig. 48 – Altar dos Terceiros e o nicho do altar de N. ^a Sr. ^a da Soledade	100
Fig. 49 – A imagem do Senhor dos Terceiros	101
Fig. 50 – Imagem de vestir representando N. ^a Sr. ^a das Dores	102
Fig. 51 – Planta com o interior da igreja	103
Fig. 52 – Fotografia do espaço conventual após a transformação em hospital	115
Fig. 53 – Fotografia do espaço conventual após a transformação em hospital	115
Fig. 54 – Fotografia do espaço conventual após a transformação em hospital	115
Fig. 55 – Fotografia do espaço conventual após a transformação em hospital	115
Fig. 56 – O Selo Branco da Ordem Terceira da Ribeira Grande	120
Fig. 57 – Urna utilizada na eleição da Mesa	120
Fig. 58 – Fachada tripartida da igreja com as três entradas distintas	122
Fig. 59 – Organigrama	123
Fig. 60 – Organigrama	124
Fig. 61 – Gráfico com a descrição e evolução das prioridades orçamentais dos Terceiros	129

Fig. 62 – Gráfico com a implantação dos Terceiros da Ribeira Grande por freguesia	133
Fig. 63 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande com a Implantação dos Terceiros	133
Fig. 64 – Mapa do Concelho da Ribeira Grande, com a implantação dos Terceiros	134
Fig. 65 – Gráfico com a evolução da fraternidade	134
Fig. 66 – A imagem do “Senhor dos Terceiros” em procissão	139
Fig. 67 – A imagem do “Senhor dos Terceiros” da Ribeira Grande	139
Fig. 68 – Distribuição dos concelhos com procissões inventariadas	141
Fig. 69 – A participação feminina no cortejo processional	145
Fig. 70 – A participação feminina no cortejo processional	145
Fig. 71 – A imagem do “Menino Jesus” em 2009	147
Fig. 72 – A imagem do “Menino Jesus” em 2012	147
Fig. 73 – Saída da procissão dos Terceiros da Ribeira Grande na década de 1970	151
Fig. 74 – Saída da procissão em 2012-10-01	151
Fig. 75 – Escultura de pleno vulto, representando S. Francisco	154
Fig. 76 – O realismo é uma constante na quase totalidade do acervo escultório	156
Fig. 77 – Esquema classificativo do acervo processional da Ordem Terceira	158
Fig. 78 – Escultura de pleno vulto sem aplicação de têxteis	159
Fig. 79 – Escultura de pleno vulto com aplicação de têxteis	159
Fig. 80 – Conjunto da Cúria	160
Fig. 81 – Conjunto da Cúria	160
Fig. 82 – Conjunto da Cúria	160
Fig. 83 – Três imagens de roca com estruturas ripadas simples	161
Fig. 84 – Duas imagens de roca com suporte em ferro	162
Fig. 85 – Duas representações de S. Francisco ajoelhado	162
Fig. 86 – Imagem composta por uma armação coberta por panos de tela	163
Fig. 87 – Imagem de corpo inteiro/roca	163
Fig. 88 – Imagem de corpo inteiro/roca	163
Fig. 89 – Imagem de corpo inteiro/roca	164
Fig. 90 – Imagem de corpo inteiro/roca	164
Fig. 91 – Grupo escultórico “Monte Alverne”	164
Fig. 92 – Pormenor anatómico	164
Fig. 93 – Grupo escultórico	165
Fig. 94 – Detalhe da cabeça e busto, composto por dois blocos deslocáveis	166

Fig. 95 – Detalhe da cabeça e busto, composto por dois blocos deslocáveis	166
Fig. 96 – Busto com a aplicação de antebraço articulado	166
Fig. 97 – Utilização do cedro, para o bloco exterior, e do castanho, para o interior	166
Fig. 98 – Gradeado de suporte de imagem (roca)	167
Fig. 99 – Suporte de fixação da imagem ao gradeado de madeira	167
Fig. 100 – Busto sem a aplicação dos braços articulados	167
Fig. 101 – Conjunto de dois braços articulados e respetivas pastilhas de fixação	167
Fig. 102 – Busto sem aplicação de braços	167
Fig. 103 – Conjunto de dois braços articulados	167
Fig. 104 – Particularidade das articulações, sendo ainda visíveis as pastilhas de fixação e cavilha.	168
Fig. 105 – Desenho esquemático do articulado dos braços	168
Fig. 106 – Imagem de roca representativa de St ^a . Margarida de Cortona	169
Fig. 107 – Corte transversal da imagem, onde é visível que esta é constituída por três blocos	169
Fig. 108 – Perspetiva frontal dos três dos três blocos	169
Fig. 109 – Cabeleira com cabelos naturais, oriundos de promessas dos crentes	169
Fig. 110 – Olho de vidro	169
Fig. 111 – Organigrama do processo social em que se encontram enquadradas as imagens de vestir	174
Fig. 112 – O ritual de preparação das imagens	174
Fig. 113 – O ritual de preparação das imagens	174
Fig. 114 – O ritual de preparação das imagens	174
Fig. 115 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 116 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 117 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 118 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 119 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 120 – O ritual de preparação das imagens	175
Fig. 121 – O ritual de preparação das imagens	176
Fig. 122 – O ritual de preparação das imagens	176
Fig. 123 – O ritual de preparação das imagens	176
Fig. 124 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	176

Fig. 125 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	176
Fig. 126 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	176
Fig. 127 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	176
Fig. 128 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	177
Fig. 129 – Processo de guarnecer os andores com arranjos florais	177
Fig. 130 – <i>Santo Cristo dos Terceiros</i>	179
Fig. 131 – <i>São Francisco Prostrado nas Silvas</i>	180
Fig. 132 – <i>Conjunto da Cúria</i>	181
Fig. 133 – <i>Conjunto escultórico Senhor do Monte</i>	182
Fig. 134 – <i>Conjunto escultórico Senhor dos Passos</i>	183
Fig. 135 – <i>S. Francisco</i>	184
Fig. 136 – <i>S. Roque</i>	185
Fig. 137 – <i>S. Ivo</i>	186
Fig. 138 – St ^a . Margarida de Cortona	187
Fig. 139 – Rainha St ^a . Isabel de Portugal	188
Fig. 140 – A celebração da missa com a participação dos Mesários da SCMRG	190
Fig. 141 – Representação do atual trajeto da Procissão dos Terceiros na cidade da Ribeira Grande	191
Fig. 142 – A Procissão dos Terceiros na cidade da Ribeira Grande no ano de 2011	192
Fig. 143 – Na atualidade os Romeiros e o Corpo de Bombeiros são responsáveis por transportar os andores	193
Fig. 144 – A Procissão dos Terceiros a caminho de novos paradigmas	194
Fig. 145 – Em 2009 desenvolvem-se os trabalhos de inventário do acervo existente na igreja de N. ^a Sr. ^a de Guadalupe	195
Fig. 146 – Em 2009 desenvolvem-se os trabalhos de inventário do acervo existente na igreja de N. ^a Sr. ^a de Guadalupe	195
Fig. 147 – Base de dados digital	196
Fig. 148 – Assinatura do contrato de cedência de utilização da Igreja do Convento da N. ^a Sr. ^a de Guadalupe	197

b) Índices de quadros

Quadro I – Quadro com os dados quantitativos do Concelho da Ribeira Grande	63
Quadro II – Orçamento de receita e despesa da Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1874/75	127
Quadro III – Orçamento de receita e despesa da Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande, para o ano económico de 1884/85	128
Quadro IV – Receitas com a admissão e profissão de novos irmãos para o período de 1875/1891	132

c) Índices de tabelas

Tabela I – Cargos e funções da Ordem Terceira segundo “ <i>bula Paterno Sedis</i> ” do ano de 1725 do Papa Bento XIII	110
--	-----

d) Índice do apêndice

Planta/alçado	235
Planta/alçado e corte	236
Planta/Rés-do-chão	237
Planta/1º andar	238
Planta /cobertura	239

APÊNDICE

PLANTAS DA IGREJA DE N^a. Sr^a. DE GUADALUPE

Fonte: Arquivo da SCMRG. s/d. *Igreja de S. Francisco*. Conceição, Secretaria Regional da habitação e Obras Públicas, Direção Regional de Equipamentos Coletivos. Autoria de Tavares Vieira.

